HARMONIA DAS CONFISSÕES REFORMADAS



ORGANIZADORES: JOEL R. BEEKE & SINCLAIR B. FERGUSON

Harmonia das Confissões Reformadas

Edição e Revisão
Alex Bruno

Joel R. Beeke (Doutor pelo Westminster Theological Seminary, Filadélfia) é pastor da Heritage Netherlands Reformed Congregation, em Grand Rapids, Michigan, professor de teologia sistemática e homilética no Reformed Theological Seminary, editor da *Banner of Sovereign Grace Truth*, e presidente da Reformation Heritage Books and Inheritance Publishers. É autor de inúmeros livros, dentre eles *The Quest for Full Assurance: The Legacy of Calvin and His Successors.*

Sinclair B. Ferguson (Doutor pela University of Aberdeen) é pastor da St. George's Tron Parish Church, em Glasgow, Escócia, e editor-assistente da *Banner of Truth.* Foi professor de teologia sistemática no Westminster Theological Seminary (Filadélfia) durante muitos anos. É autor de inúmeros livros, dentre eles *Owen on the Cristian Life*.

Harmonia de Confissões Reformadas © 2006, Editora Cultura Cristã. Copyright © 1999 by Joel R. Beeke. Originalmente publicado em inglês com o título *Reformed Confessions Harmonized* pela Baker Books, uma divisão da Baker Book House Company, Grand Rapids, Michigan, 49516, USA. Todos os direitos são reservados.

1ª edição – 2006
3.000 exemplares

Tradução
Lúcia Kerr Jóia

Revisão
Ailton de Assis Dutra
Claudete Água de Melo

Editoração
Ailton de Assis Dutra

Capa
Magno Paganelli

Conselho Editorial
Cláudio Marra (*Presidente*), Ageu Cirilo de Magalhães Jr., Alex Barbosa Vieira, André Luiz Ramos, Fernando Hamilton Costa, Francisco Solano Portela Neto, Mauro Fernando Meister, Valdeci da Silva Santos e Francisco Baptista de Mello.

Beeke, Joel R. 1952 -

B414h Harmonia das confissões de Fé Reformadas / Joel R.Beeke e Sinclair B.Ferguson – co-autor – São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

256p. ; 20,7x27,4

Título original: Reformed Confessions harmonized
ISBN 65-7622-135-7

1. Igreja Reformada – Credos e Confissões I.Beeke, J.R. II.Ferguson, S.B. III.Título.

CDD 21ed. – 238.42

EDITORA CULTURA CRISTÃ
Rua Miguel Teles Jr., 394 - CEP 01540-040 - São Paulo - SP
Caixa Postal 15.136 - CEP 01599-970 - São Paulo - SP
Fone: (11) 3207-7099 - Fax: (11) 3209-1255
Ligue grátis: 0800-0141963 - www.cep.org.br - cep@cep.org.br

Superintendente: Haveraldo Ferreira Vargas
Editor: Cláudio Antônio Batista Marra

Sumário

Prefácio vii
Introdução histórica
às confissões de fé reformadas ix
Introdução 1

Teologia: A doutrina de Deus

O ser e os atributos de Deus 6
A revelação 8
As Sagradas Escrituras 10
Os apócrifos 18
A santa trindade 20
A divindade do Filho 24
A divindade do Espírito Santo 26
Os decretos de Deus e a predestinação 28
A criação 36
A providência 40

Antropologia: A doutrina do homem

A queda do homem, o pecado original
e a punição 46
A aliança de Deus com o homem 52
O livre-arbítrio e a incapacidade total 56

Cristologia: A doutrina de Cristo

Cristo como mediador 60
Os nomes de Cristo 60
As naturezas de Jesus Cristo 64
Os ofícios de Cristo 66
Os estados de Cristo 72
A justa misericórdia de Deus em Cristo 80
As promessas do evangelho 80

Soteriologia: A doutrina da salvação

A graça comum e a vocação externa 84
A vocação eficaz e a regeneração 86
A fé salvadora 90
A justificação 94
A santificação 100
A adoção 102
O arrependimento e a conversão 104
As boas obras 110
A perseverança 114
A certeza da salvação 122
A lei de Deus 126
O primeiro mandamento 132
O segundo mandamento 136
O terceiro mandamento 140
O quarto mandamento 144
O quinto mandamento 148
O sexto mandamento 152
O sétimo mandamento 154
O oitavo mandamento 156
O nono mandamento 158
O décimo mandamento e suas aplicações 162
A liberdade cristã 166
A oração e o jejum 168
A oração dominical 172

Eclesiologia: A doutrina da igreja

A doutrina da igreja 184
A união com Cristo e a comunhão dos santos 192
O governo e os oficiais da igreja 194
Os meios de graça: A Palavra e o sacramento 204
O santo batismo 212
A santa Ceia do Senhor 216
As autoridades civis 226
O celibato, o casamento,
o divórcio e a vida familiar 230

Escatologia: A doutrina das últimas coisas

A ressurreição dos mortos 236
O julgamento final e a eternidade 238

Prefácio

As igrejas reformadas dos séculos 16 e 17 produziram várias coleções de confissões reformadas ortodoxas que diferenciavam a fé reformada tanto do Catolicismo Romano como de outros grupos de igrejas protestantes. Dentre esses grupos de confissões mais conhecidos encontra-se a família *suíça*, representada pela Primeira e pela Segunda Confissão Helvética (1536; 1566) e pela Fórmula de Consenso Helvética (1675); a família *anglo-escocesa* está representada pela Confissão da Escócia (1560), pelos Trinta e Nove Artigos (1563), pela Confissão de Fé de Westminster (1646-1647) e pelos Catecismos Maior e Breve (1647) da Assembléia de Westminster; e a família *germânico-holandesa* está representada pelas Três Formas de Unidade: a Confissão de Fé Belga (1561), o Catecismo de Heidelberg (1563) e os Cânones de Dort (1618-1619).

Dentre essas confissões reformadas, as sete mais adotadas pelas várias denominações reformadas atualmente são as Três Formas de Unidade, a Segunda Confissão Helvética e a Confissão e os Catecismos de Westminster. Preparei esta harmonia dessas sete confissões a pedido de um grupo de editores de periódicos reformados. A harmonia está dividida por assunto e utiliza as traduções para o inglês ou as versões padrão das confissões. Para manter uma uniformidade, foram feitas poucas atualizações de ortografia e pontuação. Os organizadores acreditam que esta harmonia permitirá fácil acesso ao conteúdo das grandes confissões reformadas e também ajudará os cristãos holandeses reformados, os húngaros reformados, os ingleses presbiterianos e outros cristãos reformados a apreciar mais profundamente as confissões desses diversos grupos.

Agradeço ao meu grande amigo, Sinclair B. Ferguson, por ter me ajudado na redação da introdução histórica às sete confissões reformadas contidas nesta harmonia. Também agradeço a Gary e Linda den Hollander, que prepararam e revisaram meticulosamente o documento. Que Deus possa usar graciosamente esta obra para despertar uma apreciação mais profunda pelas nossas confissões reformadas e estimular uma comunhão maior entre os crentes reformados por todo o mundo, independentemente de qual seja a família reformada a que pertençam. A beleza deste livro é que ele ressalta a harmonia entre as confissões reformadas, a despeito da diversidade de suas inúmeras tradições históricas.

Joel R. Beeke

Introdução histórica às confissões de fé reformadas

Confissão de Fé Belga (1561)

A mais antiga das sete confissões nesta harmonia é a Confissão de Fé Belga, retirada da designação em latim da confissão do século 17 *Confessio Belgica.* Ela é chamada de Belga porque se refere a todos os Países Baixos, tanto do norte quanto do sul, atualmente divididos em Holanda e Bélgica. A Confissão Belga também é chamada de Confissão de Walloon e Confissão da Holanda.

O principal autor da Confissão Belga foi Guido de Brès (1522-1567), um pastor itinerante reformado. Durante o século 16, as igrejas reformadas na Holanda sofreram forte perseguição sob o comando de Filipe II da Espanha, partidário da Igreja Católica Romana. Em 1561, de Brès preparou esta confissão em francês como uma defesa para os crentes reformados perseguidos nos Países Baixos que formaram as assim chamadas "igrejas sob a cruz". De Brès foi ajudado principalmente pelos seus companheiros pastores que queriam provar a seus perseguidores que os adeptos da fé reformada não eram rebeldes, mas cidadãos obedientes à lei que professavam doutrinas bíblicas. A confissão foi moldada a partir da Confissão Gaulesa, uma confissão reformada francesa de 1559 que, por sua vez, se baseava no modelo de Calvino.

Basicamente, a Confissão Belga segue o que se tornou a ordem doutrinária tradicional da teologia sistemática reformada: as doutrinas a respeito de Deus (teologia, artigos 1-11), do homem (antropologia, artigos 12-15), de Cristo (cristologia, artigos 16-21), da salvação (soteriologia, artigos 22-26), da igreja (eclesiologia, artigos 27-35) e dos últimos acontecimentos (escatologia, artigo 37). O artigo 36 se refere à natureza teocrática do governo civil. Embora siga uma ordem doutrinária objetiva, a confissão tem um caloroso tom de experiência pessoal, o que é reforçado pelo uso repetido do pronome *nós*.

Um ano depois de ser escrita, uma cópia da confissão foi enviada ao rei Filipe II, junto com uma declaração de que os requerentes estavam dispostos a obedecer ao governo em todas as suas leis, mas "ofereceriam as costas ao açoite, a língua à faca, a boca à mordaça e o corpo ao fogo, sabendo bem que aqueles que seguem a Cristo devem carregar a sua cruz e negar-se a si mesmos", em vez de negar a verdade expressa na confissão. Contudo, nem a confissão nem a petição persuadiram as autoridades da Espanha a serem mais tolerantes com os protestantes. Em 1567, de Brès tornou-se um mártir entre os milhares que selaram a sua fé com sangue. No entanto, a sua obra perdurou como uma declaração convincente da doutrina reformada.

A Confissão Belga foi prontamente recebida pelas igrejas reformadas na Holanda depois de sua tradução para o holandês em 1562. Em 1566, ela foi revisada pelo Sínodo da Antuérpia. Em seguida, foi regularmente adotada pelos sínodos nacionais holandeses realizados durante as últimas três décadas do século 16. Depois de mais uma revisão, o Sínodo de Dort (1618-1619) adotou a confissão como um padrão doutrinário ao qual todas as igrejas reformadas teriam que subscrever.

Catecismo de Heidelberg (1563)

O Catecismo de Heidelberg foi escrito em Heidelberg, Alemanha, a pedido de Frederico III (1516-1576), príncipe do Palatinado, uma influente província alemã. O piedoso príncipe designou Zacarias Ursino (1534-1583), um professor de teologia de 28 anos, da Universidade de Heidelberg,

e Gaspar Oleviano (1536-1587), pregador da corte de Frederico, de 26 anos, para que preparassem um catecismo reformado com o objetivo de instruir os jovens e orientar pastores e professores. Ursino foi o principal responsável pelo conteúdo do catecismo, enquanto Oleviano provavelmente esteve mais envolvido com a composição e revisão final. A erudição de Ursino e a eloqüência de Oleviano são evidentes no produto final, que foi chamado "um catecismo de beleza e impacto incomuns, uma reconhecida obra-prima". Frederico sugeriu que muitos outros, inclusive os membros da faculdade de teologia e os responsáveis pela igreja do Palatinado, haviam contribuído para a finalização do documento.

Depois que o catecismo foi aprovado pelo Sínodo de Heidelberg, em janeiro de 1563, mais três edições alemãs, cada uma delas com pequenos acréscimos, assim como uma tradução para o latim, foram publicadas no mesmo ano em Heidelberg. A quarta edição foi considerada como o texto oficial do catecismo durante muito tempo. A tradução holandesa sancionada pelo Sínodo de Dort, com base na qual o texto em inglês foi elaborado, foi produzida a partir dessa edição.

Quando a primeira edição do Catecismo de Heidelberg apareceu, a Bíblia alemã ainda não tinha sido dividida em versículos. Conseqüentemente, as passagens das Escrituras incluíam apenas o livro e o capítulo. Além disso, as perguntas do catecismo não eram numeradas. Uma tradução para o latim logo retificou essas questões, incluindo os versículos de referência e numerando as perguntas. O catecismo também foi dividido em 52 seções, de modo que cada seção – designada como o "Dia do Senhor" – pudesse ser pregada a cada domingo do ano.

O catecismo contém mais textos bíblicos que exemplificam as questões apresentadas do que a maioria dos catecismos porque os seus autores queriam que ele fosse "um eco da Bíblia". Os textos deveriam ser considerados como uma parte importante do catecismo, conforme Frederico menciona no prefácio original: "Os textos, por meio dos quais a fé das crianças é confirmada, foram escolhidos, mediante muito esforço, das Escrituras divinamente inspiradas".

As 129 perguntas e respostas do Catecismo de Heidelberg estão divididas em três partes, padronizadas de acordo com a Epístola aos Romanos. Depois de uma tocante introdução sobre a fonte de conforto do verdadeiro crente, as perguntas 3–11 se referem à experiência do pecado e à miséria (Rm 1–3.20); as perguntas 12–85 se referem à redenção em Cristo e à fé (Rm 3.21–11.36), juntamente com uma longa exposição do Credo dos Apóstolos e dos sacramentos; as perguntas 86–129 abordam a verdadeira gratidão pelo livramento dado por Deus (Rm 12–16), basicamente por meio de um estudo dos Dez Mandamentos e da Oração Dominical. O catecismo apresenta as doutrinas com clareza e ardor. Seu conteúdo é mais subjetivo que objetivo, mais espiritual que dogmático. Não é de surpreender que este catecismo pessoal e devocional, conforme exemplificado pelo uso de pronomes no singular, tenha sido chamado "o livro de conforto" para os cristãos.

Já em 1563, o catecismo foi traduzido para o holandês por Petrus Dathenus e publicado no seu Saltério rítmico em 1566. Seu conteúdo prático e de experiência pessoal ganhou a afeição do povo de Deus na Holanda. Alguns meses depois que o catecismo foi publicado em holandês, Peter Gabriel abriu um precedente para os ministros holandeses ao pregar todos os domingos à noite com base no catecismo. O catecismo foi aprovado pelos sínodos de Wesel (1568), de Emden (1571), de Dort (1578), de Haia (1586) e de Dort (1618-1619), que oficialmente o adotaram como a segunda das Três Formas de Unidade. O Sínodo de Dort também determinou que pregações semanais a partir do catecismo fossem obrigatórias.

O Catecismo de Heidelberg, desde então, tem sido traduzido para toda a Europa e para dezenas de línguas da Ásia e da África. Ele circula mais amplamente do que qualquer outro livro, exceto a Bíblia, *The Imitation of Christ* de Tomás à Kempis e *Pilgrim's Progress* de John Bunyan. Profundamente calvinista, no entanto moderado quanto ao tom e pacífico quanto ao espírito, este

"livro do conforto" permanece o mais amplamente usado e elogiado catecismo da Reforma.

Segunda Confissão Helvética (1566)

A Primeira Confissão Helvética teve origem em 1536 devido a uma preocupação em harmonizar e consolidar o ensinamento da Reforma, fornecendo uma confissão suíça comum (*Helvetii* é o termo latino para o povo do Leste da Gália, atual Suíça). Embora apreciada pelo próprio Lutero, foi rejeitada devido a uma discordância a respeito da "presença real" de Cristo na última ceia, uma questão resolvida mais tarde – pelo menos para os calvinistas e zuinglianos – no Acordo de Zurique (*Consensus Tigurinus*) de 1549.

A Segunda Confissão Helvética é de importância muito maior, mas teve origens muito mais pessoais. Ela começou a existir na forma de uma confissão pessoal e um testemunho escrito por Heinrich Bullinger em 1562. Em 1564, Bullinger, acometido da peste que assolava Zurique, revisou o seu trabalho inicial, prevendo a sua morte. Embora sua esposa e três filhas tivessem morrido, Bullinger sobreviveu. Frederico III, Eleitor do Palatinado, pediu a Bullinger que elaborasse uma declaração da fé reformada, e ele lhe forneceu uma cópia do seu trabalho. Com a confissão traduzida para o alemão, Frederico apareceu para se defender das críticas de Lutero na Dieta Imperial de 1566. Depois de algumas revisões numa conferência em Zurique no mesmo ano, a confissão foi aceita por Berna, Biel, Genebra, os Grisons, Mühlhausen, Schaffhausen e St. Gall. Depois, foi amplamente aprovada na Escócia, na Hungria, na Polônia e em vários outros lugares.

A Segunda Confissão Helvética é de fato um manual compacto da teologia reformada, que contém trinta capítulos e quase vinte mil palavras. Escrita tendo como cenário a edição definitiva das *Institutas* de Calvino (1559) e a Contra-Reforma, reunida em Trento (1545-1563), ela formula a teologia reformada num resumo abrangente. Tendo como ponto de partida as Escrituras, ela avança pelas idéias da teologia sistemática, abordando questões características da Reforma e de Calvino: a pregação de que a Palavra de Deus é a Palavra de Deus (cap. 1); Cristo é o espelho no qual devemos contemplar a nossa eleição (cap. 10); a providência e a predestinação recebem tratamentos separados; o corpo e o sangue de Cristo não são recebidos carnalmente, mas espiritualmente, ou seja, por intermédio do Espírito Santo. Porém, questões religiosas de ordem prática também são motivos de grande preocupação: a oração e os cânticos, a questão dos dias santos, a catequese, a visitação aos doentes e o enterro dos mortos são discutidas (caps. 23–26), assim como questões ligadas ao casamento e ao celibato e o papel do magistrado (caps. 29–30).

A Segunda Confissão Helvética foi, portanto, uma declaração madura da teologia reformada para a segunda metade do século 16. Bem recebida internacionalmente, foi traduzida para o holandês, o inglês, o polonês, o italiano, o magiar, o turco e o árabe. Ela figura como um valioso testemunho das obras e da fé de Heinrich Bullinger.

Cânones de Dort (1618-1619)

O Julgamento do Sínodo de Dort sobre os Cinco Artigos Principais da Doutrina em Discussão na Holanda é conhecido popularmente como os Cânones de Dort, ou os Cinco Artigos Contra os Arminianos. Trata-se de declarações doutrinárias adotadas pelo Sínodo de Dort, que se reuniu na cidade de Dordrecht em 1618-1619. Embora este fosse um sínodo nacional de igrejas reformadas da Holanda, teve um caráter internacional, com 27 delegados estrangeiros representando 8 países, além dos 62 delegados holandeses.

O Sínodo de Dort foi realizado para resolver uma séria controvérsia nas igrejas holandesas, iniciada pelo surgimento do Arminianismo. Jacob Armínio (1560-1609), professor de teologia na Universidade de Leiden, divergia da fé reformada em vários pontos. Depois da morte de Armínio, 43 dos seus seguidores apresentaram os seus pontos de vista hereges na assembléia da Holanda. Nesse documento, chamado o Protesto de 1610 e,

mais explicitamente em escritos posteriores, os arminianos ensinavam (1) a eleição baseada na fé pressuposta, prevista, (2) a universalidade da redenção de Cristo, (3) o livre-arbítrio e a depravação parcial do homem, (4) a resistibilidade da graça e (5) a possibilidade de cair da graça. Eles solicitaram a revisão dos padrões doutrinários das igrejas reformadas e a proteção do governo aos pontos de vista arminianos. O conflito arminiano-calvinista tornou-se tão sério que levou a Holanda à beira da guerra civil. Finalmente, em 1617, a assembléia votou por 4 a 3 a favor de um sínodo nacional para tratar do problema do Arminianismo.

O sínodo realizou 154 sessões formais durante um período de sete meses (novembro de 1618 a maio de 1619). Liderados por Simão Episcopo, 13 teólogos arminianos tentaram atrasar o trabalho do sínodo e dividir os delegados. Seus esforços foram inúteis. Sob a liderança de Johannes Bogerman, os arminianos não foram aceitos. O sínodo, então, desenvolveu os cânones, que rejeitaram totalmente o Protesto de 1610 e estabeleceram a doutrina reformada dos pontos debatidos com base nas Escrituras. Esses pontos, conhecidos como os Cinco Pontos do Calvinismo são: eleição incondicional, redenção limitada, depravação total, graça irresistível e a perseverança dos santos. Embora esses pontos não representem inteiramente o Calvinismo e talvez seja melhor considerá-los como As Cinco Respostas do Calvinismo aos Cinco Erros do Arminianismo, eles certamente permanecem no âmago da fé reformada, particularmente da soteriologia reformada, pois fluem do princípio da soberania divina absoluta para salvação dos pecadores. Eles podem ser resumidos do seguinte modo: (1) A eleição incondicional e a fé salvadora são dons soberanos de Deus. (2) Conquanto a morte de Cristo seja suficiente para expiar os pecados de todo o mundo, sua eficácia salvadora é restrita aos eleitos. (3,4) Todas as pessoas são tão completamente pervertidas e corrompidas pelo pecado que não podem exercer o livre-arbítrio em favor de sua salvação, nem efetuar nenhuma parte da salvação. Em soberana graça, Deus nos chama irresistivelmente e regenera o eleito para uma vida nova. (5) Deus graciosamente preserva o redimido para que ele persevere até o fim, muito embora eles possam ser atribulados por muitas fraquezas à medida que buscam afirmar o seu chamado e a sua eleição. Exposto com simplicidade, o assunto principal dos cânones é a graça soberana concebida, a graça soberana merecida, a graça soberana necessitada e aplicada e a graça soberana preservada.

Embora os cânones tenham apenas quatro seções, falamos de cinco pontos de doutrina porque os cânones foram estruturados para corresponder aos cinco artigos do Protesto de 1610. As seções 3 e 4 foram combinadas e transformadas em uma porque os teólogos de Dort as consideraram inseparáveis, e portanto designadas como "Tópico de Doutrina III/IV".

Os cânones são únicos por causa do papel desempenhado como uma decisão judicial na controvérsia armininana. O prefácio original chamou os cânones de um "julgamento, no qual tanto o ponto de vista verdadeiro, que concorda com a Palavra de Deus no que diz respeito aos Cinco Pontos de doutrina, é explicado, quanto o ponto de vista falso, que discorda da Palavra de Deus, é rejeitado". Contudo, os cânones são limitados. Eles focalizam apenas os cinco pontos de discussão da doutrina. Cada seção do documento inclui uma parte positiva e uma negativa; a primeira, uma exposição da doutrina reformada sobre o assunto; a segunda, uma rejeição dos erros arminianos correspondentes. Ao todo, os cânones contêm 59 artigos de exposição, e 34 rejeições de erros.

Os cânones formam um documento equilibrado sobre doutrinas específicas baseado nas Escrituras. Eles são a única Forma de Unidade que foi escrita por uma assembléia eclesiástica e que representava o ponto de vista de todas as igrejas reformadas daqueles dias. Todos os delegados holandeses e estrangeiros, quer de persuasão supralapsariana ou infralapsariana, sem exceção, apuseram suas assinaturas aos cânones. Depois, eles se uniram num culto de ação de graças para louvar a Deus pela preservação da doutrina da graça soberana entre as igrejas reformadas.

Confissão de Fé de Westminster (1647)

A confissão de fé produzida pelos teólogos de Westminster foi, sem dúvida alguma, um dos documentos mais influentes do período pós-Reforma da Igreja Cristã. É uma exposição cuidadosamente formulada da teologia reformada do século 17, e a serenidade das suas frases esconde a tempestuosidade do cenário político contra o qual ela foi escrita.

A Assembléia de Westminster se reuniu em 1643, depois de anos de tensão entre Carlos I e o Parlamento predominantemente puritano. Sob a presidência do Dr. William Twisse, em oposição aos desejos expressos do rei, o objetivo inicial dessa reunião era promover uma maior uniformidade de fé e prática em todo o reino. A tarefa inicial dos delegados era revisar os 39 artigos da Igreja da Inglaterra, mas depois da assinatura da Solene Liga e Aliança essa tarefa se estendeu para algo mais específico e preciso, como elaborar fórmulas teológicas e eclesiásticas que levassem a Igreja da Inglaterra a se enquadrar dentro da doutrina e prática da Igreja Presbiteriana da Escócia.

Os delegados ministeriais da Igreja Nacional da Escócia (que recusaram se tornar membros da Assembléia) eram o líder eclesiástico Alexander Henderson, o grande teólogo calvinista e representante da fé reformada Samuel Rutherford, o extraordinário jovem talentoso George Gillespie e o fascinante Robert Baillie (em cujo *Letters and Journals* encontramos instantâneos das atividades e personalidades da Assembléia). Os escoceses também insistiam em enviar presbíteros regentes como representantes, ilustrando assim o compromisso do governo da igreja de ter presbíteros regentes e docentes.

Para todos os objetivos práticos, esses delegados escoceses constituíram o grupo mais forte dentre aqueles que se reuniram na Capela de Henrique VII e posteriormente na Câmara de Jerusalém, na Abadia de Westminster, em Londres, durante os anos de discussão e debate. Enquanto a maioria dos delegados parecia pertencer aos variados graus do pensamento presbiteriano, ali também estavam representados os episcopais e independentes, sendo que este último grupo (do qual faziam parte Thomas Goodwin e Jeremiah Burroughs) muitas vezes irritava os escoceses.

Os diversos documentos elaborados pela Assembléia resultaram do processo de trabalho de uma comissão que se reunia à tarde, seguida de discussão em plenário com a assembléia pela manhã, com momentos de culto e dias de jejum. Apesar das divergências, os teólogos verdadeiramente elaboraram um dos maiores documentos da história da igreja, que tem instruído, direcionado e influenciado profundamente as igrejas presbiterianas em todo o mundo desde então. A Confissão de Fé e o Breve Catecismo influenciaram o presbiterianismo mais profundamente do que as próprias *Institutas* de Calvino.

A Confissão de Fé de Westminster representa o ponto alto no desenvolvimento da teologia, e sua dinâmica espiritual está fortemente ligada ao pacto da Aliança. Dividida em 33 capítulos, abrange todo o conjunto da doutrina cristã, começando com as Escrituras como a fonte de conhecimento das coisas divinas (de acordo com a Primeira e a Segunda Confissão Helvética, a Fórmula de Concórdia e os Artigos Irlandeses). Prossegue com uma exposição sobre Deus e seus decretos, a criação, a providência e a queda (II-VI) antes de passar a explicar o pacto da graça, a obra de Cristo e finalmente a aplicação da redenção (X-XVIII). Embora tenha havido críticas de que a confissão seja um documento profundamente escolástico (por exemplo, não possui um capítulo separado a respeito do Espírito Santo), é cada vez mais conhecida como a primeira confissão na história do Cristianismo que tem um capítulo especialmente dedicado à adoção (XII) – que talvez seja a doutrina menos escolástica de todas. Em inúmeros capítulos, é dada atenção especial à lei e à liberdade, assim como à doutrina da igreja, dos sacramentos (XXV-XXIX) e das últimas coisas (XXXII-XXXIII).

Embora a confissão tenha sido elaborada por mentes teológicas disciplinadas, ela também revela a influência de homens com profunda experiência

de pregação e vida pastoral. É uma expressão notável da teologia clássica reformada formulada para as necessidades do povo de Deus.

Breve Catecismo de Westminster (1647)

A Assembléia de Westminster produziu dois catecismos. O menor deles contém 107 perguntas, com respostas simples, de uma só frase, embora algumas delas às vezes fossem mais detalhadas nas suas respostas. O modelo seguido é em termos gerais o da Confissão de Fé, mas aqui as definições teológicas são compactas e concisas.

A característica mais notável e famosa do catecismo é a genialidade de sua primeira pergunta e resposta: "Qual é o fim principal do homem? O fim principal do homem é glorificar a Deus e gozá-lo para sempre". Porém, igualmente importante, embora menos freqüentemente reconhecido, é a ênfase de que isso deve ser realizado em conformidade com a Palavra e a vontade de Deus. Desse modo, deve ser dada atenção especial à explicação do Decálogo (perguntas 41 a 81). Longe de ser um sinal de legalismo incipiente ou verdadeiro, este catecismo foi considerado pelos próprios teólogos de Westminster como uma lição indispensável na vida cristã. Para eles, o conhecimento da vontade de Deus reside principalmente em viver para Cristo na força do Espírito a fim de realizar a vontade do Pai Celeste revelada nas Escrituras.

O Catecismo Maior de Westminster (1648)

O Catecismo Maior apresenta a mesma teologia e muitas das características do Breve Catecismo, porém é mais abrangente e detalhado. Ele contém 196 perguntas e respostas, muitas delas com frases complexas e longas, chegando a ter mais de cem palavras.

Exigindo maior poder de memorização, a utilidade do Catecismo Maior repousa mais no seu valor como instrumento de ensino elaborado de forma catequética do que na sua capacidade de memorização. Philip Schaff afirmou que a função desse catecismo deveria ser a promoção do tipo de pregação catequética comum na tradição reformada continental. Embora essa afirmação seja infundada e pouco provável, no entanto é verdade que o Catecismo Maior também serve como um guia útil para a pregação sobre temas doutrinários. Nesse sentido, ele identifica os elementos e as questões principais que devem ser abordados nessas pregações.

Depois das cinco perguntas iniciais que indicam que é nas Escrituras que aprendemos quem é Deus, como podemos conhecê-lo e o que ele deseja, as perguntas 6 a 90 nos ensinam o que devemos crer sobre ele. As perguntas 91 a 196 explicam os deveres da vida cristã.

Como no caso do Breve Catecismo, a ênfase da obediência do cristão está definida na compreensão incontestável e total da graça de Deus em Cristo. Os teólogos determinaram elaborar um guia muito bem estruturado que aplica a Palavra de Deus no contexto prático da vida cotidiana. Embora poucos tenham a energia mental de memorizar o Catecismo Maior, ele continua a ser um guia valioso para o pensamento e o modo de vida cristão.

Joel R. Beeke
Puritan Reformed Theological Seminary
Grand Rapids, Michigan

Sinclair B. Ferguson
St. George's Tron Parish Church
Glasgow, Escócia

Introdução

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
	P. 1. Qual é o seu único conforto na vida e na morte? R.: O meu único conforto é que – corpo e alma, tanto na vida como na morte,[1] não pertenço a mim mesmo,[2] mas ao meu fiel Salvador, Jesus Cristo,[3] que, com o seu próprio sangue,[4] pagou totalmente por todos os meus pecados[5] e me libertou completamente do poder do diabo;[6] e assim ele me preserva,[7] de modo que, contra a vontade do meu Pai celestial, nem um fio de cabelo poderá cair da minha cabeça;[8] e também, que todas as coisas devem cooperar para a minha salvação,[9] e, portanto, pelo seu Espírito Santo ele também me garante a vida eterna[10] e me torna sinceramente disposto e pronto a viver para ele daqui em diante.[11] [1] 1Co 6.19,20 [2] Rm 14.7-9 [3] 1Co 3.23 [4] 1Pe 1.18,19 [5] Jo 1.17 [6] 1Jo 3.8; Hb 2.14,15 [7] Jo 6.39; Jo 10.28,29 [8] Lc 21.18; Mt 10.30 [9] Rm 8.28 [10] 2Co 1.22; 2Co 5.5 [11] Rm 8.14; Rm 7.22		

Confissão de Fé de Westminster (1647)	O Breve Catecismo (1647)	O Catecismo Maior (1648)
	P. 1: Qual é o fim principal do homem? R.: O fim principal do homem é glorificar a Deus[1] e gozá-lo para sempre.[2] [1] 1Co 10.31; Rm 11.36 [2] Sl 73.24-28	*P. 1: Qual é o fim supremo e principal do homem?* R.: O fim supremo e principal do homem é glorificar a Deus[1] e gozá-lo para sempre.[2] [1] Rm 11.36; 1Co 10.31 [2] Sl 73.24-28; Jo 17.21-23

Teologia:
A doutrina de Deus

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

O ser e os atributos de Deus

Artigo 1

Há um único Deus

Todos nós cremos com o coração e confessamos com a boca que há um só Deus, um único e simples[1] ser espiritual,[2] que é eterno,[3] incompreensível,[4] invisível,[5] imutável,[6] infinito,[7] todo-poderoso; totalmente sábio,[8] justo,[9] e bom,[10] e a fonte transbordante de todo o bem.[11]

[1] Ef 4.6; Dt 6.4; 1Tm 2.5; 1Co 8.6
[2] Jo 4.24
[3] Is 40.28
[4] Rm 11.33
[5] Rm 1.20
[6] Ml 3.6
[7] Is 44.6
[8] 1Tm 1.17
[9] Jr 12.1
[10] Mt 19.17
[11] Tg 1.17; 1Cr 29.10-12

P. 94: O que Deus ordena no primeiro mandamento?

R.: Que, de modo tão sincero quanto eu desejo a salvação da minha própria alma, devo evitar toda idolatria,[1] feitiçaria, adivinhação e superstição,[2] a invocação de santos ou de quaisquer outras criaturas,[3] bem como fugir disso tudo; devo aprender a devidamente reconhecer o único e verdadeiro Deus,[4] confiar somente nele,[5] e com humildade e paciência[6] submeter-me a ele;[7] esperar todas as boas coisas somente dele,[8] amá-lo,[9] temê-lo[10] e glorificá-lo[11] de todo o meu coração, de modo a preferir abandonar todas as criaturas[12] a fazer a menor coisa que seja contrária à sua vontade.[13]

[1] 1Co 6.9,10; 1Co 10.7,14
[2] Lv 18.21; Dt 18.10-12
[3] Mt 4.10; Ap 19.10
[4] Jo 17.3
[5] Jr 17.5,7
[6] Hb 10.36; Cl 1.11; Rm 5.3,4; Fp 2.14
[7] 1Pe 5.5,6
[8] Sl 104.27, Is 45.7; Tg 1.17
[9] Dt 6.5; Mt 22.37
[10] Dt 6.5; Mt 10.28
[11] Mt 4.10
[12] Mt 5. 29,30; At 5.29; Mt 10.37
[13] Mt 5.19

P. 95: O que é idolatria?

R.: Idolatria é, em lugar do único e verdadeiro Deus que se manifestou na sua Palavra, ou além dele, inventar ou ter qualquer outro objeto no qual os homens colocam a sua confiança.[1]

[1] 2Cr 16.12; Fp 3.18,19; Gl 4.8; Ef 2.12

III. De Deus, sua unidade e trindade

1. Acreditamos e ensinamos que Deus é um em essência ou natureza; que ele subsiste por si mesmo; é totalmente suficiente em si mesmo; invisível; incorpóreo; infinito; eterno; o criador de todas as coisas, tanto as visíveis como as invisíveis; o supremo-bem; vivo; aquele que sustenta e preserva todas as coisas; que é onipotente e extremamente sábio; benévolo ou misericordioso; justo e verdadeiro.

2. Abominamos a pluralidade de deuses, porque está claramente escrito: "O SENHOR, nosso Deus, é o único SENHOR" (Dt 6.4). "Eu sou o SENHOR, teu Deus... Não terás outros deuses diante de mim" (Êx 20.2,3). "Além de mim não há outro; eu sou o SENHOR, e não há outro... não há outro Deus, senão eu, Deus justo e Salvador não há além de mim" (Is 45.6,21). "SENHOR, SENHOR Deus compassivo, clemente e longânimo e grande em misericórdia e fidelidade" (Êx 34.6).

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

II. De Deus e da santíssima trindade

1. Há um só[1] Deus vivo e verdadeiro,[2] o qual é infinito em seu ser e perfeição,[3] um espírito puríssimo,[4] invisível,[5] sem corpo, membros[6] ou paixões;[7] imutável,[8] imenso,[9] eterno,[10] incompreensível,[11] onipotente,[12] onisciente,[13] santíssimo,[14] completamente livre[15] e absoluto;[16] que faz tudo segundo o conselho da sua imutável e justa vontade,[17] para sua própria glória;[18] cheio de amor,[19] gracioso, misericordioso, longânimo, abundante em bondade e verdade, que perdoa a iniqüidade, a transgressão e o pecado;[20] galardoador dos que o buscam com diligência,[21] e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos,[22] pois odeia todo pecado,[23] e que de modo algum terá por inocente o culpado.[24]

[1] Dt 6.4; 1Co 8.4,6
[2] 1Ts 1.9; Jr 10.10
[3] Jó 11.7-9; 26.14
[4] Jo 4.24
[5] 1Tm 1.17
[6] Dt 4.15,16; Jo 4.24; Lc 24.39
[7] At 14.11,15
[8] Tg 1.17; Ml 3.6
[9] 1Rs 8.27; Jr 23.23,24
[10] Sl 90.2; 1Tm 1.17
[11] Sl 145.3
[12] Gn 17.1; Ap 4.8
[13] Rm 16.27
[14] Is 6.3; Ap 4.8
[15] Sl 115.3
[16] Êx 3.14
[17] Ef 1.11
[18] Pv 16.4; Rm 11.36
[19] 1Jo 4.8,16
[20] Êx 34.6,7
[21] Hb 11.6
[22] Ne 9.32,33
[23] Sl 5.5,6
[24] Na 1.2,3; Êx 34.7

2. Deus tem em si mesmo, e de si mesmo, toda a vida,[1] glória,[2] bondade[3] e bem-aventurança.[4] Ele é todo-suficiente em si e para si, pois não precisa das criaturas que ele fez,[5] nem obtém delas qualquer glória,[6] mas somente manifesta a sua glória nelas, para elas e sobre elas. Ele é a única origem de todo ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas,[7] e sobre elas ele tem soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser.[8] Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele;[9] o seu saber é infinito, infalível e independente da criatura,[10] de modo que para ele nada é contingente ou incerto.[11] Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos.[12] Da parte

P. 4: O que é Deus?

R.: Deus é um espírito,[1] infinito,[2] eterno[3] e imutável[4] em seu ser,[5] sabedoria,[6] poder,[7] santidade,[8] justiça, bondade e verdade.[9]

[1] Jo 4.24
[2] Jó 11.7-9
[3] Sl 90.2
[4] Tg 1.17
[5] Êx 3.14
[6] Sl 147.5
[7] Ap 4.8
[8] Ap 15.4
[9] Êx 34.6,7

P. 5: Há mais de um Deus?

R.: Há um só Deus, o Deus vivo e verdadeiro.[1]

[1] Dt 6.4; Jr 10.10

P. 6: O que as Escrituras revelam acerca de Deus?

R.: As Escrituras revelam o que Deus é,[1] as pessoas da divindade,[2] os seus decretos e como ele os executa.[3]

[1] Hb 11.6
[2] 2Jo 5.17
[3] At 15.14,15,18
[4] At 4.27,28

P. 7: O que é Deus?

R.: Deus é Espírito,[1] em si e por si infinito em seu ser,[2] glória,[3] bem-aventurança[4] e perfeição;[5] ele é todo-suficiente,[6] eterno,[7] imutável,[8] insondável,[9] onipresente,[10] todo-poderoso,[11] onisciente,[12] totalmente sábio,[13] santo,[14] justo,[15] misericordioso e gracioso, longânimo e abundante em bondade e verdade.[16]

[1] Jo 4.24
[2] Êx 3.14; Jó 11.7-9
[3] At 7.2
[4] 1Tm 6.15
[5] Mt 5.48
[6] Gn 17.1
[7] Sl 90.2
[8] Ml 3.6; Tg 1.17
[9] 1Rs 8.27
[10] Sl 139.1-13
[11] Ap 4.8
[12] Hb 4.13; Sl 147.5
[13] Rm 16.27
[14] Is 6.3; Ap 15.4
[15] Dt 32.4
[16] Êx 34.6

P. 8: Há mais que um Deus?

R.: Há um só Deus, o Deus vivo e verdadeiro.[1]

[1] Dt 6.4; 1Co 8.4,6; Jr 10.10

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A revelação

Artigo 2

Como conhecemos a Deus

Nós o conhecemos por dois meios. Primeiro, pela criação, pela manutenção e pelo governo do universo,[1] o qual está perante os nossos olhos como um livro formoso, em que todas as criaturas, grandes e pequenas, são como letras que nos levam a contemplar os atributos invisíveis de Deus, ou seja, o seu eterno poder, como também a sua própria divindade, como diz o apóstolo Paulo (Rm 1.20). Todas essas coisas são suficientes para convencer os homens e torná-los indesculpáveis.

Em segundo lugar, Deus se dá a conhecer de modo ainda mais claro e pleno por meio de sua sagrada e divina Palavra,[2] ou seja, tanto quanto nos é necessário saber nesta vida, para a sua glória e para a nossa salvação.

[1] Sl 19.2; Ef 4.6
[2] Sl 19.8; 1Co 12.6

P. 122: Qual é a primeira petição?

R.: "Santificado seja o teu nome",[1] ou seja, que, em primeiro lugar, nos seja concedido que o conheçamos em verdade[2] e o santifiquemos, glorifiquemos e o louvemos em todas as suas obras, nas quais o seu poder, a sua sabedoria, a sua bondade, a sua justiça, a sua misericórdia e a sua verdade estão claramente demonstrados.[3]

[1] Mt 6.9
[2] Jo 17.3; Jr 9.23,24; Mt 16.17; Tg 1.5
[3] Sl 119.137,138; Lc 1.46; Sl 145.8,9

Capítulos III e IV

Artigo 6

O que, portanto, nem a luz natural nem a lei podem fazer, Deus o faz pelo poder do Espírito Santo por meio da Palavra ou do ministério da reconciliação, que é o evangelho do messias, por meio do qual Deus se agradou em salvar os crentes, tanto sob o Antigo como sob o Novo Testamento.

Artigo 7

No Antigo Testamento, Deus revelou a poucas pessoas esse mistério da sua vontade; no Novo Testamento (no qual a distinção entre os povos foi eliminada), ele se revelou a um número muito maior de pessoas, sem qualquer distinção. A causa dessa dispensação não deve ser atribuída ao valor superior de uma nação sobre outra, e nem ao fato de eles fazerem um melhor uso da luz da natureza, mas resulta totalmente da soberana

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura lhe são devidos todo culto, todo serviço e toda obediência, que ele houve por bem requerer deles.[13] [1] Jo 5.26 [2] At 7.2 [3] Sl 119.68 [4] 1Tm 6.15; Rm 9.5 [5] At 17.24,25 [6] Jo 22.2,3 [7] Rm 11.36 [8] Ap 4.11; 1Tm 6.15; Dn 4.25,35 [9] Hb 4.13 [10] Rm 11.33,34; Sl 147.5 [11] At 15.18; Ez 11.5 [12] Sl 145.17; Rm 7.12 [13] Ap 5.12-14		

I. Das Santas Escrituras

1. Embora a luz da natureza e as obras da criação e da providência manifestem de tal modo a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, de modo a deixar os homens inescusáveis,[1] contudo elas não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e de sua vontade que é necessário à salvação.[2] Portanto, aprouve ao Senhor, em diversos tempos e de diferentes modos, revelar-se e declarar à sua igreja a sua vontade;[3] e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda,[4] o que torna as Escrituras Sagradas indispensáveis,[5] uma vez que cessaram os antigos modos de Deus revelar a sua vontade ao seu povo.[6]

[1] Rm 2.14,15; 1.19,20; Sl 19.1-3; Rm 1.32; 2.1
[2] 1Co 1.21; 2.13,14
[3] Hb 1.1
[4] Pv 22.19-21; Lc 1.3,4; Rm 15.4; Mt 4.4,7,10; Is 8.19,20
[5] 2Tm 3.15; 2Pe 1.19
[6] Hb 1.1,2

P. 2: De onde se infere que há um Deus?

R.: A própria luz da natureza no espírito do homem, bem como as obras de Deus, claramente manifestam que existe um Deus;[1] porém, só a sua Palavra e o seu Espírito o revelam de um modo suficiente e eficaz aos homens, para a salvação deles.[2]

[1] Rm 1.19,20; Sl 19.1-3; At 17.28
[2] 1Co 2.9,10; 2Tm 3.15-17; Is 59.21

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
			boa vontade e do amor imerecido de Deus. Portanto, aqueles que recebem tão grande graça, além e ao contrário de tudo o que merecem, devem reconhecer isso com coração humilde e agradecido, bem como devem, com o apóstolo, adorar, e não de modo curioso investigar a severidade e a justiça dos julgamentos de Deus demonstrada a outros, a quem essa graça não é dada.

As Sagradas Escrituras

Artigo 3

A palavra escrita de Deus

Confessamos que a Palavra de Deus não foi enviada nem entregue por vontade humana, mas homens [santos] falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo, como diz o apóstolo Pedro.[1] E que, depois, Deus, por seu cuidado especial para conosco e para com a nossa salvação, mandou os seus servos, os profetas[2] e os apóstolos,[3] escreverem a sua Palavra revelada. Ele mesmo escreveu com o próprio dedo as duas tábuas da lei.[4] Por isso,

P. 19: Como você sabe disso?

R.: Pelo santo evangelho que o próprio Deus, de início, revelou no paraíso,[1] e que mais tarde publicou por meio dos patriarcas e dos profetas,[2] bem como o representou por meio dos sacrifícios e outras cerimônias da lei,[3] tendo-o, finalmente, cumprido por meio do seu único Filho.[4]

[1] Gn 3.15
[2] Gn 22. 17.18; Gn 28.14; Rm 1.2; Hb 1.1; Jo 5.46
[3] Hb 10.7,8
[4] Rm 10.4; Hb 13.8

P. 22: Em que, então, um cristão deve crer?

I. Das Sagradas Escrituras como a verdadeira Palavra de Deus

1. Cremos e confessamos que as Escrituras Canônicas dos santos profetas e apóstolos dos dois Testamentos são a verdadeira Palavra de Deus; e que elas têm suficiente autoridade por si mesmas e não provêm dos homens, uma vez que o próprio Deus falou aos patriarcas, aos profetas e aos apóstolos, e ainda nos fala por intermédio das Santas Escrituras.

2. E nestas Escrituras Sagradas a igreja universal de Cristo tem uma completa exposição de tudo o que se refere à fé salvadora e ao padrão de uma vida aceitável para Deus; e a esse respeito, Deus ordena expressamente que a ela nada seja acrescentado ou que dela nada seja retirado (Dt 4.2; Ap 22.18,19).

3. Julgamos, portanto, que destas Escrituras devem derivar-se a verdadeira sabedoria e a piedade, a reforma e o governo das igrejas, também a instrução acerca de todos os deveres da piedade; enfim, a confirmação das doutrinas e a refutação de todos os erros, assim como todas as exortações segundo

Capítulo I

Artigo 3

Para que os homens sejam levados à fé, Deus envia, na sua misericórdia, mensageiros dessa alegre boa-nova a quem e quando ele quer; pelo ministério deles, os homens são chamados ao arrependimento e à fé no Cristo crucificado, porque "Como, porém, invocarão aquele em quem não creram? E como crerão naquele de quem nada ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue? E como pregarão se não forem enviados?" (Rm 10.14,15a).

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

I. Das Santas Escrituras

2. Sob o nome de Escrituras Sagradas, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Antigo e do Novo Testamento, que são os seguintes:

Do Antigo Testamento:

Gênesis	Eclesiastes
Êxodo	Cântico dos cânticos
Levítico	Isaías
Números	Jeremias
Deuteronômio	Lamentações
Josué	Ezequiel
Juízes	Daniel
Rute	Oséias
1 Samuel	Joel
2 Samuel	Amós
1 Reis	Obadias
2 Reis	Jonas
1 Crônicas	Miquéias
2 Crônicas	Naum
Esdras	Habacuque
Neemias	Sofonias
Ester	Ageu
Jó	Zacarias
Salmos	Malaquias
Provérbios	

P. 2: Que regra Deus nos deu para nos orientar quanto ao modo de glorificá-lo e gozá-lo?

R.: A Palavra de Deus, que se encontra nas Escrituras do Antigo e do Novo Testamentos,[1] é a única regra para nos orientar quanto ao modo de glorificá-lo e gozá-lo.[2]

[1] 2Tm 3.16; Ef 2.20
[2] 1Jo 1.3,4

P. 3: Qual é a coisa principal que as Escrituras nos ensinam?

R.: A coisa principal que as Escrituras nos ensinam é o que o homem deve crer acerca de Deus, e o dever que Deus requer do homem.[1]

[1] 2Tm 1.13; 3.16

P. 3. O que é a Palavra de Deus?

R.: As Escrituras Sagradas do Antigo e do Novo Testamentos são a Palavra de Deus,[1] a única regra de fé e prática.[2]

[1] 2Tm 3.16; 2Pe 1.19,21
[2] Ef 2.20; Ap 22.18,19; Is 8.20; Lc 16.29,31; Gl 1.8,9; 2Tm 3.15,16

P. 4: Como pode ser demonstrado que as Escrituras são a Palavra de Deus?

R.: As Escrituras se manifestam como a Palavra de Deus por sua majestade[1] e pureza,[2] pela harmonia entre todas as suas partes[3] e pelo propósito do seu conjunto, que é dar toda a glória a Deus;[4] pela sua luz e pelo poder que possuem para convencer e converter os pecadores e para edificar e confortar os crentes para salvação.[5] O Espírito de Deus, porém, ao dar testemunho, pelas Escrituras e juntamente com elas, no coração do homem, é o único capaz de persuadi-lo completamente de que elas são realmente a Palavra de Deus.[6]

[1] Os 8.12; 1Co 2.6,7,13; Sl 119.18,129
[2] Sl 12.6; 119.140

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

chamamos esses escritos de sagradas e divinas Escrituras.

[1] 2Pe 1.21
[2] Êx 24.4; Sl 102.19; Hc 2.2
[3] 2Tm 3.16; Ap 1.11
[4] Êx 31.18

Artigo 4

Os livros canônicos das Sagradas Escrituras

Nós cremos que as Sagradas Escrituras estão contidas em dois livros, ou seja, o Antigo Testamento e o Novo Testamento, que são canônicos e contra os quais nada pode ser alegado. Na igreja de Deus, eles recebem os seguintes nomes:

Os livros do Antigo Testamento são: os cinco livros de Moisés, ou seja, Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio; os livros de Josué, Juízes, Rute, os dois livros de Samuel, os dois livros de Reis, os dois livros de Crônicas, comumente chamados de Paralipomenon, o primeiro livro de Esdras, Neemias, Ester; Jó, os Salmos de Davi, os três livros de Salomão, ou seja, Provérbios, Eclesiastes e Cântico dos Cânticos; os quatro profetas maiores: Isaías, Jeremias (com Lamentações), Ezequiel, Daniel; e os doze profetas menores: Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias.

Os livros do Novo Testamento são: os quatro evangelistas, ou seja, Mateus, Marcos, Lucas e João; Atos dos Apóstolos; as quatorze epístolas do apóstolo Paulo, ou seja, uma aos Romanos, duas aos Coríntios, uma

R.: Em tudo o que nos é prometido no evangelho,[1] que os artigos da nossa fé cristã, universalmente aceita, nos ensina resumidamente.

[1] Jo 20.31; Mt 28.19,20

P. 98: Mas as imagens não podem ser toleradas nas igrejas como livros para os ignorantes?

R.: Não, porque não devemos pretender ser mais sábios do que Deus, que não quer ensinar seu povo por meio de ídolos mudos,[1] mas pela pregação viva da sua Palavra.[2]

[1] 2Tm 3.16; 2Pe 1.19
[2] Jr 10.1; Hc 2.18,19

a palavra do apóstolo Paulo: "Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão" (2Tm 3.16,17). E ainda: "Escrevo-te estas coisas", diz o apóstolo a Timóteo, "... para que fiques ciente de como se deve proceder na casa de Deus" (1Tm 3.14,15). O mesmo apóstolo também diz aos tessalonicenses: "Tendo vós recebido a palavra que de nós ouvistes, que é de Deus, acolhestes não como palavra de homens e sim como, em verdade é, a palavra de Deus" (1Ts 2.13). É por isso que o próprio Jesus disse: "Não sois vós os que falais, mas o Espírito de vosso Pai é quem fala em vós" (Mt 10.20); portanto, "quem vos der ouvidos ouve-me a mim; e quem vos rejeitar a mim me rejeita; quem, porém, me rejeitar rejeita aquele que me enviou" (Mt 10.40; Lc 10.16; Jo 13.20).

4. Portanto, quando a Palavra de Deus é pregada atualmente na igreja por pregadores legitimamente vocacionados, nós cremos que a própria Palavra de Deus é anunciada e recebida pelos fiéis; e que nenhuma outra Palavra de Deus pode ser inventada, nem esperada que venha dos céus: e que hoje o que deve ser considerado é a própria Palavra anunciada, e não o ministro que a prega, pois, embora este seja mau e pecador, contudo a Palavra de Deus permanece boa e verdadeira.

5. Também não consideramos que a pregação para o mundo exterior deva ser considerada infrutífera, uma vez que a instrução na verdadeira religião depende da iluminação interior do Espírito, ou porque está escrito: "Não ensinará jamais cada um ao seu próximo... porque todos me conhecerão" (Jr 31.34), e "nem o que planta é alguma coisa, nem o que rega, mas Deus, que dá o crescimento" (1Co 3.7). Embora saibamos, pelas palavras de Cristo que, "ninguém pode vir a mim se o Pai, que me enviou, não o trouxer" (Jo 6.44), e se não for interiormente iluminado pelo Espírito Santo, todavia cremos indubitavelmente que é da vontade de Deus que a sua palavra seja pregada também a todo mundo. Deus poderia, certamente, ter ensinado a Cornélio por intermédio do Espírito Santo ou do ministério de um anjo, sem o ministério de Pedro, como podemos constatar no Livro de Atos; porém, ele o envia a Pedro, a respeito de quem o anjo diz: "Ele te dirá o que deves fazer" (At 10.6, RC).

6. Pois ele, que ilumina o nosso interior, ao conceder o Espírito Santo aos homens, é o mesmo que ordenou a seus discípulos este mandamento: "Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura" (Mc 16.15). E assim, em Filipos, Paulo levou a palavra a Lídia, vendedora de púrpura entre os filipenses, e o Senhor abriu o coração da mulher (At 16.14). E o mesmo Paulo, num belo desenvolvimento do seu pensamento, em Romanos 10.7, chega

Capítulo II

Artigo 5

Além do mais, a promessa do evangelho é que todo aquele que crer no Cristo crucificado não perece, mas tem a vida eterna. Essa promessa, juntamente com a ordem de se arrepender e crer, deve ser anunciada e proclamada sem discriminação a todos os povos e a todos os homens, aos quais Deus, no seu bom propósito, envia o evangelho.

Capítulos III e IV

Artigo 8

Tantos quantos são chamados pelo evangelho, o são seriamente, pois Deus revela, de modo sério e sincero, na sua Palavra, o que lhe é aceitável, ou seja, que aqueles que são chamados devem aceitar o convite. Além do mais, ele também seriamente promete a vida eterna e o descanso a todos os que a ele forem e nele crerem.

Artigo 17

A todo-poderosa operação de Deus, pela qual ele prolonga e sustenta a nossa vida natural, não exclui, mas requer o uso de meios, pelos quais ele quis exercer o seu poder, de acordo com sua infinita misericórdia e bondade, de modo que a mencionada operação sobrenatural de Deus, pela qual ele nos regenera, de modo nenhum exclui ou anula o uso do evangelho, que o mui sábio Deus ordenou para ser a semente da regeneração e o alimento da alma. Por essa razão, os apóstolos e os mestres que os sucederam, piedosamente instruíram o

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Do Novo Testamento:

Os evangelhos segundo	2 Tessalonicenses
Mateus	1 Timóteo
Marcos	2 Timóteo
Lucas	Tito
João	Filemon
Atos dos Apóstolos	A epístola aos
As epístolas de Paulo aos	Hebreus
Romanos	A epístola de Tiago
1 Coríntios	A primeira e a segunda
2 Coríntios	epístolas de Pedro
Gálatas	A primeira, a segunda e a terceira
Efésios	epístolas de João
Filipenses	A epístola de Judas
Colossenses	O Apocalipse de João
1 Tessalonicenses	

Todos esses livros foram dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e de prática.[1]

[1] Lc 16.29,31; Ef 2.20; Ap 22.18,19; 2Tm 3.16

4. A autoridade das Escrituras Sagradas, razão pela qual elas devem ser cridas e obedecidas, não depende do testemunho de qualquer homem ou da igreja, mas somente de Deus (que é a própria verdade) que é o seu autor; elas devem, portanto, ser recebidas, porque são a Palavra de Deus.[1]

[1] 2Pe 1.19,21; 2Tm 3.16; 1Jo 5.9; 1Ts 2.13

5. Pelo testemunho da igreja podemos ser levados e persuadidos a um alto e reverente apreço pelas Escrituras Sagradas.[1] E a suprema excelência do seu conteúdo, a eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o alcance do seu todo (ou seja, dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e sua total perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a Palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e a certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provêm da operação interior do Espírito Santo que, pela Palavra e com a Palavra, testifica ao nosso coração.[2]

[1] 1Tm 3.15
[2] 1Jo 2.20,27; Jo 16.13,14; 1Co 2.10-12; Is 59.21

6. Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a sua própria glória e para a salvação, a fé e a vida do homem, ou está expressamente declarado nas Escrituras ou pode ser lógica e claramente deduzido delas, às quais nada pode ser acrescentado em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens.[1] No entanto, reconhecemos ser necessária a iluminação interior do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das coisas

[3] At 10.43; 26.22
[4] Rm 3.19,27
[5] At 18.28; Hb 4.12; Tg 1.18; Sl 19.7-9; Rm 15.4; At 20.32
[6] Jo 16.13,14; 1Jo 2.20,27; Jo 20.31

P. 5: O que é que as Escrituras principalmente ensinam?

R.: As Escrituras ensinam, principalmente, o que o homem deve crer acerca de Deus, e o dever que Deus requer do homem.[1]

[1] 2Tm 1.13

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

aos Gálatas, uma aos Efésios, uma aos Filipenses, uma aos Colossenses, duas aos Tessalonicenses, duas a Timóteo, uma a Tito, uma a Filemon e uma aos Hebreus; as sete epístolas de outros apóstolos, ou seja, uma de Tiago, duas de Pedro, três de João, uma de Judas e o Apocalipse do apóstolo João.

Artigo 5

De onde as Sagradas Escrituras derivam sua dignidade e autoridade

Recebemos todos esses livros, e somente esses, como sagrados e canônicos, para regular, fundamentar e confirmar a nossa fé. Cremos, sem dúvida nenhuma, em tudo o que eles contêm, não tanto porque a igreja os aceita e os reconhece como canônicos, mas principalmente porque o Espírito Santo testifica ao nosso coração que eles vêm de Deus, como eles mesmos provam, pois até os cegos podem perceber que as coisas preditas neles estão se cumprindo.

Artigo 7

A suficiência das Sagradas Escrituras para serem a única regra de Fé

Cremos que as Sagradas Escrituras contêm perfeitamente a vontade de Deus e tudo o que o homem deve crer para ser salvo é suficientemente ensinado nelas.[1] Nelas, Deus descreveu por extenso todo o modo de servi-lo. Por isso, não é lícito aos homens, mesmo que fossem apóstolos ou um anjo vindo do céu,

afinal a esta conclusão: "E, assim, a fé vem pela pregação, e a pregação, pela palavra de Cristo" (Rm 10.17).

7. Reconhecemos, entretanto, que Deus pode iluminar quem ele quiser e quando quiser, mesmo sem a intervenção de ministério externo, pois isso está em seu poder; mas aqui nos referimos ao modo usual de instruir os homens, que Deus nos comunicou, tanto por mandamentos como por exemplos.

8. Assim, abominamos todas as heresias de Artêmon, dos maniqueus, dos valentinianos, de Cerdon e dos marcionitas, que negaram que as Escrituras procediam do Espírito Santo, ou não aceitaram algumas partes delas, ou as alteraram e corromperam.

II. Da interpretação das Escrituras Sagradas, e dos santos padres, dos concílios e das tradições

1. O apóstolo Pedro disse que "nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação" (2Pe 1.20). Assim, não aprovamos quaisquer interpretações, nem reconhecemos como verdadeira nem genuína a interpretação das Escrituras, conhecida como a opinião da Igreja Romana sobre a interpretação natural e verdadeira das Escrituras, ou seja, aquela que os defensores da Igreja Romana se esforçam por impor à aceitação de todos. Entretanto, reconhecemos como ortodoxa e genuína apenas a interpretação das Escrituras que é retirada das próprias Escrituras (ou seja, do significado da língua em que foram escritas, segundo as circunstâncias em que foram registradas, pela comparação de passagens semelhantes, das diferentes e também das mais claras) que concorda com a regra de fé e amor e que contribui notavelmente para a glória de Deus e salvação dos homens.

2. Portanto, não desprezamos as interpretações dos santos padres gregos e latinos, nem rejeitamos as suas discussões e os seus tratados, contanto que eles estejam em conformidade com as Escrituras, mas respeitosamente divergimos delas quando nelas encontramos coisas estranhas ou contrárias às Escrituras. Tampouco cremos que estamos lhes fazendo qualquer injustiça a respeito dessa questão, visto que todos eles, unanimemente, não procuraram equiparar os seus escritos com as Escrituras Canônicas, mas nos mandam verificar até que ponto concordam com elas ou delas discordam, aceitando o que está de acordo com elas e rejeitando o que está em desacordo.

3. E nessa mesma ordem, colocamos também os decretos e os cânones dos concílios.

4. Por esse motivo, no que diz respeito às controvérsias religiosas, não toleramos a imposição das opiniões simplórias dos Santos Padres nem dos decretos dos concílios; e muito menos das tradições herdadas, nem opiniões respaldadas por uma grande

povo acerca da graça de Deus, para a sua glória e para humilhação de toda soberba do homem e, ao mesmo tempo, no entanto, eles não descuidaram de manter o povo, pelas santas admoestações do evangelho, sob a ministração da Palavra, dos sacramentos e da disciplina; por isso, aqueles que hoje ensinam ou aprendem na igreja não devem ousar tentar a Deus, separando aquilo que ele no seu bom propósito quis preservar inteiramente unido, pois a graça é conferida por meio de admoestações, e quanto mais prontamente cumprirmos o nosso dever, tanto mais esse benefício de Deus, que opera em nós, se manifesta gloriosamente e sua obra progride. A Deus somente seja dada toda glória eternamente, tanto pelos meios quanto pelo fruto e eficácia da salvação. Amém.

Capítulo V

Artigo 14

Assim como agradou a Deus iniciar a sua obra da graça em nós pela pregação do evangelho, do mesmo modo ele a mantém, preserva e aperfeiçoa pelo ouvir e pela leitura da sua Palavra, pela meditação nela e pelas exortações, ameaças e promessas contidas nela, bem como pelo uso dos sacramentos.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

reveladas na Palavra,[2] e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da igreja, comuns às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras da Palavra, que sempre devem ser observadas.[3]

[1] 2Tm 3.15-17; Gl 1.8,9; 2Ts 2.2
[2] Jo 6.45; 1Co 2.9-12
[3] 1Co 11.13,14; 14.26,40

7. Nas Escrituras, não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos;[1] contudo, as coisas que precisam ser conhecidas, cridas e observadas para a salvação, em um ou outro lugar das Escrituras são tão claramente expostas e aplicadas, que não só os doutos, mas ainda os incultos, com o devido uso dos meios comuns, podem alcançar um entendimento suficiente delas.[2]

[1] 2Pe 3.16
[2] Sl 119.105,130

8. O Antigo Testamento em hebraico (que era a língua vulgar do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que ele foi escrito), tendo sido inspirados imediatamente por Deus, e, pelo seu singular cuidado e providência, conservados puros em todos os séculos, são, portanto, autênticos;[1] assim, em todas as controvérsias religiosas, a igreja deve, em última instância, apelar para eles.[2] Porém, como essas línguas não são conhecidas de todo o povo de Deus, que tem direito às Escrituras e se interessa por elas, e que deve, no temor de Deus, lê-las e estudá-las,[3] esses livros devem ser traduzidos para as línguas vulgares de todas as nações aonde chegarem,[4] para que, a Palavra de Deus permanecendo nelas abundantemente, as pessoas possam adorar a Deus de modo aceitável[5] e possuam a esperança pela paciência e conforto das Escrituras.[6]

[1] Mt 5.18
[2] Is 8.20; At 15.15; Jo 5.39,46
[3] Jo 5.39
[4] 1Co 14.6,9,11,12,24,27,28
[5] Cl 3.16
[6] Rm 15.4

9. A regra infalível de interpretação da Escritura é a própria Escritura; portanto, quando houver questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer texto das Escrituras (sentido que não é múltiplo, mas único), esse texto deve ser estudado e examinado por outros textos que falem mais claramente.[1]

[1] 2Pe 1.20,21; At 15.15,16

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

conforme diz o apóstolo Paulo,[3] ensinar outra doutrina,[2] senão aquela das Sagradas Escrituras. É proibido acrescentar algo à Palavra de Deus ou tirar algo dela.[4] Desse modo, fica claramente demonstrado que a sua doutrina é perfeitíssima e, em todos os sentidos, completa.

Não se pode equiparar qualquer escrito de homens, por mais santos que eles tenham sido, às Escrituras divinas.[5] Nem se pode considerar os costumes, a popularidade, a antiguidade, a sucessão de tempos ou de pessoas, ou concílios, decretos ou resoluções como sendo de igual valor que a verdade de Deus,[6] pois a verdade está acima de tudo, e todos os homens são mentirosos,[7] e mais vaidosos do que a própria vaidade. Portanto, rejeitamos, de todo o coração, tudo que não está de acordo com essa regra infalível,[8] conforme os apóstolos nos ensinaram: "Provai os espíritos se procedem de Deus".[9] Do mesmo modo, "Se alguém vem ter convosco e não traz esta doutrina, não o recebais em casa".[10]

[1] Rm 15.4; Jo 4.25; 2Tm 3.15-17; 1Pe 1.1; Pv 30.5; Ap 22.18; Jo 15.15; At 2.27
[2] 1Pe 4.11; 1Co 15.2,3; 2Tm 3.14; 1Tm 1.3; 2Jo 10
[3] Gl 1.8,9; 1Co 15.2; At 26.22; Rm 15.4; 1Pe 4.11; 2Tm 3.14
[4] Dt 12.32; Pv 30.6; Ap 22.18; Jo 4.25
[5] Mt 15.3; 17.5; Mc 7.7; Is 1.12; 1Co 2.4
[6] Is 1.12; Rm 3.4; 2Tm 4.3,4
[7] Sl 62.10
[8] Gl 6.16; 1Co 3.11; 2Ts 2.2
[9] 1Jo 4.1
[10] 2Jo 10

maioria, nem consagradas por muito tempo. Portanto, acerca das questões de fé e religião, não admitimos outro juiz que não seja o próprio Deus, que, por intermédio das Escrituras Sagradas, anuncia o que é verdadeiro, o que é falso, o que deve ser seguido e o que deve ser evitado. Assim, nós nos fundamentamos apenas nos julgamentos de homens espirituais, emitidos mediante o estudo da Palavra de Deus. Certamente, Jeremias e outros profetas condenaram veementemente as assembléias de sacerdotes reunidas contra a lei de Deus, e tentaram, de todos os modos, nos advertir a que não ouvíssemos os nossos pais, nem trilhássemos os seus caminhos, porque eles, como andavam segundo os seus próprios feitos, haviam se desviado da lei de Deus (Ez 20.18).

5. Rejeitamos, de igual modo, as tradições humanas, mesmo que se lhes sejam atribuídas funções respeitáveis, como se fossem divinas e apostólicas, e tivessem sido entregues à igreja de viva voz pelos apóstolos e pelas mãos dos apóstolos e dos bispos que os sucederam; porém, quando são comparadas às Escrituras, delas divergem, e essas divergências revelam que não são, de maneira alguma, apostólicas. Como os apóstolos não discordavam entre si quanto à doutrina, assim os varões apostólicos não ensinariam nada contrário aos apóstolos. E, além disso, seria uma blasfêmia afirmar que os seguidores dos apóstolos, de viva voz, tivessem divulgado ensinos contrários aos escritos. Paulo afirma claramente que ensinava as mesmas coisas em todas as igrejas (1Co 4.17). E mais: "nenhuma outra coisa vos escrevemos, além das que ledes e bem compreendeis" (2Co 1.13). Também, em outra passagem, ele declara que ele próprio e seus discípulos – ou seja, os varões apostólicos – andavam do mesmo modo e, ligados pelo mesmo Espírito, faziam todas as coisas (2Co 12.18). Os judeus também tiveram, no passado, as tradições de seus anciãos, mas essas tradições foram duramente contestadas por Cristo quando ele afirmou que a observância de algumas delas impedia o cumprimento da lei de Deus, e, por causa delas, Deus era adorado em vão (Mt 15.8,9; Mc 7.6,7).

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
10. O juiz supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas, e por quem devem ser examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, não pode ser outro senão o Espírito Santo falando nas Escrituras.[1]		

[1] Mt 22.29,31; Ef 2.20; At 28.25

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Os apócrifos

Artigo 6

A diferença entre os livros canônicos e os livros apócrifos

Nós distinguimos esses livros sagrados dos livros apócrifos, ou seja, o terceiro e o quarto livro de Esdras, os livros de Tobias, Judite, Sabedoria, Jesus Ciríaco, Baruque, o apêndice ao livro de Ester, O Cântigo das Três Crianças na Fornalha, a História de Suzana, de Bell e o Dragão, a Oração de Manassés e os dois livros dos Macabeus. Todos estes a igreja pode ler e tirar proveito deles, desde que eles concordem com os livros canônicos. Porém, eles estão longe de terem o poder e a eficácia para que nós possamos, a partir deles, confirmar qualquer ponto de fé ou da religião cristã, e muito menos depreciar a autoridade dos outros livros sagrados.

I. Das Sagradas Escrituras como a verdadeira Palavra de Deus

9. Entretanto, não negamos que certos livros do Antigo Testamento foram chamados de *Apócrifos* por autores da Antiguidade e de *Eclesiásticos* por outros, ou seja, alguns admitiam que fossem lidos nas igrejas, mas no entanto não permitiam que fossem invocados para confirmar nem anunciar a autoridade da fé. Assim, também Agostinho, na sua obra *A cidade de Deus*, livro 18, cap. 38, observa que "nos livros dos Reis, nomes e livros de certos profetas são citados"; porém, ele acrescenta que "eles não se encontram no Cânon"; e que "os livros que temos são suficientes para a piedade".

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

I. Das Santas Escrituras

3. Os livros geralmente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon das Escrituras e, portanto, não têm autoridade na igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados senão como escritos humanos.[1]

[1] Lc 24.27,44; Rm 3.2; 2Pe 1.21

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A santa trindade

Artigo 8

Deus é um em essência, porém distinguido em três pessoas

De acordo com essa verdade, e com essa Palavra de Deus, nós acreditamos num só Deus, que é de uma só essência,[1] na qual há três pessoas,[2] realmente, verdadeiramente e eternamente distintas, conforme suas propriedades incomunicáveis, ou seja, o Pai, o Filho e o Espírito Santo.[3] O Pai é a causa, a origem e o princípio de todas as coisas visíveis e invisíveis.[4] O Filho é o Verbo,[5] a sabedoria[6] e a imagem do Pai.[7] O Espírito Santo é o eterno poder e força,[8] que procede do Pai e do Filho.[9] No entanto, essa distinção não significa que Deus está dividido em três, pois as Sagradas Escritura nos ensinam que cada um destes três – o Pai, o Filho e o Espírito Santo – tem a sua própria personalidade, distinta por suas qualidades, de tal maneira, porém, que essas três Pessoas são um só Deus. É claro, então, que o Pai não é o Filho e que o Filho não é o Pai; que, também, o Espírito Santo não é o Pai ou o Filho. Entretanto, essas Pessoas, assim distintas, não são divididas nem confundidas entre si, porque o Pai não assumiu a carne, e nem o Espírito Santo, mas somente o Filho.[10] O Pai jamais

P. 24: Como esses artigos estão divididos?

R.: Em três partes; a primeira trata de Deus Pai e da nossa criação;[1] a segunda, de Deus Filho e da nossa redenção;[2] e a terceira, de Deus o Espírito Santo e da nossa santificação.[3]

[1] Gn 1
[2] 1Pe 1.18,19
[3] 1Pe 1.21,22

P. 25: Por que você fala do Pai, do Filho e do Espírito Santo se há apenas uma divina essência?[1]

R.: Porque Deus se revelou desse modo na sua Palavra:[2] que essas três pessoas distintas são o único, verdadeiro e eterno Deus.

[1] Dt 6.4
[2] Gn 1.26; Is 61.1; Jo 14.16,17; 1Jo 5.7; Jo 1.13; Mt 28.19; 2Co 13.14

III. De Deus, sua unidade e trindade

3. Cremos e ensinamos que o mesmo Deus infinito, uno e indiviso é um ser inseparavelmente e sem confusão, distinto em pessoas – Pai, Filho e Espírito Santo – e, assim como o Pai gerou o Filho desde a eternidade, o Filho foi gerado de modo indescritível, e o Espírito Santo verdadeiramente procede de um e outro, desde a eternidade e, assim, deve ser adorado com ambos. Desse modo, não há três deuses, mas três pessoas, consubstanciais, co-eternas e co-iguais, embora distintas; quanto à ordem, uma seguindo a outra, porém sem qualquer desigualdade. No que diz respeito à natureza ou essência, estão tão unidas que são um Deus, e a essência divina é comum ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo.[1]

4. As Escrituras nos ensinam uma clara distinção de pessoas, quando o anjo diz, entre outras coisas, à Virgem bem-aventurada: "Descerá sobre ti o Espírito Santo, e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso, também o ente santo que há de nascer será chamado Filho de Deus" (Lc 1.35). Do mesmo modo, no batismo de Cristo, ouve-se uma voz do céu a seu respeito, dizendo: "Este é o meu Filho amado" (Mt 3.17). O Espírito Santo também apareceu em forma de pomba (Jo 1.32). E, quando o próprio Cristo disse aos apóstolos que batizassem, mandou-os batizar "em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo" (Mt 28.19). Em outra passagem do evangelho, ele diz: "O Consolador, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas" (Jo 14.26). E novamente mais adiante, Cristo reafirma: "Quando, porém, vier o Consolador, que eu vos enviarei da parte do Pai, o Espírito da verdade, que dele procede, esse dará testemunho de mim" (Jo 15.26). Enfim, aceitamos o Credo dos Apóstolos, porque ele nos comunica a verdadeira fé.

5. Portanto, condenamos os judeus e os maometanos, e todos quantos blasfemam da Santa Trindade digna de adoração. Condenamos, também, todas as heresias e os heréticos que ensinam que o Filho e o Espírito Santo são Deus apenas de nome, e ainda que na Trindade existe algo criado, que serve e ministra um ao outro, e, finalmente, que há na Trindade algo desigual, maior ou menor, corpóreo ou corporeamente criado, diferente quanto aos costumes ou à vontade, associado ou sozinho, como se o Filho e o Espírito Santo fossem os sentimentos e as propriedades de um só Deus, o Pai, como pensavam

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
II. De Deus e da Santíssima Trindade 3. Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade: Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo.[1] O Pai não é de ninguém – não é gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai;[2] o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho.[3] [1] 1Jo 5.7; Mt 3.16,17; 28.19; 2Co 13.14 [2] Jo 1.14,18 [3] Jo 15.26; Gl 4.6	*P. 6: Quantas pessoas há na Divindade?* R.: Há três pessoas na Divindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo, e estas três são um Deus, da mesma substância, iguais em poder e glória.[1] [1] 1Jo 5.7; Mt 28.19	*P. 9: Quantas pessoas há na Divindade?* R.: Na Divindade há três pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo; essas três pessoas são um só Deus verdadeiro e eterno, da mesma substância, iguais em poder e glória, embora distintas pelas suas propriedades pessoais.[1] [1] 1Jo 5.7; Mt 3.16,17; 28.19; 2Co 13.14; Jo 10.30 *P. 10: Quais são as propriedades pessoais das três pessoas da Divindade?* R.: O Pai gerou o Filho,[1] o Filho foi gerado do Pai,[2] e o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, desde toda a eternidade.[3] [1] Hb 1.5,6,8 [2] Jo 1.14,18 [3] Jo 15.26; Gl 4.6

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
existiu sem o Filho e sem seu Espírito Santo, pois todos os três são co-eternos e co-essenciais. Não há primeiro nem último, pois todos os três são um só em verdade, em poder, em bondade e em misericórdia. [1] Is 43.10 [2] 1Jo 5.7; Hb 1.3 [3] Mt 28.19 [4] 1Co 8.6; Cl 1.16 [5] Jo 1.1,2; Ap. 19.13; Pv 8.12 [6] Pv 8.12,22 [7] Co 1.15; Hb 1.3 [8] Mt 12.28 [9] Jo 15.26; Gl 4.6 [10] Fp 2.6,7; Gl 4.4; Jo 1.14		os monarquistas, os novacianos, Praxéas, os patripassianos, Sabélio, Paulo de Samosata, Écio, Macedônio, os antropomorfistas, Ário e outros com idéias semelhantes. [1] Para que nenhum homem nos difame, como se tivéssemos criado as pessoas ao mesmo tempo, mas nem todas da mesma essência, ou então, como se Deus tivesse reunido diversas naturezas numa só, vocês precisam compreender essa união como se todas as pessoas (embora distintas umas das outras em suas características) fossem apenas uma, possuindo contudo a mesma natureza divina, ou que cada uma das pessoas, separadamente ou em conjunto, fosse uma divindade total e absoluta.	

Confissão Belga (cont.)

Artigo 9

A prova do artigo anterior sobre a trindade de pessoas em um só Deus

Tudo isso sabemos, tanto pelo testemunho das Sagradas Escrituras, como pelas obras das três Pessoas, principalmente por aquelas que percebemos em nós mesmos. Os testemunhos das Sagradas Escrituras que nos ensinam a crer na Trindade se encontram em muitos lugares do Antigo Testamento. Não é necessário alistá-los, mas somente escolhê-los com prudência e discernimento. Em Gênesis 1.26,27, Deus diz: "Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança...[1] Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou". E Gênesis 3.22: "Eis que o homem se tornou como um de nós".[2] Isso demonstra que há mais de uma Pessoa na Divindade, porque ele diz: "Façamos o homem à nossa imagem" e, em seguida, ele indica a unidade quando diz: "Deus criou". É verdade que ele não diz quantas Pessoas há, mas o que para nós é um tanto obscuro no Antigo Testamento, é bem claro no Novo.

Porque, quando nosso Senhor foi batizado no rio Jordão,[3] foi ouvida a voz do Pai, que disse: "Este é o meu Filho amado", enquanto o Filho era visto na água e o Espírito Santo se manifestava em forma de pomba. Além disso, Cristo instituiu para o batismo de todos os fiéis esta forma: "batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo".[4] No Evangelho segundo Lucas, o anjo Gabriel diz a Maria, mãe do Senhor: "Descerá sobre ti o Espírito Santo, e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso, também o ente santo que há de nascer será chamado Filho de Deus".[5] Do mesmo modo: "A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós".[6] E "Pois há três que dão testemunho [no céu: o Pai, a Palavra e o Espírito Santo; e estes três são um...]".[7] Em todas essas passagens nos é ensinado que há três Pessoas numa só essência divina. E, embora essa doutrina ultrapasse em muito o entendimento humano, cremos nela baseados na Palavra, mas esperamos desfrutar de seu pleno conhecimento e fruto no céu.[8]

Devemos considerar, também, a obra própria que cada uma dessas três Pessoas efetua em nós. O Pai é chamado nosso Criador, por seu poder;[9] o Filho é nosso salvador e redentor, por seu sangue;[10] o Espírito Santo é nosso santificador, porque habita no nosso coração.[11]

A verdadeira igreja sempre tem mantido a doutrina da Trindade, desde os dias dos apóstolos até hoje, contra os judeus, os muçulmanos, os falsos cristãos e hereges como Marcião, Mani, Práxeas, Sabélio, Paulo de Samosata, Ário e outros, que foram justamente condenados pelos pais ortodoxos.

Portanto, aceitamos de boa vontade, quanto a isso, os três Credos, a saber: o Apostólico, o Niceno e o Atanasiano; e aceitamos também o que a igreja antiga, de conformidade com esses credos, concordou por meio dos antigos pais.

[1] Gn 1.26,27
[2] Gn 3.22
[3] Mt 3.16,17
[4] Mt 28.19
[5] Lc 1.35
[6] 2Co 13.13
[7] 1Jo 5.7
[8] Sl 45.8; Is 61.1
[9] Ec 12.3; Ml 2.10; 1Pe 1.2
[10] 1Pe 1.2; 1Jo 1.7; 4.14
[11] 1Co 6.11; 1Pe 1.2; Gl 4.6; Tt 3.5; Rm 8.9; Jo 14.16

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A divindade do Filho

Artigo 10

Jesus Cristo é verdadeiro e eterno Deus

Cremos que Jesus Cristo, segundo a sua natureza divina, é o único Filho de Deus,[1] gerado desde a eternidade.[2] Ele não foi feito nem criado (pois nesse caso ele seria uma criatura), mas é co-essencial[3] e co-eterno[4] com o Pai, "o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser",[5] igual a ele em tudo.[6] Ele é o Filho de Deus, não somente desde que assumiu a nossa natureza, mas desde toda a eternidade,[7] como os seguintes testemunhos, ao serem comparados entre si, nos ensinam. Moisés diz que Deus criou o mundo,[8] e o apóstolo João diz que todas as coisas foram feitas por intermédio do Verbo que ele chama Deus.[9] O apóstolo diz que Deus fez o universo por seu Filho,[10] e, também, que ele criou todas as coisas por meio de Jesus Cristo.[11] Segue-se, necessariamente, que aquele que é chamado Deus, o Verbo, o Filho e Jesus Cristo, já existia quando todas as coisas foram criadas por ele.[12] O profeta Miquéias, portanto, diz: "...cujas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade".[13] E o apóstolo: "não teve princípio de dias, nem fim de existência".[14] Portanto, ele é o verdadeiro, eterno e todo-

P. 17: Por que ele tinha que ser uma pessoa e também verdadeiro Deus?

R.: Para que ele pudesse, pelo poder da sua divindade, sustentar em sua natureza humana o peso da ira de Deus,[1] bem como pudesse adquirir para nós, e nos restituir, justiça e vida.[2]

[1] 1Pe 3.18; At 2.24; Is 53.8
[2] 1Jo 1.2; Jr 23.6; 2Tm 1.10; Jo 6.51

P. 18: Mas quem, então, é esse mediador que é, ao mesmo tempo, verdadeiro Deus e um homem verdadeiro e justo?

R.: Nosso Senhor Jesus Cristo,[1] o qual se tornou da parte de Deus sabedoria, e justiça e santificação, e redenção.[2]

[1] Mt 1.23; 1Tm 3.16; Lc 2.11
[2] 1Co 1.30

P. 33. Por que Cristo é chamado o único Filho de Deus se nós também somos filhos de Deus?

R.: Porque só Cristo é o Filho eterno e natural de Deus,[1] mas nós somos filhos adotivos de Deus, pela graça, por causa de Cristo.[2]

[1] Jo 1.1; Hb 1.2
[2] Rm 8.15-17; Ef 1.5,6

XI. De Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem e único salvador do mundo

1. Além disso, acreditamos e ensinamos que o Filho de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, foi, desde a eternidade, predestinado ou preordenado pelo Pai para ser o salvador do mundo. E cremos que ele foi concebido, não somente quando assumiu a carne por intermédio da Virgem Maria, nem apenas um pouco antes que se lançassem os fundamentos do mundo, mas antes de toda a eternidade e certamente pelo Pai, de um modo inexprimível. Isaías diz: "E da sua linhagem, quem dela cogitou?" (53.8). E Miquéias diz: "E cujas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade" (5.2). Também João disse em seu evangelho: "No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus" (1.1).

2. Portanto, em relação à sua divindade, o Filho é co-igual ao Pai e consubstancial a ele no que concerne à sua divindade: verdadeiro Deus, não de nome ou por adoção ou por qualquer favor especial, mas em essência e natureza (Fp 2.6). Como disse o apóstolo João em outra passagem bíblica: "Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna" (1Jo 5.20). Paulo também diz: "A quem constituiu herdeiro de todas as coisas, pelo qual também fez o universo. Ele, que é o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser, sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder" (Hb 1.2,3). E o próprio Senhor Jesus também disse em um dos evangelhos: "Glorifica-me, ó Pai, contigo mesmo, com a glória que eu tive junto de ti, antes que houvesse mundo" (Jo 17.5). E em outra passagem do evangelho também está escrito: "Os judeus ainda mais procuravam matá-lo, porque não somente violava o sábado, mas também dizia que Deus era seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus" (Jo 5.18).

3. Abominamos, pois, a doutrina blasfematória de Ário e de todos os arianos contra o Filho de Deus, e especialmente as blasfêmias do espanhol Miguel Serveto, e de todos os seus seguidores, por intermédio dos quais, por assim dizer, Satanás fala do inferno e espalha por todo o mundo, de modo audacioso e herético, contra o Filho de Deus.

Capítulo II

Artigo 4

Essa morte deriva o seu valor e sua dignidade infinitos dessas considerações porque quem se submeteu a ela era não apenas homem verdadeiro e perfeitamente santo, mas também o Filho único de Deus, da mesma eterna e infinita essência do Pai e do Espírito Santo, cujas qualificações eram necessárias para que ele fosse constituído nosso Salvador; e porque ele sentiu, ao morrer, a ira e a maldição de Deus que nós merecemos pelos nossos pecados.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

VIII. De Cristo o mediador

2. O Filho de Deus, a segunda pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele, quando chegou a plenitude do tempo, tomou sobre si a natureza humana,[1] com todas as suas propriedades essenciais e as fraquezas comuns, contudo sem pecado,[2] sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria, e da substância dela.[3] As duas naturezas, intactas, perfeitas e distintas – a Divindade e a Humanidade – foram inseparavelmente unidas numa só pessoa, sem conversão, composição ou confusão;[4] essa pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém um só Cristo, o único mediador entre Deus e o homem.[5]

[1] Jo 1.1,14; 1Jo 5.20; Fp 2.6; Gl 4.4
[2] Hb 2.14,16,17; Hb 4.15
[3] Lc 1.27,31,35; Gl 4.4
[4] Lc 1.35; Cl 2.9; Rm 9.5; 1Pe 3.18; 1Tm 3.16
[5] Rm 1.3,4; 1Tm 2.5

P. 21: Quem é o redentor dos eleitos de Deus?

R.: O único redentor dos eleitos de Deus é o Senhor Jesus Cristo,[1] que, sendo o eterno Filho de Deus, se fez homem,[2] e assim foi e continua a ser Deus e homem em duas naturezas distintas, e uma só pessoa, para sempre.[3]

[1] 1Tm 2.5,6
[2] Jo 1.14; Gl 4.4
[3] Rm 9.5; Lc 1.35; Cl 2.9; Hb 7.24,25

P. 11: De onde se infere que o Filho e o Espírito Santo são Deus, iguais ao Pai?

R.: As Escrituras revelam que o Filho e o Espírito Santo são Deus, igualmente com o Pai, ao atribuir-lhes os mesmos nomes,[1] atributos,[2] obras[3] e culto,[4] que só a Deus pertencem.

[1] Is 6.3,5,8 comparados com Jo 12.41; At 28.25; 1Jo 5.20; At.5.3,4
[2] Jo 1.1; Is 9.6; Jo 2.24,25; 1Co 2.10,11
[3] Cl 1.16; Gn 1.2
[4] Mt 28.19; 2Co 13.14

P. 36: Quem é o mediador do pacto da graça?

R.: O único mediador do pacto da graça é o Senhor Jesus Cristo,[1] que, sendo o eterno Filho de Deus, da mesma substância e igual ao Pai,[2] na plenitude do tempo fez-se homem,[3] e assim foi e continua a ser Deus e homem em duas naturezas perfeitas e distintas, e uma só pessoa para sempre.[4]

[1] 1Tm 2.5
[2] Jo 1.1,14; 10.30; Fp 2.6
[3] Gl 4.4
[4] Lc 1.35; Rm 9.5; Cl 2.9; Hb 7.24,25

P. 38: Por que era necessário que o mediador fosse Deus?

R.: Era necessário que o Mediador fosse Deus para que ele pudesse experimentar a natureza humana e impedi-la de cair sob a ira infinita de Deus e do poder da morte;[1] para dar valor e eficácia aos seus sofrimentos, à sua obediência e à sua intercessão;[2] e para satisfazer a justiça de Deus,[3] obter o seu favor,[4] adquirir um povo peculiar,[5] dar a este povo o seu Espírito,[6] bem como vencer todos os seus inimigos[7] e conduzi-lo à salvação eterna.[8]

[1] At 2.24,25; Rm 1.4; 4.25; Hb 9.14
[2] At 20.28; Hb 9.14; 7.25-28
[3] Rm 3.24-26
[4] Ef 1.6; Mt 3.17
[5] Tt 2.13,14
[6] Gl 4.6
[7] Lc 1.68,69,71,74
[8] Hb 5.8,9; 9.11-15

P. 40: Qual a necessidade de o mediador ser Deus e homem numa só pessoa?

R.: Era necessário que o mediador, que havia de reconciliar o homem com Deus, fosse Deus e homem, e isso numa só pessoa, para que as obras próprias de cada natureza fossem aceitas por Deus

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
poderoso Deus, a quem invocamos, adoramos e servimos. [1] Jo 1.18,49 [2] Jo 1.14; Cl 1.15 [3] Jo 10.30; Fp 2.6 [4] Jo 1.2; 17.5; Ap. 1.8 [5] Hb 1.3 [6] Fp 2.6 [7] Jo 8.23,58; 9.35-37; At 8.37; Rm 9.5 [8] Gn 1.1 [9] Jo 1.3 [10] Hb 1.2 [11] Cl 1.16 [12] Cl 1.16 [13] Mq 5.2 [14] Hb 7.3			

A divindade do Espírito Santo

Artigo 11

O Espírito Santo é verdadeiro e eterno Deus

Cremos e confessamos, também, que o Espírito Santo procede do Pai[1] e do Filho[2] desde a eternidade, e, portanto, não foi feito, nem criado, nem gerado, mas procede de ambos. Na ordem, ele é a terceira pessoa da Trindade, de igual substância, majestade e glória com o Pai e com o Filho, verdadeiro e eterno Deus, como nos ensinam as Sagradas Escrituras.[3]

[1] Sl 33. 6,17; Jo 14.16
[2] Gl 4.6; Rm 8.9; Jo 15.26
[3] Gn 1.2; Is 48.16; 61.1; At 5.3,4; 28.25; 1Co 3.16; 6.19; Sl 139.7

P. 53: O que você crê a respeito do Espírito Santo?

R.: Primeiro, que ele é verdadeiro e co-eterno com o Pai e o Filho;[1] em segundo lugar, que ele foi dado também a mim,[2] para fazer de mim, por meio de uma fé verdadeira, um participante de Cristo e de todos os seus benefícios,[3] para que ele possa me confortar[4] e habitar comigo para sempre.[5]

[1] Gn 1.2; Is 48.16; 1Co 3.16
[2] Mt 28.19; 2Co 1.22
[3] Gl 3.14; 1Pe 1.2
[4] At 9.31
[5] Jo 14.16; 1Pe 4.14

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
		em nosso favor,[1] e que nós confiássemos nelas como as obras da pessoa como um todo.[2] [1] Mt 1.21,23; 3.17; Hb 9.14 [2] 1Pe 2.6
		P. 11: De onde se infere que o Filho e o Espírito Santo são Deus, iguais ao Pai? R.: As Escrituras revelam que o Filho e o Espírito Santo são Deus, igualmente com o Pai, ao atribuir-lhes os mesmos nomes,[1] atributos,[2] obras[3] e culto,[4] que só a Deus pertencem. [1] Is 6.3,5,8 comparados com Jo 12.41; At 28.25; 1Jo 5.20; At 5.3,4 [2] Jo 1.1; Is 9.6; Jo 2.24,25; 1Co 2.10,11 [3] Cl 1.16; Gn 1.2 [4] Mt 28.19; 2Co 13.14

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Os decretos de Deus e a predestinação

Artigo 16

A eleição eterna

Cremos que, quando o pecado do primeiro homem (Adão) o lançou com toda a sua descendência na perdição, Deus se mostrou como ele é, a saber: misericordioso e justo.[1] Misericordioso, porque ele livra e salva da perdição aqueles que ele, em seu eterno e imutável conselho, somente pela bondade, elegeu em Jesus Cristo nosso Senhor, sem levar em consideração obra alguma deles.[2] Justo, porque ele deixa os demais na queda e na perdição em que eles mesmos se lançaram.[3]

[1] Rm 9.18,22,23; 3.12
[2] Rm 9.15,16; 11.32; Ef 2.8-10; Sl 100.3; 1Jo 4.10; Dt 32.8; 1Sm 12.22; Sl 115.5; Ml 1.2; 2Tm 1.9; Rm 8.29; 9.11,21; 11.5,6; Ef 1.4; Tt 3.4,5; At 2.47; 13.48; 2Tm 2.19,20; 1Pe 1.2; Jo 6.27; 15.16; 17.9
[3] Rm 9.17,18; 2Tm 2.20

P. 54. O que você crê a respeito da "santa igreja católica" de Cristo?

R.: Creio que o Filho de Deus,[1] desde o início e até o fim do mundo,[2] reúne,[3] defende e preserva para si mesmo,[4] pelo seu Espírito e por sua Palavra,[5] dentre toda a raça humana,[6] uma igreja escolhida para a vida eterna,[7] composta de pessoas que concordam quanto à verdadeira fé, e que eu sou, e serei para sempre, um membro vivo dessa igreja.[8]

[1] Jo 10.11
[2] Gn 26.4
[3] Rm 9.24; Ef 1.10
[4] Jo 10.16
[5] Is 59.21
[6] Dt 10.14,15
[7] At 13.48
[8] 1Co 1.8,9; Rm 8.35

X. Da predestinação de Deus e da eleição dos santos

Deus, desde o princípio, livremente e movido apenas pela sua graça, sem qualquer acepção de pessoas, predestinou ou elegeu os santos que ele quer salvar em Cristo, segundo a palavra do apóstolo: "Ele nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo" (Ef 1.4); e mais adiante: "nos salvou e nos chamou com santa vocação; não segundo as nossas obras, mas conforme a sua própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos eternos, e manifestada, agora, pelo aparecimento de nosso Salvador Cristo Jesus" (2Tm 1.9,10).

2. Portanto, não foi por qualquer mérito nosso, nem por nossa instrumentalidade, mas em Cristo e por causa de Cristo que Deus nos elegeu, e aqueles que agora se encontram enxertados em Cristo pela fé também foram eleitos. Mas aqueles que estão fora de Cristo serão rejeitados, segundo a palavra do apóstolo: "Examinai-vos a vós mesmos se realmente estais na fé; provai-vos a vós mesmos. Ou não reconheceis que Jesus Cristo está em vós? Se não é que já estais reprovados" (2Co 13.5).

3. Finalmente, os santos são eleitos em Cristo por Deus para um fim determinado, que o apóstolo esclarece quando diz: "Nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo... para louvor da glória de sua graça" (Ef 1.4-6).

4. E, embora Deus conheça os que são seus, e encontrarmos aqui e ali citações a respeito do reduzido número de eleitos, nós devemos, contudo, esperar o melhor de todos e não julgar apressadamente nenhum homem como reprovado diante de Deus. Paulo diz aos filipenses: "Dou graças ao meu Deus por tudo que recordo de vós" (ora, ele fala a toda igreja dos filipenses), "fazendo sempre, com alegria, súplicas por todos vós, em todas as minhas orações, pela vossa cooperação no evangelho... Estou plenamente certo de que aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até ao Dia de Cristo Jesus" (Fp 1.3-7).

5. E, quando perguntaram ao Senhor se eram poucos os que seriam salvos, ele não respondeu se poucos ou muitos seriam salvos ou condenados, mas antes exortou cada homem a "esforçar-se por entrar pela porta estreita" (Lc 13.24). É como se ele qui-

Capítulo I

Artigo 6

Nesta vida, Deus concede a fé a alguns enquanto não a concede a outros; isso procede do eterno decreto de Deus, pois as Escrituras dizem que ele "Faz estas coisas conhecidas desde séculos" (At 15.18) e que "Faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade" (Ef 1.11). De acordo com esse decreto, ele graciosamente quebranta o coração dos eleitos, por duro que seja, e os inclina a crer, enquanto, entretanto, segundo o seu justo juízo, ele deixa os não-eleitos em sua própria iniqüidade e obstinação. E aqui especialmente nos é manifesta a profunda, misericordiosa e ao mesmo tempo justa distinção entre homens que estão sob a mesma condição de perdição; ou que o decreto da eleição e reprovação revelado na Palavra de Deus, o qual, ainda que seja deturpado por homens perversos, impuros e instáveis, para sua própria perdição, fornece um inexprimível conforto para as pessoas santas e tementes a Deus.

Artigo 7

A eleição é o imutável propósito de Deus, pelo qual ele, por mera graça e de acordo com a sua soberana boa vontade, antes da fundação do mundo, escolheu, dentre toda a raça humana que havia

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

III. Dos eternos decretos de Deus

1. Desde toda a eternidade e pelo mui sábio e santo conselho de sua própria vontade, Deus ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece,[1] porém de modo que nem Deus é o autor do pecado,[2] nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou a contingência das causas secundárias, mas antes estabelecidas.[3]

[1] Ef 1.11; Rm 11.33; Hb 6.17; Rm 9.15,18
[2] Tg 1.13,17; 1Jo 1.5
[3] At 2.23; Mt 17.12; At 4.27,28; Jo 19.11; Pv 16.33

2. Embora Deus saiba tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis,[1] ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que haveria de acontecer sob tais e tais condições.[2]

[1] At 15.18; 1Sm 23.11,12; Mt 11.21,23
[2] Rm 9.11,13,16,18

3. Pelo decreto de Deus e para a manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna,[1] enquanto outros são preordenados para a morte eterna.[2]

[1] 1Tm 5.21; Mt 25.41
[2] Rm 9.22,23; Ef 1.5,6; Pv 16.4

4. Esses anjos e esses homens, assim predestinados e preordenados, são particular e imutavelmente designados, e o número deles é tão certo e definido que não pode ser nem aumentado nem diminuído.[1]

[1] 2Tm 2.19; Jo 13.18

5. Aqueles que, dentre a humanidade, estão predestinados à vida, Deus, antes da fundação do mundo, segundo o seu eterno e imutável propósito, e segundo o santo conselho e beneplácito de sua vontade, escolheu em Cristo, para a glória eterna,[1] por sua mera graça e amor, não por qualquer previsão de fé, ou de boas obras, ou perseverança neles, ou qualquer outra coisa na criatura, como condições ou causas que a isso o movesse,[2] e tudo isso para o louvor de sua gloriosa graça.[3]

[1] Ef 1.4,9,11; Rm 8.30; 2Tm 1.9; 1Ts 5.9
[2] Rm 9.11,13,16; Ef 1.4,9
[3] Ef 1.6,12

6. Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre

P. 7: O que são os decretos de Deus?

R.: Os decretos de Deus são o seu eterno propósito, segundo o conselho da sua vontade, pelo qual, para a sua própria glória, ele predestinou tudo o que acontece.[1]

[1] Ef 1.4,11; Rm 9.22,23

P. 8: Como Deus executa os seus decretos?

R.: Deus executa os seus decretos nas obras da criação e da providência.

P. 12: O que são os decretos de Deus?

R.: Os decretos de Deus são os atos sábios, livres e santos do conselho de sua vontade,[1] pelos quais, desde toda a eternidade, ele, para a sua própria glória, imutavelmente predestinou tudo o que acontece,[2] especialmente com referência aos anjos e aos homens.

[1] Ef 1.11; Rm 11.33; 9.14,15,18
[2] Ef 1.4,11; Rm 9.22,23; Sl 33.11

P. 13: O que Deus decretou especialmente com referência aos anjos e aos homens?

R.: Deus, por um decreto eterno e imutável, unicamente do seu amor e para patentear a sua gloriosa graça, que tinha de ser manifestada no tempo devido, elegeu alguns anjos para a glória[1] e, em Cristo, escolheu alguns homens para a vida eterna e os meios para consegui-la;[2] e também, segundo o seu soberano poder e o conselho inescrutável da sua própria vontade (pela qual ele concede, ou não, os seus favores conforme lhe apraz), deixou e predestinou os demais à desonra e à ira, que lhes serão infligidas por causa dos seus pecados, para patentear a glória da sua justiça.[3]

[1] 1Tm 5.21
[2] Ef 1.4-6; 2Ts 2.13,14
[3] Rm 9.17,18,21,22; Mt 11.25,26; 2Tm 2.20; Jd 4; 1Pe 2.8

P. 14: Como Deus executa os seus decretos?

R.: Deus executa os seus decretos nas obras da criação e da providência, de acordo com a sua presciência infalível e o livre e imutável conselho da sua vontade.[1]

[1] Ef 1.11

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

sesse dizer: "Não vos compete inquirir precipitadamente acerca dessas questões, mas antes esforçar-vos para entrar no céu pelo caminho estreito".

6. Por isso, não aprovamos as afirmações nocivas de alguns que dizem: "Poucos são os eleitos, e, como eu não sei se estou entre esses poucos, não me privarei dos meus prazeres". Outros dizem: "Se sou predestinado ou eleito por Deus, nada me afastará da salvação, já certamente determinada, seja o que for que eu fizer. Porém, se eu estou entre o número dos reprovados, nem a fé nem o arrependimento poderão me ajudar, uma vez que os decretos de Deus não podem ser mudados; portanto, todas os ensinamentos e admoestações são inúteis". Porém, o ensino do apóstolo contradiz essas afirmações: "O servo do Senhor... (deve ser) apto para instruir... disciplinando com mansidão os que se opõem, na expectativa de que Deus lhes conceda não só o arrependimento ... livrando-se eles dos laços do diabo, tendo sido feitos cativos por ele, para cumprirem a sua vontade" (2Tm 2.24-26).

7. Além disso, Agostinho também ensina que devem ser pregadas tanto a graça da livre eleição como a predestinação, e assim como também as admoestações e doutrinas da salvação (*O dom da perseverança*, cap. 14).

8. Condenamos, portanto, aqueles que, longe de Cristo, perguntam se são eleitos e o que sobre eles Deus decretou antes de toda a eternidade, pois o homem precisa ouvir a pregação do evangelho e nele crer. E se alguém crê e está em Cristo, está indubitavelmente eleito. Com efeito, o Pai nos revelou em Cristo o eterno propósito da sua predestinação, como ainda há pouco pudemos constatar pelas palavras do apóstolo, em 2 Timóteo 1.9,10. Acima de tudo, devemos, pois, ensinar e antes de tudo considerar quão grande amor do Pai para conosco nos foi revelado em Cristo. Devemos ouvir o que o próprio Senhor Jesus diariamente nos prega no evangelho, como ele nos chama e diz: "Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei" (Mt 11.28) e "Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3.16). E ainda: "Não é da vontade de vosso Pai celeste que pereça um só destes pequeninos" (Mt 18.14).

9. Seja, pois, Cristo o espelho no qual possamos contemplar a nossa predestinação. Temos um testemunho bastante claro e evidente de que estamos inscritos no Livro da Vida se tivermos comunhão com Cristo, e se ele for nosso e nós dele graças à verdadeira fé. Que isso nos conforte e nos livre da tentação que nos ronda sobre a predestinação, que é, talvez, mais perigosa do que qualquer outra. As promessas de Deus são universais para os fiéis, pois

caído – por sua própria culpa, de sua integridade original para o pecado e a perdição –, um número definido de pessoas para serem redimidas em Cristo, a quem ele desde a eternidade havia designado como o mediador e cabeça dos eleitos e o fundamento da salvação.

Essas pessoas, embora por natureza não sejam nem melhores nem mais merecedoras do que outras, mas têm em comum com elas o fato de estarem envolvidas na mesma miséria, Deus decretou dá-las a Cristo, para serem salvas por ele, e efetivamente chamadas e atraídas à sua comunhão pela sua Palavra e pelo seu Espírito, para conceder a eles fé verdadeira, justificação e santificação; e, depois de poderosamente preservá-las na comunhão do seu Filho, finalmente glorificá-las para demonstração de sua misericórdia e para o louvor da sua gloriosa graça, como está escrito: "...assim como nos escolheu nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no Amado" (Ef 1.4-6). E em outro lugar: "E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou" (Rm 8.30).

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

propósito de sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim.[1] Portanto, os que são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo,[2] são eficazmente chamados para a fé em Cristo, pelo seu Espírito que opera no tempo devido, são justificados, adotados, santificados[3] e guardados pelo seu poder, por meio da fé, para a salvação.[4] Além dos eleitos não há ninguém mais que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo.[5]

[1] 1Pe 1.2; Ef 1.4,5; 2.10; 2Ts 2.13
[2] 1Ts 5.9,10; Tt 2.14
[3] Rm 8.30; Ef 1.5; 2Ts 2.13
[4] 1Pe 1.5
[5] Jo 17.9; Rm 8.28-39; Jo 6.64,65; 10.26; 8.47; 1Jo 2.19

7. Segundo o inescrutável conselho da sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória do seu soberano poder sobre as suas criaturas, o restante dos homens, para louvor da sua gloriosa justiça, foi Deus servido não contemplar, mas ordená-los para a desonra e ira por causa dos pecados deles.[1]

[1] Mt 11.25,26; Rm 9.17,18,21,22; 2Tm 2.19,20; Jd 4; 1Pe 2.8

8. A doutrina desse alto mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado,[1] para que os homens, atendendo à vontade de Deus revelada na sua Palavra, e obedecendo a ela, possam, pela evidência da sua vocação eficaz, certificar-se de sua eterna eleição.[2] Assim, essa doutrina fornece motivo de louvor, reverência e admiração a Deus,[3] bem como de humildade, diligência e abundante consolação a todos os que sinceramente obedecem ao evangelho.[4]

[1] Rm 9.20; 11.33; Dt 29.29
[2] 2Pe 1.10
[3] Ef 1.6; Rm 11.32
[4] Rm 11.5,6,20; 2Pe 1.10; Rm 8.33; Lc 10.20

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
		ele diz: "Pedi, e dar-se-vos-á... Pois todo o que pede recebe" (Lc 11.9,10). E, para concluir, nós oramos com toda a igreja de Deus: "Pai nosso, que estás nos céus" (Mt 6.9), e no batismo somos enxertados no corpo de Cristo, e da sua carne e do seu sangue nos alimentamos freqüentemente na sua igreja, para a vida eterna. Desse modo, ao sermos fortalecidos, recebemos ordem de "desenvolver a nossa salvação com temor e tremor", segundo o preceito de Paulo em Filipenses 2.12.	*Artigo 8* Essa eleição não é múltipla, mas ela é uma e a mesma a respeito de todos os que são salvos tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento, pois a Escritura declara o único bom propósito e conselho da vontade de Deus, pelo qual ele nos escolheu desde a eternidade, tanto para a graça como para a glória, bem como para a salvação e para o caminho da salvação, o qual preparou para que andássemos nele.

Cânones de Dort (cont.)

Artigo 9

Essa eleição não é baseada em fé prevista, em obediência de fé, santidade ou qualquer boa qualidade ou disposição no homem, como um pré-requisito, causa ou condição da qual ela dependeria; ao contrário, esta eleição é para a fé, a santidade, etc.; a eleição, portanto, é a fonte de todos os bens da salvação, da qual procedem a fé, a santidade e os outros dons da salvação, e, finalmente, tem a própria vida eterna, como seus frutos e efeitos, de acordo com o testemunho do apóstolo: ele "nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele" (Ef 1.4).

Artigo 10

A causa dessa eleição graciosa é somente o bom propósito de Deus, que não consiste no fato de que dentre todas as possíveis condições e ações dos homens Deus tenha escolhido algumas como condição para a salvação, mas que, dentre a multidão inteira de pecadores, ele se aprouve em adotar certas pessoas como um povo peculiar para si mesmo, como está escrito: "E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal... já lhe fora dito a ela (ou seja, Rebeca): O mais velho será servo do mais moço. Como está escrito: Amei a Jacó, porém me aborreci de Esaú" (Rm 9.11-13). E "...creram os que haviam sido destinados para a vida eterna" (At 13.48).

Artigo 11

Como Deus é supremamente sábio, imutável, onisciente e todopoderoso, a sua eleição não pode ser obstruída nem mudada, cancelada ou anulada; e nem podem os eleitos ser rejeitados ou o número deles diminuído.

Artigo 12

Os eleitos recebem, no devido tempo, a certeza da sua eterna e imutável eleição para a salvação, ainda que em vários graus e em medidas diferentes; eles não a recebem por curiosamente investigarem os mistérios e as profundezas de Deus, mas quando observam em si mesmos, com alegria espiritual e gozo santo, os infalíveis frutos da eleição indicados na Palavra de Deus, tais como uma fé verdadeira em Cristo, um temor filial para com Deus, uma piedosa tristeza por seus pecados e fome e sede de justiça, etc.

Artigo 13

A consciência e a certeza dessa eleição dão aos filhos de Deus maior motivo para diariamente se humilharem perante ele, para adorarem a profundidade da sua misericórdia, para se purificarem e para amarem ardentemente aquele que primeiro manifestou tão grande amor para com eles. A consideração dessa doutrina da eleição está tão longe de encorajar o relaxamento na observação dos mandamentos divinos ou de fazer os homens afundarem na segurança carnal, que estes, no justo julgamento de Deus, são os efeitos comuns da presunção imprudente ou do desprezo insolente e leviano com respeito à graça da eleição naqueles que se recusam a andar nos caminhos dos eleitos.

Artigo 14

A doutrina da divina eleição, segundo o mui sábio conselho de Deus, foi declarada pelos profetas, pelo próprio Cristo e pelos apóstolos, e está claramente revelada tanto no Antigo Testamento como no Novo Testamento, de modo que ainda hoje essa doutrina deve ser ensinada no seu devido tempo e lugar na igreja de Deus, para a qual ela foi particularmente destinada, desde que isso seja feito com espírito de discrição, de modo reverente e santo, para a glória do santo nome de Deus e consolação vivificante do seu povo. "Porque jamais deixei de vos anunciar todo o desígnio de Deus" (At 20.27). "Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os teus

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Cânones de Dort (cont.)

caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro?" (Rm 11.33,34); "Porque, pela graça que me foi dada, digo a cada um dentre vós que não pense de si mesmo além do que convém; antes, pense com moderação, segundo a medida da fé que Deus repartiu a cada um" (Rm 12.3); "Por isso, Deus, quando quis mostrar mais firmemente aos herdeiros da promessa a imutabilidade do seu propósito, se interpôs com juramento, para que, mediante duas coisas imutáveis, nas quais é impossível que Deus minta, forte alento tenhamos nós que já corremos para o refúgio, a fim de lançar mão da esperança proposta" (Hb 6.17,18).

Artigo 15

O que particularmente tende a ilustrar e recomendar a nós a eterna e imerecida graça da eleição é o testemunho expresso das Escrituras de que não são todos, mas somente alguns os que são eleitos, enquanto outros são preteridos na eleição eterna de Deus; estes, Deus, de acordo com o seu soberano, justo, irrepreensível e imutável bom propósito, decretou deixá-los na miséria comum em que se lançaram por sua própria culpa, não lhes concedendo a fé salvadora e a graça da conversão, mas permitindo a eles, no seu justo julgamento, que seguissem seus próprios caminhos e, finalmente, para a declaração da sua justiça, condená-los e puni-los eternamente, não apenas por causa de sua incredulidade, mas também por todos os seus pecados. Esse é o decreto da reprovação, o qual não torna Deus o autor do pecado (o próprio fato de pensar isso é blasfêmia), mas o declara como o temível, irrepreensível e justo Juiz e vingador do pecado.

Artigo 16

Aqueles que ainda não sentiram uma viva fé em Cristo, uma firme confiança no coração, nem paz na consciência, nem zelo pela obediência filial e pela glorificação de Deus por meio de Cristo, e que, no entanto, persistem em usar os meios pelos quais Deus prometeu operar essas coisas em nós, não devem sentir-se alarmados à menção da reprovação, e nem contar a si mesmos entre os reprovados, mas devem perseverar diligentemente no uso desses meios, desejando fervorosamente dias de graça mais abundante e esperando-os com reverência e humildade. Muito menos devem se assustar com a doutrina da reprovação os que, embora desejam seriamente se converter a Deus, agradar só a ele e serem libertos do corpo de morte, mas ainda não puderam alcançar a medida de santidade e fé a que aspiram, uma vez que o Deus misericordioso prometeu não apagar a corda torcida que fumega, nem esmagar a cana quebrada. Mas essa doutrina é certamente assustadora para os que, indiferentes a Deus e ao Salvador Jesus Cristo, entregaram-se totalmente às preocupações do mundo e aos desejos da carne, enquanto não se convertem seriamente a Deus.

Artigo 17

Desde que devemos julgar a respeito da vontade de Deus com base na sua Palavra, que testifica que os filhos de crentes são santos, não por natureza, mas em virtude da aliança da graça, na qual estão incluídos com os seus pais, os pais que temem a Deus não devem ter dúvida a respeito da eleição e salvação de seus filhos, que Deus chama desta vida ainda na infância.

Artigo 18

Àqueles que reclamam da graça gratuita e da severidade justa da reprovação, nós replicamos com esta sentença do apóstolo: "Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?" (Rm 9.20), e citamos as palavras do nosso Salvador: "Porventura, não me é lícito fazer o que quero do que é meu?" (Mt 20.15). Nós, entretanto, adorando reverentemente esses mistérios, exclamamos com o apóstolo: "Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e quão inescrutáveis, os seus caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro? Ou quem primeiro deu a ele para que lhe venha a ser restituído? Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém" (Rm 11.33-36).

Capítulo II

Artigo 8

Pois este foi o soberano conselho, a vontade graciosa e o propósito de Deus, o Pai, que a eficácia vivificadora e salvadora da preciosíssima morte do seu Filho fosse estendida a todos os eleitos, para dar somente a eles a justificação pela fé e, desse modo, levá-los infalivelmente à salvação: ou seja, que foi da vontade de Deus que Cristo, por meio do sangue na cruz, pelo qual ele confirmou a nova aliança, redimisse efetivamente, de todos os povos, tribos, línguas e nações, todos aqueles e somente aqueles que foram escolhidos desde a eternidade para serem salvos e lhe foram dados pelo Pai; que ele lhes desse a fé, que juntamente com todos os outros dons salvadores do Espírito Santo, ele adquiriu com a sua morte; que também os purificasse de todos os pecados, tanto o original como os atuais, por meio do seu sangue, tanto os que foram cometidos antes como depois de terem crido; e tendo-os guardado fielmente até o fim, finalmente os leva, sem mácula ou imperfeição, para o gozo da sua glória na presença do próprio Pai.

Artigo 9

Esse propósito, que procede do amor eterno de Deus aos eleitos, tem sido poderosamente cumprido, desde o começo do mundo até hoje, e continuará a ser cumprido, apesar de toda a oposição ineficaz das portas do inferno, de modo que os eleitos, no devido tempo, serão unidos num só rebanho, e sempre haverá uma igreja composta de crentes fundada no sangue de Cristo, a qual ama firmemente o seu Salvador e o ama fielmente como o seu Salvador, o qual, como um noivo à sua noiva, deu na cruz a sua própria vida por eles, e que podem celebrar seus louvores agora e por toda a eternidade.

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Cânones de Dort (cont.)

A verdadeira doutrina da eleição e da rejeição tendo sido explicada, o Sínodo **rejeita** os erros daqueles que ensinam:

Rejeição 1

Que a vontade de Deus para salvar aqueles que crerem e perseverarem na fé e na obediência da fé é o decreto inteiro e total da eleição para a salvação, e que nada mais sobre esse decreto foi revelado na Palavra de Deus, pois isso engana os simples e claramente contradiz as Escrituras, que declaram que Deus não só salvará aqueles que crerem, mas que ele também, desde a eternidade, escolheu certas pessoas, às quais, sobre todas as outras, ele, no tempo devido, dará a fé em Cristo e a perseverança, como está escrito: "Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo" (Jo 17.6). "E creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna" (At 13.48). E: "Como nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele" (Ef 1.4).

Rejeição 2

Que há vários tipos de eleição divina para a vida eterna: uma é geral e indefinida, e outra é particular e definida; e que esta última eleição ou é incompleta, revogável, não-decisiva e condicional, ou é completa, irrevogável, decisiva e absoluta. Do mesmo modo, há uma eleição para a fé e outra para a salvação, de modo que a eleição pode ser para a fé justificadora, sem ser decisiva para a salvação, pois isso é uma invenção da mente humana, sem nenhuma base nas Escrituras, pela qual a doutrina da eleição é corrompida e a corrente de ouro da nossa salvação é quebrada: "E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou" (Rm 8.30).

Rejeição 3

Que a boa vontade e o propósito de Deus, das quais as Escrituras fazem menção na doutrina da eleição não significa que ele escolheu certas pessoas e não outras, mas que ele, dentre todas as condições possíveis (entre as quais estão também as obras da lei), ou dentre todas as possibilidades, escolheu como condição de salvação o ato de fé, que é, de si mesmo, sem mérito, e a obediência imperfeita da fé, e que ele, graciosamente a consideraria em si mesmo como uma obediência perfeita e digna de ser recompensada com a vida eterna, pois por esse erro prejudicial o bom propósito de Deus e os méritos de Cristo perdem todos os efeitos, e desvia as pessoas, por questões inúteis, da verdade da justificação graciosa e da simplicidade das Escrituras, e esta declaração do apóstolo é acusada de falsa: "Que nos salvou e nos chamou com santa vocação; não segundo as nossas obras, mas conforme a sua própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos eternos" (2Tm 1.9).

Rejeição 4

Que na eleição para a fé esta condição é exigida de antemão, ou seja, o homem deve fazer uso adequado da luz da natureza e deve ser piedoso, humilde, submisso e qualificado para a vida eterna, como se a eleição de algum modo dependesse dessas coisas, pois isso sugere ensinamento de Pelágio e está em oposição ao ensino do apóstolo quando ele escreve: "Entre os quais também todos nós andamos outrora, segundo as inclinações da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos, por natureza, filhos da ira, como também os demais. Mas Deus, sendo rico em misericórdia, por causa do grande amor com que nos amou, e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo – pela graça sois salvos, e, juntamente com ele, nos ressuscitou, e nos fez assentar nos lugares celestiais em Cristo Jesus; para mostrar, nos séculos vindouros, a suprema riqueza da sua graça, em bondade para conosco, em Cristo Jesus. Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie" (Ef 2.3-9).

Rejeição 5

Que a eleição incompleta e não-decisiva de certas pessoas para a salvação aconteceu por causa de uma fé, conversão, santificação e piedade previstas, que ou começariam ou que continuariam por algum tempo, mas a eleição completa e decisiva ocorreu por causa de uma prevista perseverança na fé, conversão, santidade e piedade até o fim; e que isso constitui a dignidade graciosa e evangélica pela qual a pessoa que é escolhida é mais digna que outra que não é escolhida, e que, portanto, a fé, a obediência de fé, a piedade e a perseverança não são frutos da imutável eleição para a glória, mas condições e causas previamente requeridas que, sendo previstas como tendo sido cumpridas naqueles que serão eleitos completamente, são as causas sem as quais a eleição para a glória não acontece.

Isso está em contradição com as Escrituras como um todo, que repetem constantemente estas e outras afirmações semelhantes: a eleição não acontece por causa das obras, mas por aquele que chama. "... (para que o propósito de Deus quanto à eleição, prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama)" (Rm 9.11); "E creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna" (At 13.48); "Nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele" (Ef 1.4); "Não fostes vós que me escolhestes a mim; pelo contrário, eu vos escolhi a vós outros" (Jo 15.16); "E, se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça" (Rm 11.6); "Nisto consiste o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou, e enviou o seu filho" (1Jo 4.10).

Rejeição 6

Que nem toda eleição para a salvação é imutável, mas que alguns dos eleitos podem perder-se e de fato se perdem eternamente, não obstante qualquer decreto de Deus. Por esse erro grosseiro, eles tornam Deus mutável, destroem o conforto dos crentes quanto à firmeza da sua eleição e contradizem as Escrituras, que dizem que os eleitos não podem ser desencaminhados: "Para enganar, se possível, os próprios eleitos" (Mt 24.24); que Cristo não perde aqueles que o Pai lhe deu: "E a vontade de quem me enviou é

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Cânones de Dort (cont.)

esta: que nenhum eu perca de todos os que me deu" (Jo 6.39); e que Deus também glorificou aqueles a quem ele preordenou, chamou e justificou: "E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou" (Rm 8.30).

Rejeição 7

Que nesta vida não há fruto, consciência ou certeza da eleição imutável para a glória, exceto a certeza que depende de uma condição mutável e incerta, pois falar acerca de uma certeza incerta é não apenas absurdo, mas também contrário à experiência dos santos, que, pela virtude da consciência da sua eleição, se regozijam com o apóstolo e glorificam esse benefício de Deus (cf. Ef 1); que, de acordo com a admoestação de Cristo, se regozijam com os discípulos por seus nomes estarem escritos nos céus: "Alegrai-vos... porque o vosso nome está arrolado nos céus" (Lc 10.20); que também colocam a consciência de sua eleição contra os dardos inflamados das tentações do diabo, quando perguntam: "Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus?" (Rm 8.33).

Rejeição 8

Que Deus não decidiu, simplesmente em virtude de sua justa vontade, deixar ninguém na queda de Adão e no estado comum de pecado e condenação, e nem decidiu preterir ninguém quando deu a graça, necessária para a fé e a conversão, pois isso está firmemente decretado: "Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz" (Rm 9.18). E também isto: "Porque a vós outros é dado conhecer os mistérios do reino dos céus, mas àqueles não lhes é isso concedido" (Mt 13.11). Igualmente: "Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi de teu agrado" (Mt 11.25,26).

Rejeição 9

Que a razão pela qual Deus envia o evangelho a um povo e não a um outro, não é meramente e somente por causa do bom propósito da sua vontade, mas por ser este povo melhor e mais digno que o outro, ao qual o evangelho não é comunicado, pois isso é negado por Moisés quando ele se dirige ao povo de Israel dizendo: "Eis que os céus e os céus dos céus são do SENHOR teu Deus, a terra e tudo o que nela há. Tão-somente o SENHOR se afeiçoou a teus pais para os amar: a vós outros, descendentes deles, escolheu de todos os povos, como hoje se vê" (Dt 10.14,15). E Cristo disse: "Ai de ti, Corazim! Ai de ti, Betsaida! Porque, se em Tiro e em Sidom se tivessem operado os milagres que em vós se fizeram, há muito que elas se teriam arrependido, com pano de saco e cinza" (Mt 11.21).

A verdadeira doutrina (a respeito da redenção) tendo sido explicada, o Sínodo **rejeita** os erros daqueles que ensinam:

Rejeição 1

Que Deus, o Pai, destinou seu Filho à morte na cruz sem um decreto definido de salvar qualquer pessoa, de modo que a necessidade, o proveito e o valor do que Cristo mereceu por sua morte deve ter existido, e deve continuar em todas as suas partes completo, perfeito e intacto, mesmo se a redenção merecida nunca tenha de fato sido aplicada a ninguém, pois essa doutrina tende a desprezar a sabedoria do Pai e os méritos de Jesus Cristo e é contrária às Escrituras, pois o nosso Salvador afirma: "Dou a minha vida pelas ovelhas... eu as conheço" (Jo 10.15,27). E o profeta disse acerca do Salvador: "Quando der ele a sua alma como oferta pelo pecado, verá a sua posteridade e prolongará os seus dias; e a vontade do SENHOR prosperará nas suas mãos" (Is 53.10). Finalmente, este erro contradiz o artigo de fé segundo o qual confessamos a igreja cristã universal.

Rejeição 7

Que Cristo não podia morrer, não precisava morrer e nem morreu de fato, por aqueles a quem Deus amou supremamente e elegeu para a vida eterna, visto que estes não precisavam da morte de Cristo, pois esta doutrina contradiz o apóstolo, que declara: "... o Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim" (Gl 2.20). Igualmente: "Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem os condenará? É Cristo Jesus quem morreu" (Rm 8.33,34), ou seja, por eles. E o Salvador assegura: "Dou a minha vida pelas minhas ovelhas" (Jo 10.15). E mais: "O meu mandamento é este, que vos ameis uns aos outros, assim como eu vos amei. Ninguém tem maior amor do que este: de dar alguém a própria vida em favor dos seus amigos" (Jo 15.12,13).

A verdadeira doutrina (a respeito da perseverança) tendo sido explicada, o Sínodo **rejeita** os erros daqueles que ensinam:

Rejeição 1

Que a perseverança dos verdadeiros crentes não é resultado da eleição ou um dom de Deus obtido pela morte de Cristo, mas uma condição da nova aliança, que (como eles declaram) o homem deve cumprir por meio do seu livre-arbítrio antes da sua eleição e justificação decisivas, pois as Escrituras Sagradas testificam que a perseverança provém da eleição e é dada aos eleitos pelo poder da morte, da ressurreição e da intercessão de Cristo: "A eleição o alcançou; e os mais foram endurecidos" (Rm 11.7). Do mesmo modo: "Aquele que não poupou a seu próprio Filho, antes, por todos nós o entregou, porventura, não nos dará graciosamente com ele todas as coisas? Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem os condenará? É Cristo quem morreu, ou antes, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós. Quem nos separará do amor de Cristo?" (Rm 8.32-35).

Conclusão

E esta é a declaração clara, simples e sincera da doutrina ortodoxa

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Cânones de Dort (cont.)

com respeito aos Cinco Artigos da Fé disputados nas igrejas da Bélgica e a rejeição dos erros pelos quais elas têm sido perturbadas por algum tempo. O Sínodo de Dort julga esta doutrina como sendo derivada da Palavra de Deus e de acordo com a confissão das igrejas reformadas. Assim, torna-se evidente que alguns agiram muito imprópria e contrariamente a toda verdade, eqüidade e amor, desejando persuadir o povo do seguinte: "Que a doutrina das igrejas reformadas no tocante à predestinação e aos demais pontos relacionados a ela, por seu caráter e tendência, desvia a mente dos homens da verdadeira religião; que ela é um ópio administrado pela carne e pelo diabo, bem como fortaleza para Satanás, onde este permanece à espera de todos, e da qual fere multidões, atingindo mortalmente a muitos com os dardos tanto do desespero quanto da falsa segurança; que ela torna Deus o autor injusto do pecado, um tirano e hipócrita; que ela é nada mais do que um estoicismo, um maniqueísmo, um indeterminismo e um islamismo renovados; que ela torna os homens carnalmente seguros, porque faz as pessoas crerem que nada pode impedir a salvação dos eleitos, não importando como vivam e que, portanto, eles podem tranqüilamente cometer os crimes mais horríveis; e que, mesmo que os reprovados tivessem produzido todas as obras dos santos, isso não poderia contribuir em nada para a salvação deles; que a mesma doutrina ensina que Deus predestinou e criou a maior parte da humanidade para a condenação eterna apenas por um ato arbitrário de sua vontade, sem levar em conta qualquer pecado; e que os criou para esse mesmo propósito; que, do mesmo modo pelo qual a eleição é a fonte e a causa da fé e das boas obras, a reprovação é a causa da incredulidade e da impiedade; que muitos filhos inocentes de pais crentes são arrancados do seio de suas mães e tiranicamente lançados no inferno, de tal modo que nem o batismo, nem as orações da igreja no ato do batismo lhes podem ser proveitosos", e muitas outras coisas semelhantes que as igrejas reformadas não apenas não confessam, mas também repelem de todo coração. Portanto, este Sínodo de Dort conclama em nome do Senhor a todos os que piedosamente invocam o nosso Salvador Jesus Cristo, que não julguem a fé das igrejas reformadas a partir das calúnias juntadas daqui e dali, nem tampouco a partir de declarações pessoais de alguns professores, modernos ou antigos, que muitas vezes são citadas de má-fé, distorcidas e explicadas de maneira oposta ao seu sentido real, mas deve-se julgar a fé das igrejas reformadas pelas Confissões públicas dessas igrejas e pela presente declaração da doutrina ortodoxa, confirmada pelo consenso unânime de todos e de cada um dos membros de todo o Sínodo. Além do mais, o Sínodo adverte os próprios caluniosos para que considerem o severo julgamento de Deus que os aguarda, por darem falso testemunho contra as Confissões de tantas igrejas, por conturbar a consciência dos fracos e por tentar colocar sob suspeita, aos olhos de muitos, a comunidade dos verdadeiros crentes. Finalmente, este Sínodo exorta todos os conversos ao evangelho de Cristo a se conduzirem em santo temor e piedade diante de Deus quando lidarem com esta doutrina em escolas e igrejas; ao ensiná-la, tanto pela palavra falada quanto escrita, devem procurar a glória de Deus, a santidade de vida e a consolação das almas aflitas; a modelarem, pelas Escrituras, de acordo com a analogia da fé, não só os seus sentimentos, mas também a sua linguagem; e a absterem-se de usar qualquer frase que exceda os limites prescritos pelo genuíno sentido das Escrituras Sagradas, para não dar aos insolentes sofistas boas oportunidades para atacar ou caluniar a doutrina das igrejas reformadas.

Que o Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, o qual está sentado à direita do Pai e envia seus dons aos homens, nos santifique na verdade, que traga à verdade os que se desviaram dela, cale a boca dos caluniosos da sã doutrina e equipe os ministros fiéis da sua Palavra com o Espírito de sabedoria e discrição, para que tudo o que eles disserem possa ser para a glória de Deus e a edificação dos ouvintes. Amém.

A criação

Artigo 12

A criação

Cremos que o Pai, pelo Verbo, ou seja, por seu Filho,[1] criou do nada o céu, a terra e todas as criaturas quando bem lhe aprouve, tendo dado a cada criatura sua própria natureza e forma, e sua própria função para servir ao seu Criador; e que ele,

P. 6: Deus, então, criou o homem tão mau e perverso?

R.: De modo algum; Deus criou o homem bom[1] e à sua própria imagem, em verdadeira justiça e santidade,[2] de modo que ele pudesse conhecer perfeitamente a Deus, seu Criador, amá-lo de todo o coração e viver com ele em eterna

VII. Da criação de todas as coisas; dos anjos, do diabo, e do homem

1. Esse grande e poderoso Deus criou todas as coisas, tanto as visíveis quanto as invisíveis, por meio de sua Palavra eterna, e também as mantêm pelo seu Espírito eterno: como testemunhou Davi, dizendo: "Os céus por sua palavra se fizeram, e, pelo sopro de sua boca, o exército deles" (Sl 33.6); e, como a Escritura diz: "Viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom" (Gn 1.31), e feito para o uso e benefício do homem.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

IV. Da criação

1. No princípio aprouve a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo,[1] para a manifestação da glória de seu eterno poder, sabedoria e bondade,[2] criar, ou fazer do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bom, o mundo e tudo o que nele há, visível ou invisível.[3]

[1] Hb 1.2; Jo 1.2,3; Gn 1.2; Jo 26.13; 33.4
[2] Rm 1.20; Jr 10.12; Sl 104.24; 33.5,6
[3] Gn 1; Hb 11.3; Cl 1.16; At 17.24

P. 9: O que é a obra da criação?

R.: A obra da criação é aquela pela qual Deus fez todas as coisas do nada, pela palavra do seu poder, no espaço de seis dias, e tudo muito bem.[1]

[1] Gn 1; Hb 11.3

P. 10: Como Deus criou o homem?

R.: Deus criou o homem, macho e fêmea, conforme a

P. 15: O que é a obra da criação?

R.: A obra da criação é aquela pela qual Deus, no início, pela palavra do seu poder, fez do nada o mundo e tudo quanto nele há, para si, no espaço de seis dias, e tudo muito bom.[1]

[1] Gn 1; Hb 11.3; Pv 16.4

P. 16: Como Deus criou os anjos?

R.: Deus criou todos os anjos[1] como espíritos,[2] imortais,[3] santos[4] e excelentes em conhecimento,[5] poderosos,[6] para executarem os seus mandamentos e louvarem o seu nome,[7] todavia sujeitos à mudança.[8]

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

ainda hoje, sustenta todas essas criaturas e as governa segundo a sua eterna providência e por seu infinito poder,[2] para servirem à humanidade,[3] a fim de que esta sirva a seu Deus.[4]

Ele também criou os anjos bons,[5] para serem seus mensageiros[6] e servirem aos eleitos.[7] Da posição excelente em que Deus os tinha criado, alguns deles caíram na eterna perdição,[8] mas os outros, pela graça de Deus,[9] perseveraram e continuaram na sua primeira posição. Os demônios e os espíritos malignos são tão corrompidos que são inimigos de Deus e de todo o bem, no máximo do poder deles;[10] como assassinos, eles espreitam a igreja e cada um de seus membros para a demolir e, por meio de seus perversos estratagemas, a destruir.[11] Por isso, por causa de sua própria perversidade, eles estão condenados à maldição eterna e aguardam, a cada dia, seus tormentos terríveis.[12] Portanto, rejeitamos e detestamos o erro dos saduceus, que negam a existência de espíritos e de anjos;[13] também o erro dos maniqueus, que dizem que os demônios têm sua origem em si mesmos e são maus por natureza, e não que tenham se corrompido.

[1] Gn 1.1; Is 40.26; Hb 3.4; Ap 4.11; 1Co 8.6; Jo 1.3; Cl 1.16
[2] Hb 1.3; Sl 104.10; At 17.25
[3] 1Tm 4.3,4; Gn 1.29,30; 9.2,3; Sl 104.14,15
[4] 1Co 3.22; 6.20; Mt 4.10
[5] Cl 1.16
[6] Sl 103.20; 34.8; 148.2
[7] Hb 1.14; Sl 34.8
[8] Jo 8.44; 2Pe 2.4; Lc 8.31; Jd 6
[9] Mt 25.31

felicidade, para louvá-lo e glorificá-lo.[3]

[1] Gn 1.31
[2] Gn 1.26,27; Cl 3.10
[3] Ef 1.6; 1Co 6.20

2. Afirmamos que todas as coisas procederam de um princípio. Portanto, condenamos os maniqueístas e os marcionitas que erroneamente criam que havia duas essências e duas naturezas, a do bem e a do mal; e também dois princípios e dois deuses, um contrário ao outro, um bom e um mau.

3. Entre todas as criaturas, os anjos e os homens são os mais excelentes. As Escrituras nos declaram sobre os anjos: "Fazes a teus anjos ventos e a teus ministros, labaredas de fogo" (Sl 104.4). E mais adiante: "Não são todos eles espíritos ministradores, enviados para serviço a favor dos que hão de herdar a salvação?" (Hb 1.14).

4. O próprio Senhor Jesus testifica a respeito do diabo: "Ele foi homicida desde o princípio e jamais se firmou na verdade, porque nele não há verdade. Quando ele profere mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira" (Jo 8.44).

5. Portanto, ensinamos que alguns anjos persistiram na obediência e foram designados para servir fielmente a Deus e aos homens, mas outros caíram pela sua própria vontade e se precipitaram na destruição, tornando-se inimigos de todo o bem e de todos os fiéis.

6. Já, no que diz respeito ao homem, as Escrituras afirmam que no princípio ele foi criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1.27), que Deus o colocou no paraíso e sujeitou todas as coisas a ele. Isso é o que Davi magnificamente expõe no Salmo 8. Além disso, Deus lhe deu uma esposa e os abençoou.

7. Afirmamos também que o homem é composto de duas essências diferentes numa pessoa: de uma alma imortal (que, quando separada do corpo, nem dorme nem morre) e de um corpo mortal que, porém, ressuscitará dos mortos no juízo final, de modo que o homem, na sua totalidade, a partir de então, possa viver para sempre, seja na vida ou na morte.

8. Condenamos todos aqueles que ridicularizam ou que, mediante argumentos sutis, põem em dúvida a imortalidade da alma, ou dizem que a alma dorme ou é parte de Deus. Enfim, condenamos todas as opiniões de todos os homens que pensem de forma diferente sobre a criação dos anjos, dos demônios e do homem, segundo o que nos foi ensinado pelas Escrituras Sagradas na igreja apostólica de Cristo.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

2. Depois de haver feito todas as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea,[1] com alma racional e imortal,[2] e dotou-os de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem,[3] tendo a lei de Deus escrita no coração[4] e o poder de cumpri-la,[5] mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade de sua própria vontade, que era sujeita à mudança.[6] Além dessa lei escrita no coração, eles receberam a ordem de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal;[7] enquanto obedeceram a esse preceito, foram felizes na sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas.[8]

[1] Gn 1.27
[2] Gn 2.7; Ec 12.7; Lc 23.43; Mt 10.28
[3] Gn 1.26; Cl 3.10; Ef 4.24
[4] Rm 2.14,15
[5] Ec 7.29
[6] Gn 3.6; Ec 7.29
[7] Gn 2.17; 3.8-11,23
[8] Gn 1.26,28

sua própria imagem, em conhecimento, retidão e santidade, com domínio sobre as criaturas.[1]

[1] Gn 1.26-28; Cl 3.10; Ef 4.24

[1] Cl 1.16
[2] Sl 104.4
[3] Mt 22.30
[4] Mt 25.31
[5] 2Sm 14.17; Mt 24.36
[6] 2Ts 1.7
[7] Sl 103.20,21
[8] 2Pe 2.4

P. 17: Como Deus criou o homem?

R.: Depois de ter feito todas as demais criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea;[1] formou o homem do pó,[2] e a mulher da costela do homem;[3] dotou-os de alma vivente, racional e imortal;[4] fê-los conforme a sua própria imagem,[5] em conhecimento,[6] retidão e santidade,[7] tendo a lei de Deus escrita no coração deles,[8] e poder para a cumprir,[9] com domínio sobre as criaturas,[10] contudo sujeitos a cair.[11]

[1] Gn 1.27
[2] Gn 2.7
[3] Gn 2.22
[4] Gn 2.7; Jo 35.11; Ec 12.7; Mt 10.28; Lc 23,43
[5] Gn 1.27
[6] Cl 3.10
[7] Ef 4.24
[8] Rm 2.14,15
[9] Ec 7.29
[10] Gn 1.28
[11] Gn 3.6; Ec 7.29

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

[10] 1Pe 5.8; Jó 1.7
[11] Gn 3.1; Mt 13.25; 2Co 2.11; 11.3,14
[12] Mt 25.41; Lc 8.30,31
[13] At 23.8

A providência

Artigo 13

A providência divina

Cremos que o bom Deus, depois de ter criado todas as coisas, não as abandonou, nem as entregou ao acaso ou à sorte, mas as orienta e governa conforme a sua santa vontade,[1] de tal maneira que neste mundo nada acontece sem a sua determinação.[2] Contudo, Deus não é o autor, nem pode ser acusado dos pecados que são cometidos, pois o seu poder e a sua bondade são tão grandes e incompreensíveis que ele ordena e faz a sua obra perfeitamente e com justiça, mesmo que os demônios e os ímpios ajam injustamente.[3] E não queremos investigar curiosamente as obras dele (que ultrapassam o entendimento humano) além da nossa capacidade de entender. Porém, adoramos humilde e piedosamente a Deus em seus justos julgamentos, que nos estão escondidos,[4] contentando-nos em ser discípulos de Cristo, para aprender somente o que ele nos revelou na sua Palavra, sem ultrapassar esses limites.

Essa doutrina nos traz um inexprimível consolo,

P. 26: Em que você crê quando diz: "Creio em Deus Pai, Todo-poderoso, Criador do céu e da terra"?

R.: Creio que o eterno Pai de nosso Senhor Jesus Cristo (que criou do nada o céu, a terra e tudo o que neles há,[1] e ainda os sustenta e governa por seu eterno conselho e providência),[2] é, por causa do seu Filho, Cristo, meu Deus e meu Pai, em quem eu confio totalmente, de modo que não tenho dúvida de que ele vai me prover com tudo o que é necessário para a alma e o corpo;[3] e mais, que ele transformará em bem todo mal que me enviar neste vale de lágrimas,[4] pois ele tem poder para fazer isso, por ser Deus todo-poderoso,[5] e disposição, por ser um Pai fiel.[6]

[1] Gn 1–2; Sl 33.6
[2] Sl 115.3; Mt 10.29; Hb 1.3; Jo 5.17
[3] Jo 1.12,16; Rm 8.15,16; Gl 4.5,6; Ef 1.5; 1Jo 3.1
[4] Sl 55.22; Mt 6.26
[5] Rm 8.28; Rm 4.21
[6] Rm 10.12; Mt 6.26; Mt 7.9-11

VI. Da providência de Deus

1. Cremos que tudo o que há no céu e na terra, e em todas as criaturas, é preservado e governado pela providência deste Deus sábio, eterno e onipotente. Davi assim testifica e diz: "Excelso é o SENHOR, acima de todas as nações, e a sua glória, acima dos céus. Quem há semelhante ao SENHOR, nosso Deus, cujo trono está nas alturas, que se inclina para ver o que se passa no céu e sobre a terra?" (Sl 113.4). E novamente em outro salmo, afirma: "Esquadrinhas o meu andar e o meu deitar e conheces todos os meus caminhos. Ainda a palavra me não chegou à língua, e tu, SENHOR, já a conheces toda" (Sl 139.3). Paulo também testifica e declara: "Nele vivemos, e nos movemos, e existimos" (At 17.28), e "dele e por meio dele, e para ele são todas as coisas" (Rm 11.36).

2. Portanto, Agostinho, muito acertadamente e segundo as Escrituras, declarou no seu livro *Da Agonia de Cristo*, no capítulo 8: "O Senhor disse: Não se vendem dois pardais por um asse? E nenhum deles cairá em terra sem o consentimento de vosso Pai". Ao fazer essa afirmação, ele quis demonstrar que o que os homens consideram de valor insignificante é governado pela onipotência de Deus. Portanto, aquele que é a verdade diz que os cabelos da nossa cabeça estão contados, que as aves do céu são alimentadas por ele e diz também que os lírios do campo são por ele vestidos.

3. Condenamos, porém, os epicureus que negam a providência de Deus, e todos os que blasfemam dizendo que Deus está ocupado com os céus e não nos vê, não nos observa, nem dá atenção aos nossos interesses. O rei Davi também profetizou e os condenou, quando disse: "Até quando exultarão os perversos? ...Dizem: O SENHOR não o vê; nem disso faz caso o Deus de Jacó. Atendei, ó estúpidos dentre o povo; e vós insensatos, quando sereis prudentes? O que fez o ouvido, acaso, não ouvirá? E o que formou os olhos, será que não enxerga?" (Sl 94.3,7-9).

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

V. Da providência

1. Deus, o grande criador de todas as coisas, sustenta,[1] orienta, dispõe e governa todas as criaturas, ações e coisas,[2] desde a maior até a menor,[3] pela sua mui sábia e santa providência,[4] segundo a sua infalível presciência[5] e o livre e imutável conselho de sua própria vontade,[6] para o louvor da glória de sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia.[7]

[1] Hb 1.3
[2] Dn 4.34,35; Sl 135.6; At 17.25,26,28; Jó 38; 39; 40; 41
[3] Mt 10.29-31
[4] Pv 15.3; Sl 104.24; 145.17
[5] At 15.18; Sl 94.8-11
[6] Ef 1.11; Sl 33.10,11
[7] Is 63.14; Ef 3.10; Rm 9.17; Gn 45.7; Sl 145.7

2. Embora, em relação à presciência e ao decreto de Deus, que é a causa primária, todas as coisas acontecem de modo imutável e infalível,[1] contudo, pela mesma providência, Deus ordena que elas sucedam, de acordo com causas secundárias, de modo necessário, livre ou contingente.[2]

[1] At 2.23
[2] Gn 8.22; Jr 31.35; Êx 21.13; Dt 19.5; 1Rs 22.28,34; Is 10.6,7

3. Na sua providência ordinária, Deus faz uso de meios;[1] no entanto, ele é livre para operar sem eles,[2] sobre eles[3] ou contra eles,[4] conforme lhe apraz.

[1] At 27.31,44; Is 55.10,11; Os 2.21,22
[2] Os 1.7; Mt 4.4; Jó 34.10
[3] Rm 4.19-21
[4] 2Rs 6.6; Dn 3.27

4. A onipotência, a sabedoria inescrutável e a bondade infinita de Deus, de tal maneira se manifestam na sua providência, que esta se estende até à primeira queda e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens,[1] e isso não por uma mera permissão,[2] mas por uma permissão tal que, para os seus próprios e santos desígnios,[3]

P. 11: Quais são as obras da providência de Deus?

R.: As obras da providência de Deus são a sua maneira muito santa,[1] sábia[2] e poderosa de preservar[3] e governar todas as suas criaturas, bem como todas as ações delas.[4]

[1] Sl 145.17
[2] Sl 104.24; Is 28.29
[3] Hb 1.3
[4] Sl 103.19; Mt 10.29-31

P. 18: Quais são as obras da providência de Deus?

R.: As obras da providência de Deus são a sua mui santa,[1] sábia[2] e poderosa maneira de preservar[3] e governar[4] todas as suas criaturas, ordenando-as, e todas as suas ações,[5] para a sua própria glória.[6]

[1] Sl 145.17
[2] Sl 104.24; Is 28.29
[3] Hb 1.3
[4] Sl 103.19
[5] Mt 10.29,31; Gn 45.7
[6] Rm 11.36; Is 63.14

P. 19: Qual é a providência de Deus para com os anjos?

R.: Deus, pela sua providência, permitiu que alguns dos anjos, de modo voluntário e irremediável, caíssem em pecado e perdição,[1] limitando e ordenando isso, assim como todos os pecados deles, para a sua própria glória;[2] e estabeleceu os demais em santidade e felicidade,[3] empregando-os todos,[4] conforme lhe apraz, na administração do seu poder, da sua misericórdia e da sua justiça.[5]

[1] Jd 6; 2Pe 2.4; Hb 2.16; Jo 8.44
[2] Jó 1.12; Mt 8.31
[3] 1Tm 5.21; Mc 8.38; Hb 12.22
[4] Sl 104.4
[5] 2Rs 19.35; Hb 1.14

P. 20: Qual foi a providência de Deus para com o homem, no estado em que ele foi criado?

R.: A providência de Deus para com o homem, no estado em que ele foi criado, consistiu em colocá-lo no Paraíso, designando-o para o cultivar, dando-lhe liberdade para comer do fruto da terra;[1] ele colocou as criaturas sob o seu domínio,[2] e ordenou o casamento para o seu auxílio;[3] concedeu-lhe comunhão com ele mesmo,[4] instituiu o dia de descanso;[5] entrou num pacto de vida com ele, sob a condição de obediência pessoal,[6] perfeita e perpétua, da qual a árvore da vida era um penhor;[7] e proibiu-lhe comer da árvore da ciência do bem e do mal, sob pena de morte.[8]

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

desde que somos ensinados que nada nos acontece por acaso, mas pela determinação de nosso bondoso Pai celestial, que zela por nós com cuidado paternal, mantendo todas as criaturas de tal modo sob o seu poder[5] que nenhum fio de cabelo (pois estes estão todos contados) e nenhum pardal cairá em terra sem o consentimento de nosso Pai,[6] em quem confiamos totalmente, pois sabemos que ele reprime os demônios e todos os nossos inimigos, e que eles, sem a sua permissão, não podem nos prejudicar. Por isso, rejeitamos o detestável erro dos epicureus, que dizem que Deus não se importa com nada e deixa tudo ao acaso.

[1] Jo 5.17; Hb 1.3; Pv 16.4; Sl 104.9, etc.; Sl 139.2, etc.
[2] Tg 4.15; Jó 1.21; 1Rs 22.20; At 4.28; 1Sm 2.25; Sl 115.3; 45.7; Am 3.6; Dt 19.5; Pv 21.1; Sl 105.25; Is 10.5-7; 2Ts 2.11; Ez 14.9; Rm 1.28; Gn 45.8; 1.20; 2Sm 16.10; Gn 27.20; Sl 75.7,8; Is 45.7; Pv 16.4; Lm 3.37,38; 1 Rs 22.34,38; Êx 21.13
[3] Mt 8.31,32; Jo 3.8
[4] Rm 11.33,34
[5] Mt 8.31; Jó 1.12; 2.6
[6] Mt 10.29,30

P. 27: O que você quer dizer com providência de Deus?

R.: É a força todo-poderosa e presente[1] com que Deus, como se fosse por suas mãos, sustenta e governa o céu, a terra e todas as criaturas,[2] de modo que as ervas e plantas, a chuva e a seca,[3] os anos frutíferos e os estéreis, o alimento e a bebida,[4] a saúde e a doença,[5] a riqueza e a pobreza,[6] e todas as coisas não nos vêm por acaso, mas de sua mão paternal.[7]

[1] At 17.25-28
[2] Hb 1.3
[3] Jr 5.24
[4] At 14.17
[5] Jo 9.3
[6] Pv 22.2; Jó 1.21
[7] Mt 10.29,30; Ef 1.11

P. 28: De que nos serve saber que Deus criou todas as coisas e que ele ainda as sustenta pela sua providência?

R.: Para que tenhamos paciência na adversidade,[1] e sejamos agradecidos na prosperidade;[2] e que, em tudo quando nos acontecer no futuro, coloquemos a nossa firme confiança no nosso fiel Deus e Pai[3] de que nada pode nos separar do amor dele,[4] visto que todas as criaturas estão na sua mão, de tal modo que, sem a vontade dele elas não conseguem sequer se mover.[5]

[1] Rm 5.3; Sl 39.10
[2] Dt 8.10; 1Ts 5.18
[3] Rm 5.3-6
[4] Rm 8.38,39
[5] Jó 1.12; Jó 2.6; Mt 8.31; Is 10.15

P. 125: Qual é a quarta petição?

R.: "O pão nosso de cada dia dá-nos hoje",[1] ou seja,

4. Entretanto, não rejeitamos os meios pelos quais a providência divina opera, mas ensinamos que devemos nos acomodar a eles, à medida que nos são recomendados na Palavra de Deus. Por conseguinte, desaprovamos as afirmações infundadas daqueles que dizem que, se todas as coisas são geridas pela providência de Deus, então os nossos esforços e diligências são inúteis. Bastaria deixar tudo a cargo da divina providência e não nos preocuparmos nem fazer coisa alguma. Pois embora Paulo tenha reconhecido que andava segundo a providência de Deus, que lhe dissera: "... do modo por que deste testemunho a meu respeito em Jerusalém, assim importa que também o faças em Roma" (At 23.11), e depois lhe havia prometido: "... nenhuma vida se perderá de dentre vós... pois nenhum de vós perderá nem mesmo um fio de cabelo" (At. 27.22,34), quando os marinheiros estavam pensando num modo de escapar, o mesmo Paulo disse ao centurião e aos soldados: "Se estes não permanecerem a bordo, vós não podereis salvar-vos" (At 27.31). Pois Deus, que destinou um fim a cada coisa, também ordenou o começo e os meios pelos quais iremos atingir o alvo. Os gentios atribuem os fatos ao destino indefinido e ao acaso incerto. No entanto, Tiago não deseja que digamos: "Hoje ou amanhã, iremos para a cidade tal, e lá passaremos um ano, e negociaremos, e teremos lucros", mas aconselha: "Em vez disso, devíeis dizer: Se o Senhor quiser, não só viveremos, como faremos isto ou aquilo" (Tg 4.13,15). E Agostinho afirma: "Todas as coisas, que parecem ter acontecido acidentalmente para os homens incrédulos, cumprem simplesmente a sua Palavra, porque nada acontece senão por sua ordem". Em seu comentário sobre o Salmo 148, ele declara: "parecia que tinha acontecido por mero acaso que Saul, enquanto procurava as jumentas do seu pai, inesperadamente tivesse se encontrado com o profeta Samuel. Mas previamente o Senhor dissera ao profeta: "Amanhã a estas horas, te enviarei um homem da terra de Benjamim" (1Sm 9.16).

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

sábia e poderosamente os limita,[3] regula e governa numa múltipla dispensação para seus próprios santos fins.[4] No entanto, porém, a pecaminosidade dessas transgressões procede tão-somente da criatura e não de Deus, que, sendo santíssimo e justíssimo, não pode ser o autor do pecado e nem pode aprová-lo.[5]

[1] Rm 11.32-34; 2Sm 24.1; 1Cr 21.1; 1Rs 22.22,23; 1Cr 10.4,13,14; 2Sm 16.10; At 2.23; 4.27,28
[2] At 14.16
[3] Sl 76.10; 2Rs 19.28
[4] Gn 50.20; Is 10.6,7,12
[5] Tg 1.13,14,17; 1Jo 2.16; Sl 50.21

5. O mui sábio, justo e gracioso Deus muitas vezes deixa, por algum tempo, os seus filhos entregues a muitas tentações e à corrupção do próprio coração, para castigá-los pelos seus pecados anteriores ou fazê-los conhecer o poder oculto da corrupção e a enganosidade do próprio coração, a fim de que eles sejam humilhados,[1] para animá-los a dependerem mais íntima e constantemente do apoio dele e torná-los mais vigilantes contra as futuras ocasiões de pecar, bem como para vários outros fins justos e santos.[2]

[1] 2Cr 32.25,26,31; 2Sm 24.1
[2] 2Co 12.7-9; Sl 73; 77.1,10,12; Mc 14.66s.; Jo 21.15-17

6. Quanto aos homens iníquos e ímpios que Deus, como justo juiz, cega e endurece em razão de pecados anteriores, ele não somente lhes recusa a graça pela qual poderiam ser iluminados no entendimento e movidos no coração,[1] mas às vezes tira os dons que já possuíam,[2] e os expõe a objetos que a sua corrupção torna ocasiões de pecado;[3] além disso, os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás;[4] assim, acontece que eles se endurecem mesmo sob as influências dos meios que Deus emprega para o abrandamento de outros.[5]

[1] Rm 1.24,26,28; Rm 11.7,8
[2] Dt 29.4
[3] Mt 13.12; 25.29
[4] Dt 2.30; 2Rs 8.12,13
[5] Sl 81.11,12; 2Ts 2.10-12; Êx 7.3; 8.15,32; 2Co 2.15,16; Is 8.14; 1Pe 2.7,8; Is 6.9,10; At 28.26,27

7. Como a providência de Deus se estende, em geral, a todas as criaturas, também de um modo muito especial ele cuida da sua igreja e dispõe todas as coisas para o bem dela.[1]

[1] 1Tm 4.10; Am 9.8,9; Rm 8.28; Is 43.3-5,14

[1] Gn 2.8,15,16
[2] Gn 1.28
[3] Gn 2.18.
[4] Gn 1.26-29; Gn 3.8
[5] Gn 2.3
[6] Gl 3.12; Rm 10.5
[7] Gn 2.9
[8] Gn 2.17

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
	deleite-se em nos prover com tudo o que for necessário ao nosso corpo,[2] para que, desse modo, possamos reconhecer que o Senhor é a única fonte de todo o bem,[3] e que, sem a sua bênção, nem o nosso cuidado e nem o nosso trabalho, podem nos ser úteis,[4] e que, portanto, devemos retirar a nossa confiança de todas as criaturas e colocá-la somente no Senhor.[5]		

[1] Mt 6.11
[2] Sl 145.15; Mt 6.25
[3] At 17.25; At 14.17
[4] 1Co 15.58; Dt 8.3; Sl 127.1,2
[5] Sl 62.11; Sl 55.22

Antropologia:
A doutrina do homem

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A queda do homem, o pecado original e a punição

Artigo 14 (parte 1)

A criação e a queda do homem, e sua incapacidade de fazer o que é verdadeiramente bom

Cremos que Deus criou o homem do pó da terra, e o fez e formou conforme sua imagem e semelhança:[1] bom, justo e santo, capaz de concordar em tudo com a vontade de Deus.[2] Porém, quando o homem se encontrava naquela posição excelente, ele não a valorizou e não a reconheceu,[3] mas intencionalmente submeteu-se ao pecado e, assim, à morte e à maldição, tendo dado ouvidos às palavras do diabo,[4] pois transgrediu o mandamento da vida que tinha recebido[5] e, pelo pecado, separou-se de Deus,[6] que era sua verdadeira vida. Assim, ele corrompeu toda a sua natureza,[7] e desse modo tornou-se sujeito à morte corporal e espiritual.[8] E tendo assim se tornado ímpio, perverso e corrupto em todas as suas práticas, ele perdeu todos os dons excelentes que tinha recebido de Deus,[9] tendo permanecido com pequenos traços,[10] os quais, entretanto, são suficientes para deixar o homem sem desculpa,[11] pois toda a luz em nós se tornou trevas,[12] como nos ensinam as Escrituras, dizendo: "A luz resplandece nas trevas, e as trevas[13] não prevaleceram contra ela". Aqui o apóstolo João

P. 5: Você consegue guardar essas coisas perfeitamente?

R.: De modo algum,[1] porque por natureza sou inclinado a odiar a Deus e a meu próximo.[2]

[1] Rm 3.10; Jo 1.8
[2] Rm 8.7; Tt 3.3

P. 7: De onde vem, então, essa natureza corrompida do homem?

R.: Da queda e da desobediência dos nossos primeiros pais, Adão e Eva, no paraíso;[1] a partir daí, a nossa natureza tornou-se tão corrupta que todos nós somos concebidos e nascemos em pecado.[2]

[1] Gn 3.6; Rm 5.12,18,19
[2] Sl 5.15; Gn 5.3

P. 8: Somos então tão corrompidos que somos totalmente incapazes de fazer qualquer bem e inclinados para todo mal?

R.: De fato, somos,[1] a não ser que nasçamos de novo pelo Espírito de Deus.[2]

[1] Gn 6.5; Jó 14.4; Jó 15.14,16
[2] Jo 3.5; Ef 2.5

P. 9: Nesse caso, não é injusto da parte de Deus, na sua lei, exigir do homem o que este não pode cumprir?

R.: Absolutamente,[1] pois Deus criou o homem com a capacidade de cumprir a lei,[2] mas o homem, pela instigação do diabo,[3] e por sua própria desobediência obstinada, privou a si mesmo e a toda a sua posteridade desses dons divinos.[4]

VIII. Da queda do homem, do pecado e sua causa

1. Desde o início, o homem foi criado por Deus à sua própria imagem, em integridade e verdadeira santidade, bom e reto; porém, instigado pela serpente e por sua própria culpa, afastou-se da bondade e da retidão e se tornou sujeito ao pecado, à morte e a várias calamidades. E pela queda, ele veio a estar, assim como todos os que dele descenderam, sujeito ao pecado, à morte e a várias calamidades.

2. Consideramos pecado como sendo a corrupção inata do homem, que resultou ou se propagou de nossos primeiros pais a todos nós, e nos fez submergir em desejos malignos, nos afastando de Deus, e nos tornando inclinados a todo mal, cheios de toda impiedade, de descrenças, de desprezo e de ódio a Deus, de tal modo que nada de bom podemos fazer – nem ao menos podemos pensar em algo bom por nós mesmos (Mt 12.34,35).

3. Além disso, mesmo à medida que se passam os anos, produzimos maus frutos, oriundos de uma árvore má, por pensamentos, palavras e obras más, contrárias à lei de Deus. Por essa razão, por nossa própria culpa, estamos sujeitos à ira de Deus, expostos ao justo castigo, a tal ponto que Deus teria nos lançado fora, se Cristo, o Libertador, não nos tivesse levado de volta a ele.

4. Assim, por morte entendemos não só a morte do corpo, pela qual todos teremos que passar uma vez, por causa dos nossos pecados, mas também o castigo eterno devido aos nossos pecados e à nossa corrupção. Assim diz o apóstolo: "Estando vós mortos nos vossos delitos e pecados... éramos, por natureza filhos da ira, como também os demais. Mas Deus, sendo rico em misericórdia... e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo" (Ef 2.1-5). E também: "Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram" (Rm 5.12).

5. Reconhecemos, portanto, que o pecado original está presente em todos os homens; que todos os outros pecados que desse provêm são chamados, e verdadeiramente são, pecados, qualquer que seja o nome que lhes seja dado – sejam pecados mortais, veniais ou mesmo aquele que é chamado de pecado contra o Espírito Santo, que nunca é perdoado (Mc 3.29).

6. Confessamos também que os pecados não são iguais, embora surjam da mesma fonte de corrupção e incredulidade, porém alguns são mais graves que

Capítulo I

Artigo 1

Todos os homens pecaram em Adão, estão sob a maldição de Deus e são merecedores da morte eterna, de modo que ninguém teria sido injustiçado se ele tivesse resolvido deixar toda a raça humana no pecado e sob a maldição e decidido condená-la por causa do seu pecado, de acordo com as palavras do apóstolo: "Para que se cale toda boca, e todo o mundo seja culpável perante Deus" (Rm 3.19), "pois todos pecaram e carecem da glória de Deus" (Rm 3.23). E "O salário do pecado é a morte" (Rm 6.23).

Capítulo II

Artigo 1

Deus é não só supremamente misericordioso, mas também supremamente justo. E sua justiça exige (como ele se revelou na sua Palavra), que os nossos pecados, cometidos contra a sua infinita majestade, sejam punidos não só de modo temporal, mas eterno, tanto no corpo quanto na alma; disso nós não podemos escapar a menos que a justiça de Deus seja satisfeita.

Artigo 2

Como por nós mesmos, entretanto, não podemos fazer essa satisfação, nem podemos livrar a nós mesmos da ira de Deus, aprouve a ele, na sua infinita misericórdia, dar o

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

VI. Da queda do homem, do pecado e do seu castigo

1. Nossos primeiros pais, seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, comendo do fruto proibido.[1] Segundo o seu sábio e santo conselho, foi Deus servido permitir esse pecado deles, havendo determinado ordená-lo para a sua própria glória.[2]

[1] Gn 3.13; 2Co 11.3
[2] Rm 11.32

2. Por esse pecado eles caíram da sua retidão original e da comunhão com Deus,[1] e assim se tornaram mortos no pecado[2] e totalmente corrompidos em todas as faculdades e partes da alma e do corpo.[3]

[1] Gn 3.6-8; Ec 7.29; Rm 3.23
[2] Gn 2.17; Ef 2.1
[3] Tt 1.15; Gn 6.5; Jr 17.9; Rm 3.10-18

3. Sendo eles a raiz de toda a humanidade, o delito de seus pecados foi imputado a seus filhos;[1] e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária.[2]

[1] Gn 1.27,28; 2.16,17; At 17.26; Rm 5.12,15-19; 1Co 15.21,22,45,49
[2] Sl 51.5; Gn 5.3; Jó 14.4; 15.14

4. Dessa corrupção original, pela qual nos tornamos totalmente indispostos, adversos a todo o bem[1] e inteiramente inclinados a todo mal,[2] procedem todas as transgressões atuais.[3]

[1] Rm 5.6; 8.7; 7.18; Cl 1.21
[2] Gn 6.5; 8.21; Rm 3.10-12
[3] Tg 1.14,15; Ef 2.2,3; Mt 15.19

5. Durante esta vida, essa corrupção da natureza persiste naqueles que são regenerados;[1] e, embora ela seja perdoada e mortificada por meio de Cristo, todavia tanto ela como os seus impulsos são, real e propriamente, pecado.[2]

[1] 1Jo 1.8,10; Rm 7.14,17,18,23; Tg 3.2; Pv 20.9; Ec 7.20
[2] Rm 7.5,7,8,25; Gl 5.17

6. Todo pecado, tanto o original como os atuais, sendo transgressão da justa lei de Deus e a ela contrário,[1] torna, pela sua própria natureza, culpado o pecador,[2] e por essa culpa ele está sujeito à ira de Deus[3] e à maldição da lei,[4] e, portanto, sujeito à morte,[5] com todas as misérias espirituais,[6] temporais[7] e eternas.[8]

P. 13: Os nossos primeiros pais mantiveram-se no estado em que foram criados?

R.: Os nossos primeiros pais, tendo sido deixados à liberdade da sua própria vontade, caíram do estado em que foram criados por terem pecado contra Deus.[1]

[1] Gn 3.6-8,13; Ec 7.29

P. 14: O que é pecado?

R.: Pecado é qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou qualquer transgressão dessa lei.[1]

[1] 1Jo 3.4

P. 15: Qual foi o pecado pelo qual os nossos primeiros pais caíram do estado em que foram criados?

R.: O pecado pelo qual os nossos primeiros pais caíram do estado em que foram criados foi o fato de eles terem comido do fruto proibido.[1]

[1] Gn 3.6,12

P. 16: Toda a humanidade caiu na primeira transgressão de Adão?

R.: Visto que o pacto foi feito com Adão, não só para ele, mas também para a sua posteridade, toda a humanidade, que dele procede por geração ordinária, pecou nele e caiu com ele na sua primeira transgressão.[1]

[1] Gn 2.16,17; Rm 5.12; 1Co 15.21,22

P. 17: Qual foi o estado a que a queda reduziu a humanidade?

R.: A queda reduziu a humanidade a um estado de pecado e miséria.[1]

[1] Rm 5.12

P. 21: O homem permaneceu no estado em que Deus o criou no princípio?

R.: Nossos primeiros pais, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, pela tentação de Satanás transgrediram o mandamento de Deus, comendo do fruto proibido, e, por isso, caíram do estado de inocência em que foram criados.[1]

[1] Gn 3.6-8,13; Ec 7.29; 2Co 11.3

P. 22: Todo o gênero humano caiu na primeira transgressão?

R.: Como o pacto foi feito com Adão como representante, não de si somente, mas de toda a sua posteridade, todo o gênero humano, que descende dele por geração comum,[1] pecou nele e caiu com ele na primeira transgressão.[2]

[1] At 17.26
[2] Gn 2.16,17; Rm 5.12-20; 1Co 15.21,22

P. 23: A que estado ficou reduzido o gênero humano por essa queda?

R.: Essa queda reduziu o gênero humano a um estado de pecado e miséria.[1]

[1] Rm 5.12; 3.23

P. 24: O que é pecado?

R.: Pecado é qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou a transgressão de qualquer lei por ele dada como regra à criatura racional.[1]

[1] 1Jo 3.4; Gl 3.10,12

P. 25: Em que consiste o pecado desse estado em que o homem caiu?

R.: O pecado desse estado em que o homem caiu consiste na culpa do primeiro pecado de Adão,[1] na falta de retidão na qual este foi criado e na corrupção da sua natureza, pela qual ele se tornou inteiramente relutante quanto a qualquer bem espiritual, incapacitado de fazê-lo, bem como resistente a ele, além de inclinado a todo mal, e isso continuamente,[2] o que geralmente é chamado de pecado original, do qual procedem todas as transgressões atuais.[3]

[1] Rm 5.12,19
[2] Rm 3.10-19; Ef 21.3; Rm 5.6; 8.7,8; Gn 6.5
[3] Tg 1.14,15; Mt 15.19

P. 26: Como o pecado original é transmitido dos nossos primeiros pais à sua posteridade?

R.: O pecado original é transmitido dos nossos primeiros pais à sua posteridade por geração natu-

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

chama os homens de "trevas".

[1] Gn 1.26; Ec 7.29; Ef 4.24
[2] Gn 1.31; Ef 4.24
[3] Sl 49.21; Is 59.2
[4] Gn 3.6,17
[5] Gn 1.3,7
[6] Is 59.2
[7] Ef 4.18
[8] Rm 5.12; Gn 2.17; 3.19
[9] Rm 3.10
[10] At 14.16,17; 17.27
[11] Rm 1.20,21; At 17.27
[12] Ef 5.8; Mt 6.23
[13] Jo 1.5

Artigo 15

O pecado original

Cremos que, pela desobediência de Adão, o pecado original se estendeu a toda a humanidade,[1] que ele é uma depravação de toda a natureza humana e um mal hereditário, com o qual até as crianças no ventre de suas mães estão contaminadas,[2] e que ele produz no homem todo tipo de pecado, sendo nele como uma raiz do pecado[3] e, portanto, é tão repugnante e abominável diante de Deus, que é suficiente para condenar toda a humanidade.[4]
Nem pelo batismo o pecado original é totalmente anulado ou destruído, porque o pecado sempre jorra dessa depravação como água corrente de uma fonte contaminada; no entanto, ele não é imputado aos filhos de Deus para condenação, mas pela sua graça e misericórdia, é perdoado. Isso não quer dizer que eles podem continuar descuidadamente numa vida pecaminosa, mas, pelo contrário, conscientes dessa depravação, devem os crentes muitas vezes se lamentar, desejando ser libertos deste corpo de morte.[5]
Portanto, rejeitamos o erro dos pelagianos, que

[1] Ec 7.29
[2] Jo 8.44; 2Co 11.3
[3] Gn 3.4,7
[4] Rm 5.12

P. 10: Deus deixa sem castigo essa desobediência e rebeldia?

R.: De modo algum, mas está terrivelmente descontente[1] tanto com o pecado original quanto com os nossos pecados atuais, e irá puni-los no seu justo julgamento agora e eternamente,[2] como ele declarou: "Maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas escritas no Livro da lei, para praticá-las".[3]

[1] Sl 5.5
[2] Rm 1.18; Dt 28.15; Hb 9.27
[3] Dt 27.26; Gl 3.10

P. 11: Mas Deus não é também misericordioso?

R.: Deus de fato é misericordioso,[1] mas também é justo; portanto, a sua justiça exige[2] que o pecado cometido contra a sua suprema majestade seja castigado também com a pena máxima,[3] ou seja, com o castigo eterno do corpo e da alma.[4]

[1] Êx 34.6
[2] Êx 20.5; Jó 34.10,11
[3] Sl 5.5,6
[4] Gn 2.17; Rm 6.23

P. 12: Desde que, de acordo com o justo julgamento de Deus, nós merecemos castigo nesta vida e na futura, não há nenhum meio pelo qual possamos escapar dessa punição, e sermos novamente aceitos por Deus?

R.: Deus quer que a sua justiça seja satisfeita,[1] e, portanto, nós mesmos devemos satisfazer essa justiça ou ela terá que ser satisfeita por uma outra pessoa.[2]

outros, como disse o Senhor: "menos rigor haverá para Sodoma e Gomorra" do que para a cidade que rejeita a palavra do evangelho (Mt 10.15). Portanto, condenamos todos aqueles que ensinaram o contrário disso, especialmente Pelágio, os pelagianos e os jovinianos, que, assim como os estóicos, consideravam todos os pecados iguais. A respeito dessa questão, concordamos inteiramente com Santo Agostinho que extraiu o seu ponto de vista das Escrituras Sagradas e o defendeu baseado também nas Escrituras. Além disso, condenamos Florino, Blasto (contra quem também escreveu Irineu) e todos os que consideram Deus o autor do pecado, visto que está expressamente escrito: "Tu não és Deus que se agrade com a iniqüidade... Aborreces a todos os que praticam iniqüidade... Tu destróis os que proferem mentira" (Sl 5.4-6). E também em outra passagem das Escrituras temos: "Quando ele (o diabo) profere a mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira" (Jo 8.44). Além disso, já temos em nós suficiente pecado e corrupção, de modo que não é preciso que Deus infunda em nós uma nova e ainda maior medida de perversidade.

7. Quando, portanto, é dito nas Escrituras que Deus nos endurece (Êx 7.13), cega (Jo 12.40) e nos entrega a uma disposição mental reprovável (Rm 1.28), devemos compreender que Deus assim o faz justamente, como um juiz vingador e justo. Enfim, sempre que nas Escrituras é dito, ou parece, que Deus faz algo mal, isso não significa que o homem também não pratique o mal, mas que Deus permite que ele assim faça, e não o impede, segundo o seu justo juízo. Ele poderia impedir o mal se assim o quisesse, porque ele transforma o mal do homem em bem, como fez no caso do pecado dos irmãos de José, ou porque ele próprio controla os pecados, para que não se espalhem e se alastrem ainda mais do que ocorrem. Santo Agostinho escreveu no seu *Enchiridion*: "De modo admirável e inexplicável, não é feito contra a sua vontade aquilo que é feito contra a sua vontade. Pois não seria feito, se ele não o permitisse. E, no entanto, ele não o permite contra a vontade, mas voluntariamente. O bom não permitiria que se fizesse o mal, a não ser que, sendo onipotente, pudesse do mal fazer o bem". É isso o que Santo Agostinho nos diz a esse respeito.

8. Outras questões – tais como, se Deus quis que Adão caísse, ou se o incitou à queda, ou por que não impediu a queda dele e outras questões semelhantes – serão consideradas como curiosas (a não ser que, por acaso, a petulância dos hereges ou de outras pessoas inoportunas nos leve a explicá-las, também, com base na Palavra de Deus, como freqüentemente faziam os piedosos doutores da igreja), sabendo que o Senhor proibiu o homem de comer do fruto proibido e puniu a sua transgressão. Sabemos também que as coisas que são feitas não são más com respeiseu Filho único como nosso fiador, o qual foi feito pecado e maldição em nosso lugar, para que pudesse satisfazer a divina justiça por nós.

Capítulos III e IV

Artigo 1

Originalmente, o homem foi criado à imagem de Deus. Ele foi adornado no seu entendimento com o verdadeiro e salvador conhecimento de Deus e de todas as coisas espirituais; o seu coração e a sua vontade eram retos, todos os seus sentimentos, puros, e o homem era completamente santo; porém, desviando-se de Deus sob instigação do diabo, e abusando da liberdade do seu próprio livre-arbítrio, ele se privou desses dons excelentes e, em lugar deles, trouxe sobre si cegueira de entendimento, trevas terríveis, vaidade e perversidade de julgamento; ele tornou-se ímpio, rebelde e obstinado no seu coração e na sua vontade, bem como impuro nos seus sentimentos.

Artigo 2

Depois da Queda, o homem corrompido gerou filhos à sua própria imagem. Uma raiz produz descendentes corruptos. Assim, toda a posteridade de Adão, à exceção de Cristo, herdou a corrupção do seu pai original, não por imitação, como os antigos pelagianos afirmavam, mas pela propagação de uma natureza corrompida.

Artigo 3

Portanto, todos os homens são concebidos em peca-

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
[1] 1Jo 3.4 [2] Rm 2.15; 3.9,19 [3] Ef 2.3 [4] Gl 3.10 [5] Rm 6.23 [6] Ef 4.18 [7] Rm 8.20; Lm 3.39 [8] Mt 25.41; 2Ts 1.9	*P. 18: Em que consiste o estado de pecado em que o homem caiu?* R.: O estado de pecado em que o homem caiu consiste na culpa do primeiro pecado de Adão, na falta de retidão original e na corrupção de toda a sua natureza, o que comumente é chamado de pecado original, juntamente com todas as transgressões atuais que procedem dele.[1] [1] Rm 5.12,19; 5.10-20; Ef 2.1-3; Tg 1.14,15; Mt 15.19 *P. 19: Qual é a miséria do estado em que o homem caiu?* R.: Todo o gênero humano, pela sua queda, perdeu a comunhão com Deus,[1] está sob a sua ira e maldição,[2] e, assim, sujeito a todas as misérias desta vida, à própria morte e às penas do inferno para sempre.[3] [1] Gn 3.8,10,24 [2] Ef 2.2,3; Gl 3.10 [3] Lm 3.39; Rm 6.23; Mt 25.41,46	ral, de maneira que todos os que assim procedem deles são concebidos e nascidos em pecado.[1] [1] Sl 51.5; Jó 14.4; 15.14; Jo 3.6 *P. 27: Qual é a miséria que a queda trouxe sobre o gênero humano?* R.: A queda trouxe sobre o gênero humano a perda da comunhão com Deus[1] e o seu desagrado e maldição; de modo que somos, por natureza, filhos da ira,[2] escravos de Satanás[3] e justamente expostos a todas as punições, neste mundo e no vindouro.[4] [1] Gn 3.8,10,24 [2] Ef 2.2,3 [3] 2Tm 2.26 [4] Gn 2.17; Lm 3.39; Rm 6.23; Mt 25.41,46; Jd 7 *P. 28: Quais são as punições do pecado neste mundo?* R.: As punições do pecado neste mundo são: as interiores, como cegueira do entendimento,[1] um sentido depravado,[2] fortes ilusões,[3] dureza de coração,[4] remorso na consciência[5] e sentimentos vis;[6] ou as exteriores, como a maldição de Deus sobre as criaturas por nossa causa,[7] e todos os outros males que caem sobre nós no nosso corpo, nos nossos bens, nos nossos relacionamentos e no nosso emprego,[8] juntamente com a própria morte.[9] [1] Ef 4.18 [2] Rm 1.28 [3] 2Ts 2.11 [4] Rm 2.5 [5] Is 33.14; Gn 4.13; Mt 27.4 [6] Rm 1.26 [7] Gn 3.17 [8] Dt 28.15-18 [9] Rm 6.21,23 *P. 29: Quais são as punições do pecado no mundo vindouro?* R.: As punições do pecado no mundo vindouro são a separação eterna da presença consoladora de Deus, e os tormentos mais penosos na alma e no corpo, sem interrupção, no fogo do inferno para sempre.[1] [1] 2Ts 1.9; Mc 9.43,44,46,48; Lc 16.24

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

dizem que o pecado acontece somente por imitação.

[1] Rm 5.12,13; Sl 51.7; Rm 3.10; Gn 6.3; Jo 3.6; Jó 14.4
[2] Is 48.8; Rm 5.14
[3] Gl 5.19; Rm 7.8,10,13,17,18, 20,23
[4] Ef 2.3,5
[5] Rm 7.18,24

[1] Êx 20.5
[2] Dt 24.16; 2Co 5.14,15

P. 13: Não podemos, nós mesmos, satisfazer essa justiça?

R.: De modo algum.[1] Pelo contrário, aumentamos a cada dia a nossa dívida para com Deus.[2]

[1] Jó 9.2, 3; Jó 15.14-16
[2] Mt 6.12; Is 64.6

P. 14: Poderíamos encontrar, em algum lugar, alguém que fosse apenas uma criatura, que a pudesse satisfazer em nosso lugar?

R.: Ninguém, primeiro porque Deus não puniria uma outra criatura pelo pecado que o homem cometeu;[1] e também porque nenhuma mera criatura poderia suportar o peso da ira eterna de Deus contra o pecado, e dela livrar outras pessoas.[2]

[1] Ez 18.20
[2] Ap 5.3; Sl 49.8,9

to à providência, à vontade e ao poder de Deus, mas com respeito a Satanás e à nossa vontade que se opõe à vontade de Deus.

do e por natureza filhos da ira, incapazes de qualquer ação que os salve, inclinados para o mal, mortos no pecado e escravos do pecado e, sem a graça regeneradora do Espírito Santo, eles não podem e nem tampouco querem retornar a Deus, corrigir a sua natureza corrompida ou ao menos dispor-se a essa correção.

Artigo 4

É verdade que há no homem depois da Queda lampejos de luz natural, pelos quais ele retém ainda alguma noção sobre Deus, sobre as coisas naturais e a diferença entre o bem e o mal, e demonstram alguma consideração pela virtude e disciplina na sociedade e para manter um procedimento exterior ordenado. Porém, essa luz natural está tão longe de ser suficiente para levá-lo a um conhecimento salvador de Deus e à verdadeira

Cânones de Dort (cont.)

conversão, que ele não a usa apropriadamente nem mesmo nas questões naturais e civis. E ainda mais, essa luz, no estado em que está, é totalmente poluída, bem como retida em injustiça pelo homem, que, ao fazer isso, torna-se indesculpável perante Deus.

A verdadeira doutrina (a respeito da redenção) tendo sido explicada, o Sínodo **rejeita** os erros daqueles que ensinam:

Rejeição 5

Que todas as pessoas foram aceitas ao estado de reconciliação e graça da aliança, de modo que ninguém merece ser condenado por causa do pecado original, e que ninguém deverá ser condenado por ele, mas que todos estão livres da culpa do pecado original, pois essa opinião contradiz as Escrituras que ensinam que nós somos, por natureza, filhos da ira (Ef 2.3).

A verdadeira doutrina (a respeito da corrupção e da conversão) tendo sido explicada, o Sínodo **rejeita** os erros daqueles que ensinam:

Rejeição 1

Que é impróprio dizer que o pecado original em si é suficiente para condenar toda a raça humana ou merecer castigo temporal e eterno, pois isso contradiz o apóstolo que declara: "Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram" (Rm 5.12). E: "O julgamento derivou de uma só ofensa, para a condenação" (Rm 5.16). E "O salário do pecado é a morte" (Rm 6.23).

Rejeição 2

Que os dons espirituais ou as boas qualidades e virtudes, tais como a bondade, a retidão e a justiça, não podiam fazer parte da vontade do homem quando ele foi criado no princípio, e, portanto, que essas qualidades não podiam ter sido separadas dela na queda, pois esse erro é contrário à descrição da imagem de Deus que o apóstolo dá em Efésios 4.24, em que ele declara que ela consiste em justiça e retidão, que sem dúvida pertencem à vontade.

Rejeição 3

Que na morte espiritual os dons espirituais não são separados da vontade do homem, desde que a vontade em si mesma nunca foi corrompida, mas apenas sustada pelo obscurecimento do entendimento e pela irregularidade dos sentimentos; e que, se esses obstáculos forem removidos, a vontade pode voltar a exercer os seus

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Cânones de Dort (cont.)

poderes inatos, ou seja, que a vontade é, por si mesma, capaz de desejar e escolher, ou não, toda espécie de bem que lhe for apresentada. Isso é uma novidade e um engano, e tende a exaltar os poderes do livre-arbítrio, contrário ao que disse o profeta Jeremias: "Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto" (Jr 17.9); e o apóstolo Paulo: "Entre os quais também todos nós (os filhos da desobediência) andamos outrora, segundo as inclinações da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos" (Ef 2.3).

Rejeição 4

Que o homem não-regenerado não está realmente ou totalmente morto em pecados, ou privado de toda capacidade para fazer o bem espiritual, mas que ele ainda pode ter fome e sede de justiça e vida, e pode oferecer sacrifício de espírito contrito e quebrantado que agrada a Deus, pois essas afirmações são contrárias ao testemunho claro das Escrituras: "Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados" (Ef 2.1,5). E, "Era continuamente mau todo desígnio do seu coração" (Gn 6.5); "É mau o desígnio íntimo do homem desde a sua mocidade" (Gn 8.21).

Além do mais, ter fome e sede de libertação da miséria, e da vida, e oferecer a Deus o sacrifício de um espírito quebrantado, é característica do regenerado e daqueles que são chamados de abençoados. "Cria em mim, ó Deus, um coração puro e renova dentro de mim um espírito inabalável... Então, te agradarás dos sacrifícios de justiça, dos holocaustos e das ofertas queimadas; e sobre o teu altar se oferecerão novilhos" (Sl 51.10,29); "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos" (Mt 5.6).

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A aliança de Deus com o homem

Artigo 17

A restauração do homem caído

Cremos que o nosso bom Deus, na sua admirável sabedoria e bondade, vendo que o homem havia se lançado assim na morte física e espiritual e que tinha se tornado totalmente miserável, agradou-se em buscá-lo e confortá-lo, quando este, tremendo,[1] fugia da sua presença, prometendo que ele daria o seu Filho, que nasceria de uma mulher, para esmagar a cabeça da serpente e que o tornaria feliz.[2]

[1] Gn 3.8,9,19; Is 65.1,2
[2] Hb 2.14; Gn 22.18; Is 7.14; Jo 7.42; 2Tm 2.8; Hb 7.14; Gn 3.15; Gl 4.4

Capítulo II

A verdadeira doutrina (a respeito da redenção) tendo sido explicada, o Sínodo **rejeita** os erros daqueles que ensinam:

Rejeição 2

Que não era propósito da morte de Cristo que ele confirmasse a nova aliança da graça pelo seu sangue, mas somente que ele conquistasse para o Pai o mero direito de estabelecer com o homem uma aliança de acordo com a sua vontade, de graça ou de obras, pois isso contradiz as Escrituras que ensinam que Cristo se tornou o fiador e mediador de uma aliança superior, ou seja, da nova aliança, e que um testamento só se concretiza em caso de morte. "Por isso mesmo, Jesus se tem tornado fiador de superior aliança" (Hb 7.22). "Por isso mesmo, ele é o mediador da nova aliança, a fim de que, intervindo a morte para remissão das transgressões que havia sob a primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados. Porque, onde há testamento, é necessário que intervenha a morte do testador; pois um testamento só é confirmado no caso de mortos" (Hb 9.15,17).

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

VII. Do pacto de Deus com o homem

1. Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele, como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido expressar por meio de um pacto.[1]

[1] Is 40.13-17; Jó 9.32,33; 1Sm 2.25; Sl 113.5,6; 100.2,3; Jó 22.2,3; 35.7,8; Lc 17.10; At 17.24,25

2. O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras,[1] no qual a vida foi prometida a Adão e, nele, à sua posteridade,[2] sob a condição de perfeita obediência pessoal.[3]

[1] Gl 3.12
[2] Rm 10.5; 5.12-20
[3] Gn 2.17; Gl 3.10

3. O homem, tendo-se tornado, pela sua queda, incapaz de ter vida por meio desse pacto, o Senhor dignou-se a fazer um segundo pacto,[1] comumente chamado de pacto da graça, pelo qual ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo daqueles a fé neste para que sejam salvos,[2] e prometendo dar a todos os que estão ordenados para a vida eterna o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer.[3]

[1] Gl 3.21; Rm 8.3; 3.20,21; Gn 3.15; Is 42.6
[2] Mc 16.15.16; Jo 3.16; Rm 10.6,9; Gl 3.11
[3] Ez 36.26,27; Jo 6.44,45

4. Esse pacto da graça é freqüentemente apresentado nas Escrituras pelo nome de Testamento, em referência à morte de Cristo, o Testador, e à perdurável herança, com tudo o que lhe pertence, legada nesse pacto.[1]

[1] Hb 9.15,16,17; 7.22; Lc 22.10; 1Co 11.25

5. Esse pacto foi administrado de modos diferentes no tempo da lei e no tempo do evangelho:[1] sob a lei, ele era administrado por meio de promessas, profecias, sacrifícios, a circuncisão, o cordeiro pascal e de outros tipos e ordenanças dados ao povo judeu, tudo prefigurando o Cristo que havia de vir,[2] os quais eram, para aquele tempo, pela operação do Espírito Santo, suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido,[3] por quem tinham plena remissão dos pecados e a salvação eterna, e é chamado de Antigo Testamento.[4]

P. 12: Que ato especial de providência Deus exerceu para com o homem, no estado em que ele foi criado?

R.: Quando Deus criou o homem, fez com ele um pacto de vida, com a condição de perfeita obediência, proibindo-lhe comer da árvore da ciência do bem e do mal, sob pena de morte.[1]

[1] Gl 3.12; Gn 2.17

P. 20: Deus deixou toda a humanidade perecer no estado de pecado e miséria?

R.: Tendo Deus, unicamente pela sua boa vontade, desde toda a eternidade, escolhido algumas pessoas para a vida eterna,[1] entrou com elas num pacto de graça para livrá-las do estado de pecado e miséria, assim como levá-las a um estado de salvação, por meio de um redentor.[2]

[1] Ef 1.4
[2] Rm 3.20-22; Gl 3.21,22

P. 20: Qual foi a providência de Deus para com o homem, no estado em que ele foi criado?

R.: A providência de Deus para com o homem, no estado em que ele foi criado, consistiu em colocá-lo no Paraíso, designando-o para o cultivar, dando-lhe liberdade para comer do fruto da terra;[1] ele colocou as criaturas sob o seu domínio,[2] e ordenou o casamento para o seu auxílio;[3] concedeu-lhe comunhão com ele mesmo,[4] instituiu o dia de descanso;[5] entrou num pacto de vida com ele, sob a condição de obediência pessoal,[6] perfeita e perpétua, da qual a árvore da vida era um penhor;[7] e proibiu-lhe comer da árvore da ciência do bem e do mal, sob pena de morte.[8]

[1] Gn 2.8,15,16
[2] Gn 1.28
[3] Gn 2.18.
[4] Gn 1.26-29; Gn 3.8
[5] Gn 2.3
[6] Gl 3.12; Rm 10.5
[7] Gn 2.9
[8] Gn 2.17

P. 30: Deus deixa toda a humanidade perecer no estado de pecado e miséria?

R.: Deus não deixa todos os homens perecerem no estado de pecado e miséria[1] em que caíram pela violação do primeiro pacto, comumente chamado de pacto das obras,[2] mas, por puro amor e misericórdia, livra os seus eleitos desse estado e os introduz num estado de salvação, por meio do segundo pacto, comumente chamado de pacto da graça.[3]

[1] 1Ts 5.9
[2] Gl 3.10,12
[3] Tt 3.4-7; Gl 3.21; Rm 3.20-22

P. 31: Com quem foi feito o pacto da graça?

R.: O pacto da graça foi feito com Cristo, como o segundo Adão; e, nele, com todos os eleitos, como seus descendentes.[1]

[1] Gl 3.16; Rm 5.15ss.; Is 53.10,11

P. 32: Como é manifestada a graça de Deus no segundo pacto?

R.: A graça de Deus é manifestada no segundo pacto em que ele, livremente, providenciou e ofereceu aos pecadores um mediador[1] e, por meio dele, vida e salvação,[2] exigindo a fé como condição de interessá-los nele,[3] tendo prometido e dado o Espírito Santo[4] a todos os seus eleitos, para neles operar essa fé,[5] com todas as demais graças salvadoras,[6] e

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

[1] 2Co 3.6-9
[2] Hb 8,9,10; Rm 4.11; Cl 2.11,12; 1Co 5.7
[3] 1Co 10.1-4; Hb 11.13; Jo 8.56
[4] Gl 3.7-9,14

6. Sob o evangelho, quando Cristo, a substância,[1] foi manifestado, as ordenanças, pelas quais esse pacto é dispensado, são a pregação da Palavra e a administração dos sacramentos do batismo e da Ceia do Senhor,[2] nas quais, posto que poucas em número e administradas com mais simplicidade e menos glória externa, o pacto é manifestado com mais plenitude, evidência e eficácia espiritual[3] a todas as nações, tanto aos judeus como aos gentios,[4] e isso é chamado de Novo Testamento.[5] Não há, pois, dois pactos da graça diferentes em substância, mas um e o mesmo sob várias dispensações.[6]

[1] Cl 2.17
[2] Mt 28.19,20; 1Co 11.23-25
[3] Hb 12.22-27; Jr 31.33,34
[4] Mt 28.19; Ef 2.15-19
[5] Lc 22.20
[6] Gl 3.14,16; At 15.11; Rm 3.21-23,30; Sl 32.1; Rm 4.3,6,16,17,23,24; Hb 13.8

para os habilitar a praticar toda a santa obediência,[7] como evidência da sinceridade da sua fé[8] e gratidão para com Deus,[9] e como o caminho que Deus lhes designou para a salvação.[10]

[1] Gn 3.15; Is 42.6; Jo 6.27
[2] 1Jo 5.11,12
[3] Jo 3.16; 1.12
[4] Pv 1.23
[5] 2Co 4.13
[6] Gl 5.22,23
[7] Ez 36.27
[8] Tg 2.18,22
[9] 2Co 5.14,15
[10] Ef 2.18

P. 33: O pacto da graça foi sempre administrado do mesmo modo?

R.: O pacto da graça não foi sempre administrado do mesmo modo, mas as suas administrações sob o Antigo Testamento eram diferentes dos modos das administrações sob o Novo Testamento.[1]

[1] 2Co 3.6-9

P. 34: Como o pacto da graça era administrado no Antigo Testamento?

R.: No Antigo Testamento, o pacto da graça era administrado por promessas,[1] profecias,[2] sacrifícios,[3] pela circuncisão,[4] pela páscoa[5] e por outros símbolos e ordenanças, todos os quais tipificavam o Cristo que havia de vir e eram naquele tempo suficientes para edificar os eleitos na fé no Messias prometido,[6] por quem tiveram, nesse tempo, a plena remissão do pecado e a salvação eterna.[7]

[1] Rm 15.8
[2] At 3.20,24
[3] Hb 10.1
[4] Rm 4.11
[5] 1Co 5.7
[6] Hb 8,9,10; 11.13
[7] Gl 3.7-9,14

P. 35: Como o pacto da graça é administrado no Novo Testamento?

R.: No Novo Testamento, quando Cristo, a substância, foi manifestado, o mesmo pacto da graça foi, e continua a ser, administrado pela pregação da Palavra[1] e pela celebração dos sacramentos do Batismo[2] e da Ceia do Senhor,[3] nos quais a graça e a salvação são manifestadas em maior plenitude, evidência e eficácia a todas as nações.[4]

[1] Mc 16.15
[2] Mt 28.19,20
[3] 1Co 11.23-25
[4] 2Co 3.6-9; Hb 8.6,10,11; Mt 28.19

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

O livre-arbítrio e a incapacidade total

Artigo 14 (parte 2)

Portanto, rejeitamos todo o ensino repugnante sobre o livre-arbítrio do homem, porque o homem não é senão um escravo do pecado,[1] e "não pode receber coisa alguma se do céu não lhe for dado",[2] pois quem se gloriará de fazer alguma coisa boa pela própria força se Cristo diz: "Ninguém pode vir a mim se o Pai, que me enviou, não o trouxer"?[3] Quem se gloriará sobre a sua própria vontade sabendo que "o pendor da carne é inimizade contra Deus"?[4] Quem poderá falar sobre o seu próprio conhecimento, uma vez que "o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus"?[5] Em resumo, quem apresentará um pensamento sequer, admitindo que não somos "capazes de pensar alguma coisa", como se partisse de nós, mas que a nossa suficiência vem de Deus"?[6] Por isso, devemos nos manter firmemente nesta palavra do apóstolo: "Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua vontade",[7] pois não há vontade ou entendimento que se conforme à vontade divina e ao entendimento divino a não ser a que Cristo opera no homem como ele nos ensinou quando disse: "Sem mim nada podeis fazer".[8]

[1] Is 26.12; Sl 94.11; Jo 8.34; Rm 6.17; 7.5,17
[2] Jo 3.27; Is 26.12
[3] Jo 3.27; 6.44,65
[4] Rm 8.7
[5] 1Co 2.14; Sl 94.11
[6] 2Co 3.5
[7] Fp 2.13
[8] Jo 15.5

P. 8: Somos então tão corrompidos que somos totalmente incapazes de fazer qualquer bem e inclinados a todo mal?

R.: De fato, somos,[1] a não ser que nasçamos de novo pelo Espírito de Deus.[2]

[1] Gn 6.5; Jó 14.4; Jó 15.14,16
[2] Jo 3.5; Ef 2.5

IX. Do livre-arbítrio e da capacidade humana

1. Nesta questão, que sempre produziu muitos conflitos na igreja, ensinamos que se deve considerar uma tríplice condição ou estado do homem. Primeiramente, há o estado em que o homem se encontrava antes da queda – ou seja, era reto e livre, de modo que podia continuar no bem ou se inclinar para o mal, mas se inclinou para o mal e envolveu a si mesmo e a toda a raça humana em pecado e morte, como foi afirmado acima.

2. Em segundo lugar, importa considerar no que se tornou o homem depois da queda. Sem dúvida, o seu entendimento não lhe foi retirado, nem ele foi privado de vontade, nem foi transformado inteiramente numa pedra ou árvore. No entanto, o seu entendimento e a sua vontade foram de tal modo alterados e enfraquecidos que eles não podem mais fazer agora o que podiam antes da queda. Pois o seu entendimento se obscureceu, e a sua vontade, que antes era livre, tornou-se uma vontade escrava. Agora ela serve ao pecado, não de modo involuntário, mas voluntariamente. Tanto é assim que é chamada de "vontade", não "relutância". Portanto, quanto ao mal ou ao pecado, o homem não é forçado por Deus ou pelo diabo, mas pratica o mal espontaneamente e, nesse sentido, ele tem total livre-arbítrio. Mas o fato de vermos, não raro, que Deus impede que os piores crimes e desígnios dos homens atinjam os seus propósitos, isso não tira a liberdade do homem quanto à prática do mal, mas é Deus que, pelo seu próprio poder, impede aquilo que o homem livremente determinou de modo diverso. Assim, os irmãos de José livremente determinaram desfazer-se dele, mas não o puderam, porque outra coisa pareceu bem ao conselho de Deus.

3. Com referência ao bem e à virtude, o entendimento do homem, por si mesmo, não julga retamente a respeito das coisas divinas. A Escritura evangélica e apostólica requer a regeneração de todos aqueles dentre nós que desejamos ser salvos. Por conseguinte, o nosso primeiro nascimento de Adão em nada contribui para a nossa salvação. Paulo diz: "O homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus" (1Co 2.14). E em outra passagem ele nega que "por nós mesmos, sejamos capazes de pensar alguma coisa, como se partisse de nós" (2Co 3.5).

4. É evidente que a mente, ou o entendimento, é a guia da vontade, e quando o guia é cego, é óbvio até onde a vontade poderá chegar. Por isso, o homem ainda não-regenerado não tem livre-arbítrio para o

Capítulo II

A verdadeira doutrina (a respeito da redenção) tendo sido explicada, o Sínodo **rejeita** os erros daqueles que ensinam:

Rejeição 3

Que Cristo, por sua satisfação, não mereceu para ninguém a salvação segura nem a fé pela qual essa satisfação para salvação é efetivamente aplicada, mas que ele só obteve para o Pai a autoridade ou a vontade perfeita para entrar de novo em relacionamento com o homem e para prescrever novas condições conforme a sua vontade, sendo que a obediência a elas depende do livre-arbítrio do homem, de modo que poderia acontecer que ninguém ou todos os homens preenchessem essas condições, pois os que ensinam este erro desprezam a morte de Cristo e não reconhecem de modo algum o seu mais importante resultado ou benefício, e evocam do inferno o erro pelagiano.

Rejeição 6

O uso da diferença entre merecer e apropriar-se para o fim de que eles possam instilar na mente dos imprudentes e dos inexperientes esse ensinamento de que Deus, por sua parte, quer dar a todas as pessoas igualmente os benefícios conquistados pela morte de Cristo, mas que, enquanto algumas obtêm o perdão

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

IX. Do livre-arbítrio

1. Deus dotou a vontade do homem de liberdade natural, de modo que ela nem é forçada para o bem ou para o mal, nem a isso é determinada por qualquer necessidade absoluta de sua natureza.[1]

[1] Mt 17.12; Tg 1.14; Dt 30.19

2. O homem, no seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus,[1] mas de modo inconstante, de sorte que pudesse cair dessa liberdade e poder.[2]

[1] Ec 7.29; Gn 1.26
[2] Gn 2.16,17; 3.6

3. O homem, ao cair num estado de pecado, perdeu inteiramente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual associado à salvação,[1] de modo que o homem natural, que é inteiramente oposto a esse bem,[2] e estando morto no pecado,[3] é incapaz, pelo seu próprio poder, de converter-se ou preparar-se para isso.[4]

[1] Rm 5.6; 8.7; Jo 15.5
[2] Rm 3.10,12
[3] Ef 2.1,5; Cl 2.13
[4] Jo 6.44,65; Ef 2.2-5; 1Co 2.14; Tt 3.4,5

4. Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta de sua natural escravidão ao pecado[1] e, somente pela sua graça, o habilita a querer e a fazer com toda liberdade o que é espiritualmente bom.[2] No entanto, por causa da corrupção ainda nele existente, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau.[3]

[1] Cl 1.13; Jo 8.34,36
[2] Fp 2.13; Rm 6.18,22
[3] Gl 5.17; Rm 7.15,18,19,21,23

5. É só no estado de glória que a vontade do homem se torna perfeita e imutavelmente livre para o bem.[1]

[1] Ef 4.13; Hb 12.23; 1Jo 3.2; Jd 24

P. 82: Será alguém capaz de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus?

R.: Nenhum mero homem, desde a queda de Adão, é capaz, nesta vida, de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus,[1] mas diariamente os quebra por pensamentos, palavras e obras.[2]

[1] Ec 7.20; 1Jo 1.8,10; Gl 5.17
[2] Gn 6.5; 8.21; Rm 3.9-21; Tg 3.2-13

P. 149: Será alguém capaz de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus?

R.: Nenhum homem, por si mesmo,[1] ou por qualquer graça que receba nesta vida, é capaz de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus,[2] mas diariamente os viola por pensamentos,[3] palavras e obras.[4]

[1] Tg 3.2; Jo 15.5; Rm 8.3
[2] Ec 7.20; 1Jo 1.8,10; Gl 5.17; Rm 7.18,19
[3] Gn 6.5; 8.21
[4] Rm 3.9-19; Tg 3.2-13

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
		bem e nenhum poder para realizar o que é bom. O Senhor diz no evangelho: "Em verdade, em verdade vos digo: Todo o que comete pecado é escravo do pecado" (Jo 8.34). E o apóstolo Paulo diz: "Por isso, o pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar" (Rm 8.7). 5. Além disso, algum entendimento das coisas terrenas, porém, permanece no homem depois da queda, pois Deus, em sua misericórdia, permitiu que o talento natural permanecesse, apesar de ser bem diferente daquele que existia no homem antes da queda. Deus nos manda cultivar o nosso talento e, ao mesmo tempo, nos acrescenta dons e favores. E é claro que pouco progresso teremos em todas as artes sem a bênção de Deus. Certamente, as Escrituras atribuem todas as artes a Deus; e, na verdade, até os pagãos atribuem a origem das artes a deuses, que seriam os seus inventores. 6. Finalmente, devemos ver se os regenerados têm livre-arbítrio e até que ponto. Na regeneração, o	dos pecados e a vida eterna, e outras não, essa distinção depende do próprio livre-arbítrio delas que se junta à graça que é oferecida sem distinção e que não depende do dom especial da misericórdia, que nelas opera tão poderosamente, que elas se apropriem dessa graça, diferentemente das outras pessoas, pois os que assim ensinam, enquanto fingem que apresentam essa distinção num sentido correto, procuram instilar nas pessoas o veneno destrutivo dos erros pelagianos.

Segunda Confissão Helvética (cont.)

entendimento é iluminado pelo Espírito Santo para que compreenda os mistérios e a vontade de Deus. E a própria vontade não só é transformada pelo Espírito, mas é também equipada com poderes, de modo que ela espontaneamente deseje o bem e seja capaz de praticá-lo (Rm 8.4). Se não concordarmos com isso, negaremos a liberdade cristã e introduziremos a escravidão à lei. Além disso, o profeta registra o que Deus diz: "Na mente lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhas inscreverei" (Jr 31.33; Ez 36.27). E o Senhor Jesus também diz no evangelho: "Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres" (Jo 8.36). E o apóstolo Paulo também escreve aos filipenses: "Porque vos foi concedida a graça de padecerdes por Cristo e não somente de crerdes nele" (Fp 1.29). E outra vez: "Estou plenamente certo de que aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até ao dia de Cristo Jesus" (v.6). E ainda: "Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade" (2.13).

7. No entanto, ensinamos que há duas coisas a serem observadas: primeiro, que os regenerados, na sua eleição e operação, não agem só de modo passivo, mas ativamente. Eles são levados por Deus a fazer por si mesmos o que fazem. E Agostinho muito bem afirma que "Deus é nosso ajudador. Porém, ninguém pode ser ajudado, a não ser aquele que faz alguma coisa". Os maniqueus despojavam o homem de toda ação e o faziam semelhante a uma pedra ou a um pedaço de pau.

8. Em segundo lugar, a fraqueza permanece nos regenerados. Pois sabendo que o pecado permanece em nós, e que nos regenerados a carne luta contra o espírito até o fim da nossa vida, eles não conseguem realizar livremente tudo o que planejaram. Isso é confirmado pelo apóstolo em Romanos 7.13-26 e Gálatas 5.17.

9. Portanto, o livre-arbítrio é fraco em nós por causa tanto dos remanescentes do velho Adão que permanecem em nós até o fim de nossa vida, como da corrupção humana inata. Entretanto, desde que os poderes da carne e os remanescentes do velho homem não são tão eficazes que extingam totalmente a operação do Espírito, os fiéis são por isso considerados livres, mas de modo tal que reconhecem a própria fraqueza e não se gloriam de modo algum em seu livre-arbítrio. Os fiéis devem ter sempre em mente o que Agostinho tantas vezes repete, segundo o apóstolo: "E que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que te vanglorias, como se o não tiveras recebido?" (1Co 4.7). A isso pode ser acrescentado que o que planejamos não acontece imediatamente, pois os resultados das coisas estão nas mãos de Deus. Por esse motivo, Paulo suplica ao Senhor para que possa fazer a sua viagem (Rm 1.10). Portanto, também a esse respeito, o livre-arbítrio é muito fraco.

10. Todavia, ninguém nega que, nas coisas externas, tanto os regenerados como os não-regenerados gozam de livre-arbítrio, pois o homem tem em comum com os outros animais (aos quais ele não é inferior) esta natureza de querer umas coisas e não querer outras. Assim, ele pode falar ou ficar calado, sair de sua casa ou nela morar. Contudo, mesmo aqui devemos ver sempre o poder de Deus, pois essa foi a causa pela qual Balaão não pôde ir tão longe quanto queria (Nm 24.13) e Zacarias, ao voltar do templo, não podia falar como era seu desejo (Lc 1.22).

11. Nesta questão, condenamos os maniqueus, que negam que o início do mal, para o homem criado bom, resultou de seu livre-arbítrio. Condenamos, também, os pelagianos, que afirmam que um homem mau tem suficiente livre-arbítrio para praticar o bem que lhe é ordenado. Ambos são refutados pelas Escrituras, que dizem aos maniqueus: "Deus fez o homem reto" (Ec 7.29); e aos pelagianos: "Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres" (Jo 8.36).

Cristologia:
A doutrina de Cristo

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Cristo como mediador

Artigo 17

A restauração do homem caído

Cremos que o nosso bom Deus, na sua admirável sabedoria e bondade, vendo que o homem havia se lançado assim na morte física e espiritual e que tinha se tornado totalmente miserável, agradou-se em buscá-lo e confortá-lo, quando este, tremendo,[1] fugia de sua presença, prometendo que ele daria o seu Filho, que nasceria de uma mulher, para esmagar a cabeça da serpente e que o tornaria feliz.[2]

[1] Gn 3. 8,9,19; Is 65.1,2
[2] Hb 2.14; Gn 22.18; Is 7.14; Jo 7.42; 2Tm 2.8; Hb 7.14; Gn 3.15; Gl 4.4

P. 12: Desde que, de acordo com o justo julgamento de Deus, nós merecemos castigo nesta vida e na futura, não há nenhum meio pelo qual possamos escapar dessa punição, e sermos novamente aceitos por Deus?

R.: Deus quer que a sua justiça seja satisfeita,[1] e, portanto, nós mesmos devemos satisfazer essa justiça ou ela terá que ser satisfeita por um outro.[2]

[1] Êx 20.5
[2] Dt 24.16; 2Co 5.14,15

P. 18: Quem, então, é esse Mediador, que é, numa só pessoa, tanto verdadeiro Deus quanto um verdadeiro homem justo?

R.: Nosso Senhor Jesus Cristo,[1] o qual "se nos tornou da parte de Deus sabedoria e justiça, e santificação, e redenção".[2]

[1] Mt 1.23; 1Tm 3.16; Lc 2.11
[2] 1Co 1.30

V. Da adoração, do culto e da invocação de Deus por Jesus Cristo, o único mediador

2. Ensinamos que "Deus deve ser adorado e cultuado" como ele mesmo nos ensinou a cultuá-lo, ou seja, "em espírito e em verdade" (Jo 4.24), e não com qualquer superstição, mas com sinceridade, segundo a sua Palavra; para que, em tempo algum, não venha ele a dizer-nos: "Quem vos requereu o só pisardes os meus átrios?" (Is 1.12; Jr 6.20). O apóstolo Paulo também diz: "Deus não é servido por mãos humanas, como se de alguma coisa precisasse" (At 17.25).

3. Em todas as crises e provações da nossa vida invocamos somente a ele, e isso pela mediação de Jesus Cristo, nosso único mediador e intercessor. Pois nos é claramente ordenado: "Invoca-me no dia da angústia: eu te livrarei, e tu me glorificarás" (Sl 50.15). Além disso, o Senhor Jesus nos fez uma promessa extremamente generosa, ao afirmar: "Se pedirdes alguma coisa ao Pai, ele vo-la concederá em meu nome" (Jo 16.23), e: "Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei" (Mt 11.28). E está escrito: "Como, porém, invocarão aquele em quem não creram?" (Rm 10.14). Nós cremos num só Deus, e só a ele invocamos, e o fazemos por meio de Cristo. "Porquanto há um só Deus", diz o apóstolo, "e um só mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo, homem" (1Tm 2.5). Também é dito: "Se, todavia, alguém pecar, temos advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o justo" (1Jo 2.1).

Os nomes de Cristo

*P. 29: O nome **Jesus** significa "Salvador". Por que o Filho de Deus tem esse nome?*

R.: Porque ele nos salva e nos liberta de todos os nossos pecados,[1] e porque em ninguém mais devemos buscar ou podemos encontrar salvação.[2]

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
VIII. De Cristo, o mediador 1. Aprouve a Deus, no seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho unigênito, para ser o mediador entre Deus e o homem,[1] o profeta,[2] sacerdote[3] e rei,[4] o cabeça e Salvador de sua igreja,[5] o herdeiro de todas as coisas[6] e o juiz do mundo;[7] e deu-lhe, desde toda a eternidade, um povo para ser sua semente,[8] e para, no tempo devido, ser por ele remido, chamado, justificado, santificado e glorificado.[9] [1] Is 42.1; 1Pe 1.19,20; Jo 3.16; 1Tm 2.5 [2] At 3.22 [3] Hb 5.5,6 [4] Sl 2.6; Lc 1.33 [5] Ef 5.23 [6] Hb 1.2 [7] At 17.31 [8] Jo 17.6; Sl 22.30; Is 53.10 [9] 1Tm 2.6; Is 55.4,5; 1Co 1.30		
		P. 41: Por que o nosso mediador foi chamado de Jesus? R.: O nosso mediador foi chamado de Jesus porque ele salva o seu povo dos pecados.[1] [1] Mt 1.21 *P. 42: Por que o nosso mediador foi chamado de Cristo?* R.: O nosso mediador foi chamado de Cristo porque ele foi, acima de toda a medida, ungido com o Espírito Santo,[1] e desse modo separado e plena-

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

[1] Mt 1.21
[2] At 4.12

P.30: Aqueles que buscam o bem e a salvação nos assim chamados "santos", ou em si mesmos, ou em qualquer lugar, realmente crêem no único Salvador Jesus?

R.: Não, eles não crêem, pois na prática negam o único Salvador Jesus, ainda que falem muito dele,[1] pois só uma destas duas coisas pode ser verdadeira: ou Jesus não é o perfeito Salvador, ou aqueles que o aceitam como Salvador com verdadeira fé encontram nele tudo o que é necessário para a salvação.[2]

[1] 1Co 1.13,31; Gl 5.4
[2] Cl 2.20; Is 9.6,7; Cl 1.19,20

Catecismo de Heidelberg (cont.)

*P. 31: O nome **Cristo** significa "ungido". Por que Jesus tem esse nome?*

R.: Porque ele foi ordenado por Deus Pai e ungido com o Espírito Santo[1] para ser o nosso supremo profeta e mestre,[2] que nos revelou plenamente o secreto conselho e a vontade de Deus para a nossa salvação; e para ser o nosso sumo sacerdote, que, pelo único sacrifício do seu corpo, nos redimiu,[3] e, continuamente, intercede por nós junto ao Pai,[4] como também para ser o nosso eterno rei,[5] que nos governa pela sua Palavra e pelo seu Espírito e nos defende e nos preserva[6] na (alegria da) salvação que ele conquistou para nós.

[1] Hb 1.9
[2] Dt 18.18; At 3.22; Jo 1.18; Jo 15.15; Mt 11.27
[3] Sl 110.4; Hb 7.21; Hb 10.14
[4] Rm 8.34
[5] Sl 2.6; Lc 1.33
[6] Mt 28.18; Jo 10.28

P. 32: Por que você é chamado de cristão?

R.: Porque pela fé eu sou membro de Cristo[1] e, portanto, participante da sua unção,[2] de modo que posso confessar o seu nome,[3] e apresentar a mim mesmo como um sacrifício vivo de gratidão a ele;[4] e, também, com a consciência livre e sincera posso lutar contra o pecado e Satanás nesta vida[5] e, mais tarde, reinar com ele eternamente, sobre todas as criaturas.[6]

[1] 1Co 6.15
[2] 1Jo 2.27; Jl 2.28
[3] Mt 10.32
[4] Rm 12.1
[5] Ef 6.11,12; 1Tm 1.18,19
[6] 2Tm 2.12

P. 33: Por que Cristo é chamado de o único Filho de Deus, desde que nós também somos filhos de Deus?

R.: Porque só Cristo é o filho eterno e natural de Deus,[1] mas nós somos filhos adotivos de Deus, pela graça, por causa de Cristo.[2]

[1] Jo 1.1.; Hb 1.2
[2] Rm 8.15,17; Ef 1.5,6

P. 34: Por que você chama Cristo de nosso Senhor?

R.: Porque ele nos comprou e resgatou, corpo e alma, dos nossos pecados, não com ouro ou prata, mas com o seu precioso sangue, e nos libertou de todo o poder do diabo, tornando-nos propriedade sua.[1]

[1] 1Pe 1.18,19; 1Co 6.20

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
		mente revestido com toda a autoridade e todo o poder[2] para exercer as funções de profeta,[3] sacerdote[4] e rei[5] da sua igreja,[6] tanto no estado de sua humilhação, como no de sua exaltação.

[1] Jo 3.34; Sl 45.7
[2] Jo 6.27; Mt 28.18-20
[3] At 3.21,22; Lc 4.18,21
[4] Hb 5.5-7; 4.14,15
[5] Sl 2.6; Mt 21.5;Is 9.6,7
[6] Fp 2.6-11

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

As naturezas de Jesus Cristo

Artigo 19

A união e a distinção das duas naturezas na pessoa de Cristo

Cremos que, por essa concepção, a Pessoa do Filho está unida e conjugada, inseparavelmente, à natureza humana, de modo que não há, então, dois filhos de Deus nem duas pessoas, mas duas naturezas unidas numa só Pessoa; no entanto, cada uma delas mantém suas características distintas. E, assim como a natureza divina sempre foi não-criada, sem início de dias nem fim de vida,[1] preenchendo céu e terra, assim também a natureza humana não perdeu as suas características, mas permaneceu criatura, tendo início de dias, sendo uma natureza finita e mantendo tudo o que é próprio de um verdadeiro corpo.[2] E ainda que, por meio da sua ressurreição, Cristo tenha concedido imortalidade à sua natureza humana, ele não transformou a realidade da mesma, pois a nossa salvação e a nossa ressurreição dependem também da realidade do seu corpo.

Essas duas naturezas, porém, estão unidas numa só Pessoa de tal modo que nem por sua morte foram separadas. Então, ao morrer, ele entregou nas mãos do seu Pai um verdadeiro espírito humano, que tinha partido do seu corpo.[3] Porém, a natureza divina

P. 15: Que tipo de mediador e salvador, então, devemos buscar?

R.: O mediador deve ser um homem verdadeiro[1] e perfeitamente justo e, no entanto, mais poderoso que todas as criaturas, ou seja, alguém que seja, também, verdadeiro Deus.[2]

[1] 1Co 15.21; Rm 8.3
[2] Rm 9.5; Is 7.14

P. 16: Por que ele deve ser homem verdadeiro e também perfeitamente justo?

R.: Porque a justiça de Deus exige que a mesma natureza humana que pecou deve pagar pelo pecado;[1] e alguém, que é ele mesmo pecador, não pode pagar pelos outros.[2]

[1] Rm 5.12,15
[2] 1Pe 3.18; Is 53.11

P. 17: Por que ele tinha que ser uma pessoa e também verdadeiro Deus?

R.: Para que ele pudesse, pelo poder de sua divindade, sustentar em sua natureza humana o peso da ira de Deus,[1] bem como pudesse adquirir para nós, e nos devolver, justiça e vida.[2]

[1] 1Pe 3.18; At 2.24; Is 53.8
[2] 1Jo 1.2; Jr 23.6; 2Tm 1.10; Jo 6.51

XI. De Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, único Salvador do mundo

6. Reconhecemos, portanto, duas naturezas ou substâncias, a divina e a humana, no único Senhor nosso Jesus Cristo. E dizemos que elas estão ligadas e unidas uma com a outra de tal modo que não foram absorvidas, nem confundidas, nem misturadas, mas unidas e integradas numa pessoa (com as propriedades das naturezas intactas e permanentes), e assim, adoramos um Cristo, e não dois. Repito um, um Deus verdadeiro e um verdadeiro homem, segundo a natureza divina, e segundo a natureza humana, e "tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado" (Hb 4.15).

7. Assim, portanto, certamente abominamos a heresia de Nestório, que de um Cristo faz dois e dissolve a união das pessoas. Do mesmo modo, execramos totalmente a loucura de Eutiques e dos monotelitas ou monofisistas, que destrói a propriedade da natureza humana.

8. Portanto, não ensinamos que a natureza divina em Cristo sofreu, ou que Cristo, em sua natureza humana, ainda está neste mundo e em toda parte. Pois nem pensamos nem ensinamos que o corpo de Cristo cessou depois da sua glorificação, nem que foi deificado e deificado de tal modo que tenha deixado de ter propriedades com respeito ao corpo e à alma, tendo se transformado inteiramente numa natureza divina e passado a ser uma substância una. Por isso, de modo nenhum aprovamos nem aceitamos as artimanhas simplistas, nem as controvérsias intrincadas, obscuras e inconstantes de Schwenkfeldt e de outros vaniloqüentes semelhantes sobre essa questão, nem tampouco somos schwenkfeldianos.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

VIII. De Cristo, o mediador

2. O Filho de Deus, a segunda pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele, quando chegou a plenitude do tempo, tomou sobre si a natureza humana,[1] com todas as suas propriedades essenciais e as fraquezas comuns, contudo sem pecado,[2] sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria, e da substância dela.[3] As duas naturezas, intactas, perfeitas e distintas – a Divindade e a Humanidade – foram inseparavelmente unidas numa só pessoa, sem conversão, composição ou confusão;[4] essa pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém um só Cristo, o único mediador entre Deus e o homem.[5]

[1] Jo 1.1,14; 1Jo 5.20; Fp 2.6; Gl 4.4
[2] Hb 2.14,16,17; Hb 4.15
[3] Lc 1.27,31,35; Gl 4.4
[4] Lc 1.35; Cl 2.9; Rm 9.5; 1Pe 3.18; 1Tm 3.16
[5] Rm 1.3,4; 1Tm 2.5

3. O Senhor Jesus, em sua natureza humana assim unida à divina, foi santificado e ungido com o Espírito Santo acima de toda medida,[1] tendo em si todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento.[2] Aprouve ao Pai que nele habitasse toda a plenitude,[3] a fim de que, sendo santo, inocente, incontaminado e cheio de graça e verdade,[4] estivesse perfeitamente preparado para exercer o ofício de mediador e fiador.[5] Esse ofício ele não tomou para si, mas para ele foi chamado por seu Pai,[6] que lhe pôs nas mãos todo o poder e todo o juízo, e lhe ordenou que os exercesse.[7]

[1] Sl 45.7; Jo 3.34
[2] Cl 2.3
[3] Cl 1.19
[4] Hb 7.26; Jo 1.14
[5] At 10.38; Hb 12.28; 7.22
[6] Hb 5.4,5
[7] Jo 5.22,27; Mt 28.18; At 2.36

7. Cristo, na obra de mediação, age de conformidade com as suas duas naturezas, fazendo cada uma o que lhe é próprio;[1] contudo, em razão da unidade de sua pessoa, o que é próprio de uma natureza é, às vezes, nas Escrituras, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza.[2]

[1] Hb 9.14; 1Pe 3.18
[2] At 20.28; Jo 3.13; 1Jo 3.16

P. 21: Quem é o redentor dos eleitos de Deus?

R.: O único redentor dos eleitos de Deus é o Senhor Jesus Cristo,[1] que, sendo o eterno Filho de Deus, se fez homem,[2] e assim foi e continua a ser Deus e homem em duas naturezas distintas, e uma só pessoa, para sempre.[3]

[1] 1Tm 2.5,6
[2] Jo 1.14; Gl 4.4
[3] Rm 9.5; Lc 1.35; Cl 2.9; Hb 7.24,25

P. 36: Quem é o mediador do pacto da graça?

R.: O único mediador do pacto da graça é o Senhor Jesus Cristo,[1] que, sendo o eterno Filho de Deus, da mesma substância e igual ao Pai,[2] na plenitude do tempo fez-se homem,[3] e assim foi e continua a ser Deus e homem em duas naturezas perfeitas e distintas, e uma só pessoa para sempre.[4]

[1] 1Tm 2.5
[2] Jo 1.1,14; 10.30; Fp 2.6
[3] Gl 4.4
[4] Lc 1.35; Rm 9.5; Cl 2.9; Hb 7.24,25

P. 38: Por que era necessário que o mediador fosse Deus?

R.: Era necessário que o mediador fosse Deus para que ele pudesse experimentar a natureza humana e impedi-la de cair sob a ira infinita de Deus e do poder da morte;[1] para dar valor e eficácia aos seus sofrimentos, à sua obediência e à sua intercessão;[2] e para satisfazer a justiça de Deus,[3] obter o seu favor,[4] adquirir um povo peculiar,[5] dar a este povo o seu Espírito,[6] bem como vencer todos os seus inimigos[7] e conduzi-lo à salvação eterna.[8]

[1] At 2.24,25; Rm 1.4; 4.25; Hb 9.14
[2] At 20.28; Hb 9.14; 7.25-28
[3] Rm 3.24-26
[4] Ef 1.6; Mt 3.17
[5] Tt 2.13,14
[6] Gl 4.6
[7] Lc 1.68,69,71,74
[8] Hb 5.8,9; 9.11-15

P. 39: Qual a necessidade de o mediador ser homem?

R.: Era necessário que o mediador fosse homem para que ele pudesse desenvolver a nossa natureza,[1] obedecer à lei,[2] sofrer e interceder por nós em nossa natureza,[3] e simpatizar com as nossas enfermidades,[4] para que recebêssemos a adoção de filhos,[5] e tivéssemos conforto e acesso, com confiança, ao trono da graça.[6]

[1] Hb 2.16
[2] Gl 4.4
[3] Hb 2.14; 7.24,25
[4] Hb 4.15
[5] Gl 4.5
[6] Hb 4.16

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
sempre continuou unida à humana, mesmo quando ele jazia no sepulcro. A divindade não cessou de estar nele, assim como estava nele quando era criança, embora por algum tempo não se tivesse manifestado. Por isso confessamos que Cristo é *verdadeiro Deus* e *verdadeiro homem*: verdadeiro Deus a fim de vencer a morte por seu poder; verdadeiro homem para que pudesse morrer por nós na fraqueza da sua carne. [1] Hb 7.3 [2] 1Co 15.13,21; Fp 3.21; Mt 26.11; At 1.2,11; 3.21; Lc 24.39, Jo 20.25,27 [3] Lc 23.46; Mt 27.50			

Os ofícios de Cristo

Artigo 21

A satisfação de Cristo, nosso único sumo sacerdote, por nós

Cremos que Jesus Cristo é ordenado por um juramento para ser um sumo sacerdote eterno, segundo a ordem de Melquisedeque,[1] e que ele se apresentou perante seu Pai em nosso favor, para aplacar-lhe a ira pela sua total satisfação,[2] pelo oferecimento de si mesmo na cruz, e pelo derramamento do seu precioso sangue para lavar os nossos pecados, como os profetas tinham predito, pois está escrito que "ele foi traspassado pelas nossas transgressões e moído

P. 31: O nome Cristo significa "ungido". Por que Jesus tem esse nome?

R.: Porque ele foi ordenado por Deus Pai e ungido com o Espírito Santo[1] para ser o nosso supremo profeta e mestre,[2] que nos revelou plenamente o secreto conselho e a vontade de Deus para nossa salvação, e para ser o nosso sumo sacerdote, que, pelo único sacrifício do seu corpo, nos redimiu,[3] e, continuamente, intercede por nós junto ao Pai,[4] como também para ser o nosso eterno rei,[5] que nos governa pela sua Palavra e pelo seu Espírito e nos defende e nos preserva[6] na

XI. De Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, único Salvador do mundo

16. Ensinamos e cremos que este Jesus Cristo, nosso Senhor, é o único e eterno Salvador da humanidade, e também do mundo inteiro, em quem pela fé se salvaram todos os que antes da lei, sob a lei e sob o evangelho foram salvos, e em quem se salvarão todos os que ainda vierem a ser salvos até o fim do mundo. É o próprio Senhor quem diz no evangelho: "O que não entra pela porta no aprisco das ovelhas, mas sobe por outra parte, esse é ladrão e salteador" (Jo 10.1). "Eu sou a porta das ovelhas" (Jo 10.7). E também em outra passagem, no mesmo evangelho: "Abraão ... alegrou-se por ver o meu dia, viu-o e regozijou-se" (Jo 8.56). O apóstolo Pedro também afirma: "não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos" (At 4.12). Cremos, portanto, que seremos salvos mediante a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, como nossos pais o foram. E o apóstolo Paulo também diz que nossos pais "comeram de um só manjar espiritual, e beberam da mesma fonte espiritual; porque bebiam de uma pedra espiritual que os

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

VIII. De Cristo, o mediador

1. Aprouve a Deus, no seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho unigênito, para ser o mediador entre Deus e o homem,[1] o profeta,[2] sacerdote[3] e rei,[4] o cabeça e Salvador de sua igreja,[5] o herdeiro de todas as coisas[6] e o juiz do mundo;[7] e deu-lhe, desde toda a eternidade, um povo para ser sua semente,[8] e para, no tempo devido, ser por ele remido, chamado, justificado, santificado e glorificado.[9]

[1] Is 42.1; 1Pe 1.19,20; Jo 3.16; 1Tm 2.5
[2] At 3.22
[3] Hb 5.5,6
[4] Sl 2.6; Lc 1.33
[5] Ef 5.23
[6] Hb 1.2
[7] At 17.31
[8] Jo 17.6; Sl 22.30; Is 53.10
[9] 1Tm 2.6; Is 55.4,5; 1Co 1.30

8. Cristo, com toda certeza e eficazmente, aplica e comunica a salvação a todos aqueles para os quais ele a adquiriu;[1] isso ele consegue fazendo intercessão por eles[2] e revelando-lhes na Palavra e pela Palavra os mistérios da salvação,[3] persuadin-

P. 23: Que ofícios Cristo exerce como nosso redentor?

R.: Cristo, como nosso redentor, exerce os ofícios de profeta, sacerdote e rei, tanto no seu estado de humilhação como no de exaltação.[1]

[1] At 3.21,22; Hb 12.25; 2Co 13.3; Hb 5.5-7; 7.25; Sl 2.6; Is 9.6,7; Mt 21.5; Sl 2.8-11

P. 24: Como Cristo exerce as funções de profeta?

R.: Cristo exerce as funções de profeta ao nos revelar, pela sua Palavra e pelo seu Espírito, a vontade de Deus para a nossa salvação.[1]

[1] Jo 1.18; 1Pe 1.10-12; Jo 15.15; 20.31

P. 43: Como Cristo exerce as funções de profeta?

R.: Cristo exerce as funções de profeta ao revelar à igreja,[1] em todos os tempos, pelo seu Espírito e Palavra,[2] por diversos modos de administração,[3] toda a vontade de Deus,[4] em todas as coisas concernentes à sua edificação e salvação.[5]

[1] Jo 1.18
[2] 1Pe 1.10-12
[3] Hb 1.1,2
[4] Jo 15.15
[5] At 20.32; Ef 4.11-13; Jo 20.31

P. 44: Como Cristo exerce as funções de sacerdote?

R.: Cristo exerce as funções de sacerdote por ter uma vez se oferecido em sacrifício sem mácula a Deus,[1] para ser a reconciliação pelos pecados do seu povo,[2] e ao fazer contínua intercessão por ele.[3]

[1] Hb 9.14,28
[2] Hb 2.17
[3] Hb 7.25

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

pelas nossas iniqüidade; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados... como cordeiro foi levado ao matadouro... foi contado com os transgressores",[3] e como criminoso foi condenado por Pôncio Pilatos, embora inicialmente este o tivesse declarado inocente.[4] Portanto, então, ele restituiu o que não tinha furtado,[5] e sofreu, "o justo pelos injustos",[6] tanto no seu corpo como na sua alma, de modo que sentiu o terrível castigo que os nossos pecados mereciam, a tal ponto que "o seu suor se tornou como gotas de sangue caindo sobre a terra".[7] "Clamou Jesus em alta voz, dizendo: "Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?",[8] tendo padecido tudo isso para a remissão dos nossos pecados.

Por isso dizemos com razão, junto com o apóstolo Paulo, que não sabemos outra coisa "senão a Jesus Cristo e este crucificado".[9] Consideramos "tudo como perda, por causa da sublimidade do conhecimento de Cristo Jesus, nosso Senhor",[10] em cujos ferimentos encontramos toda consolação e não precisamos buscar ou inventar qualquer outro meio para nos reconciliarmos com Deus, "porque, com uma única oferta, aperfeiçoou para sempre quantos estão sendo santificados".[11] Por isso o anjo de Deus o chamou Jesus, quer dizer: Salvador, porque ia salvar "o seu povo dos pecados deles".[12]

[1] Sl 110.4; Hb 5.10

(alegria da) salvação que ele conquistou para nós.

[1] Hb 1.9
[2] Dt 18.18; At 3.22; Jo 1.18; Jo 15.15; Mt 11.27
[3] Sl 110.4; Hb 7.21; Hb 10.14
[4] Rm 8.34
[5] Sl 2.6; Lc 1.33
[6] Mt 28.18; Jo 10.28

seguia. E a pedra era Cristo" (1Co 10.3,4). E assim lemos o que João diz: Cristo era o "Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo" (Ap 13.8), e João Batista testificou que Cristo é "o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo" (Jo 1.29).

17. Eis porque professamos e pregamos, com toda a clareza, que Jesus Cristo é o único redentor e Salvador do mundo, o rei e o sumo sacerdote, o verdadeiro messias esperado, aquele santo e bendito que todos os tipos da lei e todas as profecias dos profetas prefiguraram e prometeram; e que Deus o designou e enviou para nós, de modo que não devemos esperar nenhum outro. E não nos resta agora outra coisa a não ser dar a Cristo toda a glória, nele crer, somente nele descansar, desprezando e rejeitando todas as demais ajudas na vida. Com certeza, decaíram da graça de Deus e tornam Cristo vão para si todos os que buscam a salvação em qualquer outra coisa que não somente em Cristo (Gl 5.4).

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
do-os, eficazmente, pelo seu Espírito, a crer e a obedecer, governando o coração deles pela sua Palavra e pelo seu Espírito;[4] vencendo todos os seus inimigos por meio de sua onipotência e sabedoria, da maneira e pelos meios mais de acordo com a sua admirável e inescrutável dispensação.[5] [1] Jo 6.37,39; 10.15,16 [2] 1Jo 2.1; Rm 8.34 [3] Jo 15.13,15; Ef 1.7-9; Jo 17.6 [4] Jo 14.16; Hb 12.2; 2Co 4.13; Rm 8.9,14; 15.18,19; Jo 17.17 [5] Sl 110.1; 1Co 15.25,26; Ml 4.2,3; Cl 2.15	*P. 25: Como Cristo exerce as funções de sacerdote?* R.: Cristo exerce as funções de sacerdote ao ter-se oferecido, uma vez, em sacrifício, para satisfazer a justiça divina[1] e reconciliar-nos com Deus,[2] e também ao fazer contínua intercessão por nós.[3] [1] Hb 9.14,28 [2] Hb 2.17 [3] Hb 7.24,25 *P. 26: Como Cristo exerce as funções de rei?* R.: Cristo exerce as funções de rei ao nos sujeitar a ele,[1] ao nos governar[2] e nos proteger,[3] bem como em conter e subjugar todos os seus e os nossos inimigos.[4] [1] At 15.14-16 [2] Is 33.22 [3] Is 32.1,2 [4] 1Co 15.25; Sl 110	*P. 45: Como Cristo exerce as funções de rei?* R.: Cristo exerce as funções de rei ao chamar do mundo um povo para si,[1] e ao dar a ele oficiais,[2] leis[3] e disciplinas, pelos quais visivelmente o governa;[4] ao dar a graça salvadora aos seus eleitos;[5] ao recompensar a obediência deles,[6] e ao corrigi-los por causa dos seus pecados;[7] ao preservá-los e sustentá-los em todas as suas tentações e sofrimentos;[8] ao conter e vencer todos os seus inimigos;[9] e, poderosamente, ao dirigir todas as coisas para a sua própria glória[10] e para o bem do seu povo;[11] e também ao punir os que não conhecem a Deus nem obedecem ao evangelho.[12] [1] At 15.14-16; Is 55.4,5; Gn 49.10; Sl 110.3 [2] Ef 4.11,12; 1Co 12.28 [3] Is 33.22 [4] Mt 18.17,18; 1Co 5.4,5 [5] At 5.31 [6] Ap 22.12; 2.10 [7] Ap 3.19 [8] Is 63.9 [9] 1Co 15.25; Sl 110.1,2 [10] Rm 14.10,11 [11] Rm 8.28 [12] 2Ts 1.8,9; Sl 2.8,9

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Confissão Belga (cont.)

[2] Cl 1.14; Rm 5.8,9; Cl 2.14; Hb 2.17; 9.14; Rm 3.24; 8.2; Jo 15.3; At 2.24; 13.28; Jo 3.16; 1Tm 2.6
[3] Is 53.5,7,12
[4] Lc 23.22, 24; At 13.28; Sl 22.16; Jo 18.38; Sl 69.5; 1Pe 3.18
[5] Sl 69.5
[6] 1Pe 3.18
[7] Lc 22.44
[8] Sl 22.2; Mt 27.46
[9] 1Co 2.2
[10] Fp 3.8
[11] Hb 9.25,26; 10.14
[12] Mt 1.21; At 4.12

Artigo 26

A intercessão de Cristo

Cremos que não dispomos de nenhum outro modo de chegarmos a Deus, senão pelo único mediador e advogado, Jesus Cristo, o justo,[1] que se tornou homem e uniu em si as naturezas divina e humana, para que nós, homens, tivéssemos acesso à majestade divina, o qual, de outro modo, estaria barrado para nós. Porém, não devemos nos assustar com a majestade desse mediador, a quem o Pai constituiu entre ele e nós, a ponto de fazer-nos procurar um outro, de acordo com a nossa vontade.[2] Porque não há criatura no céu, nem na terra, que nos ame mais que Jesus Cristo,[3] "pois ele, subsistindo em forma de Deus... a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo,[4] tornando-se em semelhança de homens" por nós, "em todas as coisas... semelhante aos irmãos". Agora, se tivéssemos que buscar outro mediador que nos fosse favorável, quem poderíamos encontrar que nos amasse mais que ele, que entregou a sua vida por nós, quando ainda éramos inimigos?[5] E se tivéssemos que buscar alguém que tivesse poder e majestade, quem os teria tanto quanto ele, que está sentado à direita de seu Pai, e que tem "toda a autoridade... no céu e na terra"?[6] E por quem seríamos ouvidos de modo mais rápido do que pelo próprio bem-amado Filho de Deus?

Foi, portanto, apenas a falta de confiança que levou os homens ao costume de desonrar os santos em vez de honrá-los. Pois fazem o que esses santos jamais fizeram ou desejaram, mas sempre rejeitaram conforme era o dever deles, como mostram os seus escritos.[7] Aqui, não se deve alegar que não somos dignos, pois não apresentamos as orações a Deus em razão da nossa dignidade, mas somente pela excelência e dignidade de nosso Senhor Jesus Cristo,[8] cuja justiça é nossa mediante a fé.

Por isso, o apóstolo, para tirar de nós esse tolo receio, ou melhor, essa falta de confiança, disse de modo apropriado que Jesus Cristo tornou-se "em todas as coisas... semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote nas coisas referentes a Deus e para fazer propiciação pelos pecados do povo. Pois naquilo que ele mesmo sofreu, tendo sido tentado, é poderoso para socorrer os que são tentados".[9] E, para nos encorajar mais ainda, diz também: "Tendo, pois, a Jesus, o Filho de Deus, como grande sumo sacerdote que penetrou os céus, conservemos firmes a nossa confissão. Porque não temos sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; antes, foi ele tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado. Acheguemo-nos, portanto, confiadamente, junto ao trono da graça, a fim de recebermos misericórdia e acharmos graça para socorro em ocasião oportuna".[10] O mesmo apóstolo diz ainda: "Tendo, pois, irmãos, intrepidez para entrar no Santo dos Santos, pelo sangue de Jesus... aproximemo-nos... em plena certeza de fé".[11] E também Cristo "tem o seu sacerdócio imutável. Por isso, também pode salvar totalmente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles".[12]

Então, do que mais precisamos, visto que o próprio Cristo declara: "Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim"?[13] Por que buscaríamos outro advogado,[14] visto que agradou a Deus nos dar o seu Filho como advogado?[15] Não o abandonemos para buscar outro que nunca encontraremos, pois Deus, quando o deu a nós, bem sabia que éramos pecadores.

Por isso, de acordo com o mandamento de Cristo, invocamos o Pai celestial mediante Cristo, nosso único mediador, como nos foi ensinado na oração dominical,[16] com a certeza de que o Pai nos dará tudo o que lhe pedirmos em nome de Cristo.[17]

[1] 1Tm 2.5; 1Jo 2.1; Rm 8.33
[2] Os 13.9; Jr 2.13,33
[3] Jo 10.11; 1Jo 4.10; Rm 5.8; Ef 3.19; Jo 15.13
[4] Fp 2.7
[5] Rm 5.8
[6] Mc 16.19; Cl 3.1; Rm 8.33; Mt 11.27; 28.18
[7] At 10.26; 14.15
[8] Dn 9.17,18; Jo 16.23; Ef 3.12; At 4.12; 1Co 1.31; Ef 2.18
[9] Hb 2.17,18
[10] Hb 4.14-16
[11] Hb 10.19,22
[12] Hb 7.24,25
[13] Jo 14.6
[14] Sl 44.21
[15] 1Tm 2.5; 1Jo 2.1; Rm 8.33
[16] Lc 11.2
[17] Jo 4.17; 16.23; 14.13

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Os estados de Cristo

Artigo 18

Da encarnação de Jesus Cristo

Confessamos, portanto, que Deus cumpriu a promessa que ele havia feito aos pais pela boca dos seus santos profetas[1] quando enviou ao mundo, no tempo que determinou, o seu próprio, único e eterno Filho. Este assumiu a forma de servo e se tornou semelhante aos homens,[2] tomando realmente a verdadeira natureza humana com todas as suas fraquezas, mas sem o pecado,[3] tendo sido concebido no ventre da bem-aventurada virgem Maria, pelo poder do Espírito Santo, sem intervenção de homem.[4] E ele não somente tomou a natureza humana quanto ao corpo, mas também a verdadeira alma humana[5] para que fosse um verdadeiro homem. Pois, estando perdidos, tanto a alma como o corpo, ele devia tomar ambos para salvá-los. Por isso, confessamos (em aposição à heresia dos anabatistas que negam que Cristo tenha assumido a natureza de sua mãe) que Cristo participou do sangue e da carne dos filhos de Deus;[6] que ele, "segundo a carne, veio da descendência de Davi",[7] feito da semente de Davi, segundo a carne,[8] um fruto do ventre da Virgem Maria;[9] nascido de uma mulher;[10] rebento de Davi;[11] renovo da raiz de Jessé;[12] brotado da tribo de Judá,[13] des-

P. 35: Qual é o significado das palavras: Cristo "foi concebido pelo Espírito Santo e nasceu da virgem Maria"?

R.: Que o eterno Filho de Deus, que é,[1] e permanece verdadeiro e eterno Deus,[2] tomou sobre si a verdadeira natureza do homem, da carne e do sangue da virgem Maria,[3] por obra do Espírito Santo;[4] que ele deve ser também verdadeiro descendente de Davi,[5] igual a seus irmãos em tudo, exceto quanto ao pecado.[6]

[1] Jo 1.1; Cl 1.15; Sl 2.7
[2] Rm 9.5; 1Jo 5.20
[3] Jo 1.14; Gl 4.4
[4] Mt 1.18; Lc 1.35
[5] Sl 132.2; At 2.30; Rm 1.3
[6] Fp 2.7; Hb 4.15

P. 36: Que importância tem para você o fato de Cristo ter sido concebido e nascido sem pecado?

R.: Que ele é nosso mediador,[1] e com sua pureza e perfeita santidade cobre diante de Deus o meu pecado,[2] no qual eu fui concebido e nasci.

[1] Hb 2.16,17
[2] Sl 32.1; 1Co 1.30; Rm 8.34

P. 37: O que você entende pelas palavras "ele padeceu"?

R.: Que Cristo, durante toda a sua vida na terra, mas principalmente no final, suportou no seu corpo e na sua alma[1] a ira de Deus contra o pecado de toda a humanidade, de modo que, na sua paixão como o único sacrifício

XI. De Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, único Salvador do mundo

4. Cremos também e ensinamos que o eterno Filho do eterno Deus se fez Filho do homem, da semente de Abraão e Davi (Mt 1.1-25), não com concurso carnal do homem, como disse Ébion, mas foi concebido do Espírito Santo e nasceu de Maria, que era virgem, como a história do evangelho afirma. E o apóstolo Paulo diz: "Porque, na verdade, ele não tomou os anjos, mas tomou a descendência de Abraão" (Hb 2.16, RC). Também o apóstolo João diz que "todo espírito que não confessa que Jesus Cristo veio em carne não é de Deus" (1Jo 4.3, RC). Portanto, a carne de Cristo não era nem imaginária nem trazida do céu, como erradamente imaginavam Valentino e Marcião.

5. Além disso, nosso Senhor Jesus Cristo não tinha uma alma desprovida de percepção e de razão, como pensava Apolinário, nem carne sem alma, como ensinava Eunômio, mas uma alma com a sua razão e carne com os seus sentidos, por meio dos quais por ocasião de sua paixão ele sentiu dores, como ele mesmo testifica quando disse: "A minha alma está profundamente triste até à morte" (Mt 26.38), e "Agora está angustiada a minha alma" (Jo 12.27).

9. Cremos, além disso, que nosso Senhor Jesus Cristo verdadeiramente sofreu e morreu por nós em carne, como diz Pedro (1Pe 4.1). Abominamos a loucura ímpia dos jacobitas e de todos os turcos que desprezam a paixão de Cristo. Ao mesmo tempo, não negamos que o Senhor da glória foi crucificado por nós, segundo as palavras de Paulo (1Co 2.8), pois aceitamos e aplicamos respeitosamente a comunicação de propriedades derivada das Escrituras e usada por toda a Antigüidade para explicar e reconciliar passagens das Escrituras que à primeira vista nos parecem estar em desacordo.

10. Cremos e ensinamos que o mesmo Jesus Cristo, nosso Senhor, na sua própria carne na qual fora crucificado e morrera, ressuscitou dos mortos; e que não foi outra carne que ressuscitou, mas ele reteve o seu verdadeiro corpo. Portanto, ainda que os seus discípulos pensassem ver o espírito do Senhor, ele lhes mostrou as mãos e os pés marcados realmente com os sinais dos cravos e das feridas, dizendo: "Vede as minhas mãos e os meus pés, que sou eu mesmo, apalpai-me e verificai, porque um espírito não tem carne nem ossos, como vedes que eu tenho" (Lc 24.39).

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

VIII. De Cristo, o mediador

4. Esse ofício o Senhor Jesus empreendeu mui voluntariamente.[1] Para que pudesse exercê-lo, foi feito sujeito à lei,[2] a qual ele cumpriu perfeitamente,[3] suportou imediatamente os mais terríveis tormentos na sua alma[4] e os mais penosos sofrimentos no corpo;[5] foi crucificado e morreu;[6] foi sepultado e ficou sob o poder da morte, mas não viu a corrupção;[7] ao terceiro dia ressuscitou dos mortos[8] com o mesmo corpo com que tinha padecido;[9] com esse corpo subiu ao céu, onde está sentado à destra do Pai,[10] fazendo intercessão;[11] de lá ele voltará no fim do mundo para julgar os homens e os anjos.[12]

[1] Sl 40.7,8; Hb 10.5-10; Fp 2.8
[2] Gl 4.4
[3] Mt 3.15; 5.17
[4] Mt 26.37,38; Lc 22.44; Mt 27.46
[5] Mt 26; 27
[6] Fp 2.8
[7] At 2.23,24,27; 13.37; Rm 6.9
[8] 1Co 15.3-5
[9] Jo 20.25,27
[10] Mc 16.19
[11] Rm 8.34; Hb 9.24; 7.25
[12] Rm 14.9,10; At 1.11; 10.42; Mt 13.40-42; Jd 6; 2Pe 2.4

P.22: Como Cristo, sendo o Filho de Deus, se fez homem?

R.: Cristo, o Filho de Deus, fez-se homem tomando um verdadeiro corpo[1] e uma alma racional,[2] sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da virgem Maria, e nascido dela,[3] mas sem pecado.[4]

[1] Hb 2.14,16; 10.5
[2] Mt 26.38
[3] Lc 1.27,31,35,42; Gl 4.4
[4] Hb 4.15; 7.26

P. 27: Em que consistiu a humilhação de Cristo?

R.: A humilhação de Cristo consistiu em ele ter nascido, e isso em condição baixa;[1] ter-se sujeitado à lei,[2] sofrido as misérias desta vida,[3] a ira de Deus[4] e a amaldiçoada morte na cruz;[5] em ter sido sepultado[6] e permanecido sob o poder da morte durante certo tempo.[7]

[1] Lc 2.7
[2] Gl 4.4
[3] Hb 12.2,3; Is 53.2,3
[4] Lc 22.44; Mt 27.46
[5] Fp 2.8
[6] 1Co 15.3,4
[7] At 2.24-27,31

P. 28: Em que consiste a exaltação de Cristo?

R.: A exaltação de Cristo consiste em ele ter ressurgido dos mortos no terceiro dia;[1] em ter subido ao Céu[2] e estar sentado à mão direita de Deus Pai;[3] e em vir para julgar o mundo no último dia.[4]

[1] 1Co 15.4
[2] Mc 16.19
[3] Ef 1.20
[4] At 1.11; 17.31

P. 37: Sendo Cristo o Filho de Deus, como ele se fez homem?

R.: Cristo, o Filho de Deus, fez-se homem ao tomar para si um corpo verdadeiro e uma alma racional,[1] tendo sido concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria, da sua substância e nascido dela,[2] mas sem pecado.[3]

[1] Jo 1.14; Mt 26.38
[2] Lc 1.27,31,35,42; Gl 4.4
[3] Hb 4.15; 7.26

P. 46: Qual foi o estado de humilhação de Cristo?

R.: O estado da humilhação de Cristo foi aquela baixa condição, na qual, por amor de nós, despindo-se da sua glória, ele tomou a forma de servo na sua concepção e no seu nascimento, na sua vida, e depois da sua morte, até à sua ressurreição.[1]

[1] Fp 2.6-8; Lc 1.31; 2Co 8.9; At 2.24

P. 47: Como Cristo se humilhou na sua concepção e no seu nascimento?

R.: Cristo se humilhou na sua concepção e no seu nascimento em que, tendo sido, desde toda a eternidade, o Filho de Deus no seio do Pai, aprouve a ele, na plenitude do tempo, tornar-se Filho do homem, nascendo de uma mulher de humilde posição com diversas circunstâncias de humilhação fora do comum.[1]

[1] Jo 1.14,18; Gl 4.4; Lc 2.7

P. 48: Como Cristo se humilhou na sua vida?

R.: Cristo se humilhou na sua vida ao ter se sujeitado à lei,[1] a qual perfeitamente cumpriu,[2] e ao lutar contra as indignidades do mundo,[3] as tentações de Satanás[4] e as fraquezas da carne, quer comuns à natureza do homem, quer as procedentes dessa baixa condição.[5]

[1] Gl 4.4
[2] Mt 5.17; Rm 5.19
[3] Sl 22.6; Hb 12.2,3
[4] Mt 4.1-12; Lc 4.13
[5] Hb 2.17,18; 4.15; Is 42.13,14

P. 49: Como Cristo se humilhou na sua morte?

R.: Cristo se humilhou na sua morte porque, tendo sido traído por Judas,[1] abandonado pelos seus discípulos,[2] escarnecido e rejeitado pelo mundo,[3] condenado por Pilatos e atormentado pelos seus perseguidores,[4] tendo também lutado contra os terrores da morte e os poderes das trevas, tendo sentido e su-

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

cendente dos judeus segundo a carne;[14] da descendência de Abraão,[15] tendo se tornado semelhante aos irmãos em tudo, mas sem pecado.[16] Assim ele é, na verdade, nosso Emanuel, ou seja, Deus conosco.[17]

[1] Is 11.1; Lc 1.55; Gn 26.4; 2Sm 7.12; Sl 132.11; At 13.23
[2] 1Tm 2.5; 3.16; Fp 2.7
[3] Hb 2.14,15; 4.15
[4] Lc 1.31,34,35
[5] Mt 26.38; Jo 12.27
[6] Hb 2.14
[7] At 2.30
[8] Sl 132.11; Rm 1.3
[9] Lc 1.42
[10] Gl 4.4
[11] Jr 33.15
[12] Is 11.1
[13] Hb 7.14
[14] Rm 9.5
[15] Gn 22.18; 2Sm 7.12; Mt 1.1; Gl 3.16
[16] Hb 2.15-17
[17] Is 7.14; Mt 1.23

propiciatório,[2] ele pudesse redimir o nosso corpo e a nossa alma da perdição eterna e obter para nós o favor de Deus, a justiça e a vida eterna.

[1] 1Pe 2.24; Is 53.12
[2] 1Jo 2.2; Rm 3.25

P. 38: Por que ele padeceu sob Pôncio Pilatos como juiz?

R.: Para que ele, sendo inocente, e no entanto, condenado por um juiz secular,[1] pudesse desse modo nos libertar do severo julgamento de Deus ao qual estávamos exposto.[2]

[1] Lc 23.14; Jo 19.4; Sl 69.4
[2] Gl 3.13,14

P. 39: Há algo mais no fato de ele ter sido crucificado do que se ele tivesse morrido de outro modo?

R.: Sim, há, porque pela crucificação eu sou assegurado de que ele tomou sobre si a maldição que pesava sobre mim, pois a morte na cruz era maldita por Deus.[1]

[1] Dt 21.23; Gl 3.13

P. 40: Por que era necessário que Cristo se humilhasse até a morte?

R.: Porque com respeito à justiça e à verdade de Deus, a satisfação pelos nossos pecados não poderia ser feita de outro modo[1] que não pela morte do Filho de Deus.[2]

[1] Gn 2.17
[2] Hb 2.9,10; Fp 2.8

11. Cremos que nosso Senhor Jesus Cristo, na sua própria carne, subiu acima de todos os céus visíveis ao supremo céu, isto é, à habitação de Deus e dos bem-aventurados, à destra de Deus Pai. Embora isso signifique participação igual em glória e majestade, considera-se, contudo, também como um lugar definido, acerca do qual o Senhor, falando no evangelho, diz: "Vou preparar-vos lugar" (Jo 14.2). O apóstolo Pedro também diz: "Ao qual é necessário que o céu receba até aos tempos da restauração de todas as coisas" (At 3.21).

12. E do céu o mesmo Cristo retornará para o juízo, quando a impiedade no mundo estiver no seu máximo e quando o Anticristo, tendo corrompido a verdadeira religião, tiver envolvido todas as coisas com superstição e impiedade, e tiver cruelmente assolado a igreja com sangue e fogo. Porém, Cristo voltará para redimir os seus, e para destruir o Anticristo em sua vinda, e julgar os vivos e os mortos (At 17.31). Os mortos ressuscitarão, e os que naquele dia (que é desconhecido de todas as criaturas) estiverem vivos serão transformados "num abrir e fechar de olhos" (1Co 15.51,52). E todos os fiéis serão arrebatados ao encontro de Cristo nos ares (1Ts 4.17), para com ele viver para sempre (2Tm 2.11), mas os incrédulos ou os ímpios descerão com os demônios para o inferno onde arderão para sempre e nunca serão libertados dos tormentos (Mt 25.41).

13. Condenamos, portanto, todos os que negam a ressurreição real da carne, e aqueles que, como João de Jerusalém, contra quem escreveu Jerônimo, não pensam corretamente acerca dos corpos glorificados. Condenamos também os que ensinam que os demônios e todos os ímpios serão finalmente salvos, e que haverá um fim para os seus tormentos. O Senhor declarou com clareza: "Onde não lhes morre o verme, nem o fogo se apaga" (Mc 9.44).

14. Além disso, condenamos os sonhos dos judeus de que haverá uma idade áurea na terra antes do Dia do Juízo, e que os piedosos, tendo subjugado todos os seus inimigos ímpios, entrarão na posse de todos os reinos do mundo. Pois a verdade dos evangelhos (que se encontra em Mt 24 e 25, e em Lc 21), e o ensino da doutrina do apóstolo Paulo (em 2Ts 2, e em 2Tm 3 e 4) não nos ensinam nada relativo a isso.

15. Além do mais, pela sua paixão e morte e tudo o que, na sua carne e na sua vinda, ele fez e suportou por nossa causa, nosso Senhor reconciliou o Pai celestial com todos os fiéis (Rm 5.10), expiou o pecado (Hb 1.3), venceu a morte, arruinou a condenação e o inferno, e, pela ressurreição dos mortos, trouxe de novo e restituiu a vida e a imortalidade (Rm 4.25; 1Co 15.17; 2Tm 1.10). Porque ele é a nossa justiça, a nossa vida e ressurreição (Jo 6.44), enfim, é a plenitude e a perfeição de todos os fiéis; a

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

portado o peso da ira de Deus,[5] ele deu a sua vida como oferta pelo pecado,[6] sofrendo a penosa, vergonhosa e maldita morte de cruz.[7]

[1] Mt 27.4
[2] Mt 26.56
[3] Is 53.2,3
[4] Mt 27.26-50; Jo 19.34
[5] Lc 22.44; Mt 27.46
[6] Is 53.10
[7] Fp 2.8; Hb 12.2; Gl 3.13

P. 50: Em que consistiu a humilhação de Cristo depois da sua morte?

R.: A humilhação de Cristo depois da sua morte consistiu em ter sido ele sepultado,[1] em ter permanecido no estado dos mortos e sob o poder da morte até ao terceiro dia,[2] o que, aliás, tem sido expresso nestas palavras: "Ele desceu ao inferno".

[1] 1Co 15.3,4
[2] Sl 16.10; At 2.24-27,31; Rm 6.9; Mt 12.40

P. 51: Qual é o estado de exaltação de Cristo?

R.: O estado de exaltação de Cristo abrange a sua ressurreição,[1] a sua ascensão,[2] o fato de ele estar sentado à destra do Pai,[3] bem como a sua segunda vinda para julgar o mundo.[4]

[1] 1Co 15.4
[2] Mc 16.19
[3] Ef 1.20
[4] At 1.11; 17.31

P. 52: Como Cristo foi exaltado na sua ressurreição?

R.: Cristo foi exaltado na sua ressurreição em que, não tendo visto a corrupção na morte (pela qual não era possível que ele fosse retido[1]) e, tendo o mesmo corpo em que sofrera, com as suas propriedades essenciais[2] (sem a mortalidade e outras enfermidades comuns a esta vida) realmente unido à sua alma,[3] ele ressurgiu dentre os mortos ao terceiro dia, pelo seu próprio poder,[4] e por essa ressurreição declarou-se Filho de Deus,[5] por haver satisfeito a justiça divina,[6] ter vencido a morte e aquele que tinha poder sobre ela,[7] e ser o Senhor dos vivos e dos mortos.[8] Ele fez tudo isso na sua condição de representante,[9] como cabeça de sua igreja,[10] para a justificação[11] e vivificação dela na graça,[12] apoio contra os inimigos,[13] e para lhe assegurar a sua ressurreição dos mortos no último dia.[14]

[1] At 2.24,27
[2] Lc 24.39
[3] Rm 6.9; Ap 1.18
[4] Jo 10.18
[5] Rm 1.4
[6] Rm 8.34
[7] Hb 2.14
[8] Rm 14.9
[9] 1Co 15.21,22
[10] Ef 1.20,22,23; Cl 1.18
[11] Rm 4.25

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
	P. 41: Por que ele também foi "sepultado"? R.: Para desse modo provar que estava realmente morto.[1] [1] At 13.29; Mc 15.43,46 *P. 42: Desde que, então, Cristo morreu por nós, por que devemos nós morrer também?* R.: Nossa morte não é para pagar pelos nossos pecados, mas só um aniquilamento do pecado, e uma passagem para a vida eterna.[1] [1] Jo 5.24; Fp 1.23 *P. 43: Qual é o benefício adicional que recebemos pelo sacrifício e morte de Cristo na cruz?* R.: Que, pela virtude desse fato, o nosso velho homem é crucificado, morto e sepultado com ele,[1] de modo que os maus desejos da carne não reinem mais em nós,[2] mas que possamos nos oferecer a ele num sacrifício vivo de gratidão.[3] [1] Rm 6.6,7 [2] Rm 6.12 [3] Rm 12.1 *P. 44: Por que está acrescentado que ele "desceu ao inferno"?* R.: Para que, em meio às minhas maiores tentações, eu seja assegurado, e me conforte inteiramente nisso, de que o meu Senhor Jesus Cristo, pelas angústias, dores, terrores e agonias inexprimíveis, nas quais ele mergulhou durante todo o seu sofrimento, mas especialmente na cruz, me libertou da angústia e dos tormentos do inferno.[1] [1] Is 53.10; Mt 27.46	salvação e a mais completa suficiência. O apóstolo diz: "Aprouve a Deus que, nele, residisse toda a plenitude" (Cl 1.19) e "nele, estais aperfeiçoados" (Cl 2.10). 18. E, resumindo, cremos sinceramente de todo o coração e livremente confessamos, que tudo o que foi definido com fundamento nas Escrituras Sagradas e que está compreendido nos credos e decretos dos quatro primeiros eminentes conselhos reunidos em Nicéia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia – juntamente com o Credo do bem-aventurado Atanásio, e todos os credos semelhantes, que tratam do mistério da encarnação de nosso Senhor Jesus Cristo; e condenamos tudo o que for contrário a eles.	

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

[12] Ef 2.1,5,6; Cl 2.12
[13] 1Co 15.25-27
[14] 1Co 15.20

P. 53: Como Cristo foi exaltado na sua ascensão?

R.: Cristo foi exaltado na sua ascensão em que, depois da sua ressurreição, ele apareceu muitas vezes aos seus apóstolos e conversou com eles, falando-lhes das coisas pertencentes ao seu reino[1] e comissionando-os a pregar o evangelho a todos os povos[2] e, quarenta dias depois da sua ressurreição, ele, na nossa natureza, e como o nosso cabeça,[3] triunfando sobre os inimigos,[4] subiu de modo visível aos mais altos céus, para ali receber dons para os homens,[5] elevar os nossos sentimentos[6] e preparar-nos um lugar,[7] onde ele está e estará até à sua segunda vinda no fim do mundo.[8]

[1] At 1.2,3
[2] Mt 28.19,20
[3] Hb 6.20
[4] Ef 4.8
[5] At 1.9-11; Ef 4.10; Sl 68.18
[6] Cl 3.1,2
[7] Jo 14.3
[8] At 3.21

P. 54: Como Cristo é exaltado pelo fato de estar sentado à destra de Deus?

R.: Cristo é exaltado pelo fato de estar sentado à destra de Deus, pelo fato de ter sido ele, como Deus-homem, elevado ao mais alto favor de Deus o Pai,[1] tendo toda a plenitude de gozo,[2] glória,[3] e poder sobre todas as coisas, no céu e na terra;[4] em reunir e defender a sua igreja e subjugar os seus inimigos; em suprir os seus ministros e o seu povo com dons e graças;[5] e em fazer intercessão por eles.[6]

[1] Fp 2.9
[2] At 2.28; Sl 16.11
[3] Jo 17.5
[4] Ef 1.22; 1Pe 3.22
[5] Ef 4.10-12; Sl 110.1
[6] Rm 8.34

P. 55: Como Cristo faz a sua intercessão?

R.: Cristo faz a sua intercessão ao apresentar-se em nossa natureza, continuamente, perante o Pai, no céu,[1] pelo mérito da sua obediência e do seu sacrifício cumpridos na terra,[2] declarando que a sua vontade seja aplicada a todos os crentes;[3] ao responder a todas as acusações contra eles;[4] e ao obter para eles a paz de consciência, não obstante as faltas diárias;[5] acesso, com confiança, ao trono da graça;[6] e aceitação da pessoa e do culto deles.[8]

[1] Hb 9.12,24
[2] Hb 1.3
[3] Jo 3.16; 17.9,20,24
[4] Rm 8.33,34
[5] Rm 5.1,2; 1Jo 2.1,2

Catecismo de Heidelberg (cont.)

P. 45: Que importância tem para nós a ressurreição de Cristo?

R.: Em primeiro lugar, pela sua ressurreição, ele venceu a morte, para que nós pudéssemos participar da justiça que ele conquistou por sua morte;[1] em segundo lugar, nós também, pelo seu poder, somos ressuscitados para uma nova vida;[2] e finalmente, a ressurreição de Cristo é uma garantia segura da nossa ressurreição em glória.[3]

[1] 1Co 15.16
[2] Rm 6.4; Cl 3.1
[3] 1Co 15; Rm 8.11

P. 46: Como você entende as palavras: "subiu ao céu"?

R.: Que Cristo, à vista dos seus discípulos, foi elevado da terra para o céu,[1] e lá está para o nosso bem,[2] até que volte para julgar os vivos e os mortos.

[1] At 1.9; Mc 16.19
[2] Hb 4.14; Rm 8.34; Ef 4.10

P. 47: Cristo, então, não está conosco até o fim do mundo, como ele prometeu?

R.: Cristo é verdadeiro homem e verdadeiro Deus; com respeito à sua natureza humana, ele não está mais na terra,[1] mas com respeito à sua divindade, majestade, graça e Espírito, ele nunca se afasta de nós.

[1] At 3.21; Jo 3.13; Jo 16.28; Mt 28.20

P. 48: Mas, se em sua natureza humana ele não está em todos os lugares em que a sua natureza divina está, então as duas naturezas de Cristo são separadas uma da outra?

R.: Absolutamente, pois desde que a Divindade é ilimitada e onipresente,[1] segue-se necessariamente que ela está além dos limites da natureza humana que ele assumiu,[2] e, no entanto, ela está nessa natureza humana e permanece pessoalmente unido a ela.

[1] At 7.49; Mt 24.30
[2] Mt 28.20; Jo 16.28; Jo 17.11; Jo 3.13

P. 49: Que importância tem, para nós, a ascensão de Cristo?

R.: Em primeiro lugar, que ele é nosso advogado junto a seu Pai no céu;[1] em segundo lugar, em Cristo, temos nossa carne no céu como garantia segura de que ele, como nosso cabeça, também levará a nós, seus membros, para si;[2] em terceiro lugar, ele nos envia o seu Espírito como garantia,[3] por cujo poder nós buscamos as coisas que são do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus, e não as coisas que são da terra.[4]

[1] Hb 9.24; 1Jo 2.2; Rm 8.34
[2] Jo 14.2; Ef 2.6
[3] Jo 14.16; 2Co 1.22; 2Co 5.5
[4] Cl 3.1; Fp 3.20

P. 50: Por que é acrescentado: "e está sentado à direita de Deus"?

R.: Porque Cristo subiu ao céu para este propósito, de que ele apareceria como o cabeça de sua igreja,[1] por meio de quem o Pai governa todas as coisas.[2]

[1] Ef 1.20-22; Cl 1.18
[2] Mt 28.18; Jo 5.22

P. 51: Que importância tem, para nós, essa glória de Cristo, nosso cabeça?

R.: Em primeiro lugar, que por seu Espírito Santo, ele derrama graças sobre nós, seus membros;[1] e também que, pelo seu poder ele nos defende e protege contra todos os inimigos.[2]

[1] Ef 4.8
[2] Sl 2.9; Jo 10.28

P. 52: Que consolo traz a você a volta de Cristo "para julgar os vivos e os mortos"?

R.: Que, em todas as minhas tristezas e perseguições, com a cabeça erguida eu espero pela mesma pessoa que, antes, ofereceu-se em meu lugar ao tribunal de Deus, e removeu toda a maldição de sobre mim, que venha como um juiz do céu,[1] que lançará na condenação eterna todos os seus e os meus inimigos,[2] mas me levará para si mesmo, com todos os seus eleitos, para a alegria e a glória celestiais.[3]

[1] Lc 21.28; Rm 8.23,24; 1Ts 4.16
[2] 2Ts 1.6-9; Mt 25.41
[3] Mt 25.34

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
		[6] Hb 4.16 [7] Ef 1.6 [6] 1Pe 2.5 *P. 56: Como Cristo há de ser exaltado na sua segunda vinda, desta vez para julgar o mundo?* R.: Cristo há de ser exaltado na sua vinda para julgar o mundo, em que, tendo sido injustamente julgado e condenado pelos homens maus,[1] ele virá pela segunda vez, no último dia, com grande poder[2] e na plena manifestação da sua glória e na glória do seu Pai, com todos os seus santos anjos,[3] com brado, com voz de arcanjo e com a trombeta de Deus,[4] para julgar o mundo em retidão.[5] [1] At 3.14,15 [2] Mt 24.30 [3] Lc 9.26; Mt 25.31 [4] 1Ts 4.16 [5] At 17.31 *P. 57: Quais são os benefícios que Cristo adquiriu pela sua mediação?* R.: Cristo, pela sua mediação, adquiriu a redenção,[1] juntamente com todos os demais benefícios do pacto da graça.[2] [1] Hb 9.12 [2] 2Co 1.20

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A justa misericórdia de Deus em Cristo

Artigo 20

Deus manifestou sua justiça e misericórdia em Cristo

Cremos que Deus, que é perfeitamente misericordioso e justo, enviou o seu Filho para assumir a natureza humana em que foi cometida a desobediência, para fazer reparação pela mesma, e suportar o castigo do pecado pela sua paixão e morte.[1] Portanto, Deus manifestou a sua justiça contra o seu Filho quando colocou as nossas iniqüidades[2] sobre ele e derramou a sua bondade e a sua misericórdia sobre nós, que éramos culpados e dignos da condenação. Por amor perfeitíssimo, ele entregou o seu Filho à morte por nós e o ressuscitou para nossa justificação,[3] a fim de que por ele tivéssemos a imortalidade e a vida eterna.

[1] Hb 2.14; Rm 8.3,32,33
[2] Is 53.6; Jo 1.29; 1Jo 4.9
[3] Rm 4.25

P. 11: Mas Deus não é também misericordioso?

R.: Deus de fato é misericordioso,[1] mas também é justo; portanto, a sua justiça exige[2] que o pecado cometido contra a sua suprema majestade seja castigado também com a pena máxima,[3] ou seja, com o castigo eterno do corpo e da alma.[4]

[1] Êx 34.6
[2] Êx 20.5; Jó 34.10,11
[3] Sl 5.5,6
[4] Gn 2.17; Rm 6.23

Capítulo II

Artigo 2

Desde que nós mesmos, entretanto, não podemos fazer essa satisfação nem podemos livrar a nós mesmos da ira de Deus, aprouve Deus, na sua infinita misericórdia, dar o seu Filho único como nosso fiador, que foi feito pecado e maldição por nós e em nosso lugar, para que pudesse satisfazer a justiça divina por nós.

As promessas do evangelho

P. 19: Como você sabe disso?

R.: Pelo santo evangelho que o próprio Deus, de início, revelou no paraíso,[1] e que mais tarde publicou por meio dos patriarcas e dos profetas,[2] bem como representou por meio dos sacrifícios e outras cerimônias da lei,[3] tendo-o, finalmente, cumprido por seu único Filho.[4]

XIII. Do evangelho de Jesus Cristo: também das promessas, do espírito e da letra

1. O evangelho, sem dúvida, opõe-se à lei. Pois a lei opera a ira e anuncia uma maldição, enquanto o evangelho prega a graça e a bênção. João diz ainda: "Porque a lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo" (Jo 1.17). Ainda assim, não obstante, é perfeitamente certo que aqueles que viveram antes da lei e sob a lei não estavam totalmente destituídos do evangelho, pois eles tinham promessas evangélicas admiráveis, tais como: "Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te

Capítulo II

Artigo 5

Além do mais, a promessa do evangelho é que todo aquele que crer no Cristo crucificado não perece, mas tem a vida eterna. Essa promessa, juntamente com a ordem de se arrepender e crer, deve ser anunciada e proclamada sem discriminação a todos

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
VIII. De Cristo, o mediador 5. O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, que ele, pelo Eterno Espírito, ofereceu a Deus de uma vez por todas, satisfez plenamente a justiça do Pai,[1] tendo adquirido, não só a reconciliação, mas uma herança eterna no reino do céu, para todos aqueles que o Pai lhe deu.[2] [1] Rm 5.19; Hb 9.14.16; 10.14; Ef 5.2; Rm 3.25,26 [2] Dn 9.24,26; Cl 1.19,20; Ef 1.11,14; Jo 17.2; Hb 9.12,15		
VIII. De Cristo, o mediador. 6. Embora a obra da redenção não tenha sido realmente cumprida por Cristo senão depois de sua encarnação, contudo a virtude, a eficácia e os benefícios dela, em todas as épocas sucessivas desde o princípio do mundo, foram comunicados aos eleitos nas promessas e nos tipos e sacrifícios, bem como por eles, pelos quais ele foi revelado e significado como a semente da mulher que devia esmagar a cabeça da serpente, como o cordeiro morto desde o princípio do mundo, sendo ele o mesmo ontem, hoje e para sempre.[1] [1] Gl 4.4,5; Gn 3.15; Hb 13.8; Ap 13.8		

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
	[1] Gn 3.15 [2] Gn 22.17,18; Gn 28.14; Rm 1.2; Hb 1.1; Jo 5.46 [3] Hb 10.7,8 [4] Rm 10.4; Hb 13.8	ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar" (Gn 3.15). "Nela serão benditas todas as nações da terra" (Gn 22.18). "O Senhor teu Deus te suscitará um profeta do meio de ti, de teus irmãos, semelhante a mim" (Dt 18.15; At 3.22; 7.37). 2. Reconhecemos que promessas de dois tipos foram reveladas a nossos antepassados, assim como também a nós. Algumas eram referentes a coisas presentes ou terrenas, tais como as promessas da Terra de Canaã e de vitórias, e como, ainda hoje, as promessas do pão de cada dia. Outras eram, naquela ocasião, e são ainda agora, referentes a coisas celestiais e eternas, como a graça de Deus, a remissão dos pecados, a vida eterna por meio da fé em Jesus Cristo. Mas os antigos não tiveram, em Cristo, apenas promessas externas ou terrenas, mas também espirituais e celestiais. Pois o apóstolo Pedro diz: "Foi a respeito desta salvação que os profetas indagaram e inquiriram, os quais profetizaram acerca da graça a vós outros destinada" (1Pe 1.10). A respeito das quais o apóstolo Paulo também diz: "... o evangelho de Deus, o qual foi por Deus, outrora, prometido por intermédio dos seus profetas nas Sagradas Escrituras" (Rm 1.1,2). Portanto, então, é totalmente evidente que os antigos não estavam inteiramente destituídos de todo o evangelho.	os povos e a todos os homens, aos quais Deus, no seu bom propósito, envia o evangelho.

Soteriologia:
A doutrina da salvação

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A graça comum e a vocação externa

Artigo 14

A criação e a queda do homem, e sua incapacidade para fazer o que é verdadeiramente bom

E tendo se tornado ímpio, perverso e corrupto em todas as suas práticas, ele perdeu todos os dons excelentes que havia recebido de Deus,[1] dos quais reteve alguns pequenos traços,[2] que, no entanto, são suficientes para deixar o homem inescusável.

[1] Rm 3.10
[2] At 14.16,17; 17.27

Capítulos III e IV

Artigo 8

Tantos quantos são chamados pelo evangelho, o são seriamente, pois Deus revela séria e sinceramente na sua Palavra o que lhe é aceitável, ou seja, que aqueles que são chamados devem responder ao convite. Além do mais, ele também seriamente promete a vida eterna e o descanso a todos que a ele forem e crerem.

Artigo 9

Não é por culpa do evangelho, nem de Cristo, que é oferecido nele, e nem de Deus, que chama os homens por meio do evangelho e concede a eles vários dons, que aqueles que são chamados pelo ministério da Palavra se recusam a ir e se converterem. A culpa é deles mesmos, alguns dos quais, quando chamados, sem fazer conta do perigo que correm, rejeitam a palavra de vida; outros, embora a recebam, não permitem que ela deixe uma impressão duradoura no próprio coração, portanto, sua alegria, que foi despertada somente por uma fé temporária, logo desaparece e eles a renegam. Ainda outros sufocam a semente da Palavra com os espinhos dos cuidados e prazeres deste mundo e não produzem nenhum fruto. Isso é o que o Salvador ensina na parábola do semeador (Mt 13).

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

X. Da vocação eficaz

4. Os não-eleitos, embora tenham sido chamados pelo ministério da Palavra[1] e tenham algumas das operações comuns do Espírito,[2] contudo nunca se chegam a Cristo e, portanto, não podem ser salvos;[3] muito menos poderão ser salvos por qualquer outro meio os que não professam a religião cristã, por mais diligentes que sejam em conformar sua vida de acordo com a luz da natureza e com a lei da religião que professam.[4] Afirmar e manter que o podem, é muito pernicioso e deve ser abominado.[5]

[1] Mt 22.14
[2] Mt 7.22; 13.20,21; Hb 6.4,5
[3] Jo 6.64-66; 8.24
[4] At 4.12; Jo 14.6; Ef 2.12; Jo 4.22; 17.3
[5] 2Jo 9-11; 1Co 16.22; Gl 1.6-8

XVI. Das boas obras

7. As obras feitas pelos não-regenerados, embora sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena, e úteis tanto a eles mesmos como aos outros,[1] contudo, porque não procedem de corações purificados pela fé,[2] não são feitas devidamente, segundo a Palavra,[3] nem para um fim justo, a glória de Deus;[4] elas são, portanto, pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem preparar o homem para receber a graça de Deus;[5] não obstante, negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus.[6]

[1] 2Rs 10.30,31; 1Rs 21.27,29; Fp 1.15,16,18
[2] Gn 4.5; Hb 11.4,6
[3] 1Co 13.3; Is 1.12
[4] Mt 6.2,5,16
[5] Ag 2.14; Tt 1.15; Am 5.21,22; Os 1.4; Rm 9.16; Tt 3.15
[6] Sl 14.4; 36.3; Jo 21.14,15; Mt 25.41-43,45; 23.3

P. 60: Aqueles que nunca ouviram o evangelho, e, por conseguinte, não conhecem a Jesus Cristo, nem nele crêem, poderão ser salvos pelo fato de viverem segundo a luz da natureza?

R.: Aqueles que nunca ouviram o evangelho[1] e não conhecem a Jesus Cristo,[2] nem nele crêem, não poderão se salvar,[3] por mais diligentes que sejam em conformar a própria vida à luz da natureza,[4] ou às leis da religião que professam;[5] nem há salvação em nenhum outro, senão em Cristo,[6] que é o único Salvador do seu corpo – a igreja.[7]

[1] Rm 10.14
[2] 2Ts 1.8,9; Ef 2.12; Jo 1.10-12
[3] Jo 8.24; Mc 16.16
[4] 1Co 1.20-24
[5] Jo 4.22; Rm 9.31,32; Fp 3.4-9
[6] At 4.12
[7] Ef 5.23

P. 68: Os eleitos são os únicos eficazmente chamados?

R.: Todos os eleitos, e somente eles, são eficazmente chamados;[1] ainda que outros o possam ser, e muitas vezes são exteriormente chamados pelo ministério da Palavra,[2] e tenham algumas operações comuns do Espírito,[3] contudo, pela sua negligência e desprezo voluntário da graça que é oferecida, são justamente deixados na sua incredulidade e nunca se achegam sinceramente a Jesus Cristo.[4]

[1] At 13.48
[2] Mt 22.14
[3] Mt 7.22; 13.20,21; Hb 6.4-6
[4] Jo 12.38-40; At 28.25-27; Jo 6.64,65; Sl 81.11,12

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Cânones de Dort (cont.)

A verdadeira doutrina (a respeito da corrupção e conversão) tendo sido explicada, o Sínodo **rejeita** os erros daqueles que ensinam:

Rejeição 5:

Que o homem degenerado e carnal pode também satisfatoriamente usar a graça comum (pela qual ele reconhece a luz natural), ou os dons que ainda lhe foram deixados após a queda; que ele, sozinho, pode gradualmente alcançar uma graça maior, isto é, a graça evangélica ou salvadora, e a própria salvação. E que, dessa forma, Deus, por seu lado, mostra-se pronto a revelar Cristo a todo homem, porque a todos ele administra suficiente e efetivamente os meios necessários para conhecer Cristo, para crer e se arrepender. Tanto a experiência de todas as épocas como a Escritura testificam que isto não é verdade. "Mostra a sua palavra a Jacó, as suas leis e os seus preceitos, a Israel. Não fez assim a nenhuma outra nação; todas ignoram os seus preceitos" (Sl 147.19,20). E ainda: "o qual, nas gerações passadas, permitiu que todos os povos andassem nos seus próprios caminhos" (At 14.16). E: "percorrendo" (Paulo e seus companheiros) "a região frígio-gálata, tendo sido impedidos pelo Espírito Santo de pregar a palavra na Ásia, defrontando Mísia, tentavam ir para Bitínia, mas o Espírito de Jesus não o permitiu" (At 16.6,7).

A vocação eficaz e a regeneração

Capítulos III e IV

Artigo 6

O que nem a luz natural nem a lei podem fazer, Deus o faz pelo poder do Espírito Santo por meio da Palavra ou ministério da reconciliação, que é o evangelho do Messias, por meio de quem Deus se agradou em salvar os crentes, tanto sob o Antigo como sob o Novo Testamento.

Artigo 10

Porém, o fato de que outros que são chamados pelo ministério do evangelho obedecem a ele e são convertidos, não deve ser atribuído ao exercício do livre-arbítrio da pessoa, pelo qual ela se distinguisse acima de outras que receberam a mesma e suficiente graça para fé e conversão, como a heresia orgulhosa de Pelágio afirma, mas isso deve ser inteiramente atribuído a Deus que, do mesmo modo que os escolheu em Cristo desde a eternidade, assim lhes

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

X. Da vocação eficaz

1. Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente,[1] pela sua Palavra e pelo seu Espírito,[2] tirando-os, por Jesus Cristo,[3] daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza. Isso ele faz iluminando o seu entendimento espiritualmente e salvadoramente, a fim de compreenderem as coisas de Deus,[4] tirando-lhes o coração de pedra e dando-lhes coração de carne,[5] renovando as suas vontades e determinando-as, pela sua onipotência, para aquilo que é bom,[6] e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo,[7] mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça.[8]

[1] Rm 8.30; 11.7; Ef 1.10,11
[2] 2Ts 2.13,14; 2Co 3.3,6
[3] Rm 8.2; Ef 2.1-5; 2Tm 1.9,10
[4] At 26.18; 1Co 2.10,12; Ef 1.17,18
[5] Ez 36.26
[6] Ez 11.19; Fp 2.13; Dt 30.6; Ez 36.27
[7] Ef 1.19; Jo 6.44,45
[8] Ct 1.4; Sl 110.3; Jo 6.37; Rm 6.16-18

2. Essa vocação eficaz é só da livre e especial graça de Deus, e não de qualquer coisa prevista no homem,[1] que nisso é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo,[2] fica habilitado a responder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada.[3]

[1] 2Tm 1.9; Tt 3.4,5; Ef 2.4,5,8,9; Rm 9.11
[2] 1Co 2.14; Rm 8.7; Ef 2.5
[3] Jo 6.37; Ez 36.27; Jo 5.25

P. 29: Como nos tornamos participantes da redenção adquirida por Cristo?

R.: Tornamo-nos participantes da redenção adquirida por Cristo pela eficaz aplicação dela a nós[1] pelo seu Santo Espírito.[2]

[1] Jo 1.11,12
[2] Tt 3.5,6

P. 30: Como o Espírito aplica a nós a redenção adquirida por Cristo?

R.: O Espírito aplica a nós a redenção adquirida por Cristo operando em nós a fé,[1] e unindo-nos a Cristo por meio dela em nossa vocação eficaz.[2]

[1] Ef 1.13,14; Jo 6.37,39; Ef 2.8
[2] Ef 3.17; 1Co 1.9

P. 31: O que é vocação eficaz?

R.: Vocação eficaz é a obra do Espírito de Deus,[1] pela qual, convencendo-nos de nosso pecado e de nossa miséria,[2] iluminando o nosso entendimento pelo conhecimento de Cristo[3] e renovando a nossa vontade,[4] ele nos persuade e habilita a aceitar Jesus Cristo, que nos

P. 58: Como nos tornamos participantes dos benefícios que Cristo adquiriu?

R.: Tornamo-nos participantes dos benefícios que Cristo adquiriu pela aplicação deles a nós,[1] que é especialmente a obra de Deus o Espírito Santo.[2]

[1] Jo 1.11,12
[2] Tt 3.5,6

P. 59: Quem é feito participante da redenção por meio de Cristo?

R.: A redenção é aplicada e eficazmente comunicada a todos aqueles para quem Cristo a adquiriu,[1] os quais são, nesta vida, habilitados pelo Espírito Santo a crer em Cristo, de acordo com o evangelho.[2]

[1] Ef 1.13,14; Jo 6.37,39; Jo 10.15,16
[2] Ef 2.8; 2Co 4.13

P. 66: Qual é a união que os eleitos têm com Cristo?

R.: A união que os eleitos têm com Cristo é a obra da graça de Deus,[1] pela qual eles são espiritual e misticamente, ainda que real e inseparavelmente, unidos a Cristo, seu cabeça e esposo,[2] o que é efetuado na sua vocação eficaz.[3]

[1] Ef 1.22; 2.6-8
[2] 1Co 6.17; Jo 10.28; Ef 5.23,30
[3] 1Pe 5.10; 1Co 1.9

P. 67: O que é vocação eficaz?

R.: Vocação eficaz é a obra do poder e da graça onipotente de Deus,[1] pela qual (do seu livre e especial amor para com os eleitos, e sem que nada neles o leve a isso[2]), ele, no tempo aceitável, os convida e os atrai a Jesus Cristo, pela sua Palavra e pelo seu

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Cânones de Dort (cont.)

dá fé e arrependimento, resgata-os do poder das trevas e os transfere para o reino do seu Filho, para que eles proclamem as grandes virtudes daquele que os chamou das trevas para a sua maravilhosa luz, e para que possam se gloriar, não em si mesmos, mas no Senhor, de acordo com o testemunho dos escritos apostólicos em vários lugares.

Artigo 11

Porém, quando Deus efetua o seu bom propósito nos eleitos e opera neles a verdadeira conversão, ele não só faz com que eles ouçam o evangelho mediante a pregação e poderosamente lhes ilumina a mente pelo Espírito Santo de tal modo que possam entender corretamente e discernir as coisas do Espírito de Deus, mas, pela operação eficaz do mesmo Espírito regenerador, Deus também penetra até os recantos mais íntimos do homem; ele abre e enternece o coração endurecido, circuncida o que está incircunciso e introduz novas qualidades na vontade, que embora estivesse morta, ele a faz reviver; era má, mas ele a torna boa; estava indisposta, mas ele a torna disposta; era rebelde, mas ele a faz obediente; ele move e fortalece essa vontade de tal modo que, como uma boa árvore, seja capaz de produzir frutos de boas obras.

Artigo 12

E essa é aquela regeneração tão exaltada nas Escrituras e denominada de uma nova criação; uma ressurreição dos mortos e vivificação, a qual Deus opera em nós, sem qualquer contribuição da nossa parte. Porém, essa regeneração não é efetuada apenas pela pregação, nem por persuasão moral. Nem ocorre de tal modo que, havendo Deus feito a sua parte, resta ao poder do homem ser regenerado ou não regenerado, convertido ou não convertido. Ao contrário, a regeneração é uma obra sobrenatural, poderosíssima e, ao mesmo tempo, agradabilíssima, maravilhosa, misteriosa e indizível, não inferior em poder à criação ou à ressurreição dos mortos, como as Escrituras inspiradas pelo autor dessa obra declara; conseqüentemente todos aqueles em cujo coração Deus opera desse modo maravilhoso são, certamente, infalível e efetivamente regenerados e de fato passam a crer. Portanto, a vontade que é renovada não apenas é acionada e movida por Deus, mas, sob a ação de Deus, torna-se ativa. Por isso também é dito corretamente que o homem crê e se arrepende em virtude da graça que recebeu.

Artigo 13

O modo como Deus opera não pode ser compreendido totalmente pelos crentes nesta vida. Entretanto, eles descansam tranqüilos, sabendo e sentindo que por essa graça de Deus eles são capacitados a crerem com o coração e a amarem o seu Salvador.

Artigo 15

Deus não tem a obrigação de conceder essa graça a ninguém, pois como poderia ele ser devedor do homem, que não tem nenhum dom anterior como base para essa recompensa? E ainda, que nada tem de si mesmo, a não ser pecado e falsidade? Aquele, portanto, que recebe essa graça deve render eterna gratidão a Deus, e ele faz isso. Porém, quem não recebe essa graça ou não valoriza essas coisas espirituais e está satisfeito com a própria situação, ou, sem se aperceber do perigo, em vão se gabam de ter o que não têm. Além disso, quanto aos que manifestam publicamente a fé e levam uma vida regrada, nós não devemos julgar e falar da maneira mais favorável, de acordo com o exemplo do apóstolo, pois não conhecemos o âmago dos corações. Quanto aos que ainda não foram chamados, nós devemos orar a Deus em seu favor, pois ele é que chama à existência as coisas que não existem. De maneira nenhuma, porém, podemos ter uma atitude orgulhosa para com eles, como se nós tivéssemos conquistado a nossa posição distinta.

Artigo 16

Porém, o homem não deixou, apesar da Queda, de ser uma criatura dotada de intelecto e vontade; e o pecado, que tem penetrado em toda a raça humana, não privou o homem de sua natureza humana, mas trouxe sobre ele depravação e morte espiritual. Assim também a graça divina da regeneração não age sobre os homens como se fossem animais ou blocos sem sentidos, e não destrói a vontade e as suas propriedades, ou a coage violentamente, mas a graça a faz reviver espiritualmente, traz-lhe a cura, corrige-a e a dobra de forma agradável e ao mesmo tempo poderosa, de modo que onde dominava rebelião e resistência da carne, agora, pelo Espírito, começa a prevalecer uma pronta e sincera obediência, na qual consiste a verdadeira renovação espiritual e liberdade da vontade. E se o admirável Autor de todo bem não agisse desse modo conosco, o homem não teria esperança de levantar-se da sua queda pelo seu livre-arbítrio, pelo qual ele, quando ainda se encontrava no estado de pureza, se lançou na perdição.

A verdadeira doutrina (a respeito da corrupção e da conversão) tendo sido explicada, o Sínodo **rejeita** os erros daqueles que ensinam:

Rejeição 6

Que na verdadeira conversão do homem, Deus não pode infundir novas qualidades, novos poderes ou dons na vontade humana, e que, portanto, a fé, por meio da qual somos convertidos, e por causa da qual somos chamados de crentes, não é uma qualidade ou um dom outorgado por Deus, mas apenas um ato humano, e não pode ser chamada de dom, exceto com respeito ao poder de obter essa fé, pois esse ensinamento contradiz as Sagradas Escrituras que declaram que Deus infunde no nosso coração novas qualidades de fé, obediência e consciência do seu amor: "Na mente, lhes imprimirei as minhas leis, também nos corações lhas inscreverei" (Jr 31.33). E "Derramarei água sobre o sedento e torrentes, sobre a terra seca" (Is 44.3). E "O amor de Deus é derramado em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi outorgado" (Rm 5.5). Isso também contraria a prática constante da igreja, que ora, pela boca do profeta, deste modo: "Converte-me, e serei convertido" (Jr 31.18).

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
3. Os eleitos que morrem na infância são regenerados e salvos por Cristo, por meio do Espírito,[1] que opera quando, onde e como quer.[2] Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da Palavra.[3] [1] Lc 18.15,16; At 2.38,39; Jo 3.3,5; 1Jo 5.12; Rm 8.9 [2] Jo 3.8 [3] 1Jo 5.12; At 4.12	é oferecido de graça no evangelho.[5] [1] 2Tm 1.9; 2Ts 2.13,14 [2] At 2.37 [3] At 26.18 [4] Ez 36.26,27 [5] Jo 6.44,45; Fp 2.13 *P. 32: De que benefícios gozam nesta vida aqueles que são eficazmente chamados?* R.: Aqueles que são eficazmente chamados gozam, nesta vida, da justificação,[1] da adoção[2] e da santificação, bem como dos diversos benefícios que acompanham essas graças ou delas procedem.[3] [1] Rm 8.30 [2] Ef 1.5 [3] 1Co 1.26,30	Espírito,[3] iluminando-lhes o entendimento de uma maneira salvadora,[4] renovando-lhes e poderosamente determinando-lhes a vontade,[5] de modo que eles (embora em si mortos no pecado), tornam-se, por isso, dispostos e capazes de livremente responder ao seu chamado e de aceitar e acolher a graça nela oferecida e comunicada.[6] [1] Jo 5.25; Ef 1.18-20; 2Tm 1.8,9 [2] Tt 3.4,5; Ef 2.4,5,7,9; Rm 9.11 [3] 2Co 5.20; 6.1,2; Jo 6.44; 2Ts 2.13,14 [4] At 26.18; 1Co 2.10,12 [5] Ez 11.19; 36.26,27; Jo 6.45 [6] Ef 2.5; Fp 2.13; Dt 30.6 *P. 68: Os eleitos são os únicos eficazmente chamados?* R.: Todos os eleitos, e somente eles, são eficazmente chamados.[1] [1] At 13.48

Cânones de Dort (cont.)

Rejeição 7

Que a graça pela qual somos convertidos a Deus é apenas um aviso gentil, ou (como outros explicam) que essa maneira de agir, que consiste em aconselhar, é a mais nobre maneira de converter o homem e está mais em harmonia com a natureza deste, e que não há razão por que tal graça persuasiva não seja suficiente para tornar espiritual o homem natural; na verdade, Deus não produz o consentimento da vontade a não ser por meio desse tipo de apelo moral; e que o poder da operação divina, pelo qual ele supera a ação de Satanás, consiste nisto: que Deus promete bens eternos e Satanás apenas bens temporais. Porém, isso é total pelagianismo, e contrário às Escrituras como um todo que, além desse apelo moral, ensina outra operação, muito mais poderosa e divina: a ação do Espírito Santo na conversão do homem, como em Ezequiel: "Dar-vos-ei coração novo, e porei dentro em vós espírito novo; tirarei de vós o coração de pedra e vos darei coração de carne" (Ez 36.26).

Rejeição 8

Que, na regeneração do homem, Deus não usa os poderes de sua onipotência de maneira a dobrar a vontade do homem, à força e infalivelmente, para a fé e a conversão, mas que, mesmo sendo realizadas todas as operações da graça que Deus possa usar para converter o homem e mesmo que Deus tenha a intenção e a vontade de regenerá-lo, o homem ainda pode resistir a Deus e ao Santo Espírito, e de fato ele freqüentemente resiste, chegando a impedir totalmente a sua regeneração, e que, portanto, está no poder do homem ser ou não ser regenerado, pois isso é nada mais que anular todo o poder da graça de Deus na nossa conversão e sujeitar a operação do Deus Todo-poderoso à vontade do homem, o que é contrário ao que os apóstolos ensinam: "... cremos, segundo a eficácia da força do seu poder (Ef 1.19). E "Para que nosso Deus... cumpra com poder todo propósito de bondade e obra de fé" (2Ts 1.11). E "Pelo seu divino poder nos têm sido doadas todas as coisas que conduzem à vida e à piedade" (2Pe 1.3).

Rejeição 9

Que a graça e o livre-arbítrio são causas parciais que operam juntas no início da conversão, e que a graça, na ordem de operação, não precede a operação da vontade do homem, ou seja, que Deus não ajuda efetivamente a vontade do homem para a sua conversão, enquanto a própria vontade do homem não se move e decide se converter, pois a igreja antiga há muito tempo já condenou esta doutrina dos pelagianos, de acordo com a palavra do apóstolo: "Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia" (Rm 9.16). Do mesmo modo: "Pois quem é que te faz sobressair? E que tens tu que não tenhas recebido?" (1Co 4.7). E: "Porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade" (Fp 2.13).

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A fé salvadora

Artigo 22

Nossa justificação pela fé em Jesus Cristo

Cremos que, para obtermos verdadeiro conhecimento desse grande mistério, o Espírito Santo desperta no nosso coração a verdadeira fé, que aceita a Jesus Cristo com todos os seus méritos, apropria-se dele[1] e nada mais busca além dele;[2] porque, ou todas as coisas que são requeridas para a nossa salvação não estão em Jesus Cristo, ou, se todas as coisas estão nele, então aqueles que possuem Jesus Cristo pela fé têm salvação completa nele.[3] Dizer, porém, que Cristo não é suficiente, mas que, além dele, algo mais é necessário, significaria uma blasfêmia horrível, pois nesse caso Cristo seria apenas um salvador incompleto.

Por isso dizemos, com razão, junto com o apóstolo Paulo, que somos justificados somente pela fé, ou pela fé sem as obras.[4] Entretanto, falando de modo mais claro, não entendemos isso como se a própria fé nos justificasse, pois ela é somente o instrumento com que aceitamos a Cristo, nossa justiça. Mas Jesus Cristo, ao imputar a nós todos os seus méritos e tantas obras santas que fez por nós e em nosso lugar, é nossa justiça.[5] E a fé é o instrumento que nos mantém com ele na comunhão de todos os seus benefícios, os quais

P. 20: Todos os homens, então, são salvos por Cristo, assim como pereceram em Adão?

R.: Não, somente aqueles que estão unidos a Cristo[1] e recebem todos os seus benefícios, por meio de uma verdadeira fé.[2]

[1] Mt 1.21; Is 53.11
[2] Jo 1.12,13; Rm 11.20; Hb 10.39

P. 21: O que é a verdadeira fé?

R.: A verdadeira fé é não só um certo conhecimento, pelo qual eu tenho como certo tudo o que Deus nos revelou na sua Palavra,[1] mas também a plena confiança,[2] que o Espírito Santo[3] opera por meio do evangelho no meu coração,[4] de que, não só a outros, mas também a mim a remissão dos pecados,[5] a justiça eterna e a salvação[6] são dadas gratuitamente por Deus, somente pela graça, só pelos méritos de Cristo.[7]

[1] Jo 6.69; Jo 17.3; Hb 11.3,6
[2] Ef 3.12
[3] Rm 4.16,20,21; Hb 11.1; Ef 3.12; Rm 1.16; 1Co 1.21; At 16.14; Mt 16.17; Jo 3.5
[4] Rm 10.14,17; Mt 9.2
[5] Rm 5.1
[6] Gl 2.20
[7] Rm 3.24-26

P. 22: Em que, então, um cristão deve crer?

R.: Em tudo o que nos é prometido no evangelho,[1] que os artigos da nossa confissão cristã, universalmente aceita, nos ensina resumidamente.

[1] Jo 20.31; Mt 28.19,20

XVI. Da fé e das boas obras; da sua recompensa e do mérito do homem

1. A fé cristã não é uma opinião ou convicção humana, mas uma confiança extremamente firme; um claro e inabalável assentimento do espírito; uma apreensão certíssima da verdade de Deus apresentada nas Escrituras e no Credo dos Apóstolos, assim como da apreensão do próprio Deus, do supremo bem, e especialmente da promessa de Deus e de Cristo, que é o cumprimento de todas as promessas. E esta fé é simplesmente um dom de Deus, que só ele, pela sua graça, segundo a sua medida, concede aos seus eleitos quando ele quer, a quem ele quer e na medida em que ele quer. E ele faz isso por meio do Espírito Santo, pela pregação do evangelho e da oração fiel. Essa fé pode também ser aumentada por Deus; se assim não fosse, o apóstolo não teria dito: "Senhor: aumenta-nos a fé" (Lc 17.5).

2. Ora, tudo o que temos dito até aqui com respeito à fé, os apóstolos ensinaram antes de nós, como declaramos. O apóstolo Paulo disse: "Ora, a fé é a certeza de coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não vêem" (Hb 11.1). E novamente ele diz que "Porque quantas são as promessas de Deus, tantas têm nele o sim; porquanto também por ele é o amém para glória de Deus, por nosso intermédio" (2Co 1.20). E aos filipenses o mesmo Paulo disse que "vos foi concedida a graça de padecerdes por Cristo e não somente de crerdes nele" (Fp 1.29). E também em outra passagem: "segundo a medida da fé que Deus repartiu a cada um" (Rm 12.3). E em outra ainda: "a fé não é de todos" (2Ts 3.2) e "nem todos obedeceram ao evangelho" (Rm 10.16). Também Lucas atesta, dizendo: "creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna" (At 13.48). Eis porque o apóstolo Paulo também a chama "a fé que é dos eleitos de Deus" (Tt 1.1). E, em outra passagem: "A fé vem pela pregação, e a pregação, pela palavra de Cristo" (Rm 10.17). Em outras passagens, com freqüência, ele manda que os homens orem pedindo fé. O mesmo apóstolo diz que a fé tem valor e "atua pelo amor" (Gl 5.6). Essa fé também acalma a consciência e nos abre um livre acesso para Deus, de modo que podemos nos aproximar dele com confiança e dele conseguir o que é útil e necessário. A mesma fé nos conserva no serviço que devemos prestar a Deus e ao próximo, nos fortalece a paciência na adversidade, molda uma verdadeira confissão e a manifesta e (numa palavra) produz bom fruto de todas as espécies.

Capítulo I

Artigo 2

Mas nisto se manifestou o amor de Deus em nós, em haver Deus enviado o seu Filho unigênito ao mundo, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. "Nisto se manifestou o amor de Deus em nós; em haver Deus enviado o seu Filho unigênito ao mundo, para vivermos por meio dele" (1Jo 4.9). "Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3.16).

Artigo 3

E para que os homens sejam levados à fé, Deus envia, na sua misericórdia, mensageiros dessa alegre boa-nova a quem e quando ele quer, por cujo ministério os homens são chamados ao arrependimento e à fé no Cristo crucificado. Porque, "Como, porém, invocarão aquele em quem não creram? E como crerão naquele de quem nada ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue? E como pregarão se não forem enviados?" (Rm 10.14,15).

Artigo 4

A ira de Deus permanece sobre aqueles que não crêem no evangelho. Mas aqueles que o aceitam e se submetem a Jesus, o Salvador, com uma fé

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XI. Da justificação.

2. A fé, assim recebida e assim se firmando em Cristo e em sua justiça, é o único instrumento de justificação;[1] ela, contudo, não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as outras graças salvadoras; e não é uma fé morta, mas obra pelo amor.[2]

[1] Jo 1.12; Rm 3.28; 5.1
[2] Tg 2.17,22,26; Gl 5.6

XIV. Da fé salvadora

1. A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação da sua alma,[1] é obra que o Espírito de Cristo faz no coração deles,[2] e é comumente operada pelo ministério da Palavra,[3] pelo qual também, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida.[4]

[1] Hb 10.39
[2] 2Co 4.13; Ef 1.17-20; 2.8
[3] Rm 10.14,17
[4] 1Pe 2.2; At 20.32; Rm 4.11; Lc 17.5; Rm 1.16,17

2. Por esta fé, um cristão crê ser verdade tudo quanto é revelado na Palavra, pela autoridade do próprio Deus que fala nela,[1] e age de conformidade com aquilo que cada passagem contém em particular, prestando obediência aos mandamentos,[2] tremendo às ameaças[3] e aceitando as promessas de Deus para esta vida e para a futura.[4] Porém, os principais atos de fé salvadora são: aceitar e receber a Cristo e firmar-se só nele para a justificação, santificação e vida eterna, pela virtude do pacto da graça.[5]

[1] Jo 4.42; 1Ts 2.13; 1Jo 5.10; At 24.14
[2] Rm 16.26
[3] Is 66.2
[4] Hb 11.13; 1Tm 4.8
[5] Jo 1.12; At 16.31; Gl 2.20; At 15.11

3. Essa fé varia quanto ao grau; ela pode ser fraca ou forte;[1] pode ser muitas vezes e de muitos modos atacada e enfraquecida, mas alcança a vitória,[2] atingindo em muitos uma perfeita segurança em Cristo,[3] que é tanto o autor, como o consumador da nossa fé.[4]

[1] Hb 5.13,14; Rm 4.19,20; Mt 6.30; 8.10
[2] Lc 22.31,32; Ef 6.16; 1Jo 5.4,5
[3] Hb 6.11,12; 10.22; Cl 2.2
[4] Hb 12.2

P. 85: O que Deus exige de nós para que possamos escapar da sua ira e maldição, que merecemos por causa do pecado?

R.: Para escaparmos da ira e da maldição de Deus, que merecemos por causa do pecado, Deus exige de nós fé em Jesus Cristo e arrependimento para a vida,[1] com o uso diligente de todos os meios exteriores pelos quais Cristo nos comunica os benefícios da redenção.[2]

[1] At 20.21
[2] Pv 2.1-5; 8.33-36; Is 55.3

P. 86: O que é fé em Jesus Cristo?

R.: Fé em Jesus Cristo é uma graça salvadora,[1] pela qual o recebemos e confiamos só nele para a salvação, como ele nos é oferecido no evangelho.[3]

[1] Hb 10.39
[2] Jo 1.12; Is 26.3,4; Fp 3.9; Gl 2.16

P. 72: O que é fé justificadora?

R.: A fé justificadora é uma graça salvadora,[1] operada no coração do pecador pelo Espírito[2] e pela Palavra de Deus,[3] pela qual, sendo ele convencido do seu pecado, da sua miséria e da sua incapacidade, e das demais criaturas, para o restaurar desse estado,[4] ele não somente aceita a verdade da promessa do evangelho,[5] mas recebe Cristo e confia nele e na sua justiça, que lhes são oferecidos no evangelho para o perdão dos pecados,[6] e para que a sua pessoa seja aceita e considerada justa diante de Deus para a salvação.[7]

[1] Hb 10.39
[2] 2Co 4.13; Ef 1.17-19
[3] Rm 10.14,17
[4] At 2.37; At 16.30; Jo 16.8,9; Rm 5.6; Ef 2.1; At 4.12
[5] Ef 1.13
[6] Jo 1.12; At 16.31; 10.43
[7] Fp 3.9; At 15.11

P. 73: Como a fé justifica o pecador diante de Deus?

R.: A fé justifica um pecador diante de Deus, não por causa das outras graças que sempre a acompanham, nem por causa das boas obras que são os frutos dela,[1] nem como se fosse a graça da fé, ou qualquer ato dela, que lhe é imputado para a justificação,[2] mas unicamente porque a fé é o instrumento pelo qual o pecador recebe e aplica a si Cristo e a sua justiça.[3]

[1] Gl 3.11; Rm 3.28
[2] Rm 4.5; 10.10
[3] Jo 1.12; Fp 3.9; Gl 2.16

P. 153: O que Deus exige de nós para que possamos escapar da sua ira e maldição, nas quais incorremos pela transgressão da lei?

R.: Para escaparmos da ira e da maldição de Deus, nas quais incorremos pela transgressão da lei, ele exige de nós o arrependimento para com Deus, a fé no nosso Senhor Jesus Cristo[1] e o uso diligente de todos os meios exteriores pelos quais Cristo nos comunica os benefícios de sua mediação.[2]

[1] At 20.21; Mt 3.7,8; Lc 13.3,5; At 16.30,31; Jo 3.16,18
[2] Pv 2.1-5; 8.33-36

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

uma vez dados a nós, são mais do que suficientes para nos absolver dos pecados.

[1] Ef 3.16,17; Sl 51.13; Ef 1.17,18; 1Co 2.12
[2] 1Co 2.2; At 4.12; Gl 2.21; Jr 23.6; 1Co 1.30; Jr 31.10
[3] Mt 1.21; Rm 3.27; 8.1,33
[4] Rm 3.27; Gl 2.6; 1Pe 1.4,5; Rm 10.4
[5] Jr 23.6; 1Co 1.30; 2Tm 1.2; Lc 1.77; Rm 3.24,25; 4.5; Sl 32.1,2; Fp 3.9; Tt 3.5; 2Tm 1.9

P. 23: Quais são esses artigos?

R.:
I. Creio em Deus Pai, Todo-poderoso, Criador do céu e da terra;
II. E em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor;
III. Que foi concebido pelo Espírito Santo, nasceu da virgem Maria;
IV. Padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; desceu ao inferno;
V. No terceiro dia ressurgiu dos mortos;
VI. Subiu ao céu e está sentado à direita de Deus Pai Todo-poderoso;
VII. De onde há de vir para julgar os vivos e os mortos.
VIII. Creio no Espírito Santo;
IX. Creio na santa igreja católica; na comunhão dos santos;
X. na remissão dos pecados;
XI. na ressurreição do corpo;
XII. e na vida eterna. Amém.

P. 53: O que você crê a respeito do Espírito Santo?

R.: Primeiro, que ele é verdadeiro e co-eterno com o Pai e o Filho;[1] em segundo lugar, que ele foi dado também a mim,[2] para fazer de mim, por meio de uma fé verdadeira, um participante de Cristo e de todos os seus benefícios,[3] para que ele possa me confortar[4] e ficar comigo para sempre.[5]

[1] Gn 1.2; Is 48.16; 1Co 3.16
[2] Mt 28.19; 2Co 1.22
[3] Gl 3.14; 1Pe 1.2
[4] At 9.31
[5] Jo 14.16; 1Pe 4.14

P. 61: Por que você diz que é justo somente pela fé?

R.: Porque eu não sou aceitável a Deus por causa do valor da minha fé,[1]

verdadeira e viva, são redimidos por ele da ira de Deus e da perdição, e presenteados com a vida eterna.

Artigo 5

A causa ou a culpa pela incredulidade, bem como de outros pecados, de modo algum está em Deus, mas no próprio homem; porém, a fé em Jesus Cristo e também a salvação por meio dele são dons gratuitos de Deus, como está escrito: "Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus" (Ef 2.8). "Porque vos foi concedida a graça de padecerdes por Cristo e não somente de credes nele", etc. (Fp 1.29).

Artigo 6

Que alguns recebem o dom da fé de Deus e outros não, isso procede do eterno decreto de Deus, pois que ele "faz estas coisas conhecidas desde séculos" (At 15.18), e que "faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade" (Ef 1.11). De acordo com esse decreto, ele graciosamente quebranta os corações dos eleitos, por duros que sejam, e os inclina a crer, enquanto no seu justo julgamento deixa os não-eleitos na sua própria iniqüidade e dureza. E aqui especialmente nos é manifesta a profunda, misericordiosa e ao mesmo tempo justa distinção entre homens que estão sob a mesma condição de perdição, ou que esse decreto da eleição e reprovação revelado na Palavra de Deus, ainda que seja deturpado pelos

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Catecismo de Heidelberg (cont.)

mas porque somente a satisfação, a justiça e a santidade de Cristo são minha justiça diante de Deus;[2] e eu não consigo receber e aplicar essa justiça a mim de nenhum outro modo a não ser somente pela fé.[3]

[1] Sl 16.2; Ef 2.8,9
[2] 1Co 1.30; 1Co 2.2
[3] 1Jo 5.10

Cânones de Dort (cont.)

homens perversos, impuros e instáveis, para a própria perdição deles, dá um inexprimível conforto para as pessoas santas e tementes a Deus.

Capítulo II

Artigo 6

Conquanto muitos dos que têm sido chamados pelo evangelho não se arrependam nem crêem em Cristo, mas perecem na incredulidade, isso não acontece por causa de algum defeito ou insuficiência no sacrifício de Cristo na cruz, mas deve ser imputado totalmente a eles mesmos.

Artigo 7

Mas aqueles que verdadeiramente crêem e pela morte de Cristo são libertos e salvos dos seus pecados e da perdição, recebem esse benefício apenas por causa da graça de Deus, que lhes é dada, em Cristo, desde a eternidade, e não por qualquer mérito que eles tenham.

Capítulos III e IV

Artigo 13

Enquanto estiverem nesta vida, os crentes não podem compreender totalmente o modo como Deus opera. Independentemente disso, eles descansam tranqüilos, sabendo e sentindo que por essa graça de Deus eles são capacitados a crerem com o coração e a amarem o seu Salvador.

Artigo 14

Portanto, a fé deve ser considerada um dom de Deus, não por ter sido oferecida por Deus ao homem, ser aceita ou recusada a seu bel-prazer, mas porque é realmente concedida, soprada e infundida nele; ou mesmo porque Deus concede poder ou habilidade para crer e depois espera que o homem, do seu livre-arbítrio, concorde com os termos da salvação e realmente creia em Cristo; porém, porque aquele que opera no homem tanto a vontade de crer quanto o ato de crer, e na verdade tudo em todos, produz tanto a vontade de crer quanto o ato de crer.

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A justificação

Artigo 23

No que consiste a nossa justificação diante de Deus

Cremos que a nossa salvação consiste na remissão dos nossos pecados feita por Jesus Cristo, e que quanto a isso a nossa justificação diante de Deus está implícita, como nos ensinam Davi e Paulo, declarando: que a felicidade do homem deve ser que Deus imputa a justiça a ele independentemente das obras.[1] E o mesmo apóstolo diz que somos "justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus".[2]

Portanto, perseveramos nesse fundamento, dando toda a glória a Deus,[3] humilhando-nos diante dele e reconhecendo-nos como realmente somos, sem presumir confiar em qualquer coisa de nós mesmos, ou qualquer mérito nosso,[4] somente nos apoiando e repousando na obediência do Cristo crucificado,[5] que se tornou nossa quando cremos nele.[6] Isso é suficiente para cobrir todas as nossas iniqüidades e para nos dar confiança para nos aproximarmos de Deus,[7] libertando a nossa consciência de temor, perplexidade e espanto, e sem fazermos como o nosso primeiro pai, Adão, que, tremendo, quis cobrir-se com folhas de figueira.[8] E, certamente, se tivéssemos de compa-

P. 1: Qual é o seu único conforto na vida e na morte?

R.: O meu único conforto é que – corpo e alma, tanto na vida como na morte[1] – não pertenço a mim mesmo,[2] mas ao meu fiel Salvador, Jesus Cristo,[3] que, com o seu próprio sangue,[4] pagou totalmente por todos os meus pecados[5] e me libertou completamente do poder do diabo.[6]

[1] 1Co 6.19,20
[2] Rm 14.7-9
[3] 1Co 3.23
[4] 1Pe 1.18,19
[5] Jo 1.17
[6] 1Jo 3.8; Hb 2.14,15

P. 37: O que você entende pelas palavras "ele padeceu"?

R.: Que Cristo, durante toda a sua vida na terra, mas principalmente no final, suportou no seu corpo e na sua alma[1] a ira de Deus contra o pecado de toda a humanidade, de modo que, na sua paixão como o único sacrifício propiciatório,[2] ele pudesse redimir o nosso corpo e a nossa alma da perdição eterna e obter para nós o favor de Deus, a justiça e a vida eterna.

[1] 1Pe 2.24; Is 53.12
[2] 1Jo 2.2; Rm 3.25

P. 38: Por que ele padeceu sob Pôncio Pilatos como juiz?

R.: Para que ele, sendo inocente, e no entanto, condenado por um juiz secular,[1] pudesse desse modo nos libertar do severo julgamento de

XV. Da verdadeira justificação dos fiéis

1. Segundo o apóstolo no seu tratamento da justificação, justificar significa "perdoar pecados", "absolver de culpa e castigo", "receber na graça" e "declarar justo". Na sua carta aos Romanos, o apóstolo diz: "É Deus quem os justifica. Quem os condenará?" (Rm 8.33,34). Justificar e condenar são termos opostos. E no Livro de Atos, o apóstolo diz: "Tomai, pois, irmãos, conhecimento de que se vos anuncia remissão de pecados por intermédio deste; e, por meio dele, todo o que crê é justificado de todas as coisas das quais vós não pudestes ser justificados pela lei de Moisés" (At 13.38,39). No livro da lei, assim como no dos profetas, lemos: "Em havendo contenda entre alguns, e vierem a juízo, os juízes os julgarão, justificando ao justo e condenando ao culpado" (Dt 25.1). E em Isaías 5.22,23: "Ai dos que... por suborno justificam o perverso".

2. É absolutamente certo que todos nós somos por natureza pecadores e ímpios, e diante do tribunal de Deus somos condenados por impiedade e culpados de morte. Porém, só somos justificados, ou seja, absolvidos dos pecados e da morte por Deus, o juiz, pela graça de Cristo, sem qualquer mérito nosso ou consideração por nós. O que é, com efeito, mais claro do que o que disse o apóstolo Paulo? "Pois todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus" (Rm 3.23,24).

3. Pois Cristo tomou sobre si mesmo e carregou os pecados do mundo, e satisfez a justiça divina. Portanto, é só por causa dos sofrimentos e da ressurreição de Cristo que Deus é misericordioso para com os nossos pecados e não os imputa a nós, mas imputa-nos como nossa a justiça de Cristo (2Co 5.19-21), de modo que agora não só estamos limpos e purificados de pecados ou somos santos, mas também, uma vez que nos foi dada a justiça de Cristo, e assim fomos absolvidos do pecado, da morte ou da condenação (2Co 5.19-21); finalmente, somos justos e herdeiros da vida eterna. Enfim, só Deus justifica, e justifica somente por causa de Cristo, não nos imputando os nossos pecados, mas sim a sua justiça (Rm 4.23-25).

4. E porque recebemos esta justificação, não por quaisquer obras, mas pela fé na misericórdia de Deus e em Cristo, por isso ensinamos e cremos, com o apóstolo, que o pecador é justificado somente pela fé em Cristo e não pela lei ou por quaisquer obras. O apóstolo diz: "Concluímos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das

Capítulo II

Artigo 3

A morte do Filho de Deus é o único e perfeito sacrifício e satisfação pelos pecados, tendo valor e dignidade infinitos, bem como é abundantemente suficiente para expiar os pecados do mundo inteiro.

A verdadeira doutrina (a respeito da redenção) tendo sido explicada, o Sínodo **rejeita** os erros daqueles que ensinam:

Rejeição 4

Que a nova aliança da graça, que Deus, o Pai, mediante a mediação da morte de Cristo, estabeleceu com o homem, não consiste em que nós estamos justificados diante de Deus e salvos pela fé se ela aceita o mérito de Cristo, mas no fato de que Deus revogou a exigência de perfeita obediência à lei e considera agora a própria fé e a obediência de fé, ainda que imperfeitas, como a perfeita obediência à lei, e as considera, na sua graça, como dignas da recompensa da vida eterna, pois isso contradiz as Escrituras: "Sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus; a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé" (Rm 3.24,25). E eles proclamam, como fazia o ímpio Socino, uma nova e estranha justificação do homem

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XI. Da justificação.

1. Os que Deus chama eficazmente, ele também livremente justifica,[1] não pela infusão neles de justiça, mas ao perdoar os seus pecados e ao considerar e aceitar as suas pessoas como justas, não em razão de qualquer coisa neles operada ou por eles feita, mas somente por amor de Cristo; não lhes imputando como justiça a própria fé, o ato de crer, ou qualquer outro ato de obediência evangélica, mas imputando-lhes a obediência e a satisfação de Cristo,[2] quando eles o recebem e se firmam nele pela fé, que não têm de si mesmos, mas que é dom de Deus.[3]

[1] Rm 8.30; 3.24
[2] Rm 4.5-8; 2Co 5.19,21; Rm 3.22,24,25,27,28; Tt 3.5,7; Ef 1.7; Jr 23.6; 1Co 1.30,31; Rm 5.17-19
[3] At 10.44; Gl 2.16; Fp 3.9; At 13.38,39; Ef 2.7,8

2. A fé, assim recebida e assim se firmando em Cristo e em sua justiça, é o único instrumento de justificação;[1] ela, contudo, não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as outras graças salvadoras; e não é uma fé morta, mas obra pelo amor.[2]

[1] Jo 1.12; Rm 3.28; 5.1
[2] Tg 2.17,22,26; Gl 5.6

3. Cristo, pela sua obediência e morte, pagou plenamente a dívida de todos os que são assim justificados, e, em lugar deles, fez a seu Pai uma satisfação própria, real e plena.[1] Contudo, como Cristo foi dado pelo Pai em favor deles,[2] e como a obediência e a satisfação dele foram aceitas em lugar deles,[3] ambas livremente e não por qualquer coisa neles existente, a justificação é só da livre graça,[4] a fim de que tanto a justiça restrita como a abundante graça de Deus sejam glorificadas na justificação dos pecadores.[5]

[1] Rm 5.8-10,19; 1Tm 2.5,6; Hb 10.10,14; Dn 9.24,26; Is 53.4-6,10-12
[2] Rm 8.32
[3] 2Co 5.21; Mt 3.17; Ef 5.2
[4] Rm 3.24; Ef 1.7
[5] Rm 3.26; Ef 2.7

4. Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos;[1] e Cristo, no cumprimento do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles;[2] contudo, eles não são justificados enquanto o Espírito Santo, no tempo próprio, não lhes aplica, de fato, os méritos de Cristo.[3]

P. 33: O que é justificação?

R.: Justificação é um ato da livre graça de Deus, no qual ele perdoa todos os nossos pecados[1] e nos aceita como justos diante dele,[2] somente por causa da justiça de Cristo a nós imputada,[3] e recebida só pela fé.[4]

[1] Rm 3.24,25; 4.6-8
[2] 2Co 5.19,21
[3] Rm 5.17-19
[4] Gl 2.16; Fp 3.9

P. 69: O que é a comunhão em graça, que os membros da igreja invisível têm com Cristo?

R.: A comunhão em graça, que os membros da igreja invisível têm com Cristo, é a participação na virtude da sua mediação, na justificação,[1] na adoção,[2] na santificação e tudo o que nesta vida manifesta a união com ele.[3]

[1] Rm 8.30
[2] Ef 1.5
[3] 1Co 1.30

P. 70: O que é justificação?

R.: Justificação é um ato da livre graça de Deus para com os pecadores,[1] no qual ele os perdoa, aceita e considera justas a pessoa deles diante dele,[2] não por qualquer coisa neles operada, nem por eles feita,[3] mas unicamente pela perfeita obediência e plena satisfação de Cristo, a eles imputadas por Deus[4] e recebidas só pela fé.[5]

[1] Rm 3.22,24,25; 4.5
[2] 2Co 5.19,21; Rm 3.22,24,25,27,28
[3] Tt 3.5,7; Ef 1.7
[4] Rm 5.17-19; 4.6-8
[5] At 10.43; Gl 2.16; Fp 3.9

P. 71: Como a justificação é um ato da livre graça de Deus?

R.: Embora Cristo, pela sua obediência e morte, prestasse uma verdadeira satisfação real e plena à justiça de Deus em favor dos que são justificados,[1] visto que, desde que Deus aceitasse a satisfação – que ele poderia exigir deles – de um fiador, e providenciou esse fiador, o seu próprio Filho único,[2] imputando a justiça dele a eles,[3] e nada exigindo deles para que fossem justificados senão a fé,[4] a qual é também um dom seu,[5] a justificação é de livre graça para eles.[6]

[1] Rm 5.8-10,19
[2] 1Tm 2.5,6; Hb 10.10; Mt 20.28; Dn 9.24,26; Is 53.4-6,10-12; Hb 7.22; Rm 8.32; 1Pe 1.18,19
[3] 2Co 5.21
[4] Rm 3.24,25
[5] Ef 2.8
[6] Ef 1.7

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

recer perante Deus, apoiando-nos, por pouco que fosse, em nós mesmos ou em qualquer outra criatura — ai de nós — pereceríamos.[9] Portanto, cada um deve orar com Davi: "Não entres em juízo com o teu servo, porque à tua vista não há justo nenhum vivente".[10]

[1] Lc 1.77; Cl 1.14; Sl 32.1,2; Rm 4.6,7
[2] Rm 3.23,24; At 4.12
[3] Sl 115.1; 1Co 4.7; Rm 4.2
[4] 1Co 4.7; Rm 4.2; 1Co 1.29,31
[5] Rm 5.19
[6] Hb 11.6,7; Ef 2.8; 2Co 5.19; 1Tm 2.6
[7] Rm 5.1; Ef 3.12; 1Jo 2.1
[8] Gn 3.7
[9] Is 33.14; Dt 27.26; Tg 2.10
[10] Sl 130.3; Mt 18.23-26; Sl 143.2; Lc 16.15

Deus ao qual estávamos expostos.[2]

[1] Lc 23.14; Jo 19.4; Sl 69.4
[2] Gl 3.13,14

P. 39: Há algo mais no fato de ele ter sido crucificado do que se ele tivesse morrido de outro modo?

R.: Sim, há, porque pela crucificação eu sou assegurado de que ele tomou sobre si a maldição que pesava sobre mim, pois a morte da cruz era maldita por Deus.[1]

[1] Dt 21.23; Gl 3.13

P. 45: Que importância tem para nós a ressurreição de Cristo?

R.: Em primeiro lugar, pela sua ressurreição, ele venceu a morte, para que nós pudéssemos participar da justiça que ele conquistou por sua morte;[1] em segundo lugar, nós também, pelo seu poder, somos ressuscitados para uma nova vida;[2] e finalmente, a ressurreição de Cristo é uma garantia segura da nossa ressurreição em glória.[3]

[1] 1Co 15.16
[2] Rm 6.4; Cl 3.1
[3] 1Co 15; Rm 8.11

P. 56: O que você crê sobre "a remissão dos pecados"?

R.: Creio que Deus, por causa da satisfação de Cristo,[1] não vai mais se lembrar dos meus pecados e nem de minha natureza corrupta, contra a qual devo lutar durante toda a minha vida, mas ele imputa a mim a justiça de Cristo[2] pela graça e, assim, eu nunca serei condenado diante do tribunal de Deus.[3]

obras da lei" (Rm 3.28). "Porque se Abraão foi justificado por obras, tem de que se gloriar, porém não diante de Deus. Pois, que diz a Escritura? Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça... Mas ao que não trabalha, porém crê naquele que justifica ao ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça" (Rm 4.2-5; Gn 15.6). E outra vez: "Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie" (Ef 2.8,9). Portanto, porque a fé recebe Cristo, nossa justiça, e atribui tudo à graça de Deus em Cristo, por isso a justificação é atribuída à fé, principalmente por causa de Cristo, e não porque ela seja obra nossa, visto que é dom de Deus. Além disso, o Senhor mostra diversas vezes que recebemos Cristo pela fé (Jo 6.27,33,35,48-58), e podemos constatar que ele fala em comer para referir-se a crer e crer para referir-se a comer. Pois, assim como é comendo que recebemos o alimento, do mesmo modo é crendo que nos tornamos participantes de Cristo.

5. Portanto, não dividimos o benefício da justificação, atribuindo-a em parte à graça de Deus ou a Cristo, e em parte a nós mesmos, à nossa caridade, às nossas obras ou ao nosso mérito, mas a atribuímos totalmente à graça de Deus em Cristo por meio da fé. Além do mais, também o nosso amor e as nossas obras não poderiam agradar a Deus, sendo realizadas por homens injustos: por isso, é necessário que sejamos justos antes que possamos amar ou praticar obras justas. Somos feitos verdadeiramente justos (como dissemos), pela fé em Cristo, só pela graça de Deus, que não nos imputa os nossos pecados, mas a justiça de Cristo; sim, e nossa fé em Cristo ele imputa a nós como justiça. Ademais, o apóstolo claramente atribui o amor à fé, quando diz: "Ora, o intuito da presente admoestação visa ao amor que procede de coração puro e de consciência boa, e de fé sem hipocrisia" (1Tm 1.5).

6. Por isso, quanto a isso, não estamos falando de uma fé fingida, inútil ou morta, mas de uma fé viva e vivificante, a qual, por causa de Cristo (que é vida, e dá vida), de quem ela é apreendida, é viva e se chama "viva" e se mostra viva por meio de obras vivas. E, assim, o apóstolo Tiago não contradiz coisa alguma desta nossa doutrina, pois ele fala de uma fé vã e morta, da qual alguns se vangloriavam, mas que não tinham Cristo vivendo neles pela fé (Tg 2.14-26). Tiago disse que as obras justificam, contudo sem contradizer o apóstolo Paulo (do contrário ele teria de ser rejeitado), mas mostrando que Abraão provou a sua fé viva e justificadora pelas suas obras. É isso o que fazem todos os piedosos que, no entanto, confiam só em Cristo e não nas suas próprias obras. O apóstolo ainda diz: "Já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim; e esse viver que agora tenho na carne, vivo pela fé no Filho

diante de Deus, que é contrária ao consenso de toda a igreja.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

[1] Gl 3.8; 1Pe 1.2,19,20; Rm 8.30
[2] Gl 4.4; 1Tm 2.6; Rm 4.25
[3] Cl 1.21,22; Gl 2.16; Tt 3.4-7

5. Deus continua a perdoar os pecados dos que são justificados.[1] Embora eles nunca possam decair do estado de justificação,[2] poderão, contudo, incorrer no paternal desagrado de Deus, e ficar privados da luz do seu rosto, até que se humilhem, confessem os seus pecados, peçam perdão e renovem a sua fé e o seu arrependimento.[3]

[1] Mt 6.12; 1Jo 1.7,9; 2.1,2
[2] Lc 22.32; Jo 10.28; Hb 10.14
[3] Sl 89.31-33; 51.7-12; 32.5; Mt 26.75; 1Co 11.30,32; Lc 1.20

6. A justificação dos crentes sob o Antigo Testamento era, em todos esses aspectos, a mesma justificação dos crentes sob o Novo Testamento.[1]

[1] Gl 3.9,13,14; Rm 4.22,24; Hb 13.8

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
	[1] 1Jo 2.2; 2Co 5.19,21 [2] Jr 31.34; Sl 103.34,10,11; Rm 8.1-3 [3] Jo 3.18 *P. 59: Mas qual é o benefício que você tem agora que crê em tudo isso?* R.: Que eu sou justo perante Deus, em Cristo, e um herdeiro da vida eterna.[1] [1] Rm 5.1; Rm 1.17; Jo 3.36 *P. 60: Como você é justo perante Deus?* R.: Somente pela verdadeira fé em Jesus Cristo,[1] de modo que, mesmo que	de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim. Não anulo a graça de Deus; pois, se a justiça é mediante a lei, segue-se que morreu Cristo em vão" (Gl 2.20,21).	

Catecismo de Heidelberg (cont.)

a minha consciência me acuse de ter pecado gravemente contra todos os mandamentos de Deus, de não ter guardado nenhum deles[2] e de ser ainda inclinado a todo mal,[3] todavia Deus, sem nenhum mérito meu,[4] por pura graça,[5] garante-me[6] e imputa-me[7] a perfeita satisfação, a justiça e a santidade de Cristo;[8] Deus me trata como se eu nunca tivesse cometido pecado algum ou jamais tivesse sido pecador, e como se eu tivesse cumprido pessoalmente toda a obediência que Cristo cumpriu por mim;[9] esse benefício é meu na medida em que eu o aceitar com um coração crente.[10]

[1] Rm 3.22; Gl 2.16; Ef 2.8,9
[2] Rm 3.9
[3] Rm 7.23
[4] Rm 3.24
[5] Tt 3.5; Ef 2.8,9
[6] Rm 4.4,5; 2Co 5.19
[7] 1Jo 2.1
[8] Rm 3.24,25
[9] 2Co 5.21
[10] Rm 3.28; Jo 3.18

P. 61: Por que você diz que é justo somente pela fé?

R.: Porque eu não sou aceitável a Deus por causa do valor da minha fé,[1] mas porque somente a satisfação, a justiça e a santidade de Cristo são minha justiça diante de Deus;[2] e eu não consigo receber e aplicar essa justiça a mim de nenhum outro modo a não ser somente pela fé.[3]

[1] Sl 16.2; Ef 2.8,9
[2] 1Co 1.30; 1Co 2.2
[3] 1Jo 5.10

P. 84: Como o reino dos céus é aberto e fechado pela pregação do santo evangelho?

R.: Do seguinte modo: quando, de acordo com o mandamento de Cristo,[1] é publicamente proclamado e testificado a todos crentes, a todos juntos e a cada um deles que, sempre que aceitam a promessa do evangelho com uma verdadeira fé,[2] todos os seus pecados realmente lhes são perdoados por Deus, pelos méritos de Cristo.

[1] Mt 28.19
[2] Jo 3.18,36; Mc 16.16

P. 126: Qual é a quinta petição?

R.: "E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores",[1] ou seja, que o senhor seja servido, por causa do sangue de Cristo, não imputar a nós, miseráveis pecadores que somos, nossas transgressões nem o mal que ainda há em nós,[2] assim como a sua graça em nós faz com que tenhamos o firme propósito de perdoar o nosso próximo de todo o coração.[3]

[1] Mt 6.12
[2] Sl 51.1; 1Jo 2.1,2
[3] Mt 6.14,15

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A santificação

Artigo 24

A santificação e as boas obras do homem

Cremos que essa verdadeira fé, tendo sido despertada no homem pelo ouvir da Palavra de Deus e pela operação do Espírito Santo,[1] o regenera e o torna um novo homem, fazendo com que ele viva uma nova vida,[2] e libertando-o do cativeiro do pecado.[3] Portanto, está longe de ser verdadeiro que essa fé justificadora faz com que o homem se descuide de levar uma vida piedosa e santa,[4] que, ao contrário, sem ela eles nada fariam por amor a Deus, mas só por egoísmo ou medo da perdição.

[1] 1Pe 1.23; Rm 10.17; Jo 5.24
[2] 1Ts 1.5; Rm 8.15; Jo 6.29; Cl 2.12; Fp 1.1,29; Ef 2.8
[3] At 15.9; Rm 6.4,22; Tt 2.12; Jo 8.36
[4] Tt 2.12

P. 32: Por que você é chamado de cristão?

R.: Porque pela fé eu sou um membro de Cristo[1] e, portanto, participante da sua unção,[2] de modo que posso confessar o seu nome,[3] e apresentar a mim mesmo como um sacrifício vivo de gratidão a ele;[4] e, também, com a consciência livre e sincera posso lutar contra o pecado e Satanás nesta vida[5] e, mais tarde, reinar com Cristo eternamente, sobre todas as criaturas.[6]

[1] 1Co 6.15
[2] 1Jo 2.27; Jl 2.28
[3] Mt 10.32
[4] Rm 12.1
[5] Ef 6.11,12; 1Tm 1.18,19
[6] 2Tm 2.12

P. 43: Qual é o benefício adicional que recebemos pelo sacrifício e morte de Cristo na cruz?

R.: Que, pela virtude desse fato, nosso velho homem é crucificado, morto e sepultado com ele,[1] de modo que os maus desejos da carne não reinem mais em nós,[2] mas que possamos nos oferecer a ele num sacrifício vivo de gratidão.[3]

[1] Rm 6.6,7, etc.
[2] Rm 6.12
[3] Rm 12.1

P. 76: O que significa comer o corpo crucificado de Cristo e beber seu sangue derramado?

R.: Significa não só aceitar com um coração crente todos os sofrimentos e a morte de Cristo, e assim receber o perdão pecados e a vida eterna,[1] mas

Capítulo I

Artigo 13

A consciência e a certeza dessa eleição dão aos filhos de Deus maior motivo para se humilharem perante ele, para adorarem a profundidade da sua misericórdia, para se purificarem e para amarem ardentemente aquele que primeiro tanto os amou.

Capítulo V

Artigo 13

A renovada confiança de perseverar não produz licenciosidade ou descuido ou negligência na piedade naqueles que estão se recuperando de uma apostasia, mas isso os torna muito mais cuidadosos e diligentes quanto a se manterem nos caminhos do Senhor, que ele já preparou, para que, ao andarem neles, eles possam preservar a certeza da perseverança, para que não abusem de sua gentileza paternal e Deus desvie deles a sua graciosa face, a contemplação da qual é para o piedoso mais preciosa do que a vida, e a retirada dela é mais amarga do que a morte, e eles, em conseqüência disso, caiam em maiores tormentos da consciência.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XIII. Da santificação

1. Os que são eficazmente chamados e regenerados, tendo sido criado neles um novo coração e um novo espírito, são, além disso, santificados, real e pessoalmente, pela virtude da morte e ressurreição de Cristo,[1] por sua Palavra e pelo seu Espírito, que neles habitam;[2] o domínio do corpo do pecado é neles destruído,[3] as suas várias concupiscências são mais e mais enfraquecidas e mortificadas,[4] e eles são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvadoras,[5] para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá a Deus.[6]

[1] 1Co 6.11; At 20.32; Fp 3.10; Rm 6.5,6
[2] Jo 17.17; Ef 5.26; 2Ts 2.13
[3] Rm 6.6,14
[4] Gl 5.24; Rm 8.13
[5] Cl 1.11; Ef 3.16-19
[6] 2Co 7.1; Hb 12.14

2. Essa santificação é total, no homem todo,[1] porém nesta vida é imperfeita, já ainda persistem restos da corrupção em todas as partes dele;[2] e disso nasce uma guerra contínua e irreconciliável – a carne lutando contra o Espírito, e o Espírito contra a carne.[3]

[1] 1Ts 5.23
[2] 1Jo 1.10; Rm 7.18,23; Fp 3.12
[3] Gl 5.17; 1Pe 2.11

3. Nessa guerra, embora a corrupção remanescente prevaleça por algum tempo,[1] contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada vence,[2] de modo que os santos crescem em graça,[3] aperfeiçoando a santidade no temor de Deus.[4]

[1] Rm 7.23
[2] Rm 6.14; 1Jo 5.4; Ef 4.15,16
[3] 2Pe 3.18; 2Co 3.18
[4] 2Co 7.1

P. 35: O que é santificação?

R.: Santificação é a obra da livre graça de Deus,[1] pela qual somos renovados em todo o nosso ser, segundo a imagem de Deus,[2] e habilitados a morrer cada vez mais para o pecado e a viver para a retidão.[3]

[1] 2Ts 2.13
[2] Ef 4.23,24
[3] Rm 6.4,6; Rm 8.1

P. 75: O que é santificação?

R.: Santificação é uma obra da graça de Deus, pela qual os que Deus escolheu antes da fundação do mundo para serem santos são, nesta vida, pela poderosa operação do seu Espírito,[1] que aplica a morte e a ressurreição de Cristo a eles,[2] renovados no homem interior segundo a imagem de Deus,[3] tendo os germes do arrependimento que conduz à vida, e todas as outras graças salvadoras implantadas no coração deles,[4] e tendo essas graças de tal modo estimuladas, aumentadas e fortalecidas,[5] que eles progressivamente morrem para o pecado e ressuscitam para a novidade de vida.[6]

[1] Ef 1.4; 1Co 6.11; 2Ts 2.13
[2] Rm 6.4-6
[3] Ef 4.23,24
[4] At 11.18; 1Jo 3.9
[5] Jd 20; Hb 6.11,12; Ef 3.16-19; Cl 1.10,11
[6] Rm 6.4,6; Gl 5.24

P. 77: Em que a justificação difere da santificação?

R.: Ainda que a santificação seja inseparavelmente ligada à justificação,[1] contudo, elas diferem nisto: na justificação, Deus imputa a justiça de Cristo;[2] e na santificação, o seu Espírito infunde a graça e dá forças para a exercer.[3] Na justificação, o pecado é perdoado;[4] na santificação, ele é subjugado;[5] aquela liberta todos os crentes, igualmente, da ira vingadora de Deus, e isso perfeitamente nesta vida, de modo que eles nunca mais caem na condenação;[6] esta não é igual em todos os crentes,[7] e nesta vida não é perfeita em nenhum crente,[8] mas vai crescendo para a perfeição.[9]

[1] 1Co 6.11; 1.30
[2] Rm 4.6,8
[3] Ez 36.7
[4] Rm 3.24,25
[5] Rm 6.6,14
[6] Rm 8.33,34
[7] 1Jo 2.12-14; Hb 5.12-14
[8] 1Jo 1.8,10
[9] 2Co 7.1; Fp 3.12-14

P. 78: Por que a santificação dos crentes é imperfeita?

R.: A santificação dos crentes é imperfeita por causa dos restos do pecado que permanecem neles, e das perpétuas concupiscências da carne contra o Espírito; por isso, eles são muitas vezes arrastados pelas tentações e caem em muitos pecados,[1] são impedidos em todos os seus serviços espirituais[2] e as suas melhores obras são imperfeitas e manchadas diante de Deus.[3]

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Catecismo de Heidelberg (cont.)

também, além disso, tornar-nos mais e mais unidos ao seu corpo sagrado, por meio do Espírito Santo, que habita tanto em Cristo quanto em nós,[2] de modo que nós, embora Cristo esteja no céu[3] e nós na terra, somos, apesar disso, carne de sua carne, e osso de seu osso,[4] e que nós vivemos e somos governados para sempre pelo mesmo espírito, como os membros de um corpo o são pela alma.[5]

[1] Jo 6.35,40,47,48,50,51,53,54
[2] Jo 6.55,56
[3] At 3.21; At 1.9-11; 1Co 11.26
[4] Ef 5.29-32; 1Co 6.15,17,19; 1Jo 3.24
[5] Jo 6.56-58; Ef 4.15,16

P. 86: Visto, então, que fomos libertados por Cristo da nossa miséria, sem mérito algum de nossa parte, somente pela graça, por que ainda devemos fazer boas obras?

R.: Porque Cristo, tendo nos redimido e libertado pelo seu sangue, também nos renova à sua imagem, pelo seu Espírito Santo, para que mostremos, com toda a nossa vida, que somos gratos a Deus por seus benefícios,[1] e para que ele seja louvado por nós;[2] e também, que cada um possa ter em si mesmo a certeza de sua fé pelos frutos da fé,[3] e para que, pela vida cristã que levamos, ganhemos o nosso próximo para Cristo.[4]

[1] 1Co 6.19,20; Rm 6.13; Rm 12.1,2; 1Pe 2.5, 9,10
[2] Mt 5.16; 1Pe 2.12
[3] 2Pe 1.10; Gl 5.6,24
[4] 1Pe 3.1,2; Mt 5.16; Rm 14.19

P. 115: Para que, então, Deus manda pregar os Dez Mandamentos de modo tão rigoroso, já que, nesta vida, ninguém pode cumpri-los?

R.: Em primeiro lugar, para que, durante toda a vida, conheçamos cada vez melhor a nossa natureza pecaminosa,[1] e, assim, ansiemos ainda mais buscar, em Cristo, o perdão dos pecados e a justiça;[2] em segundo lugar, para que sempre sejamos zelosos e oremos a Deus pela graça do Espírito Santo, a fim de que sejamos cada vez mais renovados segundo a imagem de Deus até que atinjamos a perfeição prometida a nós numa vida porvir.[3]

[1] Jo 1.19; Rm 3.20; Rm 5.13; Rm 7.7
[2] Rm 7.24
[3] 1Co 9.24; Fp 3.12-14

P. 122: Qual é a primeira petição?

R.: "Santificado seja o teu nome",[1] ou seja, que, em primeiro lugar, o conheçamos em verdade[2] e o santifiquemos, honremos e glorifiquemos em todas as suas obras, nas quais o poder, a sabedoria, a bondade, a justiça, a misericórdia e a verdade estão claramente demonstrados;[3] e também que possamos ordenar e orientar a nossa vida, todos os nossos pensamentos, palavras e obras de tal modo que o seu nome não seja blasfemado por nossa causa, mas honrado e glorificado.[4]

[1] Mt 6.9
[2] Jo 17.3; Jr 9.23,24; Mt 16.17; Tg 1.5
[3] Sl 119.137,138; Lc 1.46; Sl 145.8,9
[4] Sl 115.1; Sl 71.8

P. 124: Qual é a terceira petição?

R.: "Faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu",[1] ou seja, conceda que nós, e todos os homens, possamos renunciar à nossa própria vontade,[2] e que obedeçamos, sem protestos, à sua vontade,[3] a única que é boa, para que cada um, assim, atenda às obrigações de sua posição e do seu chamado e as cumpra[4] de modo tão pronto e fiel como os anjos no céu.[5]

[1] Mt 6.10
[2] Mt 16.24; Tt 2.12
[3] Lc 22.42
[4] 1Co 7.24; Ef 4.1
[5] Sl 103.20

A adoção

P. 33: Por que Cristo é chamado o único Filho de Deus se nós também somos filhos de Deus?

R.: Porque só Cristo é o Filho eterno e natural de Deus,[1] mas nós somos filhos adotivos de Deus, pela graça, por causa de Cristo.[2]

[1] Jo 1.1; Hb 1.2
[2] Rm 8.15-17; Ef 1.5,6

Capítulo V

Artigo 6

Pois Deus, que é rico em misericórdia, de acordo com o imutável propósito da eleição, não retira completamente o Espírito Santo dos seus, mesmo nas deploráveis quedas deles, e nem tampouco permite que eles venham a cair tanto que percam a graça da adoção e o esta-

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
		[1] Rm 7.18,23; Mc 14.66ss; Gl 2.11,12 [2] Hb 12.1 [3] Is 64.6; Êx 28.38
XII. Da adoção A todos os que são justificados, é Deus servido, em seu único Filho Jesus Cristo e por ele, tornar participantes da graça da adoção,[1] pela qual eles são recebidos no número dos filhos de Deus e gozam da liberdade e dos privilégios deles,[2] têm sobre si o nome dele,[3] recebem o Espírito de adoção,[4] têm acesso, com confiança, ao trono da graça,[5] e são habilitados a clamar: "Abba, Pai";[6] eles são tratados com comiseração,[7] protegidos,[8] supridos[9] e por ele corrigidos, como por um pai;[10] nunca, porém, abandonados,[11] mas selados para o dia da redenção,[12] e herdam as promessas,[13] como herdeiros da eterna salvação.[14]	*P. 34: O que é adoção?* R.: Adoção é um ato da livre graça de Deus,[1] pelo qual somos recebidos no número dos filhos de Deus e temos direito a todos os seus privilégios.[2] [1] 1Jo 3.1 [2] Jo 1.12; Rm 8.17	*P. 74: O que é adoção?* R.: Adoção é um ato da livre graça de Deus,[1] em seu único Filho Jesus Cristo e por amor dele,[2] pelo qual todos os que são justificados são recebidos no número dos filhos de Deus,[3] trazem o seu nome,[4] recebem o Espírito do Filho,[5] estão sob o seu cuidado e suas dispensações paternais,[6] são admitidos a todas as liberdades e todos os privilégios dos filhos de Deus, e feitos herdeiros de todas as promessas e co-herdeiros com Cristo em glória.[7] [1] 1Jo 3.1 [2] Ef 1.5; Gl 4.4,5 [3] Jo 1.12 [4] 2Co 6.18; Ap 3.12

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
			do de justificados, ou que cometam o pecado que leva à morte; ele também não permite que eles fiquem totalmente desamparados, e se lancem na perdição eterna.

O arrependimento e a conversão

P. 2: Quais são as coisas de que você precisa saber para que, por desfrutar desse conforto, possa viver e morrer do modo mais feliz?

R.: Três coisas:[1] a primeira, como são grandes os meus pecados e a minha miséria;[2] a segunda, como posso ser salvo dos meus pecados e da minha miséria;[3] e a terceira, como posso expressar a minha gratidão a Deus por essa libertação.[4]

[1] Lc 24.47
[2] 1Co 6.10,11; Jo 9.41; Rm 3.10,19;
[3] Jo 17.3
[4] Ef 5.8-10

P. 81: Para quem foi instituída a Ceia do Senhor?

R.: Para aqueles que estão profundamente tristes por causa dos seus pecados,[1] mas confiam que estes lhes são perdoados por amor de Cristo, e que, também, as suas demais fraquezas são cobertas pelo sofrimento e pela morte de Cristo;[2] e que desejam, também, cada vez mais, ter a sua fé fortalecida e tornar a

XIV. Do arrependimento e da conversão do homem

1. O evangelho tem a doutrina do arrependimento ligada à conversão do homem. Pois assim diz o Senhor no evangelho: "Que em seu nome se pregasse arrependimento para remissão de pecados a todas as nações" (Lc 24.47).

2. Por arrependimento entendemos uma mudança de mente do pecador provocada pela pregação do evangelho por intermédio do Espírito Santo, e recebida com fé verdadeira: com a qual o pecador imediatamente reconhece a sua corrupção inata e todos os seus pecados denunciados pela Palavra de Deus; e se entristece por eles no seu coração, e não apenas os lamenta e francamente confessa diante de Deus com um sentimento de vergonha, mas também com indignação os abomina, cuidando agora zelosamente para se corrigir, num esforço constante em busca da pureza e da virtude, desse modo se exercitando piedosamente pelo resto de sua vida.

3. E este é o verdadeiro arrependimento – voltar-se para Deus de modo sincero e para todo o bem, e uma profunda aversão ao diabo e a todo o mal. Dizemos expressamente que esse arrependimento é puro dom de Deus, e não uma realização de nossas forças. O apóstolo ordena a um fiel ministro que diligentemente instrua aqueles que se opõem à verdade, "na expectativa de que Deus lhes conceda não só o arrependimento para conhecerem plenamente a verdade" (2Tm 2.25). Também a mulher que lavou os pés do Senhor com as suas lágrimas, e Pedro, que chorou amargamente e lamentou ter negado o Senhor, mostram claramente como deve ser o espírito de um homem arrependido que se lamenta verdadeiramente dos pecados que cometeu. E mais ainda: o filho pródigo e o publicano no evangelho, quando comparados com o fariseu, apresentam-nos as fór-

Capítulo V

Artigo 7

Pois, em primeiro lugar, nessas quedas, Deus preserva neles a sua imperecível semente da regeneração, de modo que esta não perece nem é totalmente perdida; e também, por meio da sua Palavra e do seu Espírito, ele certamente os renova efetivamente para o arrependimento, a uma sincera e piedosa tristeza pelos seus pecados, para que possam procurar e obter remissão no sangue do mediador e possam sentir novamente a graça do Deus reconciliador, e que, por meio da fé adorem a sua misericórdia e, daí em diante, se empenhem de modo mais diligente pela sua salvação com temor e tremor.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
[1] Ef 1.5; Gl 4.4,5 [2] Rm 8.17; Jo 1.12 [3] Jr 14.9; 2Co 6.18; Ap 3.12 [4] Rm 8.15 [5] Ef 3.12; Rm 5.2 [6] Gl 4.6 [7] Sl 103.13 [6] Pv 14.26 [9] Mt 6.30,32; 1Pe 5.7 [10] Hb 12.6 [11] Lm 3.31 [12] Ef 4.30 [13] Hb 6.12 [14] 1Pe 1.3,4; Hb 1.14		[5] Gl 4.6 [6] Sl 103.13; Pv 14.26; Mt 6.32 [7] Hb 6.12; Rm 8.17

XV. Do arrependimento para a vida

1. O arrependimento para a vida é uma graça evangélica,[1] cuja doutrina deve ser pregada por todo ministro do evangelho, bem como a da fé em Cristo.[2]

[1] Zc 12.10; At 11.18
[2] Lc 24.47; Mc 1.15; At 20.21

2. Por ele, um pecador, ao ver e sentir, não só o perigo, mas também a impureza e a odiosidade do pecado, como sendo contrário à santa natureza e justa lei de Deus, e, ao apreender a misericórdia divina manifestada em Cristo aos que são penitentes, de tal modo se entristece pelos seus pecados e os abomina que os deixa e se volta para Deus,[1] tencionando andar com ele em todos os caminhos dos seus mandamentos e se esforçando para isso.[2]

[1] Ez 18.30,31; 36.31; Is 30.22; Sl 51.4; Jr 31.18,19; Jl 2.12,13; Am 5.15; Sl 119.128; 2Co 7.11
[2] Sl 119.6,59,106; Lc 1.6; 2Rs 23.25

3. Ainda que não devamos confiar no arrependimento como sendo de algum modo uma satisfação pelo pecado, ou em qualquer sentido a causa do perdão dele,[1] o que é ato da livre graça de Deus em Cristo,[2] contudo ele é de tal modo necessário aos pecadores, que sem ele ninguém poderá esperar o perdão.[3]

[1] Ez 36.31,32; Ez 16.61-63
[2] Os 14.2,4; Rm 3.24; Ef 1.7
[3] Lc 13.3,5; At 17.30,31

4. Assim como não existe pecado tão pequeno que não mereça a condenação,[1] do mesmo modo também não existe pecado tão grande que possa

P. 87: O que é arrependimento para a vida?

R.: Arrependimento para a vida é uma graça salvadora,[1] pela qual o pecador, ao ter verdadeira consciência do seu pecado[2] e percepção da misericórdia de Deus em Cristo,[3] se enche de tristeza e de horror pelos seus pecados, abandona-os e volta-se para Deus,[4] inteiramente resolvido a prestar-lhe nova obediência.[5]

[1] At 11.18
[2] At 2.37,38
[3] Jl 2.12; Jr 3.22
[4] Jr 31.18,19; Ez 36.31
[5] 2Co 7.11; Is 1.16,17

P. 76: O que é o arrependimento que conduz à vida?

R.: O arrependimento que conduz à vida é uma graça salvadora,[1] operada no coração do pecador pelo Espírito[2] e pela Palavra de Deus,[3] pela qual, ao reconhecer e sentir, não somente o perigo,[4] mas também a torpeza e a odiosidade dos seus pecados,[5] e ao apreender a misericórdia de Deus em Cristo para com os arrependidos,[6] o pecador, tanto se entristece pelos seus pecados[7] e os abomina,[8] como se volta de todos eles para Deus,[9] propondo-se a andar constantemente com Deus em todos os caminhos da nova obediência e esforçando-se para isso.[10]

[1] 2Tm 2.25
[2] Zc 12.10
[3] At 11.18,20,21
[4] Ez 18.28,30,32; Lc 15.17,18; Os 2.6,7
[5] Ez 36.31; Is 30.22
[6] Jl 2.12,13
[7] Jr 31.18,19
[8] 2Co 7.11
[9] At 26.18; Ez 14.6; 1Rs 8.47,48
[10] Sl 119.6,59,128; Lc 1.6; 2Rs 23.25

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

sua vida mais santa;[3] mas os pecadores impenitentes e os hipócritas comem e bebem para sua própria condenação.[4]

[1] Mt 5.3,6; Lc 7.37,38; Lc 15.18,19
[2] Sl 103.3
[3] Sl 116.12-14; 1Pe 2.11,12
[4] 1Co 10.20; etc.; 1Co 11.28, etc.; Tt 1.16; Sl 50.15,16

P. 87: Então, aqueles que continuam vivendo sem Deus, sem gratidão e não se convertem a ele, não podem ser salvos?

R.: De modo algum, porque a Escritura diz que ninguém que seja impuro, idólatra, adúltero, ladrão, avarento, bêbado, maldizente, assaltante ou semelhante herdará o reino de Deus.[1]

[1] 1Co 6.9,10; Ef 5.5,6; 1Jo 3.14,15; Gl 5.21

P. 88: De quantas partes consiste a verdadeira conversão do homem?

R.: De duas partes: a mortificação do velho homem e o nascimento do novo homem.[1]

[1] Rm 6.4-6; Ef 4.22,23; Cl 3.5; 1Co 5.7

P. 89: O que é a mortificação do velho homem?

R.: É a profunda tristeza pelo fato de termos provocado a Deus com os pecados, e cada vez mais odiá-los e afastar-nos deles.[1]

[1] Sl 51.3,8,17; Lc 15.18; Rm 8.13; Jl 1.12,13

P. 90: O que é o nascimento do novo homem?

R.: É a alegria sincera, em Deus, por Cristo,[1] e com amor e alegria viver de acordo com a vontade de Deus em todas as boas obras.[2]

mulas mais adequadas de confessar os nossos pecados a Deus. O primeiro disse: "Pai, pequei contra o céu e diante de ti; já não sou digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus trabalhadores" (Lc 15.18,19). E o segundo, não ousando erguer os olhos ao céu, bate no peito, dizendo: "Ó Deus, sê propício a mim, pecador!" (Lc 18.13). E não temos dúvida de que foram aceitos em graça por Deus, pois João diz: "Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça. Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso e a sua palavra não está em nós" (1Jo 1.9,10).

4. Cremos que é suficiente esta sincera confissão feita só a Deus, ou particularmente entre Deus e o pecador, ou publicamente na igreja quando se faz a confissão geral de pecados, e que para se obter perdão de pecados não é necessário que ninguém confesse os seus pecados a um sacerdote, com sussurros nos seus ouvidos, para que ele lhe imponha as mãos sobre a cabeça e lhe dê absolvição, porque não existe nenhum mandamento nem exemplo disso nas Santas Escrituras. Davi testifica e diz: "Confessei-te o meu pecado e a minha iniqüidade não mais ocultei. Disse: Confessarei ao SENHOR as minhas transgressões; e tu perdoaste a iniqüidade do meu pecado" (Sl 32.5). E o Senhor nos ensinou a orar e ao mesmo tempo a confessar os nossos pecados dizendo: "Pai nosso que estás nos céus... perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores" (Mt 6.9,12). Portanto, é necessário que confessemos os nossos pecados a Deus, nosso Pai, e nos reconciliemos com o nosso próximo, se o ofendemos. Quanto a esse tipo de confissão, o apóstolo Tiago diz: "Confessai, pois, os vossos pecados uns aos outros" (Tg 5.16). Entretanto, não desaprovamos a pessoa que, sentindo-se sobrecarregada pelo peso dos seus pecados e por incômodas tentações, procura conselho, instrução e conforto, em particular, de um ministro da igreja ou de um outro irmão instruído na lei de Deus. Por outro lado, aprovamos totalmente a confissão de pecados geral e pública que usualmente se realiza na igreja e nas reuniões de culto, como notamos acima, tanto mais que isso está de acordo com as Escrituras.

7. Porém, os exemplos do evangelho nos ensinam como cada homem arrependido deve estar vigilante e diligente, esforçando-se para viver uma nova vida, no esforço de renovação de vida, eliminando o velho homem e deixando que o novo homem aja, conforme os exemplos que o evangelho nos ensina. O Senhor disse ao paralítico que ele curara: "Olha que já estás curado; não peques mais, para que não te suceda coisa pior" (Jo 5.14). De igual modo, disse à mulher adúltera a quem libertou: "Vai, e não peques mais" (Jo 8.11). Sem dúvida, ele não quis dizer com essas palavras que o homem estivesse livre do peca-

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

trazer a condenação sobre os que se arrependem verdadeiramente.[2]

[1] Rm 6.23; 5.12; Mt 12.36
[2] Is 55.7; Rm 8.1; Is 1.16,18

5. Os homens não devem se contentar com um arrependimento geral, mas é dever de todos procurar arrepender-se particularmente de cada um dos seus pecados.[1]

[1] Sl 19.13; Lc 19.8; 1Tm 1.13,15

6. Como todo homem é obrigado a fazer a Deus confissão particular das suas faltas, pedindo-lhe o perdão por elas,[1] com o que e pelo abandono delas, achará misericórdia,[2] assim também aquele que escandaliza a seu irmão ou a igreja de Cristo deve estar pronto, por uma confissão particular ou pública do seu pecado e do pesar que por ele sente, a declarar o seu arrependimento aos que estão ofendidos,[3] os quais devem reconciliar-se com ele e recebê-lo em amor.[4]

[1] Sl 51.4,5,7,9,14; 32.5,6
[2] Pv 28.13; 1Jo 1.9
[3] Tg 5.16; Lc 17.3,4; Js 7.19; Sl 51
[4] 2Co 2.8

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
	[1] Rm 5.1,2; Rm 14.17; Is 57.15 [2] Rm 6.10,11; 1Pe 4.2; Gl 2.20 *P. 114: Mas aqueles que se converteram a Deus podem guardar perfeitamente esses mandamentos?* R.: Não, mas mesmo os mais santos dos homens, enquanto estão nesta vida, apenas começaram a obedecer;[1] no entanto, com um sincero propósito, eles começam a viver não somente de acordo com alguns, mas todos os mandamentos de Deus.[2] [1] Rm 7.14 [2] Rm 7.22,15, etc.; Tg 3.2	do enquanto ainda vivesse nesta carne; porém, recomenda cuidadosa vigilância e diligência para que nos esforcemos de todos os modos e supliquemos a Deus em nossas orações para que não caiamos novamente nos pecados, dos quais ressuscitamos, e para que não sejamos vencidos pela carne, pelo mundo nem pelo diabo. Zaqueu, o publicano, recebido pela graça do Senhor, exclama no evangelho: "Senhor, resolvo dar aos pobres a metade dos meus bens; e, se nalguma coisa tenho defraudado alguém, restituo quatro vezes mais" (Lc 19.8). Portanto, do mesmo modo pregamos que restituição e misericórdia, e, até, esmolas, são necessárias para aqueles que verdadeiramente se arrependem, e exortamos os homens com as palavras do apóstolo: "Não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal, de maneira que obedeçais às suas paixões; nem ofereçais cada um os membros do seu corpo ao pecado, como instrumentos de iniqüidade; mas oferecei-vos a Deus como ressurretos dentre os mortos, e os vossos membros a Deus como instrumentos de justiça" (Rm 6.12,13).	

Segunda Confissão Helvética (cont.)

8. Por isso, condenamos todas as afirmações ímpias de alguns que fazem mau uso da pregação do evangelho e dizem que é fácil retornar a Deus, uma vez que Cristo expiou todos os pecados. O perdão dos pecados é facilmente obtido; portanto, que mal há em pecar? E, nem precisamos estar muito preocupados acerca do arrependimento. No entanto, ensinamos sempre que o acesso a Deus está aberto a todos os pecadores, e que ele perdoa todos os pecados a todos os que crêem, exceto o pecado contra o Espírito Santo (Mc 3.29).

9. Portanto, condenamos os antigos e modernos novacianos e os cataristas. Condenamos, de modo especial, a doutrina dolorosa do papa sobre a penitência. E, contra a simonia e as indulgências simoníacas, usamos a palavra de Simão Pedro: "O teu dinheiro seja contigo para perdição, pois julgaste adquirir, por meio dele, o dom de Deus. Não tens parte nem sorte neste ministério, porque o teu coração não é reto diante de Deus" (At 8.20,21).

10. Também não aprovamos aqueles que pensam que, por suas realizações, compensam os pecados cometidos. Ensinamos que só Cristo, pela sua morte ou paixão, é a expiação, a conciliação ou a purificação de todos os pecados (Is 53.4). Contudo, como já dissemos, não cessamos de insistir na mortificação da carne. Mas acrescentamos que essa mortificação não deve ser orgulhosamente exaltada perante Deus como expiação pelos pecados (1Co 8.8), mas deve ser realizada humildemente, de conformidade com a natureza dos filhos de Deus, como uma nova obediência resultante da gratidão pelo livramento e pela expiação total obtidos pela morte e expiação do Filho de Deus.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

As boas obras

Artigo 24

A santificação e as boas obras do homem

Portanto, é impossível que essa santa fé possa ser infrutífera no homem, pois não falamos de uma fé vã,[1] mas de um tipo de fé que é chamada nas Escrituras de "fé que atua pelo amor",[2] que leva o homem a praticar aquelas obras que Deus mandou na sua Palavra. Essas obras procedem das boas raízes da fé, são boas e aceitáveis à vista de Deus, visto que elas são santificadas pela sua graça, embora não contem para a nossa justificação,[3] pois é pela fé em Cristo que somos justificados, mesmo antes de fazermos boas obras;[4] de outro modo, elas não poderiam ser boas obras, assim como o fruto de uma árvore não pode ser bom antes que a própria arvore seja boa.[5]

Portanto, fazemos boas obras, mas não para merecermos alguma coisa (pois que mérito teríamos?); antes, somos devedores a Deus pelas boas obras que fazemos, e não ele a nós,[6] pois ele é quem efetua em nós "tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade".[7] Portanto, atentemos ao que está escrito: "Assim também vós, depois de haverdes feito quanto vos foi ordenado, dizei: Somos servos inúteis, porque fizemos apenas o que devíamos fazer".[8]

P. 62: Mas por que as nossas boas obras não podem, no todo ou em parte, nos justificar perante Deus?

R.: Porque a justiça que pode ser aprovada perante o juízo de Deus deve ser absolutamente perfeita e em todos os aspectos de acordo com a lei divina;[1] e também porque, nesta vida, as nossas melhores obras, são imperfeitas e manchadas pelo pecado.[2]

[1] Gl 3.10; Dt 27.26
[2] Is 64.6

P. 63: Nossas boas obras, então, não têm mérito? Deus não promete recompensá-las nesta vida e na futura?

R.: Essa recompensa não nos é dada por mérito, mas por graça.[1]

[1] Lc 17.10

P. 64: Mas essa doutrina não faz com que os homens se tornem descuidados e ímpios?

R.: De modo algum, pois é impossível que aqueles que estão enxertados em Cristo, por verdadeira fé, deixem de produzir frutos de gratidão.[1]

[1] Mt 7.17,18; Jo 15.5

P. 86: Visto, então, que fomos libertados por Cristo da nossa miséria, sem mérito algum de nossa parte, somente pela graça, por que ainda devemos fazer boas obras?

R.: Porque Cristo, tendo nos redimido e libertado

XVI. Da fé e das boas obras, da sua recompensa e do mérito do homem

2. Ensinamos que as boas obras (as verdadeiras boas obras) nascem de uma fé viva por meio do Espírito Santo, e são praticadas pelos fiéis segundo a vontade ou a regra da Palavra de Deus. Ora, o apóstolo Pedro diz: "Reunindo toda a vossa diligência, associai com a vossa fé a virtude; com a virtude, o conhecimento; com o conhecimento, o domínio próprio" (2Pe 1.5,6).

3. Dissemos acima que a lei de Deus, que é sua vontade, estabelece para nós o padrão de boas obras. E o apóstolo diz: "Pois esta é a vontade de Deus: a vossa santificação, que vos abstenhais da prostituição... e que, nesta matéria, ninguém ofenda nem defraude a seu irmão" (1Ts 4.3,6). As obras e os cultos que escolhemos por nosso arbítrio, aos quais Paulo chama de "culto de si mesmo" (Cl 2.23), não são agradáveis a Deus. A respeito desses o Senhor diz no evangelho: "Em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens" (Mt 15.9).

4. Portanto, desaprovamos essas obras, mas aprovamos e estimulamos aquelas que são da vontade de Deus e foram ordenadas por ele. Essas mesmas obras não devem ser praticadas para, por meio delas, ganharmos a vida eterna pois, como diz o apóstolo, a vida eterna é dom de Deus (Rm 6.23). Nem devem ser praticadas por ostentação, o que o Senhor rejeita (Mt 6.1,5,16), nem para lucro, o que também ele rejeita (Mt 23.23), mas para a glória de Deus, para enaltecer e apresentar a nossa vocação, para manifestar gratidão a Deus e para benefício do próximo. É assim que o Senhor Jesus diz no evangelho: "Assim brilhe também a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus" (Mt 5.16). E, do mesmo modo, o apóstolo Paulo diz: "Que andeis de modo digno da vocação a que fostes chamados" (Ef 4.1). E ainda: "E tudo o que fizerdes, seja em palavra, seja em ação, fazei-o em nome do Senhor Jesus, dando por ele graças a Deus Pai" (Cl 3.17); "Não tenha cada um em vista o que é propriamente seu, senão também cada qual o que é dos outros" (Fp 2.4); "Que aprendam também a distinguir-se nas boas obras, a favor dos necessitados, para não se tornarem infrutíferos" (Tt 3.14).

5. Portanto, embora ensinemos como o apóstolo que o homem é justificado pela fé em Cristo, e não por quaisquer boas obras (Rm 3.28), contudo não menosprezamos nem condenamos as boas obras. Sabemos que o homem não foi criado ou regenerado pela

Capítulo V

Artigo 12

Entretanto, essa certeza de perseverança de modo algum produz nos crentes um espírito de orgulho ou os torna carnalmente seguros; ao contrário, ela é a verdadeira fonte da humildade, reverência filial, verdadeira piedade, paciência em toda tribulação, orações fervorosas, constância nos sofrimentos e em confessar a verdade, assim como uma alegria sólida em Deus, de modo que a reflexão a respeito desse benefício serve para eles como um estímulo para praticar séria e constantemente a gratidão e as boas obras, como é evidente nos testemunhos das Escrituras e nos exemplos dos santos.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XVI. Das boas obras

1. Boas obras são somente aquelas que Deus ordena em sua santa Palavra,[1] não as que, sem a autoridade dela, são planejadas por homens movidos de um zelo cego, ou sob qualquer outro pretexto de boa intenção.[2]

[1] Mq 6.8; Rm 12.2; Hb 13.21
[2] Mt 15.9; Is 29.13; 1Pe 1.18; Rm 10.2; Jo 16.2; 1Sm 15.21-23

2. Essas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são o fruto e as evidências de uma fé viva e verdadeira;[1] e por elas os crentes manifestam a sua gratidão,[2] robustecem a sua confiança,[3] edificam os seus irmãos,[4] adornam a profissão do evangelho,[5] tapam a boca aos adversários[6] e glorificam a Deus,[7] de quem são feitura, criados em Jesus Cristo para isso mesmo,[8] a fim de que, tendo o seu fruto em santificação, tenham no fim a vida eterna.[9]

[1] Tg 2.18,22
[2] Sl 116.12,13; 1Pe 2.9
[3] 1Jo 2.3,5; 2Pe 1.5-10
[4] 2Co 9.2; Mt 5.16
[5] Tt 2.5,9-12; 1Tm 6.1
[6] 1Pe 2.15
[7] 1Pe 2.12; Fp 1.11; Jo 15.8
[8] Ef 2.10
[9] Rm 6.22

3. A habilidade de fazer boas obras não é de modo algum dos próprios fiéis, mas provém inteiramente do Espírito de Cristo.[1] A fim de que sejam para isso habilitados, é necessária, além da graça que já receberam, uma influência positiva do mesmo Espírito Santo para obrar neles o querer e o realizar segundo o seu beneplácito;[2] contudo, eles não devem, por isso, tornar-se negligentes, como se não fossem obrigados a cumprir qualquer dever senão quando movidos especialmente pelo Espírito, mas devem esforçar-se por estimular a graça de Deus que há neles.[3]

[1] Jo 15.4-6; Ez 36.26,27
[2] Fp 2.13; 4.13; 2Co 3.5
[3] Fp 2.12; Hb 6.11,12; 2Pe 1.3,5,10,11; Is 64.7; 2Tm 1.6; At 26.6,7; Jd 20,21

4. Aqueles que, nesta vida, alcançam, pela sua obediência, a maior perfeição possível, estão tão longe de exceder as suas obrigações e fazer mais do que Deus requer, e são deficientes em muitas coisas que são obrigados a fazer.[1]

[1] Lc 17.10; Ne 13.22; Jó 9.2,3; Gl 5.17

P. 78: Por que a santificação dos crentes é imperfeita?

R.: A santificação dos crentes é imperfeita por causa dos restos do pecado que permanecem neles, e das perpétuas concupiscências da carne contra o Espírito; por isso, eles são muitas vezes arrastados pelas tentações e caem em muitos pecados,[1] são impedidos em todos os seus serviços espirituais[2] e as suas melhores obras são imperfeitas e manchadas diante de Deus.[3]

[1] Rm 7.18,23; Mc 14.66ss; Gl 2.11,12
[2] Hb 12.1
[3] Is 64.6; Êx 28.38

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Contudo, não queremos negar que Deus recompensa as boas obras, mas é por sua graça que ele coroa os seus próprios dons.[9] Além do mais, mesmo que façamos boas obras, não fundamentamos nelas a nossa salvação.[10] Porque, por sermos pecadores, não podemos fazer obra alguma que não esteja contaminada pela nossa carne e não mereça ser castigada.[11] E, ainda que pudéssemos produzir essas obras, a lembrança de um só pecado bastaria para que Deus as rejeitasse. Assim, sempre duvidaríamos da nossa salvação, levados de um lado para o outro, sem certeza alguma, e nossa pobre consciência estaria sempre aflita, a não ser que se apoiasse no mérito do sofrimento e da morte do nosso Salvador.[12]

[1] Tt 3.8; Jo 15.5; Hb 11.6; 1Tm 1.5
[2] 1Tm 1.5; Gl 5.6; Tt 3.8
[3] 2Tm 1.9; Rm 9.32; Tt 3.5
[4] Rm 4.4; Gn 4.4
[5] Hb 11.6; Rm 14.23; Gn 4.4; Mt 7.17
[6] 1Co 4.7; Is 26.12; Gl 3.5; 1Ts 2.13
[7] Fp 2.13
[8] Lc 17.10
[9] Mt 10.42; 25.34,35; Ap 3.12,21; Rm 2.6; Ap 2.11; 2Jo 8; Rm 11.6
[10] Ef 2.9,10
[11] Is 64.6
[12] Is 28.16; Rm 10.11; Hc 2.4

pelo seu sangue, também nos renova à sua imagem, pelo seu Espírito Santo, para que mostremos, com toda a nossa vida, que somos gratos a Deus por seus benefícios,[1] e para que ele seja louvado por nós;[2] e também, para que cada um possa ter em si mesmo a certeza de sua fé pelos frutos da fé,[3] e para que, pela vida cristã que levamos, ganhemos o nosso próximo para Cristo.[4]

[1] 1Co 6.19,20; Rm 6.13; Rm 12.1,2; 1Pe 2.5,9,10
[2] Mt 5.16; 1Pe 2.12
[3] 2Pe 1.10; Gl 5.6,24
[4] 1Pe 3.1,2; Mt 5.16; Rm 14.19

P. 91: Mas que são boas obras?

R.: São somente aquelas que procedem de uma fé verdadeira,[1] que são feitas de acordo com a lei de Deus,[2] e para sua glória,[3] e não as que estão fundamentadas na nossa imaginação ou nas instituições humanas.[4]

[1] Rm 14.23
[2] 1Sm 15.22; Ef 2.2,10
[3] 1Co 10.31
[4] Dt 12.32; Ez 20.18; Mt 15.9

fé para viver ocioso, mas antes para fazer sem cessar o que é bom e útil. No evangelho, o Senhor diz que uma árvore boa produz bom fruto (Mt 7.17), e que aquele que nele permanece produz muito fruto (Jo 15.5). E, finalmente, o apóstolo diz: "Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas" (Ef 2.10). E ainda: "O qual a si mesmo se deu por nós, a fim de remir-nos de toda iniqüidade, e purificar para si mesmo um povo exclusivamente seu, zeloso de boas obras" (Tt 2.14). Condenamos, portanto, todos os que desprezam as boas obras e vivem a dizer que não precisamos lhes dar atenção e que elas são inúteis. Entretanto, como foi dito acima, não julgamos que somos salvos pelas boas obras, nem que elas sejam necessárias para a salvação, de modo que sem elas ninguém já tenha sido salvo. Pois somos salvos somente pela graça e pelo favor de Cristo. As obras procedem, inevitavelmente, da fé, mas a salvação é impropriamente atribuída a elas, que deve mais propriamente ser atribuída à graça. É notável a declaração do apóstolo: "E se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça" (Rm 11.6).

6. As obras que praticamos pela fé são agradáveis a Deus e são por ele aprovadas. Por causa da fé em Cristo, aqueles que praticam boas obras, que sobretudo pelo Espírito Santo são praticadas pela graça de Deus, agradam a Deus. O apóstolo Pedro diz: "Em qualquer nação, aquele que teme e faz o que é justo lhe é aceitável" (At 10.35). E Paulo também diz: "Não cessamos de orar por vós... a fim de viverdes de modo digno do Senhor, para o seu inteiro agrado, frutificando em toda boa obra" (Cl 1.9,10). Assim, zelosamente ensinamos as verdadeiras virtudes, não as falsas ou filosóficas, as verdadeiramente boas obras e os genuínos serviços de um cristão. E tanto quanto podemos, de modo diligente e insistente as inculcamos a todos os homens, censurando ao mesmo tempo a indolência e a hipocrisia dos que com os lábios louvam e professam o evangelho e o desonram por meio de uma vida ignominiosa. Nesse caso, pomos diante deles as terríveis ameaças de Deus, bem como as suas ricas promessas e generosas recompensas – tudo isso exortando, consolando e repreendendo.

7. Ensinamos que Deus dá uma rica recompensa aos que praticam boas obras, segundo a palavra do profeta: "Reprime a tua voz de choro... porque há recompensa para as tuas obras" (Jr 31.16). Também o Senhor disse no evangelho: "Regozijai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus" (Mt 5.12), e: "Quem der a beber, ainda que seja um copo de água fria, a um destes pequeninos ... em verdade vos digo que de modo algum perderá o seu galardão" (Mt 10.42). Atribuímos, entretanto, essa recompensa, que o Senhor dá, não ao mérito do

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

5. Não podemos, pelas nossas melhores obras, merecer da mão de Deus o perdão do pecado ou a vida eterna, porque é grande a desproporção entre elas e a glória por vir, e infinita a distância que vai de nós a Deus, a quem não podemos ser úteis por meio delas, nem satisfazer pela dívida dos nossos pecados anteriores,[1] mas quando nós tivermos feito tudo o que pudermos, teremos feito apenas a nossa obrigação, e somos servos inúteis;[2] e porque, como boas, elas procedem do Espírito;[3] e, feitas por nós, elas são impuras e misturadas com tanta fraqueza e imperfeição que não podem suportar a severidade do juízo de Deus.[4]

[1] Rm 3.20; 4.2,4,6; Ef 2.8,9; Tt 3.5-7; Rm 8.18; Sl 16.2; Jó 22.2,3; 35.7,8
[2] Lc 17.10
[3] Gl 5.22,23
[4] Is 64.6; Gl 5.17; Rm 7.15,18; Sl 143.2; 130.3

6. No entanto, quando a pessoa do crente é aceita por meio de Cristo, as suas boas obras também são aceitas nele,[1] não como se fossem, nesta vida, inteiramente puras e irrepreensíveis à vista de Deus,[2] mas porque Deus, considerando-as em seu Filho, é servido aceitar e recompensar aquilo que é sincero, embora seja acompanhado de muitas fraquezas e imperfeições.[3]

[1] Ef 1.6; 1Pe 2.5; Êx 28.38; Gn 4.4; Hb 11.4
[2] Jó 9.20; Sl 143.2
[3] Hb 13.20,21; 2Co 8.12; Hb 6.10; Mt 25.21,23

7. As obras feitas pelos não-regenerados, embora sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena, e úteis tanto a eles mesmos como aos outros,[1] contudo, porque procedem de corações não purificados pela fé,[2] não são feitas devidamente, segundo a Palavra,[3] nem para um fim justo, a glória de Deus;[4] elas são, portanto, pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem preparar o homem para receber a graça de Deus;[5] não obstante, negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus.[6]

[1] 2Rs 10.30,31; 1Rs 21.27,29; Fp 1.15,16,18
[2] Gn 4.5; Hb 11.4,6
[3] 1Co 13.3; Is 1.12
[4] Mt 6.2,5,16
[5] Ag 2.14; Tt 1.15; Am 5.21,22; Os 1.4; Rm 9.16; Tt 3.15
[6] Sl 14.4; 36.3; Jo 21.14,15; Mt 25.41-43,45; 23.3

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Segunda Confissão Helvética (cont.)

homem que a recebe, mas à bondade, generosidade e veracidade de Deus, que a promete e a dá, e que, embora não deva nada a ninguém, contudo prometeu que dará recompensa àqueles que o adorarem com fidelidade, embora ele também lhes dê graça para que o adorem. Além disso, mesmo nas obras dos santos há muitas coisas indignas de Deus e muitas mais que são imperfeitas. Porém, porque Deus recebe em graça e acolhe os que praticam obras por amor a Cristo, confere-lhes a prometida recompensa. De outro modo a nossa justiça é comparada a um "trapo da imundícia" (Is 64.6). Também o Senhor diz, no evangelho: "Vós, depois de haverdes feito quanto vos foi ordenado, dizei: Somos servos inúteis, porque fizemos apenas o que devíamos fazer" (Lc 17.10). Portanto, embora ensinemos que Deus recompensa as nossas boas ações, todavia ensinamos, ao mesmo tempo, com Santo Agostinho, que "Deus não coroa em nós os nossos méritos, mas os seus dons". Por isso, dizemos que qualquer recompensa que recebemos é também graça, e é mais graça que recompensa, porque o bem que fazemos, fazemo-lo mais por Deus do que por nós mesmos, e porque São Paulo diz: "Que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que te vanglorias, como se o não tiveras recebido?" (1Co 4.7). E o que o bendito mártir São Cipriano concluiu deste versículo foi o seguinte: "Não devemos gloriar-nos de coisa alguma em nós, visto que nada é propriamente nosso". Portanto, condenamos os que defendem os méritos dos homens, de modo a esvaziar a graça de Deus.

A perseverança

P. 1: Qual é o seu único conforto na vida e na morte?

R.: ... e me preserva,[1] de modo que, contra a vontade do meu Pai celestial, nem um fio de cabelo poderá cair da minha cabeça;[2] e também, que todas as coisas devem cooperar para a minha salvação.[3]

[1] Jo 6.39; Jo 10.28,29
[2] Lc 21.18; Mt 10.30
[3] Rm 8.28

P. 46: Como você entende as palavras: "subiu ao céu"?

R.: Que Cristo, à vista dos seus discípulos, foi elevado da terra para o céu,[1] e lá está para o nosso bem,[2] até que volte para julgar os vivos e os mortos.

[1] At 1.9; Mc 16.19
[2] Hb 4.14; Rm 8.34; Ef 4.10

Capítulo I

Artigo 11

E como o próprio Deus é supremamente sábio, imutável, onisciente e todo-poderoso, do mesmo modo a sua eleição não pode ser suspensa nem mudada, cancelada ou anulada; e nem mesmo podem os eleitos ser rejeitados ou o número deles diminuído.

A verdadeira doutrina a respeito da eleição e da rejeição tendo sido explicada, o Sínodo **rejeita** os erros daqueles que ensinam:

Rejeição 6

Que nem toda eleição para a salvação é imutável, mas que alguns dos eleitos podem perder-se e de fato se perdem eternamente, não obstante qual-

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XI. Da justificação.

5. Deus continua a perdoar os pecados dos que são justificados.[1] Embora eles nunca possam decair do estado de justificação,[2] poderão, contudo, incorrer no paternal desagrado de Deus, e ficar privados da luz do seu rosto, até que se humilhem, confessem os seus pecados, peçam perdão e renovem a sua fé e o seu arrependimento.[3]

[1] Mt 6.12; 1Jo 1.7,9; 2.1,2
[2] Lc 22.32; Jo 10.28; Hb 10.14
[3] Sl 89.31-33; 51.7-12; 32.5; Mt 26.75; 1Co 11.30,32; Lc 1.20

XVII. Da perseverança dos santos

1. Os que Deus aceitou no seu Bem-amado, chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado de graça, nem total, nem finalmente, mas, com toda a certeza, hão de perseverar nesse estado até o fim, e serão eternamente salvos.[1]

[1] Fp 1.6; 2Pe 1.10; Jo 10.28,29; 1Jo 3.9; 1Pe 1.5,9

2. Essa perseverança dos santos não depende do livre-arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai,[1] da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo,[2] da permanência do Espírito e da semente de Deus neles,[3] e da natureza do pacto da graça;[4] de todas essas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade.[5]

P. 36: Quais são os benefícios que nesta vida acompanham a justificação, a adoção e a santificação, ou delas procedem?

R.: Os benefícios que nesta vida acompanham a justificação, a adoção e a santificação, ou delas procedem, são: a certeza do amor de Deus, a paz de consciência,[1] a alegria no Espírito Santo,[2] o aumento da graça[3] e a perseverança nela até o fim.[4]

[1] Rm 5.1,2,5
[2] Rm 14.17
[3] Pv 4.18
[4] 1Jo 5.13; 1Pe 1.5

P. 79: Não poderão os crentes verdadeiros cair do estado de graça, em razão das suas imperfeições e das muitas tentações e pecados que os surpreendem?

R.: Os crentes verdadeiros, em razão do amor imutável de Deus,[1] do seu decreto e do pacto de lhes dar a perseverança,[2] da união inseparável entre eles e Cristo,[3] da contínua intercessão de Cristo por eles,[4] do Espírito, e da semente de Deus que permanece neles,[5] nunca poderão, total e finalmente, cair do estado de graça,[6] mas são conservados pelo poder de Deus, mediante a fé para a salvação.[7]

[1] Jr 31.3
[2] 2Tm 2.19; Hb 13.20,21; 2Sm 23.5
[3] 1Co 1.8,9
[4] Hb 7.25; Lc 22.32
[5] 1Jo 3.9; 2.27
[6] Jr 32.40; Jo 10.28
[7] 1Pe 1.5

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
	P. 47: Cristo, então, não está conosco até o fim do mundo, como ele prometeu? R.: Cristo é verdadeiro homem e verdadeiro Deus; com respeito à sua natureza humana, ele não está mais na terra,[1] mas com respeito à sua divindade, majestade, graça e Espírito, ele nunca se afasta de nós. [1] At 3.21; Jo 3.13; Jo 16.28; Mt 28.20 *P. 49: Que importância tem, para nós, a ascensão de Cristo?* R.: Em primeiro lugar, que ele é nosso advogado junto a seu Pai no céu;[1] em segundo lugar, em Cristo, temos a nossa carne no céu como garantia segura de que ele, como nosso cabeça, também levará a nós, seus membros, para si;[2] em terceiro lugar, ele nos envia o seu Espírito como garantia,[3] por cujo poder nós buscamos as coisas que são do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus, e não as coisas que são da terra.[4] [1] Hb 9.24; 1Jo 2.2; Rm 8.34 [2] Jo 14.2; Ef 2.6 [3] Jo 14.16; 2Co 1.22; 2Co 5.5 [4] Cl 3.1; Fp 3.20 *P. 51: Que importância tem, para nós, essa glória de Cristo, nosso cabeça?* R.: Em primeiro lugar, por seu Espírito Santo, ele derrama graças sobre nós, seus membros;[1] e também que, pelo seu poder ele nos defende e protege contra todos os inimigos.[2] [1] Ef 4.8 [2] Sl 2.9; Jo 10.28		quer decreto de Deus, pois por este erro grosseiro eles tornam Deus mutável, destroem o conforto que os piedosos obtém da firmeza da sua eleição e contradizem as Escrituras, que dizem que os eleitos não podem ser desencaminhados: "Para enganar, se possível, os próprios eleitos" (Mt 24.24); que Cristo não perde aqueles que o Pai lhe deu: "E a vontade de quem me enviou é esta: que nenhum eu perca de todos os que me deu" (Jo 6.39); e que Deus também glorificou aqueles a quem ele preordenou, chamou e justificou: "E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou" (Rm 8.30). **Capítulo II** *Artigo 9* Esse propósito, que procede do amor eterno de Deus aos eleitos, tem sido poderosamente cumprido, desde o começo do mundo até hoje, e continuará a ser cumprido, apesar de toda oposição ineficaz das portas do inferno, de modo que, no devido tempo, os eleitos serão unidos num só rebanho, e sempre haverá uma igreja de crentes fundada no sangue de Cristo, que amará firmemente e servirá com fidelidade o seu Salvador, o qual como noivo deu na cruz a sua própria vida por sua noiva, e que deverá celebrar seu louvor agora e por toda a eternidade.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

[1] 2Tm 2.18,19; Jr 31.3
[2] Hb 10.10,14; 13.20,21; 9.12-15; Rm 8.33-39; Jo 17.11,24; Lc 22.32; Hb 7.25
[3] Jo 14.16,17; 1Jo 2.27; 3.9
[4] Jr 32.40
[5] Jo 10.28; 2Ts 3.3; 1Jo 2.19

3. Eles, porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção neles restante e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em graves pecados[1] e, por algum tempo, continuar neles;[2] incorrem, assim, no desagrado de Deus,[3] entristecem o seu Santo Espírito[4] e, de algum modo, vêm a ser privados das suas graças e confortos;[5] têm o seu coração endurecido[6] e a sua consciência ferida;[7] prejudicam e escandalizam os outros[8] e atraem para si juízos temporais.[9]

[1] Mt 26.70,72,74
[2] Sl 5.1: título, 14
[3] Is 64.5,7,9; 2Sm 11.27
[4] Ef 4.30
[5] Sl 51.8,10,12; Ap 2.4; Ct 5.2-4,6
[6] Is 63.17; Mc 6.52; 16.14
[7] Sl 32.3,4; 51.8
[8] 2Sm 12.14
[9] Sl 89.31,32; 1Co 11.32

Catecismo de Heidelberg (cont.)

P. 53: O que você crê sobre o Espírito Santo?

R.: Em primeiro lugar, creio que ele é verdadeiro e co-eterno Deus com o Pai e o Filho;[1] em segundo lugar, que ele foi dado também a mim,[2] para fazer de mim, por meio de uma fé verdadeira, um participante de Cristo e de todos os seus benefícios,[3] para que ele possa me confortar[4] e habitar comigo para sempre.[5]

[1] Gn 1.2; Is 48.16; 1Co 3.16
[2] Mt 28.19; 2Co 1.22
[3] Gl 3.14; 1Pe 1.2
[4] At 9.31
[5] Jo 14.16; 1Pe 4.14

P. 54: O que você crê a respeito da "santa igreja católica" de Cristo?

R.: Creio que o Filho de Deus,[1] desde o início e até o fim do mundo,[2] reúne,[3] defende e preserva para si mesmo,[4] pelo seu Espírito e por sua Palavra,[5] dentre toda a raça humana,[6] uma igreja escolhida para a vida eterna,[7] composta de pessoas que concordam quanto à verdadeira fé; e que eu sou, e serei para sempre, um membro vivo dessa igreja.[8]

[1] Jo 10.11
[2] Gn 26.4
[3] Rm 9.24; Ef 1.10
[4] Jo 10.16
[5] Is 59.21
[6] Dt 10.14,15
[7] At 13.48
[8] 1Co 1.8,9; Rm 8.35, etc.

P. 127: Qual é a sexta petição?

R.: "E não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal",[1] ou seja, somos tão fracos que, por nós mesmos, não podemos subsistir por um só momento;[2] e, além disso, os nossos inimigos mortais, o diabo,[3] o mundo[4] e nossa própria carne,[5] nos tentam continuamente. Por isso, pedimos que o Senhor nos sustente e nos fortaleça pelo poder do seu Espírito Santo, a fim de que neste combate espiritual não sejamos derrotados, mas possamos fortemente resistir aos nossos inimigos,[6] até que finalmente alcancemos a vitória total.[7]

[1] Mt 6.13
[2] Rm 8.26; Sl 103.14
[3] 1Pe 5.8
[4] Ef 6.12; Jo 15.19
[5] Rm 7.23; Gl 5.17
[6] Mt 26.41; Mc 13.3
[7] 1Ts 3.13; 1Ts 5.23

Cânones de Dort (cont.)

Capítulo V

Artigo 1

Aqueles que, de acordo com o seu propósito, Deus chama à comunhão do seu Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, e regenera pelo seu Santo Espírito, ele também livra do domínio e da escravidão do pecado nesta vida, embora não totalmente das fraquezas da carne e do corpo de pecado enquanto eles estiverem neste mundo.

Artigo 2

Portanto, pecados diários de fraqueza surgem e até as melhores obras dos santos são imperfeitas, o que dá a eles motivo constante para humilhar-se perante Deus e refugiar-se no Cristo crucificado; e também para mais e mais mortificar a carne por meio do espírito de oração e dos santos exercícios de piedade, bem como para prosseguir vigorosamente em busca da perfeição, até que, depois de serem finalmente libertados deste corpo de morte, sejam levados a reinar com o Cordeiro de Deus nos céus.

Artigo 3

Por causa dos seus pecados remanescentes e também por causa das tentações do mundo e do pecado, aqueles que foram convertidos não poderiam perseverar nessa graça se deixados por conta própria. Porém, Deus é fiel no sentido de que, tendo lhes conferido a graça, os confirma com misericórdia e os preserva poderosamente nela até o fim.

Artigo 4

Embora as fraquezas da carne não possam prevalecer contra o poder de Deus, que confirma e preserva os verdadeiros crentes no estado de graça, no entanto, os convertidos não são sempre tão influenciados e orientados pelo Espírito de Deus que não possam, em circunstâncias particulares, serem seduzidos e vencidos pelas tentações da carne; eles devem, portanto, vigiar constantemente e orar para que não caiam em tentação. Quando isso é negligenciado, não só eles ficam sujeitos a serem levados a grandes e horríveis pecados por Satanás, pelo mundo e pela carne, como também, algumas vezes, pela justa permissão de Deus, realmente cair nesses pecados. A lamentável queda de Davi, a de Pedro e a de outros santos, descritas nas Sagradas Escrituras, demonstram isso.

Artigo 5

Por esses pecados grosseiros, entretanto, eles ofendem a Deus, tornam-se culpados de morte, entristecem o Espírito Santo, suspendem o exercício da fé, ferem profundamente a própria consciência e, algumas vezes, perdem temporariamente o sentimento do favor de Deus, até que retornam ao reto caminho por meio de arrependimento sincero, quando a luz da face paternal de Deus brilha novamente sobre eles.

Artigo 6

Pois Deus, que é rico em misericórdia, de acordo com o imutável propósito da eleição, não retira completamente o seu Espírito dos seus, mesmo em sua deplorável queda, e nem tampouco permite que eles venham a cair tanto que percam a graça da adoção e o estado de justificados, ou que cometam o pecado que leva à morte; ele também não permite que eles sejam totalmente desamparados e se lancem na perdição eterna.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Cânones de Dort (cont.)

Artigo 7

Pois, em primeiro lugar, nessas quedas, Deus preserva neles a sua imperecível semente da regeneração, para que ela não pereça nem seja totalmente perdida; e também, por meio da sua Palavra e de seu Espírito, ele certamente os renova efetivamente para o arrependimento, a uma sincera e piedosa tristeza pelos seus pecados, para que possam procurar e obter remissão no sangue do mediador; possam sentir novamente a graça do Deus reconciliador e, pela fé, adorem a sua misericórdia, e que, daí em diante eles se empenhem de modo mais diligente pela sua salvação com temor e tremor.

Artigo 8

Assim, não é por seus próprios méritos ou força, mas pela imerecida misericórdia de Deus que eles não caem totalmente da fé e da graça, nem permanecem caídos ou se perdem definitivamente, o que, com respeito a eles, isso não é somente possível, mas aconteceria sem dúvida; quanto a Deus, isso é totalmente impossível, pois o seu decreto não pode ser mudado e a sua promessa não pode falhar, e nem o seu chamado de acordo com o seu propósito ser revogado e nem o mérito, a intercessão ou a preservação de Cristo podem ser invalidados, e a selagem do Espírito tampouco pode ser frustrada ou cancelada.

Artigo 9

Dessa preservação dos eleitos para a salvação e de sua perseverança na fé, os crentes, por si mesmos, podem obter certeza, e a obtêm, de acordo com a medida de sua fé, pela qual eles chegam a certa persuasão de que sempre permanecerão membros verdadeiros e vivos da igreja; e que têm o perdão dos pecados e que, no final, herdarão a vida eterna.

Artigo 10

Essa certeza, no entanto, não é produzida por qualquer revelação especial contrária ou independente da Palavra de Deus; ela vem da fé nas promessas de Deus, que ele revelou abundantemente na sua Palavra para nossa consolação; vem também do testemunho do Espírito Santo, que testifica ao nosso espírito que somos filhos e herdeiros de Deus (Rm 8.16); e, finalmente, vem do zelo sério e santo por uma boa consciência e por boas obras. E se os eleitos não tivessem neste mundo a sólida consolação de obter a vitória e esta garantia da glória eterna, seriam os mais miseráveis de todos os homens.

Artigo 11

Além do mais, as Escrituras testificam que os crentes nesta vida têm de lutar contra várias dúvidas da carne, e que, quando sujeitos a graves tentações, nem sempre sentem plenamente essa confiança da fé e certeza da perseverança. Mas Deus, que é Pai de toda a consolação, não os deixa ser tentados além de suas forças, mas com a tentação proverá também um modo de escapar de modo que eles possam suportá-la (1Co 10.13) e pelo Espírito Santo novamente revive neles a certeza de perseverar.

Artigo 12

Entretanto, essa certeza de perseverança não produz de modo algum nos crentes um espírito de orgulho ou os torna carnalmente seguros; ao contrário, ela é a verdadeira fonte da humildade, reverência filial, verdadeira piedade, paciência em toda tribulação, orações fervorosas, constância nos sofrimentos e em confessar a verdade e alegria sólida em Deus, de modo que a consideração desse benefício serve como um incentivo para a séria e constante prática de gratidão e boas obras, como é evidente nos testemunhos das Escrituras e nos exemplos dos santos.

Artigo 13

A renovada confiança de perseverar não produz licenciosidade ou negligência na piedade naqueles que estão se recuperando de uma apostasia, mas isso os torna mais cuidadosos e diligentes quanto a se manterem nos caminhos do Senhor, que ele já preparou, para que, ao andarem neles, eles possam preservar a certeza da perseverança, para que não abusem de sua gentileza paternal e Deus tire delas sua graciosa face, a contemplação da qual é para o piedoso mais preciosa do que a vida, e a retirada dela é mais amarga do que a morte, e eles, em conseqüência disso, caiam em maiores tormentos da consciência.

Artigo 14

Assim como agradou a Deus iniciar a sua obra de graça em nós pela pregação do evangelho, do mesmo modo ele a mantém, preserva e aperfeiçoa pelo ouvir e pela leitura do evangelho, pela meditação nele, pelas suas exortações, ameaças e promessas, bem como pelo uso dos sacramentos.

Artigo 15

A mente carnal não pode compreender essa doutrina da perseverança dos santos, que Deus revelou abundantemente na sua Palavra, para a glória do seu nome a consolação dos piedosos, a qual ele imprime no coração do fiel. Satanás a odeia, o mundo zomba dela, os ignorantes e hipócritas a insultam, e os hereges se opõem a ela; porém, a noiva de Cristo sempre a tem amado ternamente e defendido constantemente como um tesouro de inestimável valor; e Deus, contra quem nenhum plano pode valer e nenhuma força pode prevalecer, cuidará para que a igreja possa continuar a fazer isso até o fim. Ao único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, sejam a honra e a glória para sempre. Amém!

A verdadeira doutrina (a respeito da perseverança) tendo sido explicada, o Sínodo **rejeita** os erros daqueles que ensinam:

Rejeição 1

Que a perseverança dos verdadeiros crentes não é resultado da eleição ou um dom de Deus obtido pela morte de Cristo, mas uma condição da nova aliança, que (como eles declaram) o homem deve cumprir por meio do seu livre-arbítrio antes da sua eleição e justificação decisivas, pois as Escrituras Sagradas testificam que a perse-

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Cânones de Dort (cont.)

verança provém da eleição e é dada aos eleitos pelo poder da morte, ressurreição e intercessão de Cristo: "A eleição o alcançou; e os mais foram endurecidos" (Rm 11.7). Do mesmo modo: "Aquele que não poupou o seu próprio Filho, antes, por todos nós o entregou, porventura, não nos dará graciosamente com ele todas as coisas? Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem os condenará? É Cristo quem morreu, ou, antes, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus e também intercede por nós. Quem nos separará do amor de Cristo?" (Rm 8.32-35).

Rejeição 2

Que Deus de fato provê os crentes de suficientes forças para perseverar e está sempre pronto para preservar essas forças neles, se estes cumprirem o seu dever; mas ainda que todas essas coisas tenham sido estabelecidas como necessárias para perseverar na fé e que Deus as use para preservar a fé, ainda assim dependerá da vontade humana perseverar ou não, pois essa idéia contém um franco pelagianismo e, enquanto deseja libertar o homem, o torna usurpador da honra de Deus, é contrária ao consenso geral da doutrina evangélica, que retira do homem todo motivo de orgulho e atribui todo louvor por esse benefício somente à graça de Deus; ela é também contrária ao apóstolo que declara que Deus "também vos confirmará até ao fim, para serdes irrepreensíveis no dia de nosso Senhor Jesus Cristo" (1Co 1.8).

Rejeição 3

Que os crentes verdadeiramente regenerados não só podem perder completa e definitivamente a fé justificadora, a graça e a salvação, mas de fato as perdem freqüentemente e assim se perdem eternamente, pois essa concepção invalida a graça, a justificação, a regeneração e a contínua preservação por Cristo, contrariamente às palavras expressas do apóstolo Paulo: "Mas Deus prova o seu próprio amor para conosco, pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores. Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira" (Rm 5.8,9). É também contrária ao apóstolo João: "Todo aquele que é nascido de Deus não vive na prática do pecado; pois o que permanece nele é a divina semente; ora, esse não pode viver pecando, porque é nascido de Deus" (1Jo 3.9). E é também contrária às palavras de Jesus Cristo: "Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão, e ninguém as arrebatará da minha mão. Aquilo que meu Pai me deu é maior do que tudo; e da mão do Pai ninguém pode arrebatar" (Jo 10.28,29).

Rejeição 4

Que os verdadeiros crentes regenerados podem cometer o pecado que leva à morte, ou o pecado contra o Espírito Santo, desde que o mesmo apóstolo João, depois de ter falado no quinto capítulo de sua primeira carta, versículos 16 e 17, sobre aqueles que pecam para a morte e de ter proibido de orar por eles, imediatamente acrescenta no versículo 18: "Sabemos que todo aquele que é nascido de Deus não vive em pecado, antes, aquele que nasceu de Deus o guarda, e o maligno não o toca" (1Jo 5.18).

Rejeição 5

Que, sem uma revelação especial, não podemos ter nenhuma certeza da futura perseverança nesta vida, pois, por essa doutrina, o seguro consolo dos crentes verdadeiros nesta vida é tirado, e as dúvidas dos papistas são novamente introduzidas na igreja. As Escrituras Sagradas, entretanto, sempre deduzem essa segurança, não de uma revelação especial e extraordinária, mas a partir dos sinais dos filhos de Deus e das constantes promessas dele. Especialmente o apóstolo Paulo ensina isto: "Nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus que há em Cristo Jesus, nosso Senhor" (Rm 8.39). E João declara: "E aquele que guarda os seus mandamentos permanece em Deus, e Deus, nele. E nisto conhecemos que ele permanece em nós, pelo Espírito que nos deu" (1Jo 3.24).

Rejeição 6

Que a doutrina da certeza da perseverança e da salvação, por sua própria natureza e caráter, é uma causa de indolência e é prejudicial à piedade, aos bons costumes, às orações e a outros santos exercícios, mas que ao contrário, é louvável duvidar, pois isso mostra que eles não conhecem o poder da divina graça e a obra o Espírito Santo que habita no crente. E eles contradizem o apóstolo João que, em palavras explícitas, ensina o contrário: "Amados, agora, somos filhos de Deus, e ainda não se manifestou o que havemos de ser. Sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele, porque havemos de vê-lo como ele é. E a si mesmo se purifica todo o que nele tem esta esperança, assim como ele é puro" (1Jo 3.2,3). Ainda mais, eles são refutados pelos exemplos dos santos, tanto no Antigo como no Novo Testamento que, embora estivessem certos da própria perseverança e salvação, continuaram a orar e a executar outros exercícios de piedade.

Rejeição 7

Que a fé daqueles que crêem apenas por um tempo não é diferente da fé justificadora e salvadora, a não ser com respeito à sua duração, pois o próprio Cristo, em Mateus 13.20 e Lucas 8.13, e em outras passagens, observa claramente, além da duração, uma tríplice diferença entre os que crêem só por um tempo e os verdadeiros crentes, quando ele declara que o primeiro recebe a semente em terra rochosa, mas o último em bom solo, ou seja, em bom coração; que o primeiro é sem raiz, mas o último tem raiz firme; que o primeiro não tem fruto, mas o último produz fruto em várias medidas, de modo constante e perseverante.

Rejeição 8

Que não é absurdo o fato de alguém, tendo perdido a sua primeira regeneração, nascer de novo e mesmo freqüentemente nascer de novo, pois essa doutrina nega que a semente de Deus, pela qual somos nascidos de novo, seja incorruptível. Isso é contrário ao testemunho do apóstolo Pedro: "Pois fostes regenerados, não de semente corruptível, mas de incorruptível" (1Pe 1.23).

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Cânones de Dort (cont.)

Rejeição 9

Que Cristo em nenhum lugar orou para que os crentes perseverassem infalivelmente na fé, pois isso contradiz o próprio Cristo, que disse: "Eu, porém, roguei por ti (Pedro) para que a tua fé não desfaleça" (Lc 22.32), bem como o apóstolo João, que declara que Cristo não orava somente pelos apóstolos, mas também por todos aqueles que viessem a crer por meio da palavra deles: "Pai Santo, guarda-os em teu nome, que me deste", e: "Não peço que os tires do mundo, e sim que os guardes do mal"; "Não rogo somente por estes, mas também por aqueles que vierem a crer em mim, por intermédio da sua palavra" (Jo 17.11,15,20).

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A certeza da salvação

P. 1: Qual é o seu único conforto na vida e na morte?

R.:... pelo seu Espírito Santo ele também me garante a vida eterna,[1] tornando-me sinceramente disposto e pronto a viver para ele daqui em diante.[2]

[1] 2Co 1.22; 2Co 5.5
[2] Rm 8.14; Rm 7.22

P. 79: Por que, então, Cristo chama o pão de seu corpo e o cálice de seu sangue, ou de a nova aliança em seu sangue, e por que Paulo fala sobre "a comunhão do corpo e do sangue de Cristo"?

R.: É por motivo muito sério que Cristo fala desse modo, ou seja, não só para nos ensinar que assim como o pão e o vinho sustentam essa vida temporal, do mesmo modo o seu corpo crucificado e o seu sangue derramado são o verdadeiro alimento e bebida, pelos quais a nossa alma é alimentada para a vida eterna;[1] porém, mais especialmente, por esses sinais visíveis ele quer nos assegurar que somos realmente participantes do seu corpo e do seu sangue (pela obra do Espírito Santo), tão certamente como recebemos com a nossa própria boca esses santos sinais em memória dele;[2] e que todo o seu sofrimento e sua obediência são nossos, tão certo como se nós mesmos tivéssemos sofrido e pago por nossos pecados a Deus.[3]

Capítulo I

Artigo 12

Os eleitos recebem, no devido tempo, a certeza da sua eterna e imutável eleição para a salvação, ainda que em vários graus e em medidas diferentes. Eles não a recebem quando curiosamente investigam os mistérios e profundezas de Deus, mas quando observam em si mesmos, com alegria espiritual e gozo santo, os infalíveis frutos de eleição indicados na Palavra de Deus, tais como uma fé verdadeira em Cristo, um temor filial para com Deus, uma piedosa tristeza por seus pecados contra a vontade de Deus e fome e sede de justiça, etc.

A verdadeira doutrina a respeito da eleição e da rejeição tendo sido explicada, o Sínodo **rejeita** os erros daqueles que ensinam:

Rejeição 8

Que Deus não decidiu, simplesmente com base em sua justa vontade, deixar ninguém na queda de Adão e no estado comum de pecado e condenação, nem decidiu preterir ninguém quando deu a graça, necessária para a fé e a conversão, pois isso está firmemente decretado: "Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz" (Rm 9.18). E também isto: "Porque a vós outros é dado conhecer os mistérios do reino

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XIV. Da fé salvadora

3. Essa fé varia quanto ao grau; ela pode ser fraca ou forte;[1] pode ser muitas vezes e de muitos modos atacada e enfraquecida, mas alcança a vitória,[2] atingindo em muitos uma perfeita segurança em Cristo,[3] que é tanto o autor, como o consumador da nossa fé.[4]

[1] Hb 5.13,14; Rm 4.19,20; Mt 6.30; 8.10
[2] Lc 22.31,32; Ef 6.16; 1Jo 5.4,5
[3] Hb 6.11,12; 10.22; Cl 2.2
[4] Hb 12.2

XVIII. Da certeza da graça e da salvação

1. Ainda que os hipócritas e os outros não-regenerados possam iludir-se inutilmente com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e no estado de salvação[1] (esperança essa que perecerá),[2] contudo, os que verdadeiramente crêem no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, bem como procuram andar diante dele em toda boa consciência, podem, nesta vida, certificar-se de se acharem em estado de graça,[3] e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, esperança esta que nunca os envergonhará.[4]

[1] Jó 8.13,14; Mq 3.11; Dt 29.19; Jo 8.41
[2] Mt 7.22,23
[3] 1Jo 2.3; 3.14,18,19,21,24; 5.13
[4] Rm 5.2,5

2. Essa certeza não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança,[1] mas uma infalível segurança da fé, fundada na divina verdade das promessas de salvação,[2] na evidência interior daquelas graças nas quais essas promessas são feitas,[3] no testemunho do Espírito de adoção que testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus,[4] Espírito este que é o penhor da nossa herança, e por quem somos selados para o dia da redenção.[5]

[1] Hb 6.11,19
[2] Hb 6.17,18
[3] 2Pe 1.4,5,10,11; 1Jo 2.3; 3.14; 2Co 1.12
[4] Rm 8.15,16
[5] Ef 1.13,14; 4.30; 2Co 1.21,22

3. Essa segurança infalível não pertence de tal modo à essência da fé que um verdadeiro crente, antes de possuí-la, não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades;[1] contudo, sendo pelo Espírito habilitado a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode alcançá-la sem revelação extraordinária, no devido uso dos meios ordinários.[2] É, pois, dever de todo

P. 36: Quais são os benefícios que nesta vida acompanham a justificação, a adoção e a santificação, ou delas procedem?

R.: Os benefícios que nesta vida acompanham a justificação, a adoção e a santificação, ou delas procedem, são: a certeza do amor de Deus, a paz de consciência,[1] a alegria no Espírito Santo,[2] o aumento da graça[3] e a perseverança nela até o fim.[4]

[1] Rm 5.1,2,5
[2] Rm 14.17
[3] Pv 4.18
[4] 1Jo 5.13; 1Pe 1.5

P. 80: Os crentes verdadeiros poderão ter certeza infalível de que estão no estado da graça e de que nesse estado perseverarão até a salvação?

R.: Aqueles que verdadeiramente crêem em Cristo e se esforçam para andar perante ele com toda boa consciência,[1] podem, sem uma revelação extraordinária, pela fé baseada na verdade das promessas de Deus, e pelo Espírito que os habilita a discernir em si mesmos aquelas graças às quais as promessas de vida são feitas,[2] e que testificam com o seu espírito que eles são filhos de Deus,[3] ter a certeza infalível de que estão no estado de graça e de que nesse estado perseverarão até a salvação.[4]

[1] 1Jo 2.3
[2] 1Co 2.12; 1Jo 3.14,18,19,21,24; 4.13,16; Hb 6.11,12
[3] Rm 8.16
[4] 1Jo 5.13

P. 81: Todos os crentes têm sempre a certeza de que estão no estado da graça e de que serão salvos?

R.: Como a certeza da graça e da salvação não é da essência da fé,[1] os verdadeiros crentes podem esperar muito tempo antes de consegui-la;[2] e, depois de gozar dela, eles poderão senti-la enfraquecida e interrompida por muitas perturbações, pecados, tentações e deserções;[3] contudo, eles nunca são deixados sem a presença e o apoio do Espírito de Deus, que os guarda de caírem em desespero absoluto.[4]

[1] Ef 1.13
[2] Is 50.10; Sl 88
[3] Sl 77.1-12; 51.8,12; 31.22; 22.1
[4] 1Jo 3.9; Jó 13.15; Sl 73.15,23; Is 54.7-10

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

[1] Jo 6.51,55,56
[2] 1Co 10.16,17; 1Co 11.26-28; Ef 5.30
[3] Rm 5.9,18,19; Rm 8.4

P. 86: Visto, então, que fomos libertados por Cristo da nossa miséria, sem mérito algum de nossa parte, somente pela graça, por que ainda devemos fazer boas obras?

R.:... e também, que cada um possa ter em si mesmo a certeza de sua fé pelos frutos da fé.[1]

[1] 1Pe 1.10; Gl 5.6,24

P. 129: O que significa a palavra "amém"?

R.: "Amém" significa é verdadeiro e com certeza acontecerá, pois Deus atende à minha oração com muito mais certeza do que o desejo que eu sinto no coração de ser ouvido por ele.[1]

[1] 2Co 1.20; 2Tm 2.13

Cânones de Dort (cont.)

dos céus, mas àqueles não lhes é isso concedido" (Mt 13.11). Do mesmo modo: "Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi de teu agrado" (Mt 11.25,26).

Capítulo V

Artigo 9

Dessa preservação dos eleitos para a salvação e da perseverança na fé os verdadeiros crentes, por si mesmos, podem e obtêm certeza de acordo com a medida da sua fé, pela qual eles chegam a uma certa persuasão de que eles continuarão para sempre membros vivos e verdadeiros da igreja, e que eles sentem que tiveram os pecados perdoados e que, no final, herdarão a vida eterna.

Artigo 10

Essa certeza, entretanto, não é produzida por qualquer revelação especial contrária ou independente da Palavra de Deus, mas vem da fé nas promessas de Deus, que ele revelou abundantemente na sua Palavra para nossa consolação; do testemunho do Espírito Santo, que testifica ao nosso espírito que somos filhos e herdeiros de Deus (Rm 8.16); e, finalmente, vem de um zelo sério e santo por uma boa consciência e por boas obras. E se os eleitos fossem privados dessa sólida consolação de que eles obterão a vitória e essa garantia da glória eterna, seriam os mais miseráveis de todos os homens (Rm 8.16,17).

Artigo 11

Além do mais, as Escrituras testificam que os crentes nesta vida têm de lutar contra várias dúvidas da carne, e que, quando sujeitos a graves tentações, nem sempre sentem plenamente essa confiança da fé e certeza da perseverança. Mas Deus, que é Pai de toda a consolação, não os deixa ser tentados além de suas forças, mas com a tentação proverá também o livramento, de modo que eles possam suportá-la (1Co 10.13), e pelo Espírito Santo novamente revive neles a consoladora certeza da perseverança.

Artigo 13

A renovada confiança de perseverar não produz licenciosidade ou negligência na piedade naqueles que estão se recuperando de uma apostasia, mas isso os torna mais cuidadosos e diligentes quanto a se manterem nos caminhos do Senhor, que ele já preparou, para que, ao andarem neles, eles possam preservar a certeza da perseverança, para que não abusem de sua gentileza paternal e Deus tire delas sua graciosa face, a contemplação da qual é para o piedoso mais preciosa do que a vida, e a retirada dela é mais amarga do que a morte, e eles, em conseqüência disso caiam em maiores tormentos da consciência.

A verdadeira doutrina (a respeito da perseverança) tendo sido explicada, o Sínodo **rejeita** os erros daqueles que ensinam:

Rejeição 5

Que, sem uma revelação especial, não podemos ter nenhuma certeza da futura perseverança nesta vida, pois, por essa doutrina, o seguro consolo dos crentes verdadeiros nesta vida é tirado, e as dúvidas dos papistas são novamente introduzidas na igreja. As Escrituras Sagradas, entretanto, sempre deduzem essa segurança, não de uma revelação especial e extraordinária, mas a partir dos sinais dos filhos de Deus e das constantes promessas dele. Especialmente o apóstolo Paulo ensina isto: "... nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

fiel ser diligente no sentido de tornar certas a sua vocação e a sua eleição,[3] a fim de que, desse modo, seja o seu coração, no Espírito Santo, confirmado em paz e gozo, em amor e gratidão para com Deus, em firmeza e alegria nos deveres da obediência,[4] que são os verdadeiros frutos dessa segurança. Esse privilégio está, pois, muito longe de predispor os homens à negligência.[5]

[1] 1Jo 5.13; Is 1.0; Mc 9.24; Sl 88; 77.1-12
[2] 1Co 2.12; 1Jo 4.13; Hb 6.11,12; Ef 3.17-19
[3] 2Pe 1.10
[4] Rm 5.1,2,5; 14.17; 15.13; Ef. 1.3,4; Sl 4.6,7; Sl 119.32
[5] 1Jo 2.1,2; Rm 6.1,2; Tt 2.11,12,14; 2Co 7.1; Rm 8.1,12; 1Jo 3.2,3; Sl 130.4; 1Jo 1.6,7

4. Por diversos modos, podem os crentes ter a sua segurança de salvação abalada, diminuída e interrompida: pela negligência em conservá-la, por caírem em algum pecado especial que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo, por cederem a fortes e repentinas tentações, pelo fato de Deus retirar a luz do seu rosto e permitir que eles andem em trevas e não tenham luz mesmo os que o temem;[1] contudo, eles nunca ficam inteiramente privados daquela semente de Deus e da vida da fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever; dessas bênçãos, a certeza de salvação poderá, no tempo próprio, ser restaurada pela operação do Espírito,[2] e por meio delas eles são, entretanto, amparados para não caírem no desespero absoluto.[3]

[1] Ct 5.2,3; Sl 51.8,12,14; Ef 4.30,31; Sl 77.1-10; Mt 26.69-72; Sl 31.22; Sl 88; Is 1.10
[2] 1Jo 3.9; Lc 22.32; Jó 13.15; Sl 73.15; 51.8.12; Is 1.10
[3] Mq 7.7-9; Jr 32.40; Is 54.7-10; Sl 22.1; Sl 88

Cânones de Dort (cont.)

amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor" (Rm 8.39). E João declara: "E aquele que guarda os seus mandamentos permanece em Deus, e Deus, nele. E nisto conhecemos que ele permanece em nós, pelo Espírito que nos deu" (1Jo 3.24).

Rejeição 6

Que a doutrina da certeza da perseverança e da salvação, por sua própria natureza e caráter, é uma causa de indolência e é prejudicial à piedade, aos bons costumes, às orações e a outros santos exercícios, mas que ao contrário, é louvável duvidar, pois isso mostra que eles não conhecem o poder da divina graça e a obra o Espírito Santo que habita no crente. E eles contradizem o apóstolo João que, em palavras explícitas, ensina o contrário: "Amados, agora, somos filhos de Deus, e ainda não se manifestou o que havemos de ser. Sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele, porque havemos de vê-lo como ele é. E a si mesmo se purifica todo o que nele tem esta esperança, assim como ele é puro" (1Jo 3.2,3). Ainda mais, eles são refutados pelos exemplos dos santos, tanto no Antigo como no Novo Testamento que, embora estivessem certos da própria perseverança e salvação, continuaram a orar e a executar outros exercícios de piedade.

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A lei de Deus

Artigo 25

A abolição do cerimonial da Lei

Cremos que as cerimônias e figuras da lei terminaram com a vinda de Cristo[1] e que, assim, todas as sombras foram cumpridas, de modo que o uso delas deve ser abolido entre os cristãos;[2] no entanto, a verdade e a substância delas permanecem conosco em Jesus Cristo, em quem elas têm o seu cumprimento. Entretanto, ainda usamos os testemunhos da lei e dos profetas para nos confirmarmos na doutrina do evangelho[3] e também para regularmos a nossa vida em toda honestidade para a glória de Deus, de acordo com a sua vontade.

[1] Rm 10.4
[2] Gl 5.2-4; 3.1; 4.10,11; Cl 2.16,17
[3] 2Pe 1.19

P. 3: Como você conhece sua miséria?

R.: Pela lei de Deus.[1]

[1] Rm 3.20

P. 4: O que a lei de Deus exige de nós?

R.: Cristo nos ensina isso resumidamente em Mateus 22.37-40: "Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas".[1]

[1] Lc 10.27

P. 92: Qual é a lei de Deus?

R.: Então falou Deus todas estas palavras (Êx 20.1-17; Dt 5.6-21): "Eu sou o SENHOR, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão.

I. Não terás outros deuses diante de mim.

II. Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto; porque eu sou o SENHOR, teu Deus, Deus zeloso, que visito a iniqüidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me

XII. Da lei de Deus

1. Ensinamos que a vontade de Deus nos é exposta na lei de Deus: o que ele quer ou não quer que façamos, o que é bom e justo, ou o que é mau e injusto. Portanto, confessamos que a lei é boa e santa (Rm 7.12). Esta lei está gravada no coração dos homens (Rm 2.15), e é chamada de lei natural; ela foi também esculpida pelo dedo de Deus nas duas tábuas de Moisés e mais pormenorizadamente exposta nos livros de Moisés (Êx 20.1-17; Dt 5.6-22). Para maior clareza, distinguimos: a lei moral contida no Decálogo ou nas duas Tábuas e expostas nos livros de Moisés; a lei cerimonial, que determina as cerimônias e o culto de Deus; e a lei judicial, que versa sobre questões políticas e domésticas.

2. Cremos que toda a vontade de Deus[1] e todos os preceitos necessários a cada esfera da vida são nesta lei ensinados com toda a plenitude. De outro modo o Senhor não nos teria proibido de adicionar-lhe ou de subtrair-lhe qualquer coisa (Dt 4.2; 12.32); nem nos teria mandado andar num caminho reto diante desta lei, sem dela nos desviarmos para a direita ou para a esquerda (Js 1.7).

3. Ensinamos que esta lei não foi dada aos homens para que fôssemos justificados pela sua observância, mas antes para que, pelo seu ensino, conhecêssemos nossa fraqueza, nosso pecado e condenação e, perdendo a confiança nas nossas forças, nos convertêssemos a Cristo pela fé. O apóstolo diz claramente: "A lei suscita a ira" (Rm 4.15), e "pela lei vem o pleno conhecimento do pecado" (Rm 3.20); e "se fosse promulgada uma lei que pudesse dar vida, a justiça, na verdade seria procedente da lei. Mas a Escritura encerrou tudo sob o pecado, para que mediante a fé em Jesus Cristo fosse a promessa concedida aos que crêem" (Gl 3.21,22). "De maneira que a lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé" (Gl 3.24). Ninguém poderia ou pode satisfazer a lei de Deus nem cumpri-la, por causa da fraqueza da nossa carne,[2] que adere e permanece em nós até o último suspiro. Outra vez diz o apóstolo: "O que fora impossível à lei, no que estava enferma pela carne, isso fez Deus enviando o seu próprio Filho em semelhança de carne pecaminosa e no tocante ao pecado" (Rm 8.3). Portanto, Cristo é o aperfeiçoador da lei e o nosso cumprimento dela, o qual, com o fim de remover a maldição da lei, foi feito maldição por nós (Gl 3.13). Assim, ele nos comunica, pela fé, o seu cumprimento da lei, e a sua justiça e obediência nos são imputadas.

Artigos III e IV

Artigo 5

À mesma luz devemos considerar a lei dos Dez Mandamentos, dada por Deus por intermédio de Moisés, particularmente aos judeus. A lei revela como é grande o pecado e mais e mais convence o homem de sua culpa, mas não aponta o remédio nem dá a força para sair dessa miséria. A lei ficou sem força pela carne e deixa o transgressor sob a maldição. Por essa razão o homem não pode obter a graça salvadora por meio da lei.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XIX. Da lei de Deus

1. Deus deu a Adão uma lei, como um pacto de obras, pelo qual ele o obrigava, bem como a toda a sua posteridade, a uma obediência pessoal, integral, conscienciosa e perpétua, prometeu-lhe a vida sob a condição de cumpri-la, e o ameaçou com a morte caso a violasse, e dotou-o com o poder e a capacidade de cumpri-la.[1]

[1] Gn 1.26,27; 2.17; Rm 2.14,15; 10.5; Rm 5.12,19; Gl 3.10,12; Ec 7.29; Jó 28.28

2. Essa lei, depois da queda do homem, continua a ser uma perfeita regra de justiça; e, como tal, foi por Deus entregue no Monte Sinai em Dez Mandamentos e escrita em duas tábuas:[1] os primeiros quatro mandamentos ensinam os nossos deveres para com Deus; e os outros seis, os nossos deveres para com o homem.[2]

[1] Tg 1.25; 2.8,10-12; Rm 13.8,9; Dt 5.32; 10.4; Êx 24.1
[2] Mt 22.37-40

3. Além dessa lei, geralmente chamada de lei moral, foi Deus servido dar ao seu povo Israel, como uma igreja subordinada ao tempo, leis cerimoniais que contêm diversas ordenanças típicas. Essas leis em parte se referem ao culto e prefiguram Cristo, as suas graças, os seus atos, os seus sofrimentos e os seus benefícios,[1] e em parte fornecem várias instruções sobre deveres morais.[5] Sob o Novo Testamento, todas essas leis cerimoniais estão agora anuladas.[3]

[1] Hb 9; 10.1; Gl 4.1-3; Cl 2.17
[2] 1Co 5.7; 2Co 6.17; Jd 23

P. 39: Qual é o dever que Deus exige do homem?

R.: O dever que Deus exige do homem é obediência à sua vontade revelada.[1]

[1] Mq 6.8; 1Sm 15.22

P. 40: O que revelou Deus primeiramente ao homem para regra de sua obediência?

R.: A regra que Deus revelou primeiramente ao homem para sua obediência foi a lei moral.[1]

[1] Rm 2.14,15; 10.5

P. 41: Onde está a lei moral resumidamente compreendida?

R.: A lei moral está resumidamente compreendida nos Dez Mandamentos.[1]

[1] Dt 10.4; Mt 19.17

P. 42: Qual é o resumo dos Dez Mandamentos?

R.: Os Dez Mandamentos se resumem em amar ao Senhor nosso Deus de todo o nosso coração, de toda a nossa alma, de todas as nossas forças e de todo o nosso entendimento; e ao nosso próximo como a nós mesmos.[1]

[1] Mt 22.37-40

P. 43: Qual é o prefácio dos Dez Mandamentos?

R.: O prefácio dos Dez Mandamentos é: "Eu sou o SENHOR teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão".[1]

[1] Êx 20.2

P. 44: O que o prefácio dos Dez Mandamentos nos ensina?

P. 91: Qual é o dever que Deus requer do homem?

R.: O dever que Deus requer do homem é obediência à sua vontade revelada.[1]

[1] Rm 12.1,2; Mq 6.8; 1Sm 15.22

P. 92: O que Deus revelou primeiramente ao homem como regra de sua obediência?

R.: A regra de obediência revelada a Adão, no estado de inocência, e a todo gênero humano nele, além do mandamento especial de não comer do fruto da árvore da ciência do bem e do mal, foi a lei moral.[1]

[1] Gn 1.26,27; Rm 2.14,15; 10.5; Gn 2.17

P. 93: O que é a lei moral?

R.: A lei moral é a declaração da vontade de Deus, feita a toda a humanidade, que orienta e obriga todas as pessoas à conformidade e obediência pessoal, perfeita e perpétua a ela – nos apetites e disposições de todo o homem, alma e corpo,[1] e no cumprimento de todos aqueles deveres de santidade e retidão que são devidos a Deus e ao homem,[2] que promete vida pela obediência e ameaça com a morte se ela for violada.[3]

[1] Dt 5.1-3,31,33; Lc 10.26,27; Gl 3.10; 1Ts 5.23
[2] Lc 1.75; At 24.16
[3] Rm 10.5; Gl 3.10,12

P. 94: A lei moral é de alguma utilidade ao homem depois da queda?

R.: Embora nenhum homem, depois da queda, possa alcançar a retidão e a vida pela lei moral,[1] todavia, ela é de grande utilidade e comum a todos os homens, tanto os não-regenerados como os regenerados.[2]

[1] Rm 8.3; Gl 2.16
[2] 1Tm 1.8

P. 95: Qual é a utilidade da lei moral para todos os homens?

R.: A lei moral é de utilidade a todos os homens para os instruir sobre a natureza e a vontade santas de Deus,[1] e sobre os seus deveres para com ele, obrigando-os a andar conforme essa vontade;[2] para convencê-los de que são incapazes de a guardar, e do estado contaminado e pecaminoso da sua natureza, do seu coração e da sua vida;[3] para os humilhar, fazendo-os sentir o seu pecado e a sua miséria,[4] e, assim, ajudá-los a ver melhor como precisam de Cristo[5] e da perfeição da obediência dele.[6]

[1] Lv 11.44,45; 20.7,8; Rm 7.12
[2] Mq 6.8; Tg 2.10,11
[3] Sl 19.11,12; Rm 3.20; 7.7
[4] Rm 3.9,23
[5] Gl 3.21,22
[6] Rm 10.4

P. 96: Qual é a utilidade especial da lei moral aos homens não-regenerados?

R.: A lei moral é de utilidade aos homens não-regenerados para despertar a consciência deles a fim de que fujam da ira vindoura[1] e forçá-los a

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

amam e guardam os meus mandamentos.

III. Não tomarás o nome do SENHOR, teu Deus, em vão, porque o SENHOR não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão.

IV. Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o do SENHOR, teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque em seis dias, fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o SENHOR abençoou o dia de sábado e o santificou.

V. Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o SENHOR, teu Deus, te dá.

VI. Não matarás.

VII. Não adulterarás.

VIII. Não furtarás.

IX. Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.

X. Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo".

P. 93: Como os Dez Mandamentos estão divididos?

R.: Em duas partes;[1] a primeira nos ensina como devemos viver diante de Deus; a segunda, as nossas obrigações para com o nosso próximo.[2]

[1] Êx 34.28,29
[2] Dt 4.13

4. A lei de Deus[3] é, pois, ab-rogada na medida em que ela não mais nos condena, nem opera ira em nós. Estamos debaixo da graça e não debaixo da lei (Rm 6.14). Além disso, Cristo cumpriu todas as formas da lei. Daí, vindo o corpo, cessaram as sombras, de modo que agora em Cristo temos a verdade e toda a plenitude. Contudo, de modo nenhum rejeitamos por isso a lei. Lembramo-nos das palavras do Senhor, que disse: "Não vim para revogar, vim para cumprir" (Mt 5.17). Sabemos que na lei[4] nos são descritos os tipos de virtude e de vício. Sabemos que a lei escrita,[5] quando explicada pelo evangelho, é útil à igreja, e que, portanto, sua leitura não deve ser excluída da igreja. E, embora a face de Moisés estivesse recoberta com um véu, no entanto o apóstolo diz que o véu foi retirado e abolido por Cristo (2Co 3.14). Condenamos tudo o que os heréticos, antigos e modernos, ensinaram contra a lei de Deus.

[1] Entendida como todas as coisas que os homens fazem para Deus, e também para os seus vizinhos.
[2] Ou seja, qualquer ser humano, independentemente de ser regenerado.
[3] Ou seja, a lei moral, que está contida nos Dez Mandamentos.
[4] Isso é, a lei moral.
[5] Ou seja, a lei cerimonial.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

[3] Cl 2.14,16,17; Dn 9.27; Ef 2.15,16

4. A esse mesmo povo, considerado como um corpo político, Deus deu diversas leis civis que expiraram com aquela nacionalidade e que agora não obrigam além do que exige a justiça geral.[1]

[1] Êx 21; 22.1-29; Gn 49.10; 1Pe 2.13,14; Mt 5.17,38,39; 1Co 9.8-10

5. A lei moral obriga a todos, tanto as pessoas justificadas como as não-justificadas, a prestar-lhe obediência para sempre,[1] e isso não somente quanto à matéria nela contida, mas também com respeito à autoridade de Deus, o Criador, que a deu.[2] E Cristo, no evangelho, de modo algum anula essa obrigação, antes a confirma.[3]

[1] Rm 13.8-10; Ef 6.2; 1Jo 2.3,4,7,8
[2] Tg 2.10,11
[3] Rm 5.17-19; Tg 2.8; Rm 3.31

6. Embora os verdadeiros crentes não estejam sob a lei como um pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados,[1] contudo ela lhe serve de grande proveito, como aos outros, manifestando-lhes, como regra de vida, a vontade de Deus e o dever que eles têm; ela os orienta e os obriga a andar segundo a retidão;[2] descobre-lhes também as pecaminosas contaminações da sua natureza, do seu coração e da sua vida,[3] de maneira que eles, examinando-se por meio dela, alcançam mais profunda convicção de pecado, maior humilhação por causa dele e maior aversão a ele,[4] e, ao mesmo tempo, lhes dá uma melhor apreciação da necessidade que têm de Cristo e da perfeição da obediência dele.[5] Ela é também de utilidade aos regenerados, a fim de conter a sua

R.: O prefácio dos dez mandamentos nos ensina que nós temos a obrigação de guardar todos os mandamentos de Deus, por ser ele o Senhor nosso Deus e nosso redentor.[1]

[1] Lc 1.74,75; 1Pe 1.15-19

recorrer a Cristo;[2] ou, se eles permanecerem nesse estado e caminho de pecado, deixá-los inescusáveis[3] e sob maldição.[4]

[1] 1Tm 1.9,10
[2] Gl 3.24
[3] Rm 1.20; 2.15
[4] Gl 3.10

P. 97: Qual é a utilidade especial da lei moral aos regenerados?

R.: Embora os que são regenerados e crentes em Cristo sejam libertados da lei moral, como pacto de obras,[1] de modo que nem são justificados[2] nem condenados por ela,[3] contudo, além da utilidade geral desta lei comum a eles e a todos os homens, é ela de utilidade especial para lhes mostrar quanto devem a Cristo por tê-la cumprido e sofrido a maldição dela em lugar deles e para o bem deles;[4] e assim provocar neles uma gratidão maior, e a manifestar esta gratidão por maior cuidado da sua parte em conformarem-se a esta lei, como regra de sua obediência.[5]

[1] Rm 6.14; Rm 7.4,6; Gl 4.4,5
[2] Rm 3.20
[3] Gl 5.23; Rm 8.1
[4] Rm 7.24,25; Gl 3.13,14; Rm 8.3,4
[5] Lc 1.68,69,74,75; Cl 1.12-14; Rm 7.22; Tt 2.11-14

P. 98: Onde se encontra a lei moral resumidamente compreendida?

R.: A lei moral encontra-se resumidamente compreendida nos Dez Mandamentos, que foram dados pela voz de Deus no Monte Sinai e por ele escritos em duas tábuas de pedra,[1] e que estão registrados no capítulo vigésimo de Êxodo. Os quatro primeiros mandamentos contêm os nossos deveres para com Deus, e os outros seis, os nossos deveres para com o homem.[2]

[1] Dt 10.4. Êx 34.1-4
[2] Mt 22.37-40

P. 99: Que regras devem ser observadas para a boa compreensão dos Dez Mandamentos?

R.: Para a boa compreensão dos Dez Mandamentos, as seguintes regras devem ser observadas:

1. Que a lei é perfeita e obriga a todos à plena conformidade de todo o homem à retidão dela e à total obediência para sempre; de modo que requer a sua perfeição em todos os deveres e proíbe o mínimo grau de todo pecado.[1]

[1] Sl 19.7; Tg 2.10; Mt 5.21,22

2. Que a lei é espiritual, e assim se estende tanto ao entendimento, à vontade, aos sentimentos e a todas as outras faculdades da alma, bem como às palavras, às obras e ao procedimento.[2]

[2] Rm 7.14; Dt 6.5; Mt 22.37-39; 5.21.22,27,28,33,34,37-39,43,44

3. Que uma e a mesma coisa, em respeitos diversos, é exigida ou proibida em vários mandamentos.[3]

[3] Cl 3.5; Am 8.5; Pv 1.19; 1Tm 6.10

4. Que, onde um dever é prescrito, o pecado contrário é proibido;[4] e onde um pecado é proibido, o dever contrário é prescrito;[5] assim, onde uma promessa está anexa, a ameaça contrária está incluída;[6] e onde uma ameaça está anexa, a promessa contrária está incluída.[7]

[4] Is 58.13; Dt 6.13; Mt 4.9,10; 15.4-6

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

corrupção, pois proíbe o pecado;[6] as suas ameaças servem para mostrar o que merecem os seus pecados e quais as aflições que por causa deles devem esperar nesta vida, ainda que sejam livres da maldição ameaçada na lei.[7] Do mesmo modo, as suas promessas mostram que Deus aprova a obediência deles e que bênçãos eles podem esperar pela obediência,[8] ainda que essas bênçãos não lhes sejam devidas pela lei considerada como pacto das obras.[9] Assim, o fato de um homem fazer o bem ou evitar o mal, porque a lei anima aquilo e proíbe isto, não é prova de que ele está sob a lei e não sob a graça.[10]

[1] Rm 6.14; Gl 2.16; 3.13; 4.4,5; At 13.39; Rm 8.1
[2] Rm 7.12,22,25; Sl 119.4-6; 1Co 7.19; Gl 5.14,16,18-23
[3] Rm 7.7; 3.20
[4] Tg 1.23-25; Rm 7.9,14,24
[5] Gl 3.24; Rm 7.24,25; 8.3,4
[6] Tg 2.11; Sl 119.101,104,128
[7] Ed 9.13,14; Sl 89.30-34
[8] Lv 26.1-14; 2Co 6.16; Ef 6.2,3; Sl 37.11; Mt 5.5; Sl 19.11
[9] Gl 2.16; Lc 17.10
[10] Rm 6.12,14; 1Pe 3.8-12; Sl 34.12-16; Hb 12.28,29

7. Os supracitados usos da lei não são contrários à graça do evangelho, mas estão em harmonia com ela,[1] pois o Espírito de Cristo submete e habilita a vontade do homem a fazer livre e alegremente aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, requer que seja feito.[2]

[1] Gl 3.21
[2] Ez 36.27; Hb 8.10; Jr 31.33

[5] Mt 5.21-25; Ef 4.28
[6] Êx 20.12; Pv 30.17
[7] Jr 18.7,8; Êx 20.7; Sl 15.1,4,5; 24.4,5

5. Que, o que Deus proíbe, não se há de fazer em tempo algum,[8] e o que ele manda é sempre um dever;[9] porém, nem todo dever especial é para ser cumprido em todos os tempos.[10]

[8] Jó 13.7,8; Rm 3.8; Jó 36.21; Hb 11.25
[9] Dt 4.8,9
[10] Mt 12.7

6. Que, sob um pecado ou um dever, todos os da mesma classe são proibidos ou mandados, juntamente com todas as causas, meios, ocasiões e aparências deles e provocações a eles.[11]

[11] Mt 5.21,22,27,28; 15.4-6; Hb 10.24,25; 1Ts 5.22; Jd 23; Gl 5.26; Cl 3.21

7. Que, aquilo que nos é proibido ou exigido, temos a obrigação, segundo a posição que ocupamos, de procurar que seja evitado ou cumprido por outros, de acordo com o dever da posição de cada um.[12]

[12] Êx 20.10; Lv 19.17; Gn 18.19; Js 24.15; Dt 6.6,7

8. Que, quanto ao que é exigido de outros, somos obrigados, segundo a nossa posição e vocação, a ajudá-los,[13] e a cuidar em não participar com outros do que lhes é proibido.[14]

[13] 2Co 1.24
[14] 1Tm 5.22; Ef 5.7

P. 100: Que coisas especiais devemos considerar nos Dez Mandamentos?

R.: Devemos considerar nos Dez Mandamentos: o prefácio, o conteúdo dos mandamentos em si e as várias razões anexas a alguns deles para lhes dar maior força.

P. 101: Qual é o prefácio dos Dez Mandamentos?

R.: O prefácio dos Dez Mandamentos é: "Eu sou o SENHOR, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão".[1] Nessas palavras, Deus manifesta a sua soberania, como JEOVÁ (SENHOR), o eterno, imutável e todo-poderoso Deus,[2] que existe em si e por si mesmo,[3] que cumpre todas as suas palavras[4] e obras;[5] que é um Deus em pacto com todo o seu povo[6] e com o Israel antigo; que assim como tirou a estes da servidão do Egito, do mesmo modo nos libertou do cativeiro espiritual,[7] e que, portanto, é nosso dever aceitar só a ele por nosso Deus e guardar todos os seus mandamentos.[8]

[1] Êx 20.2
[2] Is 44.6
[3] Êx 3.14
[4] Êx 6.3
[5] At 17.24,28
[6] Gn 17.7; Rm 3.29
[7] Lc 1.74,75
[8] 1Pe 1.15-18; Lv 18.30; 19.37

P. 102: Qual é o resumo dos quatro mandamentos que contêm o nosso dever para com Deus?

R.: O resumo dos quatro mandamentos que contêm o nosso dever para com Deus é amar ao Senhor nosso Deus de todo o nosso coração, de toda a nossa alma, de todas as nossas forças e de todo o nosso entendimento.[1]

[1] Lc 10.27

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

O primeiro mandamento

P. 94: O que Deus ordena no primeiro mandamento?

R.: Que, de modo tão sincero quanto eu desejo a salvação de minha alma, devo evitar toda idolatria,[1] feitiçaria, adivinhação e superstição,[2] a invocação de santos ou de quaisquer outras criaturas,[3] bem como fugir disso tudo; devo aprender a devidamente reconhecer o único e verdadeiro Deus,[4] confiar somente nele,[5] e com humildade e paciência[6] submeter-me a ele;[7] esperar todas as boas coisas somente dele,[8] amá-lo,[9] temê-lo[10] e glorificá-lo[11] de todo o meu coração, de modo a preferir abandonar todas as criaturas[12] a fazer a menor coisa que seja contrária à sua vontade.[13]

[1] 1Co 6.9,10; 1Co 10.7,14
[2] Lv 18.21;. Dt 18.10-12
[3] Mt 4.10; Ap 19.10
[4] Jo 17.3
[5] Jr 17.5,7
[6] Hb 10.36; Cl 1.11; Rm 5.3,4; Fp 2.14
[7] 1Pe 5.5,6
[8] Sl 104.27, Is 45.7; Tg 1.17
[9] Dt 6.5; Mt 22.37
[10] Dt 6.5; Mt 10.28
[11] Mt 4.10
[12] Mt 5.29,30; At 5.29; Mt 10.37
[13] Mt 5.19

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
		P. 122: Qual é o resumo dos seis mandamentos que encerram o nosso dever para com o homem? R.: O resumo dos seis mandamentos que encerram o nosso dever para com o homem é amar o nosso próximo como a nós mesmos,[1] e fazer aos outros aquilo que queremos que eles nos façam.[2] [1] Mt 22.39 [2] Mt 7.12

P. 45: Qual é o primeiro mandamento?

R.: O primeiro mandamento é: "Não terás outros deuses diante de mim".[1]

[1] Êx 20.3

P. 46: O que exige o primeiro mandamento?

R.: O primeiro mandamento exige de nós conhecer e reconhecer a Deus como único Deus verdadeiro e nosso Deus,[1] e como tal adorá-lo.[2]

[1] 1Cr 28.9; Dt 26.17
[2] Mt 4.10; Sl 29.2

P. 47: O que o primeiro mandamento proíbe?

R.: O primeiro mandamento proíbe negar,[1] deixar de adorar ou glorificar ao verdadeiro Deus como Deus,[2] e nosso Deus,[3] e dar a qualquer outro a adoração e a glória que só a ele são devidas.[4]

[1] Sl 14.1
[2] Rm 1.21
[3] Sl 81.10,11
[4] Rm 1.25,26

P. 48: O que nos é especialmente ensinado pelas palavras "diante de mim", no primeiro mandamento?

R.: As palavras, "diante de mim", no primeiro manda-

P. 103: Qual é o primeiro mandamento?

R.: O primeiro mandamento é: "Não terás outros deuses diante de mim".[1]

[1] Êx 20.3

P. 104: Quais são os deveres exigidos no primeiro mandamento?

R.: Os deveres exigidos no primeiro mandamento são: conhecer e reconhecer Deus como único verdadeiro Deus, e nosso Deus;[1] adorá-lo e glorificá-lo como tal;[2] pensar[3] e meditar nele,[4] lembrar-nos dele,[5] altamente apreciá-lo,[6] honrá-lo,[7] adorá-lo,[8] escolhê-lo,[9] amá-lo,[10] desejá-lo[11] e temê-lo;[12] crer nele;[13] confiar,[14] esperar,[15] deleitar-nos[16] e regozijarmo-nos nele;[17] ter zelo por ele;[18] invocá-lo, dando-lhe todo louvor e agradecimentos;[19] prestar-lhe toda a obediência e submissão com todo o nosso ser;[20] ter o cuidado de agradá-lo em tudo,[21] e entristecer-nos quando ele é ofendido em qualquer coisa;[22] e andar humildemente com ele.[23]

[1] 1Cr 28.9; Dt 26.17; Is 43.10; Jr 14.22
[2] Sl 95.6,7; Mt 4.10; Sl 29.2
[3] Ml 3.16
[4] Sl 63.6
[5] Ec 12.1
[6] Sl 71.19
[7] Ml 1.6
[8] Is 45.23
[9] Js 24.15,22
[10] Dt 6.5
[11] Sl 73.25
[12] Is 8.13
[13] Êx 14.31
[14] Is 26.4
[15] Sl 130.7
[16] Sl 37.4
[17] Sl 32.11
[18] Rm 12.11; Nm 25.11
[19] Fp 4.6
[20] Jr 7.23; Tg 4.7
[21] 1Jo 3.22
[22] Jr 31.18. Sl 119.136
[23] Mq 6.8

P. 105: Quais são os pecados proibidos no primeiro mandamento?

R.: Os pecados proibidos no primeiro mandamento são: o ateísmo – negar ou não ter um Deus;[1] a idolatria – ter ou adorar mais de um Deus, ou qualquer outro juntamente com o verdadeiro Deus ou em lugar dele;[2] não tê-lo e não confessá-lo como Deus, e nosso Deus;[3] a omissão ou negligência de qualquer coisa devida a ele, exigida neste mandamento;[4] a ignorância,[5] o esquecimento,[6] as más concepções,[7] as falsas opiniões,[8] os pensamentos indignos e ímpios quanto a ele;[9] a pesquisa audaciosa e curiosa dos seus segredos;[10] toda profanação,[11] todo o ódio a Deus;[12] o egoísmo,[13] o espírito interesseiro[14] e toda aplicação desordenada e imoderada do nosso entendimento, da nossa vontade ou dos nossos sen-

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
	P. 95: O que é idolatria? R.: Idolatria é inventar ou ter alguma coisa em que se deposite confiança, em lugar ou ao lado do único e verdadeiro Deus que se revelou na sua Palavra.[1] [1] 2Cr 16.12; Fp 3.18,19; Gl 4.8; Ef 2.12		

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
	mento, nos ensinam que Deus, que vê todas as coisas, toma conhecimento e muito se ofende do pecado de ter-se em seu lugar outro deus.[1]	timentos a outras coisas, e o desvio deste Deus, em tudo ou em parte;[15] a vã credulidade,[16] a incredulidade,[17] a heresia,[18] as crenças errôneas,[19] a desconfiança[20] e o desespero;[21] a resistência obstinada[22] e a insensibilidade sob os juízos de Deus;[23] a dureza de coração[24] e a soberba;[25] a presunção;[26] a segurança carnal;[27] tentar a Deus;[28] o uso de meios ilícitos;[29] a confiança nos lícitos;[30] os deleites e gozos carnais;[31] um zelo corrupto, cego e indiscreto;[32] a tibieza[33] e o amortecimento nas coisas de Deus;[34] alienar-nos e apostatar-nos de Deus;[35] orar ou prestar qualquer culto religioso aos santos, anjos ou a qualquer outra criatura;[36] todos os pactos com o diabo;[37] consultar com ele e dar ouvidos às suas sugestões;[38] tornar os homens senhores da nossa fé e consciência;[39] fazer pouco caso e desprezar a Deus e aos seus mandamentos;[40] resistir ao seu Espírito e entristecê-lo;[41] o descontentamento e impaciência com as suas dispensações; acusá-lo estultamente dos males com que ele nos aflige,[42] e atribuir o louvor de qualquer bem que somos, temos ou podemos fazer à fortuna,[43] aos ídolos,[44] a nós mesmos,[45] ou a qualquer outra criatura.[46]
	[1] Ez 8.5,6; Sl 46.20,21	[1] Sl 14.1; Ef 2.12 [2] Jr 2.27,28; 1Ts 1.9 [3] Sl 81.11 [4] Is 43.22-24 [5] Jr 4.22; Os 4.1,6 [6] Jr 2.32 [7] At 17.23,29 [8] Is 40.18 [9] Sl 50.21 [10] Dt 29.29 [11] Tt 1.16; Hb 12.16 [12] Rm 1.30 [13] 2Tm 3.2 [14] Fp 2.21 [15] 1Jo 2.15,16; 1Sm 2.29; Cl 3.2,5 [16] 1Jo 4.1 [17] Hb 3.12 [18] Gl 5.20; Tt 3.10 [19] At 26.9 [20] Sl 78.22 [21] Gn 4.13 [22] Jr 5.3 [23] Is 42.25 [24] Rm 2.5 [25] Jr 13.15 [26] Sl 19.13 [27] Sf 1.12 [28] Mt 4.7 [29] Rm 3.8 [30] Jr 17.5 [31] 2Tm 3.4 [32] Gl 4.17; Jo 16.2; Rm 10.2; Lc 9.54,55 [33] Ap 3.16 [34] Ap 3.1 [35] Ez 14.5;Is 1.4,5 [36] Rm 10.13,14; Os 4.12; At 10.25,26; Ap 19.10; Mt 4.10; Cl 2.18; Rm 1.25 [37] Lv 20.6; 1Sm 28.7,11; 1Cr 10.13,14 [38] At 5.3 [39] 2Co 1.24; Mt 23.9 [40] Dt 32.15; 2Sm 12.9; Pv 13.13 [41] At 7.51; Ef 4.30 [42] Sl 73.2,3,13-15,22; Jó 1.22 [43] 1Sm 6.7-9 [44] Dn 5.23 [45] Dt 8.17; Dn 4.30 [46] Hc 1.16
		P. 106: O que nos é ensinado especialmente pelas palavras "diante de mim", no primeiro mandamento? R.: As palavras "diante de mim", no primeiro mandamento, nos ensinam que Deus, que tudo vê, observa especialmente e se ofende muito com o pecado de se ter qualquer outro deus, de modo que elas servem de argumento para nos dissuadir desse pecado e de agravá-lo com uma provocação muito ousada;[1] assim como para nos persuadir a fazer, como diante dos olhos de Deus, tudo o que fizermos no seu serviço.[2] [1] Ez 8.5,6; Sl 44.20,21 [2] 1Cr 28.9

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

O segundo mandamento

P. 96: O que Deus exige no segundo mandamento?

R.: Que não podemos representá-lo por imagens,[1] e nem adorá-lo de nenhum outro modo senão aquele que ele nos ordenou na sua Palavra.[2]

[1] Dt 4.15; Is 40.18; Rm 1.23, etc.; At 17.29
[2] 1Sm 15.23; Dt 12.30

P. 97: Não se pode, então, fazer imagem alguma?

R.: Deus não pode e nem deve ser representado de nenhum modo.[1] Porém, quanto às criaturas, embora elas possam ser representadas, Deus nos proíbe fazer ou ter imagens delas para adorá-las ou para servi-las ou servir a ele por meio delas.[2]

[1] Dt 4.15,16; Is 46.5; Rm 1.23
[2] Êx 23.24; Êx 34.13,14; Nm 33.52; Dt 7.5

P. 98: Mas as imagens não podem ser toleradas nas igrejas como livros para ignorantes?

R.: Não, porque não devemos pretender ser mais sábios do que Deus, que não quer ensinar seu povo por meio de ídolos mudos,[1] mas pela pregação viva de sua Palavra.[2]

[1] 2Tm 3.16; 2Pe 1.19
[2] Jr 10.1, etc.; Hc 2.18,19

IV. Dos ídolos ou das imagens de Deus, de Cristo e dos santos

1. Visto que Deus é um Espírito invisível e uma essência incompreensível, ele não pode, certamente, ser expresso por qualquer arte ou imagem. Por essa razão, não tememos afirmar com as Escrituras que as imagens de Deus não passam de mentiras.

2. Assim, rejeitamos não somente os ídolos dos gentios, mas também as imagens dos cristãos. Embora Cristo tenha assumido a natureza humana, não a assumiu para fornecer modelo a escultores e pintores. Ele negou que tivesse vindo para "revogar a lei ou os profetas" (Mt 5.17). E as imagens são proibidas pela lei e pelos profetas (Dt 4.15; Is 44.9). Ele negou que a sua presença corporal seria de proveito para a igreja, e prometeu que estaria junto de nós, para sempre, pelo seu Espírito (Jo 16.7; 2Co 5.5)

3. Quem, pois, haveria de crer que uma sombra ou semelhança de seu corpo traria qualquer benefício para as almas piedosas? Se ele vive em nós pelo seu Espírito, somos já os templos de Deus (1Co 3.16). Porém, "que ligação há entre o santuário de Deus e os ídolos?" (2Co 6.16). E desde que os espíritos bem-aventurados e os santos do céu, quando viviam aqui na terra, rejeitaram qualquer culto de si mesmos (At 3.12; 14.15; Ap 19.10; 22.9) e condenaram as imagens, poderá alguém achar plausível que os santos e anjos celestiais se agradem com suas imagens, diante das quais os homens se ajoelham, descobrem a cabeça e dispensam outras honras?

4. Para instruir os homens na religião e relembrá-los das coisas divinas e da sua salvação, o Senhor ordenou que se pregasse o evangelho (Mc 16.15) – e não que se pintassem quadros para ensinar os leigos. Ele instituiu também os sacramentos, mas em nenhum lugar estabeleceu imagens.

5. Além disso, para onde quer que volvamos os olhos, vemos as criaturas de Deus, vivas e verdadeiras ao nosso olhar, as quais, se bem examinadas como convém, causam ao observador uma impressão muito mais viva do que todas as imagens ou pinturas vãs, imóveis, frágeis e mortas, feitas pelos homens, das quais com razão disse o profeta: "Têm olhos, e não vêem" (Sl 115.5).

6. Por isso aprovamos a opinião de Lactânio, um escritor antigo, que disse: "Não há dúvida nenhuma de que não há religião onde existe uma imagem".

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XXI. Do culto religioso e do domingo

1. A luz da natureza mostra que há um Deus, que tem domínio e soberania sobre tudo, que é bom e faz bem a todos, e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo o coração, de toda a alma e de toda a força.[1] Porém, o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo, e é tão limitado pela sua vontade revelada, que ele não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens, ou sugestões de Satanás, nem sob qualquer representação visível, ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras.[2]

[1] Rm 1.20; At 17.24; Sl 119.68; Jr 10.7; Sl 31.23; 18.3; Rm 10.12; Sl 62.8; Js 24.14; Mc 12.33
[2] Dt 12.32; Mt 15.9; At 17.25; Mt 4.9,10; Dt 15.1-20; Êx 20.4-6; Cl 2.23

2. O culto religioso deve ser prestado a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo – e só a ele,[1] e não aos anjos, aos santos ou a qualquer outra criatura;[2] e nem deve, depois da queda, ser prestado a Deus pela mediação de qualquer outro, senão Cristo.[3]

[1] Mt 4.10; Jo 5.23; 2Co 13.14
[2] Cl 2.18; Ap 19.10; Rm 1.25
[3] Jo 14.6; 1Tm 2.5; Ef 2.18; Cl 3.17

3. A oração, com ações de graça, sendo uma parte especial do culto religioso,[1] é por Deus exigida de todos os homens;[2] e, para que seja aceita, deve ser feita no

P. 49: Qual é o segundo mandamento?

R.: O segundo mandamento é: "Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto; porque eu sou o SENHOR teu Deus, Deus zeloso, que visito a iniqüidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos".[1]

[1] Êx 20.4-6

P. 50: O que exige o segundo mandamento?

R.: O segundo mandamento exige que recebamos, observemos e guardemos puros e intactos todo o culto e as ordenanças religiosas que Deus instituiu na sua Palavra.[1]

[1] Dt 32.46; Mt 28.20; At 2.42

P. 51: O que o segundo mandamento proíbe?

R.: O segundo mandamento proíbe adorar a Deus por meio de imagens,[1] ou de qualquer outro modo não prescrito na sua Palavra.[2]

[1] Dt 4.15-19; Êx 32.5,8
[2] Dt 12.31,32

P. 52: Quais são as razões anexas ao segundo mandamento?

R.: As razões anexas ao segundo mandamento são a soberania[1] de Deus e o seu

P. 107: Qual é o segundo mandamento?

R.: O segundo mandamento é: "Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto; porque eu sou o SENHOR, teu Deus, Deus zeloso, que visito a iniqüidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos".[1]

[1] Êx 20.4-6

P. 108: Quais são os deveres exigidos no segundo mandamento?

R.: Os deveres exigidos no segundo mandamento são: receber, observar e guardar, puros e inalterados, todo o culto e todas as ordenanças religiosas que Deus instituiu na sua Palavra,[1] especialmente a oração e as ações de graças em nome de Cristo;[2] a leitura, a prédica e o ouvir da Palavra;[3] a administração e a recepção dos sacramentos;[4] o governo e a disciplina da igreja;[5] o seu ministério e a sua manutenção;[6] o jejum religioso;[7] jurar em nome de Deus[8] e fazer os votos a ele;[9] bem como desaprovar, abominar e opor-se a todo culto falso,[10] e, segundo a posição e a vocação de um, a eliminação de tal culto e de todos os símbolos de idolatria.[11]

[1] Dt 32.46,47; Mt 28.20; At 2.42; 1Tm 6.13,14
[2] Fp 4.6; Ef 5.20
[3] Dt 17.18,19; At 15.21; 2Tm 4.2; Tg 1.21,22; At 10.33
[4] Mt 28.19; 1Co 11.23-30
[5] Mt 18.15-17; 16.19; 1Co 5; 12.28
[6] Ef 4.11,12; 1Tm 5.17,18; 1Co 9.7-15
[7] Jl 2.12,13; 1Co 7.5
[8] Dt 6.13
[9] Is 19.21; Sl 76.11
[10] At 17.16,17; Sl 16.4
[11] Dt 7.5; Is 30.22

P. 109: Quais são os pecados proibidos no segundo mandamento?

R.: Os pecados proibidos no segundo mandamento são: estabelecer,[1] aconselhar,[2] mandar,[3] usar[4] e aprovar, de qualquer modo, qualquer culto religioso não instituído por Deus;[5] tolerar uma falsa religião;[6] fazer qualquer imagem de Deus, de todas ou de qualquer das três Pessoas, quer interiormente no espírito, quer exteriormente, em qualquer forma de imagem ou semelhança de alguma criatura;[7] toda a adoração dela,[8] ou de Deus nela ou por meio dela;[9] fazer qualquer imagem de deuses imaginários[10] e todo culto ou serviço a eles pertencentes;[11] todas as invenções supersticiosas,[12] a corrupção do culto de Deus,[12] acrescentando ou tirando dele,[14] quer sejam inventadas e adotadas por nós,[15] quer recebidas por tradição de outros,[16] embora sob o título de antigüidade,[17] de costume,[18] de devoção,[19] de boa intenção, ou por qualquer outro pretexto;[20] a simonia,[21] o sacrilégio,[22] toda negligência,[23] desprezo,[24] impedimento[25] e oposição ao culto e ordenanças que Deus instituiu.[26]

[1] Nm 15.39
[2] Dt 13.6-8
[3] Os 5.11; Mq 6.16
[4] 1Rs 11.33; 12.33
[5] Dt 12.30-32
[6] Dt 13.6-12; Zc 13.2,3; Ap 2.2,14,15,20; 17.12,16,17

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Afirmamos, também, que o bem-aventurado bispo Epifânio procedeu bem quando, ao encontrar nas portas de uma igreja um véu no qual estava pintada uma figura que se dizia ser de Cristo ou de algum santo, rasgou-o e o arrancou dali, por ver, contra a autoridade das Escrituras, a figura de um homem afixada na igreja de Cristo. Por isso, ele ordenou que dali por diante tais véus, que eram contrários à nossa religião, não fossem afixados na igreja de Cristo, mas antes fossem removidas essas coisas duvidosas, indignas da igreja de Cristo e dos fiéis. Além disso, aprovamos esta afirmação de Agostinho sobre a verdadeira religião: "Não seja a nossa religião um culto de obras humanas: os próprios artistas que as fazem são melhores do que elas; no entanto, não devemos adorá-los" (*De Vera Religione*, IV, 108).

V. Da adoração, do culto e da invocação de Deus por meio de Jesus Cristo, único mediador

1. Ensinamos que somente o verdadeiro Deus deve ser adorado e cultuado. Esta honra não concedemos a nenhum outro, segundo o mandamento do Senhor: "Ao Senhor, teu Deus, adorarás, e só a ele darás culto" (Mt 4.10). Sem dúvida, todos os profetas censuraram muitíssimo povo de Israel todas as vezes que este adorou e cultuou deuses estranhos e não o único Deus verdadeiro.

2. E ensinamos que Deus deve ser adorado e cultuado como ele mesmo nos ensinou a cultuá-lo, ou seja, "em Espírito e em verdade" (Jo 4.23,24), e não com qualquer superstição, mas com sinceridade, segundo a sua Palavra; para que, em tempo algum, não venha ele a dizer-nos: "Quem vos requereu o só pisardes os meus átrios?" (Is 1.12; Jr 6.20). O apóstolo Paulo também diz: "[Deus] não é servido por mãos humanas, como se de alguma coisa precisasse" (At 17.25).

4. Por essa razão não adoramos, nem cultuamos nem invocamos os santos dos céus, nem outros deuses, nem os reconhecemos como nossos intercessores ou mediadores perante o Pai que está no céu. Deus e Cristo, o mediador, nos são suficientes. Nem concedemos a outros a honra que é devida somente a Deus e ao seu Filho, porque ele claramente disse: "A minha glória, pois, não a darei a outrem" (Is 42.8). E porque Pedro disse: "Porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos", a não ser o nome de Cristo (At 4.12). Não há dúvida de que aqueles que descansam nele em fé não buscam coisa alguma além de Cristo.

5. Entretanto, não desprezamos os santos nem os tratamos como seres vulgares. Reconhecemo-los como membros vivos de Cristo e amigos de Deus,

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

nome do Filho,[3] com a ajuda do seu Espírito,[4] segundo a sua vontade,[5] e isso com entendimento, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança,[6] e, se em voz alta, numa língua conhecida.[7]

[1] Fp 4.6
[2] Sl 65.2
[3] Jo 14.13,14; 1Pe 2.5
[4] Rm 8.26
[5] 1Jo 5.14
[6] Sl 47.7; Ec 5.1,2; Hb 12.28; Gn 18.27; Tg 5.16; 1.6,7; Mc 11.24; Mt 6.12,14,15; Cl 4.2; Ef 6.18
[7] 1Co 14.14

4. A oração deve ser feita por coisas lícitas,[1] e por todas as classes de homens que existem atualmente ou que existirão no futuro,[2] mas não pelos mortos,[3] nem por aqueles que se saiba terem cometido o pecado para a morte.[4]

[1] 1Jo 5.14
[2] 1Tm 2.1,2; Jo 17.20; 2Sm 7.29; Rt 4.12
[3] 2Sm 12.21-23; Lc 16.25,26; Ap 14.13
[4] 1Jo 5.16

5. A leitura das Escrituras, com o temor divino;[1] a sã pregação da Palavra[2] e a consciente atenção a ela, em obediência a Deus, com inteligência, fé e reverência;[3] o cântico de salmos, com graça no coração,[4] bem como a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo – são partes do culto ordinário a Deus,[5] além dos juramentos religiosos,[6] os votos,[7] os jejuns solenes[8] e as ações de graça em ocasiões especiais,[9] os quais, em seus vários tempos e ocasiões próprias, devem ser usados de um modo santo e religioso.[10]

[1] At 15.21; Ap 1.3
[2] 2Tm 4.2
[3] Tg 1.22; At 10.33; Mt 13.19; Hb 4.2; Is 66.2
[4] Cl 3.16; Ef 5.19; Tg 5.13
[5] Mt 28.19; 1Co 11.23-29; At 2.42

direito de propriedade[2] sobre nós e o zelo que ele tem pelo seu culto.[3]

[1] Sl 95.2,3,5
[2] Sl 45.11
[3] Êx 34.13,14

[7] Dt 4.15-19; At 17.29; Rm 1.21-23,25
[8] Dn 3.18; Gl 4.8
[9] Êx 32.5
[10] Êx 32.8
[11] 1Rs 18.26,28; Is 65.11
[12] At 17.22; Cl 2.21-23
[13] Ml 1.7,8,14
[14] Dt 4.2
[15] Sl 106.39
[16] Mt 15.9
[17] 1Pe 1.18
[18] Jr 44.17
[19] Is 65.3-5; Gl 1.13,14
[20] 1Sm 13.11,12; 15.21
[21] At 8.18
[22] Rm 2.22; Ml 3.8
[23] Êx 4.24-26
[24] Mt 22.5; Ml 1.7,13
[25] Mt 23.13
[26] At 13.44,45; 1Ts 2.15,16

P. 110: Quais são as razões anexas ao segundo mandamento para lhe dar maior força?

R.: As razões anexas ao segundo mandamento, para lhe dar maior força, contidas nestas palavras: "Porque eu sou o SENHOR, teu Deus, Deus zeloso, que visito a iniqüidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos",[1] são, além da soberania de Deus sobre nós, e o seu direito de propriedade sobre nós,[2] o seu fervoroso zelo pelo culto a si mesmo,[3] a sua indignação vingadora contra todo falso culto, considerando-o uma prostituição espiritual,[4] tendo os violadores desse mandamento como odiando-o e ameaçando puni-los por várias gerações,[5] e tendo por amigos os que guardam os seus mandamentos, prometendo-lhes a misericórdia até mil gerações.[6]

[1] Êx 20.5,6
[2] Sl 45.11; Ap 15.3,4
[3] Êx 34.13,14
[4] 1Co 10.20-22; Jr 7.18-20; Ez 16.26,27; Dt 32.16-20
[5] Os 2.2-4
[6] Dt 5.29

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Segunda Confissão Helvética (cont.)

que venceram gloriosamente a carne e o mundo. Por isso nós os amamos como irmãos e também os honramos; não, porém, com qualquer espécie de culto, mas os encaramos com apreciação e respeito e com justos louvores. Também os imitamos, pois com ardentíssimos anseios e súplicas desejamos ser imitadores da sua fé e das suas virtudes, partilhar com eles a salvação eterna, habitar eternamente com eles na presença de Deus e regozijar-nos com eles em Cristo. Neste ponto aprovamos o que diz Santo Agostinho no seu livro *De Vera Religione*: "Não seja a nossa religião um culto de mortos. Pois, se viveram vidas santas, não devemos supor que estejam à procura de tais honras; ao contrário, querem que adoremos aquele por cuja iluminação eles se alegram de que sejamos conservos dos seus méritos. Devem, portanto, ser honrados pela imitação, e não adorados por religião". (*De Vera Religione*, LV, 108).

6. Muito menos cremos que as relíquias dos santos devem ser adoradas ou cultuadas. Os santos antigos parecem ter honrado suficientemente os seus mortos, se, de modo decente, entregavam seus restos mortais à terra, depois que a alma deles tinha subido para o céu. E consideravam que as mais nobres relíquias de seus ancestrais eram suas virtudes, sua doutrina e sua fé, as quais, como eles as recomendavam pelo louvor dos seus mortos, assim se esforçavam para imitá-las enquanto viviam na terra.

O terceiro mandamento

P. 99: O que é exigido no terceiro mandamento?

R.: Que nós, não só por amaldiçoar,[1] ou cometer perjúrio, mas também por jurar de modo irrefletido,[2] não devemos profanar o nome de Deus ou insultá-lo; e nem pelo silêncio ou conivência sermos participantes desses pecados horríveis em outros; que, em resumo, não usemos o santo nome de Deus[3] de nenhum outro modo que não com temor e reverência, de modo que ele possa ser confessado[4] e cultuado corretamente por nós,[5] e seja glorificado em todas as nossas palavras e obras.

[1] Lv 24.11; Lv 19.12; Mt 5.37; Lv 5.4
[2] Is 45.23,24
[3] Mt 10.32
[4] 1Tm 2.8
[5] 1Co 3.16,17

P. 100: Então, blasfemar o nome de Deus por juramentos e maldições é um pecado tão grande que Deus se ira também

V. Da adoração, do culto e da invocação de Deus por meio de Jesus Cristo, único mediador

7. Os homens antigos não juravam senão pelo nome do único Deus, Javé, como ordenava a lei divina. Portanto, assim como ela proíbe jurar pelo nome de deuses estranhos (Êx 23.13; Dt 10:20; Js 23.7), do mesmo modo não juramos em nome dos santos, como se exige de nós. Rejeitamos, portanto, em todas estas questões, uma doutrina que atribui mais do que é devido aos santos que estão nos céus.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Confissão de Fé de Westminster (cont.)

[8] Dt 6.13; Ne 10.29
[7] Is 19.21; Ec 5.4,5
[8] Jl 2.12; Et 4.16; Mt 9.15; 1Co 7.5
[9] Sl 107; Et 9.22
[10] Hb 12.28

6. Agora, sob o evangelho, nem a oração, nem qualquer outro ato do culto religioso é restrito a um certo lugar, nem se torna mais aceitável por causa do lugar em que se ofereça ou para o qual se dirija;[1] mas Deus deve ser adorado em todo lugar,[2] em espírito e em verdade,[3] tanto em família,[4] diariamente,[5] e em secreto, estando cada um sozinho,[6] como também, mais solenemente, em assembléias públicas, que não devem ser descuidadas, nem voluntariamente desprezadas nem abandonadas, sempre que Deus, pela sua providência, proporcione ocasião.[7]

[1] Jo 4.21
[2] Ml 1.11; 1Tm 2.8
[3] Jo 4.23,24
[4] Jr 10.25; Dt 6.6,7; Jó 1.5; 2Sm 6.18,20; 1Pe 3.7. At 10.2
[5] Mt 6.11
[6] Mt 6.6; Ef 6.18
[7] Is 56.6,7; Hb 10.25; Pv 1.20,21,24; 8.34; At 2.42; Lc 4.16; At 2.42

XXII. Dos juramentos legais e dos votos

1. O Juramento, quando lícito, é uma parte do culto religioso[1] pelo qual o crente, em ocasiões necessárias e com toda a solenidade, chama a Deus por testemunha do que declara ou promete; pelo juramento, ele invoca a Deus para julgá-lo segundo a verdade ou a falsidade do que jura.[2]

[1] Dt 10.20
[2] Êx 20.7; Lv 19.12; 2Co 1.23; 2Cr 6.22,23

2. O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus, nome que deve ser usado com todo o santo temor e reverência.[1] Portanto, jurar falsa ou temerariamente por esse glorioso e tremendo Nome, ou jurar por qualquer outra coisa é pecaminoso e abominável.[2] Contudo, em assuntos de gravidade e importância, o juramento é autorizado pela Palavra de Deus, tanto sob o Novo Testamento quanto sob o Antigo;[3] assim sendo, quando exigido pela autori-

P. 53: Qual é o terceiro mandamento?

R.: O terceiro mandamento é: "Não tomarás o nome do SENHOR, teu Deus, em vão, porque o SENHOR não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão".[1]

[1] Êx 20.7

P. 54: O que o terceiro mandamento exige?

R.: O terceiro mandamento exige o santo e reverente uso dos nomes,[1] títulos,[2] atributos,[3] ordenanças,[4] palavras[5] e obras de Deus.[6]

[1] Mt 6.9; Dt 28.58
[2] Sl 68.4
[3] Ap 15.3,4
[4] Ml 1.11,14
[5] Sl 138.1,2
[6] Jó 36.24

P. 55: O que o terceiro mandamento proíbe?

R.: O terceiro mandamento proíbe toda profanação ou abuso de quaisquer coisas por meio das quais Deus se faz conhecer.[1]

[1] Mt 1.6,7,12; 2.2; 3.14

P. 111: Qual é o terceiro mandamento?

R.: O terceiro mandamento é: "Não tomarás o nome do SENHOR, teu Deus, em vão, porque o SENHOR não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão".[1]

[1] Êx 20.7

P. 112: O que o terceiro mandamento exige?

R.: O terceiro mandamento exige que o nome de Deus, os seus títulos, atributos,[1] ordenanças,[2] a Palavra,[3] os sacramentos,[4] a oração,[5] os juramentos,[6] os votos,[7] as sortes,[8] suas obras[9] e tudo quanto pelo que Deus se faz conhecer, sejam santa e reverentemente usados em nossos pensamentos,[10] meditações,[11] palavras[12] e escritos,[13] por uma confissão santa[14] e um comportamento conveniente,[15] para a glória de Deus[16] e para o nosso bem[17] e o do nosso próximo.[18]

[1] Mt 6.9; Dt 28.58; Sl 29.2; 68.4; Ap 15.3,4
[2] Ml 1.14; Ec 5.1
[3] Sl 138.2
[4] 1Co 11.24,25,28,29
[5] 1Tm 2.8
[6] Jr 4.2
[7] Ec 5.2,4-6
[8] At 1.24,26
[9] Jó 36.24
[10] Ml 3.16
[11] Sl 8.1,3,4,9
[12] Cl 3.17; Sl 105.2,5
[13] Sl 102.18
[14] 1Pe 3.15; Mq 4.5
[15] Fp 1.27
[16] 1Co 10.31
[17] Jr 32.39
[18] 1Pe 2.12

P. 113: Quais são os pecados proibidos no terceiro mandamento?

R.: Os pecados proibidos no terceiro mandamento são: não usar o nome de Deus como nos é exigido[1] e insultá-lo por uma menção ignorante,[2]

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

contra aqueles que não se esforçam para impedir e proibir essas coisas?

R.: Não há dúvida que sim, pois não há pecado maior ou que mais provoque a ira de Deus do que a profanação do seu nome,[1] de modo que ele ordenou que esse pecado fosse punido com a morte.[2]

[1] Lv 5.1
[2] Lv 24.15

P. 101: Mas não podemos nós, de modo piedoso, fazer juramento em nome de Deus?

R.: Sim, podemos, quando as autoridades o exigirem ou quando for preciso para manter e promover a fidelidade e a verdade, para a glória de Deus e a segurança do próximo,[1] pois esse tipo de juramento está fundamentado na Palavra de Deus,[2] e era praticado, com razão, pelos santos tanto do Antigo quando do Novo Testamento.[3]

[1] Êx 22.11; Ne 13.25
[2] Dt 6.13; Hb 6.16
[3] Gn 21.24; Js 9.15,19; 1Sm 24.22; 2Co 1.23; Rm 1.9

P. 102: Podemos jurar também pelos santos ou por outras criaturas?

R.: Não, porque o juramento legítimo é uma invocação a Deus, para que ele, o único que conhece os corações, testemunhe da verdade e me castigue se eu jurar falsamente,[1] honra essa que não é devida a criatura alguma.[2]

[1] 2Co 1.23
[2] Mt 5.34,35

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

dade legal, o juramento deve ser feito.[4]

[1] Dt 6.13
[2] Êx 20.7; Jr 5.7; Mt 5.34,37; Tg 5.12
[3] Hb 6.16; 2Co 1.23; Is 65.16
[4] 1Rs 8.31; Ne 13.25; Ed 10.5

3. Quem vai fazer um juramento deve considerar refletidamente a gravidade de ato tão solene, e nada afirmar de cuja verdade não esteja plenamente persuadido,[1] obrigando-se tão-somente por aquilo que é justo e bom, e que tem como tal, e por aquilo que pode e está resolvido a cumprir.[2] No entanto, é pecado recusar prestar juramento concernente a qualquer coisa justa e boa, que seja exigido pela autoridade legal.[3]

[1] Êx 20.7; Jr 4.2
[2] Gn 24.2,3,5,6,8,9
[3] Nm 5.19,21; Ne 5.12; Êx 22.7-11

4. O juramento deve ser feito de acordo com o sentido claro e óbvio das palavras, sem equívoco ou restrição mental.[1] Ele não pode obrigar a pecar, mas, sendo feito com referência a qualquer coisa não-pecaminosa, obriga ao cumprimento, mesmo com prejuízo de quem jura.[2] Ele não deve ser violado, ainda que tenha sido feito a hereges ou infiéis.[3]

[1] Jr 4.2; Sl 24.4
[2] 1Sm 25.22,32-34; Sl 15.4
[3] Ez 17.16,18,19; Js 9.18,19; 2Sm 21.1

5. O voto é da mesma natureza que o juramento promissório; deve ser feito com o mesmo cuidado religioso e cumprido com igual fidelidade.[1]

[1] Is 19.21; Ec 5.4-6; Sl 61.8; 66.13,14

6. O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas somente a Deus;[1] para que seja aceitável, ele deve ser feito

P. 56: Qual é a razão anexa ao terceiro mandamento?

R.: A razão anexa ao terceiro mandamento é que, embora os transgressores deste mandamento possam escapar do castigo dos homens, o Senhor nosso Deus não os deixará escapar do seu justo juízo.[1]

[1] 1Sm 2.12,17,22,29; 3.13; Dt 28.58,59

vã,[3] irreverente, profana,[4] supersticiosa[5] ou ímpia, ou outro modo pecaminoso de usar os títulos, atributos,[6] ordenanças,[7] ou obras de Deus,[8] por meio da blasfêmia,[9] do perjúrio,[10] de todas as maldições,[11] dos juramentos,[12] dos votos[13] e das sortes;[14] a violação dos nossos juramentos e votos, quando lícitos,[15] e o cumprimento deles, se por coisas ilícitas;[16] resmungar e se queixar,[17] bem como pesquisar de modo curioso[18] e fazer má aplicação dos decretos[19] e da providência[20] de Deus; e a má interpretação[21] e a má aplicação[22] ou a adulteração da Palavra de Deus ou de qualquer parte dela,[23] para zombarias profanas,[24] as questões curiosas e sem proveito, as vãs contendas de palavras ou a defesa de doutrinas falsas;[25] o abuso da Palavra, das criaturas ou de qualquer coisa compreendida sob o nome de Deus, para encantamentos[26] ou concupiscências e práticas pecaminosas;[27] a maledicência,[28] o desprezo,[29] a vituperação,[30] ou qualquer oposição à verdade, à graça e aos caminhos de Deus;[31] professar a religião de modo hipócrita ou para fins sinistros;[32] ter vergonha da religião[33] ou ser uma vergonha para ela, por uma conduta inconveniente,[34] imprudente,[35] infrutífera[36] e ofensiva,[37] ou por apostasia.[38]

[1] Ml 2.2
[2] At 17.23
[3] Pv 30.9
[4] Ml 1.6,7,12; Ml 3.14
[5] 1 Sm 4.3-5; Jr 7.4,9,10,14,31; Cl 2.20-22
[6] 2Rs 18.30; Êx 5.2; Sl 139.20
[7] Sl 50.16,17
[8] Is 5.12
[9] 2Rs 19.22; Lv 24.11
[10] Zc 5.4; 8.17
[11] 1Sm 17.43; 2Sm 16.5
[12] Jr 5.7; 23.10
[13] Dt 23.18; At 23.12,14
[14] Et 3.7; 9.24; Sl 22.18
[15] Sl 24.4; Ez 17.16,18,19
[16] Mc 6.26; 1Sm 25.22,32-34
[17] Rm 9.14,19,29
[18] Dt 29.29
[19] Rm 3.5,7; 6.1,2
[20] Ec 8.11; 9.3; Sl 39
[21] Mt 5.21
[22] Ez 13.22
[23] 2Pe 3.16; Mt 22.24-31
[24] Is 22.13; Jr 23.34,36,38
[25] 1Tm 1.4,6,7; 6.4,5,20; 2Tm 2.14; Tt 3.9
[26] Dt 18.10-14; At 19.13
[27] 2Tm 4.3,4; Rm 13.13,14; 1Rs 21.9,10; Jd 4
[28] At 13.45; 1Jo 3.12
[29] Sl 1.1; 2Pe 3.3
[30] 1Pe 4.4
[31] At 13.45,46,50; At 4.18; 19.9; 1Ts 2.16; Hb 10.29
[32] 2Tm 3.5; Mt 23.14; 6.1,2,5,16
[33] Mc 8.38
[34] Sl 73.14,15
[35] 1Co 6.5,6; Ef 5.15-17
[36] Is 5.4; 2Pe 1.8,9
[37] Rm 2.23,24
[38] Gl 3.1,3; Hb 6.6

P. 114: Quais são as razões anexas ao terceiro mandamento?

R.: As razões anexas ao terceiro mandamento, contidas nestas palavras: "O SENHOR, teu Deus", e, "porque o SENHOR não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão",[1] são que, porque ele é o Senhor e nosso Deus, o seu nome não deve ser profanado nem de modo algum insultado por nós,[2] especialmente porque ele estará tão longe de absolver e poupar os transgressores deste mandamento, que não os deixará escapar do seu justo juízo,[3] embora muitos escapem das censuras e punições dos homens.[4]

[1] Êx 20.7
[2] Lv 19.12
[3] Ez 36.21-23; Dt 28.58,59; Zc 5.2-4
[4] 1Sm 2.12,17,22,24; 3.13

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

O quarto mandamento

P. 103: O que Deus ordena no quarto mandamento?

R.: Em primeiro lugar, que o ministério do evangelho e as escolas cristãs sejam mantidos;[1] e que eu, especialmente no domingo, ou seja, no dia de descanso,[2] devo ir à igreja de Deus[3] para ouvir a sua Palavra, participar dos sacramentos,[4] invocar o nome de Deus publicamente[5] e contribuir para aliviar a situação dos necessitados.[6] Em segundo lugar, devo, todos os dias da minha vida, desistir das más obras e entregar-me ao Senhor, para que ele atue em mim pelo seu Santo Espírito, e assim, começar nesta vida o descanso eterno.[7]

[1] Dt 12.19; Tt 1.5; 1Tm 3.14,15; 1Co 9.11; 2Tm 2.2; 1Tm 3.15
[2] Lv 23.3
[3] At 2.42,46; 1Co 14.19,29,31
[4] 1Co 11.33
[5] 1Tm 2.1
[6] 1Co 16.2
[7] Is 66.23

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Confissão de Fé de Westminster (cont.)

voluntariamente, com fé e consciência de dever, em reconhecimento de misericórdias recebidas ou para obter o que desejamos. Pelo voto, obrigamo-nos mais restritamente aos deveres necessários ou a outras coisas, até onde ou quando elas conduzirem a esses deveres.[2]

[1] Sl 76.11; Jr 44.25,26
[2] Dt 23.21-23; Sl 50.14; Gn 28.20-22; 1Sm 1.11; Sl 66.13,14; 132.2-5

7. Ninguém deve prometer fazer coisa alguma que seja proibida pela Palavra de Deus, ou que embarace o cumprimento de qualquer dever nela ordenado, nem o que não está no seu poder cumprir e para cuja execução não tenha promessa ou poder de Deus;[1] por isso, os votos monásticos, que os papistas fazem, de celibato perpétuo, pobreza voluntária e obediência regular, em vez de serem graus de maior perfeição, não passam de laços supersticiosos e iníquos com os quais nenhum cristão deve embaraçar-se.[2]

[1] At 23.12,14; Mc 6.26; Nm 30.5,8,12,13
[2] Mt 19.11,12; 1Co 7.2,9; Ef 7.2,9; Ef 4.8; 1Pe 4.2; 1Co 7.23

XXI. Do culto religioso e do domingo

7. Como é lei da natureza que, em geral, uma devida proporção de tempo seja destinada ao culto de Deus, assim também, na sua Palavra, por um preceito positivo, moral e perpétuo, que obriga todos os homens, em todos os tempos, Deus designou particularmente um dia em sete para ser um sábado que deve ser conservado santo para ele;[1] desde o princípio do mundo, até à ressurreição de Cristo, esse dia foi o último da semana; e desde a ressurreição de Cristo, foi mudado para o primeiro dia da semana,[2] dia que na Escritura é chamado de dia do Senhor,[3] e que há de continuar até ao fim do mundo como o sábado cristão.[4]

[1] Êx 20.8,10,11; Is 56.2,4,6,7
[2] Gn 2.2,3; 1Co 16.1,2; At 20.7
[3] Ap 1.10
[4] Êx 20.8,10; Mt 5.17,18

8. Esse sábado é santificado ao Senhor quando os homens, tendo devidamente preparado o seu coração e de antemão ordenado os seus negócios ordinários, não só guardam, durante todo o dia, um santo descanso das suas

P. 57: Qual é o quarto mandamento?

R.: O quarto mandamento é: "Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do SENHOR, teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque, em seis dias, fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o SENHOR abençoou o dia de sábado e o santificou".[1]

[1] Êx 20.8-11

P. 58: O que o quarto mandamento exige?

R.: O quarto mandamento exige que consagremos a Deus os tempos determinados na sua Palavra, particularmente um dia inteiro em cada sete, para ser um dia de santo descanso a ele dedicado.[1]

[1] Dt 5.12-14

P. 115: Qual é o quarto mandamento?

R.: O quarto mandamento é: "Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do SENHOR, teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque, em seis dias, fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o SENHOR abençoou o dia de sábado e o santificou".[1]

[1] Êx 20.8-11

P. 116: O que é exigido no quarto mandamento?

R.: O quarto mandamento exige de todos os homens que santifiquem ou guardem santos para Deus todos os tempos especificados, que Deus designou na sua Palavra, expressamente um dia inteiro em cada sete, que era o sétimo dia desde o princípio do mundo até a ressurreição de Cristo, e o primeiro dia da semana desde então até ao dia de hoje, e há de assim continuar até ao fim do mundo; o qual é o sábado cristão,[1] e que no Novo Testamento é chamado o Dia do Senhor (o domingo).[2]

[1] Dt 5.12-14; Gn 2.2,3; 1Co 16.1,2; At 20.7; Mt 5.17,18; Is 56.2,4,6,7
[2] Ap 1.10

P. 117: Como deve ser santificado o Dia do Senhor ou o domingo?

R.: O domingo, ou Dia do Senhor, deve ser santificado por um santo descanso durante todo esse dia,[1] não somente de tudo quanto é sempre pecaminoso, mas até de todas as ocupações e recreios seculares que são permitidos em outros dias;[2] e em fazê-lo o nosso deleite, passando todo o tempo (exceto aquela parte que deve ser empregada em obras de necessidade e misericórdia[3]) nos exercícios públicos e particulares do culto de Deus.[4] Para este fim devemos preparar o nosso coração, e, com toda previsão, diligência e moderação, dispor e convenientemente arranjar os nossos negócios seculares, para que sejamos mais livres e mais prontos para os deveres desse dia.[5]

[1] Êx 20.8,10
[2] Êx 16.25,28; Ne 13.15-22; Jr 17.21,22
[3] Mt 12.1-13
[4] Is 58.13; Lc 4.16; At 20.7; 1Co 16.1,2; Sl 92 título; Is 66.23; Lv 23.3
[5] Êx 20.8; Lc 23.54,56; 16.22. 25,26,29; Ne 13.19

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

obras, palavras e pensamentos a respeito de seus empregos seculares e das suas recreações,[1] mas também ocupam todo o tempo em exercícios públicos e particulares de culto e nos deveres de necessidade e de misericórdia.[2]

[1] Êx 20.8; 16.23,25,26,29,30; 31.15-17; Is 58.13; Ne 31.15-22
[2] Is 58.13; Mt 12.1.13

P. 59: Qual dos sete dias Deus designou para esse descanso semanal?

R.: Desde o princípio do mundo, até à ressurreição de Cristo, Deus designou o sétimo dia da semana para o descanso semanal; e, desde então, prevaleceu o primeiro dia da semana para continuar sempre até ao fim do mundo, que é o sábado cristão, ou o domingo.[1]

[1] Gn 2.2,3; 1Co 16.1,2; At 20.7

P. 60: De que modo o domingo deve ser santificado?

R.: O domingo deve ser santificado com um santo repouso durante todo esse dia,[1] até mesmo das ocupações e recreações temporais que são permitidas nos outros dias,[2] empregando todo o tempo em exercícios públicos e particulares de adoração a Deus,[3] exceto o tempo suficiente para as obras de pura necessidade e misericórdia.[4]

[1] Êx 20.8,10; 16.25-28
[2] Ne 13.15-22
[3] Lc 4.16; At 20.7; Sl 92 título; Is 66.23
[4] Mt 12.1-31

P. 61: O que o quarto mandamento proíbe?

R.: O quarto mandamento proíbe a omissão ou a negligência no cumprimento dos deveres exigidos,[1] e a profanação desse dia pela ociosidade,[2] por fazer o que é em si mesmo pecaminoso[3] ou por pensamentos, palavras ou obras desnecessários acerca das nossas ocupações e recreações temporais.[4]

[1] Ez 22.26; Am 8.5; Ml 1.13
[2] At 20.7,9
[3] Ez 23.38
[4] Jr 17.24-26; Is 58.13

P. 62: Quais são as razões anexas ao quarto mandamento?

R.: As razões anexas ao quarto mandamento são: a per-

P. 118: Por que o mandamento de guardar o Dia do Senhor (o domingo) é mais especialmente dirigido aos chefes de famílias e a outros superiores?

R.: O mandamento de guardar o Dia do Senhor (o domingo) é mais especialmente dirigido aos chefes de família e a outros superiores, porque estes são obrigados, não somente a guardá-lo por si mesmos, mas a fazer que seja observado por todos os que estão sob o seu cuidado; e porque eles são, às vezes, propensos a impedi-los por trabalhos seus.[1]

[1] Êx 20.10; Js 24.15; Ne 13.15-17; Jr 17.20-22; Êx 23.12

P. 119: Quais são os pecados proibidos no quarto mandamento?

R.: Os pecados proibidos no quarto mandamento são: toda omissão dos deveres exigidos,[1] todo o cumprimento descuidado, negligente e sem proveito, e o fato de ficar cansado deles;[2] toda profanação do tempo pela ociosidade e por fazer o que é em si pecaminoso,[3] e por todas as obras, palavras e pensamentos desnecessários sobre as ocupações e os recreios seculares.[4]

[1] Ez 22.26
[2] At 20.7,9; Ez 33.30-32; Am 8.5; Ml 1.13
[3] Ez 23.38
[4] Jr 17.24,27; Is 58.13

P. 120: Quais são as razões anexas ao quarto mandamento, para lhe dar maior força?

R.: As razões anexas ao quarto mandamento, para lhe dar maior força, são derivadas da eqüidade dele, concedendo-nos Deus seis dias de cada sete para os nossos trabalhos, e reservando um só para si, nestas palavras: "Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra";[1] de Deus reclamar uma propriedade especial sobre esse dia: "O sétimo dia é o sábado do SENHOR, teu Deus";[2] do exemplo de Deus, que "em seis dias, fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há, e, ao sétimo dia, descansou"; e da bênção que Deus conferiu a esse dia, não somente santificando-o para ser um dia para o seu serviço, mas também determinando-o para ser um meio de bênção para nós em santificá-lo: "por isso, o SENHOR abençoou o dia de sábado e o santificou".[3]

[1] Êx 20.9
[2] Êx 20.10
[3] Êx 20.11

P. 121: Por que a expressão "lembra-te" está colocada no início do quarto mandamento?

R.: A expressão "lembra-te" está colocada no início do quarto mandamento[1] em parte pelo grande benefício que há em nos lembrarmos dele, sendo nós assim ajudados na nossa preparação para guardá-lo;[2] e porque, pelo fato de guardá-lo, somos ajudados a guardar melhor todos os demais mandamentos,[3] e a continuar em grata recordação dos dois grandes benefícios da criação e da redenção, que contêm em si um breve resumo da religião;[4] e, em parte, porque somos propensos a esquecer-nos deste mandamento,[5] visto haver menos luz da natureza a respeito dele,[6] e restringir a nossa liberdade natural quanto a coisas permitidas em outros dias;[7] porque este dia vem somente uma vez em cada sete, e muitos negócios seculares intervêm e muitas vezes nos impedem de pensar nesse dia, seja para nos prepararmos, seja para o santificar;[8] e porque Satanás, com os seus instrumentos, se esforça para apagar a glória e até a memória desse dia, para introduzir a irreligião e a impiedade.[9]

[1] Êx 20.8
[2] Êx 16.23; Lc 23.54; Mc 15.42; Ne 13.19

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heldelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

O quinto mandamento

P. 104: O que Deus exige no quinto mandamento?

R.: Que devo prestar toda honra, amor e fidelidade ao meu pai, à minha mãe e a todos aqueles que têm autoridade sobre mim; que eu devo submeter-me à boa instrução e disciplina deles com a devida obediência;[1] e também pacientemente suportar os seus defeitos e as suas fraquezas,[2] porque Deus se agrada em nos governar pelas mãos deles.[3]

[1] Ef 6.1,2, etc.; Cl 3.18,20; Ef 5.22; Rm 1.31
[2] Pv 23.22
[3] Ef 6.5,6; Cl 3.19,21; Rm 13.1-8; Mt 22.21

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
	missão que Deus nos concede de fazermos uso dos seis dias da semana para os nossos interesses temporais;[1] o fato de ele reclamar para si a propriedade especial do sétimo dia; o seu próprio exemplo; e a bênção que ele conferiu ao dia de descanso.[2] [1] Êx 20.9 [2] Êx 20.11	[3] Sl 92 título; Ez 20.12,19,20 [4] Gn 2.2,3; Sl 118.22,24; At 4.10,11; Ap 1.10 [5] Ez 22.26 [6] Ne 9.14 [7] Êx 34.21 [8] Dt 5.14,15; Am 8.5,6 [9] Lm 1.7; Jr 17.21-23; Ne 13.15-23

P. 63: Qual é o quinto mandamento?

R.: O quinto mandamento é: "Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o SENHOR, teu Deus, te dá".[1]

[1] Êx 20.12

P. 64: O que o quinto mandamento exige?

R.: O quinto mandamento exige a conservação da honra e o desempenho dos deveres pertencentes a cada um em suas diferentes condições e relações, como superiores,[1] inferiores[2] ou iguais.[3]

[1] Ef 5.21
[2] 1Pe 2.17
[3] Rm 12.10

P. 65: O que o quinto mandamento proíbe?

R.: O quinto mandamento proíbe fazer alguma coisa contra a honra e o dever que pertencem a cada um em suas diferentes condições e relações, bem como a negligência disso.[1]

[1] Mt 15.4-6; Ez 34.2-4; Rm 13.8

P. 123: Qual é o quinto mandamento?

R.: O quinto mandamento é: "Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o SENHOR, teu Deus, te dá".[1]

[1] Êx 20.12

P. 124: O que significam as palavras "pai" e "mãe" no quinto mandamento?

R.: As palavras "pai" e "mãe", no quinto mandamento, abrangem não somente os pais naturais,[1] mas também todos os superiores em idade[2] e dons,[3] e especialmente todos aqueles que, por ordenação de Deus, estão colocados sobre nós em autoridade, quer na família,[4] na igreja[5] ou no Estado.[6]

[1] Pv. 23.22,25; Ef 6.1,2
[2] 1Tm 5.1,2
[3] Gn 4.20,21; Gn 45.8
[4] 2Rs 5.13
[5] 2Rs 2.12; 13.14; Gl 4.19
[6] Is 49.23

P. 125: Por que os superiores são chamados de "pai" e "mãe"?

R.: Os superiores são chamados de "pai" e "mãe" para lhes ensinar que, em todos os deveres para com os seus inferiores, eles devem, como verdadeiros pais, mostrar amor e ternura para com eles, de acordo com as seus diversos relacionamentos;[1] e também para levar os inferiores a cumprirem os seus deveres para com os seus superiores de modo pronto e alegre, como se estes fossem seus próprios pais.[2]

[1] Ef 6.4; 2Co 12.14; 1Ts 2.7,8,11; Nm 11.11,12
[2] 1Co 4.14-16; 2Rs 5.13

P. 126: Qual é o alcance geral do quinto mandamento?

R.: O alcance geral do quinto mandamento é o cumprimento dos deveres que mutuamente temos uns para com os outros em nossos vários relacionamentos como inferiores, superiores ou iguais.[1]

[1] Ef 5.21; 1Pe 2.17; Rm 12.10

P. 127: Qual é a honra que os inferiores devem aos superiores?

R.: A honra que os inferiores devem aos superiores é toda a devida reverência em coração,[1] em palavras[2] e em procedimento;[3] a oração e ações de graças por eles;[4] a imitação das suas virtudes e graças;[5] a pronta obe-

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

P. 66: Qual é a razão anexa ao quinto mandamento?

R.: A razão anexa ao quinto mandamento é: uma promessa de longa vida e prosperidade (tanto quanto sirva para a glória de Deus e para o bem do homem) a todos aqueles que guardam este mandamento.[1]

[1] Dt 5.16; Ef 6.2,3

diência aos seus mandamentos e conselhos legítimos;[6] a devida submissão às suas correções;[7] a fidelidade,[8] a defesa,[9] a manutenção e o apoio devido à pessoa e à autoridade deles, conforme os seus diversos graus e a natureza das suas posições;[10] suportar as fraquezas deles e encobri-las com amor,[11] para que sejam uma honra para eles e para o seu governo.[12]

[1] Ml 1.6; Lv 19.3
[2] Pv 31.28; 1Pe 3.6
[3] Lv 19.32; 1Rs 2.19
[4] 1Tm 2.1,2
[5] Hb 13.7; Fp 3.17
[6] Ef 6.1,2,5-7; 1Pe 2.13,14; Rm 13.1-5; Hb 13.17; Pv 4.3,4; 23.22; Êx 18.19,24
[7] Hb 12.9; 1Pe 2.18-20
[8] Tt 2.9,10
[9] 1Sm 26.15,16; 2Sm 18.3; Et 6.2
[10] Mt 22.21; Rm 13.6,7; 1Tm 5.17,18; Gl 6.6; Gn 45.11; 47.12
[11] 1Pe 2.18; Pv 23.22; Gn 9.23
[12] Sl 127.3-5; Pv 31.23

Catecismo Maior de Westminster (cont.)

P. 128: Quais são os pecados dos inferiores contra os seus superiores?

R.: Os pecados dos inferiores contra os seus superiores são: toda a negligência dos deveres exigidos para com eles;[1] a inveja,[2] o desprezo[3] e a rebelião[4] contra a pessoa[5] e a posição deles[6] nos seus conselhos,[7] mandamentos e correções legítimos;[8] a maldição, a zombaria[9] e todo comportamento rebelde e escandaloso, que vem a ser uma vergonha e desonra para eles e para o governo deles.[10]

[1] Mt 15.4-6
[2] Nm 11.28,29
[3] 1Sm 8.7; Is 3.5
[4] 2Sm 15.1-12
[5] Êx 21.15
[6] 1Sm 10.27
[7] 1Sm 2.25
[8] Dt 21.18-21
[9] Pv 30.11,17
[10] Pv 19.26

P. 129: O que é exigido dos superiores para com os seus inferiores?

R.: É exigido dos superiores, de acordo com o poder que recebem de Deus e a relação em que se acham colocados, que amem aos seus inferiores,[1] que orem por eles[2] e os abençoem;[3] que os instruam,[4] aconselhem e admoestem,[5] aprovando,[6] animando[7] e recompensando os que fazem o bem,[8] e reprovando,[9] repreendendo e castigando os que fazem o mal;[10] que os protejam[11] e forneçam-lhes tudo o que é necessário para a alma[12] e para o corpo;[13] e que, por um procedimento grave, prudente, santo e exemplar, glorifiquem a Deus,[14] honrem-se a si mesmos,[15] e assim preservem a autoridade com que Deus os investiu.[16]

[1] Cl 3.19; Tt 2.4
[2] 1Sm 12.23; Jó 1.5
[3] 1Rs 8.55,56; Hb 7.7; Gn 49.28
[4] Dt 6.6,7
[5] Ef 6.4
[6] 1Pe 3.7
[7] 1Pe 2.14; Rm 13.3
[8] Et 6.3
[9] Rm 13.3,4
[10] Pv 29.15; 1Pe 2.14
[11] Jó 29.12-17; Is 1.10,17
[12] Ef 6.4
[13] 1Tm 5.8
[14] 1Tm 4.12; Tt 2.3-5
[15] 1Rs 3.28
[16] Tt 2.15

P. 130: Quais são os pecados dos superiores?

R.: Os pecados dos superiores são, além da negligência dos deveres que lhe são exigidos,[1] a ambição desordenada,[2] a busca desordenada da própria glória,[3] do próprio repouso, do próprio proveito ou do próprio prazer;[4] mandar fazer coisas ilícitas[5] ou fora do poder dos inferiores;[6] aconselhá-los,[7] encorajá-los[8] ou favorecê-los naquilo que é mau;[9] dissuadi-los, desanimá-los ou reprová-los naquilo que é bom;[10] corrigi-los indevidamente;[11] expô-los descuidadamente ao dano, à tentação e ao perigo;[12] provocá-los à ira;[13] ou de qualquer modo desonrando-se a si mesmos, ou diminuindo a sua autoridade por um comportamento injusto, indiscreto, rigoroso ou negligente.[14]

[1] Ez 34.2-4
[2] Fp 2.21
[3] Jo 5.44; 7.18
[4] Is 56.10,11; Dt 17.17
[5] Dn 3.4-6; At 4.17,18
[6] Êx 5.10-18; Mt 23.2,4
[7] Mt 14.8; Mc 6.24
[8] 2Sm 13.28
[9] 1Sm 3.13
[10] Jo 7.46-49; Cl 3.21; Êx 5.17
[11] 1Pe 2.18-20; Hb 12.10; Dt 25.3
[12] Gn 38.11; At 18.17
[13] Ef 6.4
[14] Gn 9.21; 1Rs 12.13-16; 1.6; 1Sm 2.29-31

P. 131: Quais são os deveres dos iguais?

R.: Os deveres dos iguais são: considerar a dignidade e o valor uns dos outros,[1] ter cada um aos outros por superiores[2] e regozijar-se com os dons e o progresso uns dos outros como se fossem seus.[3]

[1] 1Pe 2.17
[2] Rm 12.10
[3] Rm 12.15,16; Fp 2.3,4

P. 132: Quais são os pecados dos iguais?

R.: Os pecados dos iguais são, além da negligência dos deveres exigidos,[1] a depreciação do valor,[2] a inveja dos dotes,[3] a tristeza pela prosperidade uns dos outros,[4] e a usurpação da primazia de uns sobre os outros.[5]

[1] Rm 13.8
[2] 2Tm 3.3
[3] At 7.9; Gl 5.26
[4] Nm 12.2; Et 6.12,13
[5] 3Jo 9; Lc 22.24

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

O sexto mandamento

P. 105: O que Deus exige no sexto mandamento?

R.: Que eu não devo desonrar, odiar, ferir ou matar o meu próximo, seja eu pessoalmente, ou por meio de outros,[1] mas que devo abandonar todo desejo de vingança;[2] e também que eu não fira a mim mesmo, e nem deliberadamente me exponha a qualquer perigo.[3] Para isso, as autoridades dispõem de armas para evitar homicídios.[4]

[1] Mt 5.21,22; Pv 12.18; Mt 26.52
[2] Ef 4.26; Rm 12.19; Mt 5.39,40
[3] Mt 4.5-7; Cl 2.23
[4] Gn 9.6; Mt 26.52; Rm 13.4

P. 106: Esse mandamento trata somente de assassinato?

R.: Ao proibir o assassinato, Deus nos ensina que ele detesta as causas dele, ou seja, a inveja,[1] o ódio,[2] a ira e o desejo de vingança, e que ele considera tudo isso como homicídio.[3]

[1] Tg 1.20; Gl 5.20
[2] Rm 1.29; 1Jo 2.9
[3] 1Jo 3.15

P. 107: Mas é suficiente não matar qualquer pessoa do modo como mencionado acima?

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Catecismo Maior de Westminster (cont.)

P. 133: Qual é a razão anexa ao quinto mandamento para lhe dar maior força?

R.: A razão anexa ao quinto mandamento, contida nestas palavras: "para que se prolonguem os teus dias na terra que o SENHOR teu Deus te dá",[1] é uma promessa expressa de longa vida e prosperidade, tanto quanto sirvam para a glória de Deus e para o bem de todos quantos guardem este mandamento.[2]

[1] Êx 20.12
[2] Dt 5.16; 1Rs 8.25; Ef 6.2,3

P. 67: Qual é o sexto mandamento?

R.: O sexto mandamento é: "Não matarás".[1]

[1] Êx 20.13

P. 68: O que o sexto mandamento exige?

R.: O sexto mandamento exige todos os esforços lícitos para preservar a nossa vida[1] e a vida das outras pessoas.[2]

[1] Ef 5.28,29
[2] 1Rs 18.4

P. 69: O que o sexto mandamento proíbe?

R.: O sexto mandamento proíbe tirar a nossa própria vida, ou a do nosso próximo, injustamente, e tudo o que para isso concorra.[1]

[1] At 16.28; Gn 9.6

P. 134: Qual é o sexto mandamento?

R.: O sexto mandamento é: "Não matarás".[1]

[1] Êx 20.13

P. 135: Quais são os deveres exigidos no sexto mandamento?

R.: Os deveres exigidos no sexto mandamento são: todo o cuidado e todos os esforços legítimos para a preservar a nossa vida[1] e a de outros,[2] pela resistência a todos os pensamentos e propósitos,[3] subjugação de todas as paixões[4] e evitação de todas as ocasiões,[5] tentações[6] e práticas que tendam a tirar injustamente a vida de alguém;[7] a justa defesa dela contra a violência;[8] a paciência em suportar a mão de Deus;[9] o sossego de espírito,[10] a alegria de coração[11] e o uso sóbrio da comida,[12] da bebida,[13] de remédios,[14] do sono,[15] do trabalho[16] e dos recreios;[17] pensamentos caridosos,[18] amor,[19] compaixão,[20] mansidão, benignidade, bondade,[21] comportamento e palavras pacíficos,[22] brandos e corteses;[23] a longaminidade; a prontidão para se reconciliar, suportando pacientemente e perdoando as injúrias, pagando o mal com o bem;[24] confortar e socorrer os aflitos; e proteger e defender os inocentes.[25]

[1] Ef 5.28,29
[2] 1Rs 18.4
[3] Jr 26.15,16; At 23.12,16,17,21,27
[4] Ef 4.26,27
[5] 2Sm 2.22,23; Dt 22.8
[6] Mt 4.6,7; Pv 1.10,11,15,16
[7] 1Sm 24.12; 26.9-11; Gn 37.21,22
[8] Sl 82.4; Pv 24.11,12; 1Sm 14.45
[9] Tg 5.7-11; Hb 12.9
[10] 1Ts 4.11; 1Pe 3.3,4; Sl 37.8,11
[11] Pv 17.22
[12] Pv 25.16,27
[13] 1Tm 5.23
[14] Is 38.21
[15] Sl 127.2
[16] Ec 5.12; 2Ts 3.10,12; Pv 16.26
[17] Ec 3.4,11
[18] 1Sm 19.4,5; 22.13,14
[19] Rm 13.10
[20] Lc 10.33,34
[21] Cl 3.12,13
[22] Tg 3.17
[23] 1Pe 3.8,9; Pv 15.1; Jz 8.1-3
[24] Mt 5.24; Ef 4.2,32; Rm 12.17,20,21
[25] 1Ts 5.14; Jó 31.19,20; Mt 25.35,36; Pv 31.8,9

P. 136: Quais são os pecados proibidos no sexto mandamento?

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
	R.: Não, porque Deus, quando proíbe a inveja, o ódio e a ira, está exigindo de nós que amemos o nosso próximo como a nós mesmos;[1] que mostremos paciência,[2] paz, mansidão,[3] misericórdia[4] a ele, e sejamos gentis para com ele; que, tanto quanto dependa de nós, evitemos que ele seja ferido,[5] bem como que façamos o bem, mesmo aos nossos inimigos.[6] [1] Mt 22.39; Mt 7.12 [2] Rm 12.10 [3] Ef 4.2; Gl 6.1,2; Mt 5.5; Rm 12.18 [4] Êx 23.5 [5] Mt 5.45 [6] Rm 12.20		

O sétimo mandamento

	P. 108: O que o sétimo mandamento nos ensina? R.: Que toda impureza é amaldiçoada por Deus;[1] e que, portanto, devemos detestá-la do fundo do nosso coração,[2] e viver de modo puro e disciplinado,[3] sejamos casados ou solteiros.[4] [1] Lv 18.27 [2] Dt 29.20-23 [3] 1Ts 4.3,4 [4] Hb 13.4; 1Co 7.4-9 *P. 109: Mas Deus, nesse mandamento, proíbe somente o adultério e outros pecados vergonhosos?* R.: Como o nosso corpo e a nossa alma são o templo do Espírito Santo, Deus quer que os conservemos puros e santos; portanto, ele proíbe todos os atos, gestos,[1] palavras,		

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
		R.: Os pecados proibidos no sexto mandamento são: tirar a nossa vida[1] ou a de outrem,[2] exceto no caso de justiça pública,[3] guerra legítima[4] ou defesa necessária;[5] a negligência ou a retirada dos meios lícitos ou necessários para a preservação da vida;[6] a raiva,[7] o ódio,[8] a inveja,[9] o desejo de vingança pecaminosos;[10] todas as paixões excessivas[11] e os cuidados distraídos;[12] o uso imoderado de comida, bebida,[13] trabalho[14] e recreios;[15] as palavras provocadoras;[16] a opressão,[17] a contenda,[18] os espancamentos, os ferimentos[19] e tudo o que tende a destruir a vida de alguém.[20] [1] At 16.28 [2] Gn 9.6 [3] Nm 35.31,33 [4] Jr 48.10; Dt 20 [5] Êx 22.2,3 [6] Mt 25.42,43; Tg 2.15,16; Ec 6.1,2 [7] Mt 5.22 [8] 1Jo 3.15; Lv 19.17 [9] Pv 14.30 [10] Rm 12.19 [11] Ef 4.31 [12] Mt 6.31,34 [13] Lc 21.34; Rm 13.13 [14] Ec 12.12; 2.22,23 [15] Is 5.12 [16] Pv 15.1; 12.18 [17] Êx 18.18; Êx 1.14 [18] Gl 5.15; Pv 23.29 [19] Nm 35.16-18,21 [20] Êx 21.18-36
	P. 70: Qual é o sétimo mandamento? R.: O sétimo mandamento é: "Não adulterarás".[1] [1] Êx 20.14 *P. 71: O que o sétimo mandamento exige?* R.: O sétimo mandamento exige a preservação da nossa própria castidade, bem como a do nosso próximo, no coração, nas palavras e no comportamento.[1] [1] 1Co 7.2,3,5,34,36; Cl 4.6; 1Pe 3.2 *P. 72: O que o sétimo mandamento proíbe?* R.: O sétimo mandamento proíbe todos os pensamentos, palavras e ações impuros.[1] [1] Mt 15.19; 5.28; Ef 5.3,4	*P. 137: Qual é o sétimo mandamento?* R.: O sétimo mandamento é: "Não adulterarás".[1] [1] Êx 20.14 *P. 138: Quais são os deveres exigidos no sétimo mandamento?* R.: Os deveres exigidos no sétimo mandamento são a castidade do corpo, da mente, dos sentimentos,[1] das palavras[2] e do comportamento,[3] e a preservação dela em nós mesmos e nos outros;[4] a vigilância sobre os olhos e todos os sentidos;[5] a temperança;[6] a manutenção de amizades com pessoas castas;[7] a modéstia no vestuário;[8] o casamento daqueles que não têm o dom da continência;[9] o amor conjugal[10] e a coabitação;[11] o trabalho diligente na própria vocação;[12] a evitação de todas as ocasiões de impurezas e a resistência às tentações.[13] [1] 1Ts 4.4; Jó 31.1; 1Co 7.34 [2] Cl 4.6 [3] 1Pe 3.2 [4] 1Co 7.2,35,36 [5] Jó 31.1 [6] At 24.24,25 [7] Pv 2.16-20 [8] 1Tm 2.9 [9] 1Co 7.2,9 [10] Pv 5.19,20 [11] 1Pe 3.7 [12] Pv 31.11,27,28 [13] Pv 5.8; Gn 39.8-10 *P. 139: Quais são os pecados proibidos no sétimo mandamento?*

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
	pensamentos e desejos[2] impuros, e tudo o que possa atrair o homem para esses pecados.[3] [1] Ef 5.3; 1Co 6.18 [2] Mt 5.28 [3] Ef 5.18; 1Co 15.33		

O oitavo mandamento

	P. 110: O que Deus proíbe no oitavo mandamento? R.: Deus não somente proíbe aqueles furtos[1] e os roubos[2] que são punidos pelas autoridades, mas também classifica como roubo todos os maus propósitos e as práticas maliciosas, por meio dos quais tentamos nos apropriar dos bens que pertencem ao nosso próximo,[3] seja pela força, seja pela aparência de direito, como a falsificação de peso,[4] de medidas,[5] a propaganda enganosa, as moedas falsas, a usura,[6] ou por qualquer outro meio proibido por Deus. Também proíbe		

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
		R.: Os pecados proibidos no sétimo mandamento, além da negligência dos deveres exigidos,[1] são o adultério, a fornicação,[2] o estupro, o incesto,[3] a sodomia e todas as sensualidades antinaturais;[4] todas as imaginações, os pensamentos, os propósitos e os sentimentos impuros;[5] todas as comunicações corruptas ou torpes, ou dar ouvido às mesmas;[6] os olhares lascivos,[7] o comportamento impudente ou leviano; o vestuário imodesto;[8] a proibição de casamentos lícitos[9] e a permissão de casamentos ilícitos;[10] permitir, tolerar ou ter bordéis e freqüentá-los;[11] os votos embaraçadores de celibato;[12] a demora indevida do casamento;[13] ter mais que uma mulher ou mais que um marido ao mesmo tempo;[14] o divórcio[15] ou o abandono injusto;[16] a ociosidade, a glutonaria, a bebedice,[17] as amizades impuras; [18] os cânticos, livros, gravuras, danças, espetáculos lascivos[19] e todas as demais provocações à impureza, ou atos de impureza, seja em nós mesmos ou nos outros. [20] [1] Pv 5.7 [2] Hb 13.4; Gl 5.19 [3] 2Sm 134.14; 1Co 5.1 [4] Rm 1.24,26,27; Lv 20.15,16 [5] Mt 5.28; 15.19; Cl 3.5 [6] Ef 5.3,4; Pv 7.5,21,22 [7] Is 3.16; 2Pe 2.14 [8] Pv 7.10,13 [9] 1Tm 4.3 [10] Lv 18.1-21; Mc 6.18; Ml 2.11,12 [11] 1Rs 15.12; 2Rs 23.7; Dt 23.17,18; Lv 19.29; Jr 5.7; Pv 7.24-27 [12] Mt 19.10,11 [13] 1Co 7.7-9; Gn 38.26 [14] Ml 2.14,15; Mt 19.5 [15] Ml 2.16; Mt 5.32 [16] 1Co 7.12,13 [17] Ez 16.49; Pv 23.30-33 [18] Gn 39.10; Pv 5.8 [19] Ef 5.4; Ez 23.14-17; Is 23.15-17; 3.16; Mc 6.22; Rm 13.13; 1Pe 4.3 [20] 2Rs 9.30; Jr 4.30; Ez 23.40
	P. 73: Qual é o oitavo mandamento? R.: O oitavo mandamento é: "Não furtarás".[1] [1] Êx 20.15 *P. 74: O que o oitavo mandamento exige?* R.: O oitavo mandamento exige que procuremos o lícito incremento das riquezas e do estado exterior, tanto o nosso como o do nosso próximo.[1] [1] Gn 30.30; 1Tm 5.8; Lv 25.35; Dt 22.1-5; Êx 23.4,5; Gn 47.14,20 *P. 75: O que o oitavo mandamento proíbe?* R.: O oitavo mandamento proíbe tudo o que impede ou	*P. 140: Qual é o oitavo mandamento?* R.: O oitavo mandamento é: "Não furtarás".[1] [1] Êx 20.15 *P. 141: Quais são os deveres exigidos no oitavo mandamento?* R.: Os deveres exigidos no oitavo mandamento são a verdade, a fidelidade e a justiça nos contratos e no comércio entre os homens;[1] dar a cada um o que lhe é devido;[2] a restituição de bens ilicitamente tirados de seus donos;[3] dar e emprestar livremente, conforme as nossas forças e as necessidades de outrem;[4] a moderação de nossos juízos, vontades e sentimentos em relação às riquezas deste mundo;[5] o cuidado e o zelo providentes em adquirir,[6] guardar, usar e distribuir as coisas que são necessárias e convenientes para o sustento da nossa natureza e que condizem com a nossa condição;[7] um meio de vida lícito[8] e a diligência no mesmo;[9] a frugalidade;[10] evitar demandas forenses desnecessárias[11] e fianças, ou outros compromissos semelhantes;[12] e um esforço por todos os modos justo e lícito para adquirir, preservar e aumentar a riqueza e o estado exterior, tanto de outros como o nosso.[13] [1] Sl 15.2,4; Zc 7.4,10; 8.16,17 [2] Rm 13.7 [3] Lv 6.2-5; Lc 19.8 [4] Lc 6.30,38; 1Jo 3.17; Ef 4.28; Gl 6.10

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
	toda avareza,[7] bem como todo abuso e desperdício de suas dádivas. [1] 1Co 6.10 [2] 1Co 5.10 [3] Lc 3.14; 1Ts 4.6 [4] Pv 11.1 [5] Ez 45.9-11; Dt 25.13 [6] Sl 15.5; Lc 6.35 [7] 1Co 6.10 *P. 111: Mas o que Deus ordena nesse mandamento?* R.: Que eu devo promover, tanto quanto possível, o bem do meu próximo, e tratá-lo como quero que os outros me tratem;[1] e também que eu devo fazer fielmente o meu trabalho para que possa ajudar ao necessitado.[2] [1] Mt 7.12 [2] Pv 5.16; Ef 4.28		

O nono mandamento

	P. 112: O que é exigido no nono mandamento? R.: Que eu não dê falso testemunho contra ninguém,[1] e nem falsifique as suas palavras;[2] que eu não seja mexeriqueiro ou caluniador;[3] que eu não julgue, e nem ajude a condenar qualquer homem de modo leviano e sem que ele seja ouvido;[4] mas devo evitar todo tipo de mentiras e enganos[5] como obras		

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
	pode impedir, injustamente, o incremento da riqueza ou do bem-estar, tanto nossos como do nosso próximo.[1]	[5] 1Tm 6.6-9; Gl 6.14 [6] 1Tm 5.8 [7] Pv 27.23-27; Ec 2.24; 3.12,13; 1Tm 6.17,18; Is 38.1; Mt 11.8 [8] 1Co 7.20; Gn 2.15; 3.19 [9] Ef 4.28; Pv 10.4 [10] Jo 6.12; Pv 21.20 [11] 1Co 6.1-9 [12] Pv 6.1-6; 11.15 [13] Lv 25.35; Dt 22.1-4; Êx 23.4,5; Gn 47.14,20; Fp 2.4; Mt 22.29
	[1] Pv 21.17; 23.20,21; 28.19; Ef 4.28	*P. 142: Quais são os pecados proibidos no oitavo mandamento?* R.: Os pecados proibidos no oitavo mandamento, além da negligência dos deveres exigidos,[1] são: o furto,[2] o roubo,[3] o roubo de homens[4] e a recepção de qualquer coisa furtada;[5] os negócios fraudulentos,[6] os pesos e as medidas falsas;[7] a remoção de marcos de propriedade,[8] a injustiça e a infidelidade nos contratos entre os homens[9] ou em administrar os negócios de outros a nós confiados;[10] a opressão,[11] a extorsão,[12] a usura,[13] o suborno,[14] as vexatórias demandas forenses,[15] todo o cerco injusto de propriedades e o despejo de inquilinos;[16] a acumulação de gêneros para aumentar o preço;[17] os meios ilícitos de vida,[18] e todos os outros modos injustos ou pecaminosos de tirar ou de reter do nosso próximo aquilo que lhe pertence, ou de nos enriquecer;[19] a cobiça,[20] a estima e o amor desordenado aos bens mundanos,[21] os cuidados e esforços receosos e demasiados em obtê-los, guardá-los e usar deles;[22] a inveja da prosperidade de outrem;[23] assim como a ociosidade,[24] a prodigalidade, o jogo dissipador e todos os outros modos pelos quais indevidamente prejudicamos o nosso estado exterior;[25] defraudar a nós mesmos do devido uso e do conforto da posição em que Deus nos colocou.[26] [1] Tg 2.15,16; 1Jo 3.17 [2] Ef 4.28 [3] Sl 62.10 [4] 1Tm 1.10 [5] Pv 29.24; Sl 50.18 [6] 1Ts 4.6 [7] Pv 11.1; 20.10 [8] Dt 19.14; Pv 23.10 [9] Am 8.5; Sl 37.21 [10] Lc 16.10-12 [11] Ez 22.29; Lv 25.17 [12] Mt 23.25; Ez 22.12 [13] Sl 15.5 [14] Jó 15.34 [15] 1Co 6.6-8; Pv 3.29,30 [16] Is 5.8; Mq 2.2 [17] Pv 11.26 [18] At 19.19,24,25 [19] Jó 20.19; Tg 5.4; Pv 21.6 [20] Lc 12.15 [21] 1Tm 6.5; Cl 3.2; Pv 23.5; Sl 62.10 [22] Mt 6.25,31,34; Ec 5.12 [23] Sl 73.3; 37;1,7 [24] 2Ts 3.11; Pv 18.9 [25] Pv 21.17; Pv 23.20,21; 28.19 [26] Ec 4.8; 6.2; 1Tm 5.8
	P. 76: Qual é o nono mandamento? R.: O nono mandamento é: "Não dirás falso testemunho contra o teu próximo".[1] [1] Êx 20.16 *P. 77: O que exige o nono mandamento?* R.: O nono mandamento exige a preservação e a promoção da verdade entre os homens[1] e a manutenção da nossa boa reputação[2] e a do	*P. 143: Qual é o nono mandamento?* R.: O nono mandamento é: "Não dirás falso testemunho contra o teu próximo".[1] [1] Êx 20.16 *P. 144: Quais são os deveres exigidos no nono mandamento?* R.: Os deveres exigidos no nono mandamento são: conservar e promover a verdade entre os homens[1] e a boa reputação do nosso próximo, assim como a nossa;[2] manter e defender publicamente a verdade,[3] e dizê-la de coração,[4] de modo sincero,[5] livre,[6] claro[7] e plenamente;[8] falar a verdade, e só a verdade em questões de julgamento e justiça[9] e em todas as demais coisas;[10] estimar de modo misericordioso os nossos semelhantes;[11] amar, desejar e nos regozijar pela boa reputação deles;[12] entristecer-nos[13] pelas suas fraquezas[14] e encobri-las; mostrar franco reconhecimento dos

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

próprias do diabo,[6] para que eu não caia sob a pesada ira de Deus; do mesmo modo,
que em julgamentos e em qualquer outra ocasião, devo amar a verdade, falar a verdade e confessá-la francamente;[7] também que eu devo defender e promover, tanto quanto puder, a honra e a boa reputação do meu próximo.[8]

[1] Pv 19.5,9; Pv 21.28
[2] Sl 15.3
[3] Rm 1.29,30
[4] Mt 7.1, etc.; Lc 6.37
[5] Lv 19.11
[6] Pv 12.22; Pv 13.5
[7] 1Co 13.6; Ef 4.25
[8] 1Pe 4.8

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
	nosso próximo, especialmente quando somos chamados a dar testemunho.[3] [1] Zc 8.16 [2] 3Jo 12 [3] Pv 14.5,25 *P. 78: O que o nono mandamento proíbe?* R.: O nono mandamento proíbe tudo o que é prejudicial à verdade, ou injurioso, tanto à nossa reputação como à do nosso próximo.[1] [1] 1Sm 17.28; Lv 19.16; Sl 15.3	seus dons e graças;[15] defender a inocência deles;[16] receber prontamente boas informações a respeito deles[17] e rejeitar as que são maldizentes;[18] desencorajar os mexericos,[19] as adulações[20] e os caluniadores;[21] prezar e cuidar da nossa boa reputação e defendê-la quando for necessário;[22] cumprir as promessas lícitas;[23] planejar e praticar tudo o que é verdadeiro, honesto, amável e de boa fama.[24] [1] Zc 8.16 [2] 3Jo 12 [3] Pv 31.8,9 [4] Sl 15.2 [5] 1Cr 29.9 [6] 1Sm 19.4,5 [7] Js 7.19 [8] 2Sm 14.18-20 [9] Lv 19.15; Pv 14.5,25 [10] 2Co 1.17,18; Ef 4.25 [11] Hb 6.9; 1Co 13.7 [12] Rm 1.8; 2Jo 4; 3Jo 3,4 [13] 2Co 2.4; 12.21 [14] Pv 17.9; 1Pe 4.8 [15] 1Co 1.4,5,7; 2Tm 1.4,5 [16] 1Sm 22.14 [17] 1Co 13.6,7 [18] Sl 15.3 [19] Pv 25.23 [20] Pv 26.24,25 [21] Sl 101.5 [22] Pv 22.1; Jo 8.49 [23] Sl 15.4 [24] Fp 4.8

Catecismo Maior de Westminster (cont.)

P. 145: Quais são os pecados proibidos no nono mandamento?

R.: Os pecados proibidos no nono mandamento são: tudo quanto prejudica a verdade e a boa reputação de nosso próximo, assim como a nossa,[1] especialmente em julgamento público;[2] o testemunho falso,[3] o suborno de testemunhas falsas;[4] comparecer e pleitear cientemente a favor de uma causa má; desafiar e oprimir a verdade;[5] dar sentença injusta,[6] chamar o mau de bom, e o bom de mau; recompensar os maus segundo a obra dos justos e os justos segundo a obra dos maus;[7] a falsificação de firmas,[8] a supressão da verdade, o silêncio indevido numa causa justa;[9] conservar-nos calados quando a iniqüidade reclama uma repreensão de nossa parte[10] ou uma denúncia;[11] falar a verdade inoportunamente,[12] ou com malícia para um fim mau;[13] pervertê-la ao dar-lhe um sentido falso,[14] ou proferi-la de modo duvidoso e equivocado, para prejuízo da verdade ou da justiça;[15] falar inverdades;[16] mentir;[17] caluniar;[18] maldizer;[19] denegrir;[20] mexericar;[21] cochichar;[22] escarnecer;[23] insultar;[24] censurar de modo precipitado[25] e ríspido[26] ou com parcialidade;[27] a má interpretação das intenções, palavras e atos de outrem;[28] a adulação[29] e a vanglória;[30] pensar ou falar muito ou pouco de nós mesmos ou de outros;[31] a negação dos dons e das graças de Deus;[32] o agravo de faltas menores;[33] o encobrimento, a desculpa e a atenuação de pecados quando chamados a uma confissão franca;[34] a descoberta desnecessária das fraquezas de outrem;[35] levantar boatos falsos;[36] dar ouvidos a rumores maus e acreditar neles;[37] tapar os ouvidos a uma defesa justa;[38] as más suspeitas;[39] a inveja ou a tristeza pelo crédito merecido de outros;[40] o esforço ou o desejo de prejudicá-los;[41] o regozijo pela desgraça ou pela infâmia de alguém;[42] o desprezo escarnecedor;[43] a admiração excessiva de outrem;[44] a quebra de promessas legítimas;[45] a negligência daquelas coisas que são de boa fama;[46] praticar ou não evitar, nós mesmos, ou impedir outros, de acordo com as nossas condições, as coisas que trazem má fama.[47]

[1] 1Sm 17.28; 2Sm 16.3; 1.9,10,15,16
[2] Lv 19.15; Hc 1.4
[3] Pv 19.5; 6.16,19
[4] At 6.13
[5] Jr 9.3,5; At 24.2,5; Sl 12.3,4; 52.1-4
[6] Pv 17.15; 1Rs 21.9-14
[7] Is 5.23
[8] Sl 119.69; Lc 19.8; 16.5-7
[9] Lv 5.1; Dt 13.8; At 5.3,8,9; 2Tm 4.6
[10] 1Rs 1.6; Lv 19.17
[11] Is 59.4
[12] Pv 29.11
[13] 1Sm 22.9,10; Sl 52.1-5
[14] Sl 56.5; Jo 2.19; Mt 26.60,61
[15] Gn 3.5; 26.7,9
[16] Is 59.13
[17] Lv 19.11; Cl 3.9
[18] Sl 50.20
[19] Sl 15.3
[20] Tg 4.11; Jr 38.4
[21] Lv 19.16
[22] Rm 1.29,30
[23] Gn 21.9; Gl 4.29
[24] 1Co 6.10
[25] Mt 7.1
[26] At 28.4
[27] Gn 38.24; Rm 2.1
[28] Ne 6.6-8; Rm 3.8; Sl 69.10; 1Sm 1.13-15; 2Sm 10.3
[29] Sl 12.2,3
[30] 2Tm 3.2
[31] Lc 18.9,11; Rm 12.16; 1Co 4.6; At 12.22; Êx 4.10-14
[32] Jó 27.5,6; 4.6.
[33] Mt 7.3-5
[34] Pv 28.13; 30.20; Gn 3.12,13; Jr 2.35; 2Rs 5.25; Gn 4.9
[35] Gn 9.22; Pv 25.9,10
[36] Êx 23.1
[37] Pv 29.12
[38] At 7.56,57; Jó 31.13,14
[39] 1Co 13.5; 1Tm 6.4
[40] Nm 11.29; Mt 21.15
[41] Ed 4.12,13
[42] Jr 48.27
[43] Sl 35.15,16,21; Mt 27.28,29
[44] Jd 16; At 12.22
[45] Rm 1.31; 2Tm 3.3
[46] 1Sm 2.24
[47] 2Sm 13.12,13; Pv 5.8,9; 6.33

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

O décimo mandamento e suas aplicações

P. 113: O que o décimo mandamento exige de nós?

R.: Que nem mesmo a menor inclinação ou pensamento contra qualquer dos mandamentos de Deus nunca surja no nosso coração, mas que sempre odiemos o pecado com todo o nosso coração, e nos deleitemos em toda a justiça.[1]

[1] Rm 7.7, etc.

P. 114: Mas aqueles que se converteram a Deus podem guardar perfeitamente esses mandamentos?

R.: Não, mas mesmo os mais santos dos homens, enquanto estão nesta vida, apenas começam a obedecer;[1] no entanto, com um sincero propósito, eles começam a viver não somente de acordo com alguns, mas todos os mandamentos de Deus.[2]

[1] Rm 7.14
[2] Rm 7.22,15, etc.; Tg 3.2

P. 115: Para que, então, Deus manda pregar os Dez Mandamentos de modo tão rigoroso, já que, nesta vida, ninguém pode cumpri-los?

R.: Em primeiro lugar, para que, durante toda a vida, conheçamos cada vez melhor a nossa natureza pecaminosa,[1] e, assim, ansiemos ainda mais buscar, em Cristo, o perdão dos pecados e a justiça;[2] em segundo lugar, para que sempre sejamos zelosos e oremos a Deus pela graça do Espírito Santo, a fim de que sejamos cada vez mais renovados segundo

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

P. 79: Qual é o décimo mandamento?

R.: O décimo mandamento é: "Não cobiçarás a casa do teu próximo; não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo".[1]

[1] Êx 20.17

P. 80: O que o décimo mandamento exige?

R.: O décimo mandamento exige pleno contentamento com a nossa condição,[1] bem como uma disposição misericordiosa para com o nosso próximo e tudo o que lhe pertence.[2]

[1] Hb 13.5; 1Tm 6.6
[2] Jó 31.29; Rm 12.15; 1Tm 1.5; 1Co 13.4-7

P. 81: O que o décimo mandamento proíbe?

R.: O décimo mandamento proíbe todo descontentamento com a nossa condição,[1] todo sentimento de inveja ou pesar à vista da prosperidade do nosso próximo[2] e todas as tendências e sentimentos desordenados em relação a alguma coisa que lhe pertença.[3]

[1] 1Rs 21.4; Et 5.13; 1Co 10.10
[2] Gl 5.26; Tg 3.14,16
[3] Rm 7.7,8; 13.9; Dt 5.21

P. 82: Será alguém capaz de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus?

R.: Nenhum mero homem, desde a queda de Adão, é capaz, nesta vida, de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus,[1] mas diariamente os quebra por pensamentos, palavras e obras.[2]

P. 146: Qual é o décimo mandamento?

R.: O décimo mandamento é: "Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo".[1]

[1] Êx 20.17

P. 147: Quais são os deveres exigidos no décimo mandamento?

R.: Os deveres exigidos no décimo mandamento são: um pleno contentamento com a nossa condição[1] e uma disposição caridosa da alma para com o nosso próximo, de modo que todos os nossos desejos e sentimentos relativos a ele tendam para todo o seu bem e o promovam.[2]

[1] Hb 13.5; 1Tm 6.6
[2] Jó 31.29; Rm 12.15; Sl 122.7-9; 1Tm 1.5; Et 10.3; 1Co 13.4-7

P. 148: Quais são os pecados proibidos no décimo mandamento?

R.: Os pecados proibidos no décimo mandamento são o descontentamento com o nosso estado;[1] a inveja[2] e a tristeza pelo bem do nosso próximo,[3] juntamente com todos os desejos e sentimentos desordenados para com qualquer coisa que lhe pertença.[4]

[1] 1Rs 21.4; Et 5.13; 1Co 10.10
[2] Gl 5.26; Tg 3.14,16
[3] Sl 112.9,10; Ne 2.10
[4] Rm 7.7,8; 13.9; Cl 3.5; Dt 5.21

P. 149: Será alguém capaz de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus?

R.: Nenhum homem, por si mesmo,[1] ou por qualquer graça que receba nesta vida, é capaz de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus,[2] mas diariamente os viola por pensamentos,[3] palavras e obras.[4]

[1] Tg 3.2; Jo 15.5; Rm 8.3
[2] Ec 7.20; 1Jo 1.8,10; Gl 5.17; Rm 7.18,19
[3] Gn 6.5; 8.21
[4] Rm 3.9-19; Tg 3.2-13

P. 150: As transgressões da lei de Deus são todas igualmente odiosas em si mesmas, e à vista de Deus?

R.: As transgressões da lei de Deus não são todas igualmente odiosas, mas alguns pecados, em si mesmos, e em razão de diversas circunstâncias agravantes, são mais odiosos à vista de Deus do que outros.[1]

[1] Jo 19.11; Ez 8.6,13,15; 1Jo 5.16; Sl 78.17,32,56

P. 151: Quais são as circunstâncias agravantes que tornam alguns pecados mais odiosos do que outros?

R.: Alguns pecados se tornam mais agravantes:

1. Em razão dos ofensores:[1] se eles forem pessoas de idade mais madura,[2] de maior experiência ou graça;[3] se eminentes pelo cargo (tanto na profissão quanto na religião),[4] pelos dons,[5] pela posição,[6] pelo posto que ocupam;[7] se forem líderes[8] e pessoas cujo exemplo será, provavelmente, seguido por outros.[9]

2. Em razão das pessoas ofendidas:[10] se as ofensas forem diretamente contra Deus,[11] seus atributos[12] e culto;[13] contra Cristo e sua graça;[14] con-

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
	a imagem de Deus até que atinjamos a perfeição prometida a nós numa vida porvir.[3]		

[1] Jo 1.19; Rm 3.20; Rm 5.13; Rm 7.7
[2] Rm 7.24
[3] 1Co 9.24; Fp 3.12-14

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

[1] Ec 7.20; 1Jo 1.8,10; Gl 5.17
[2] Gn 6.5; 8.21; Rm 3.9-21; Tg 3.2-13

P. 83: São *igualmente odiosas todas as transgressões da lei?*

R.: Alguns pecados, em si mesmos, e em razão de circunstâncias agravantes, são mais odiosos à vista de Deus do que outros.[1]

[1] Ez 8.6,13,15; 1Jo 5.16; Sl 78.17,32,56

tra o Espírito Santo,[15] seu testemunho[16] e operações;[17] contra os superiores, as pessoas eminentes[18] e aqueles a quem estamos especialmente relacionados ou por quem somos responsáveis;[19] contra os crentes,[20] especialmente contra os irmãos fracos;[21] contra a alma deles ou a de quaisquer outros,[22] e contra o bem geral de todos ou de muitos.[23]

3. Pela natureza e qualidade da ofensa:[24] se ela for contra a letra expressa da lei,[25] se violar muitos mandamentos, se contiver em si muitos pecados;[26] se for concebida, não só no coração, mas manifestar-se em palavras e ações,[27] escandalizar outros[28] e não admitir reparo algum;[29] se for contra os meios da graça,[30] as misericórdias[31] e os castigos de Deus;[32] se for contra a luz da natureza,[33] a convicção da consciência,[34] a admoestação pública ou particular,[35] as censuras da igreja,[36] as punições civis;[37] se for contra as nossas orações, propósitos, promessas,[38] votos,[39] pactos,[40] obrigações a Deus ou aos homens;[41] se for feita de modo deliberado[42] e intencional,[43] com presunção,[44] de modo impudente,[45] com jactância,[46] maliciosamente,[47] de modo freqüente[48] e obstinado,[49] com conhecimento,[50] de modo contínuo[51] ou com recaídas depois do arrependimento.[52]

4. Pelas circunstâncias de tempo[53] e de lugar:[54] se for no domingo[55] ou em outros tempos de culto divino,[56] imediatamente antes,[57] depois destes[58] ou de outros auxílios para prevenção ou remédio contra tais quedas;[59] se em público ou em presença de outras pessoas que possam ser provocadas ou contaminadas por essas transgressões.[60]

[1] Jr 2.8
[2] Jó 32.7,9; Ec 4.13
[3] 1Rs 11.4,9
[4] 2Sm 12.14; 1Co 5.1
[5] Tg 4.17; Lc 12.47,48
[6] Jr 5.4,5
[7] 2Sm 12.7-9; Ez 8.11,12
[8] Rm 2.17-24
[9] Gl 2.11-14
[10] Mt 21.38,39
[11] 1Sm 2.25; At 5.4; Sl 51.4
[12] Rm 2.4
[13] Ml 1.8,14
[14] Hb 2.2,3; 12.25
[15] Hb 10.29; Mt 12.31,32
[16] Ef 4.30
[17] Hb 6.4-6
[18] Jd 8; Nm 12.8,9; Is 3.5
[19] Pv 30.17; 2Co 12.15; Sl 55.12-15
[20] Sf 2.8,10,11; Mt 18.6; 1Co 6.8; Ap 17.6
[21] 1Co 8.11,12; Rm 14.13,15,21
[22] Ez 13.19; 1Co 8.12; Ap 18.12-18; Mt 23.15
[23] 1Ts 2.15,16; Js 22.20
[24] Pv 6.30-33
[25] Ed 9.10-12; 1Rs 11.9,10
[26] Cl 3.5; 1Tm 6.10; Pv 5.8-12; 6.32,22; Js 7.21
[27] Tg 1.14,15; Mt 5.22; Mq 2.1,2
[28] Mt 18.7; Rm 2.23,24
[29] Dt 22.22,28,29; Pv 6.32-35
[30] Mt 11.21-24; Jo 15.22
[31] Is 1.3; Dt 32.6
[32] Am 4.8-11; Jr 5.3
[33] Rm 1.26,27
[34] Rm 1.32; Dn 5.22; Tt 3.10,11
[35] Pv 29.1
[36] Tt 3.10; Mt 18.17
[37] Pv 27.22; 23.35
[38] Sl 78.34-37; Jr 2.20; 42.5,6,10,21
[39] Ec 5.4-6; Pv 20.25
[40] Lv 26.25
[41] Pv 2.17; Ez 17.18,19
[42] Sl 36.4
[43] Jr 6.16
[44] Nm 15.30; Êx 21.14
[45] Jr 3.3; Pv 7.13
[46] Sl 52.1
[47] 3Jo 10
[48] Nm 14.22
[49] Zc 7.11,12
[50] Pv 2.14
[51] Is 57.17
[52] Jr 34.8-11; 2Pe 2.20,22
[53] 2Rs 5.26
[54] Jr 7.10; Is 26.10
[55] Ez 23.37-39
[56] Is 58.3-7
[57] 1Co 11.20,21
[58] Jr 7.8-10; Pv 7.14,15; Jo 13.27,30
[59] Ed 9.13,14
[60] 2Sm 16.22; 1Sm 2.22-24

P. 152: O que cada pecado merece da parte de Deus?

R.: Todo pecado, até o menor, sendo contra a soberania,[1] a bondade[2] e a santidade de Deus,[3] e contra a sua justa lei,[4] merece a sua ira e maldição,[5] tanto nesta vida[6] quanto na vindoura,[7] e não pode ser expiado senão pelo sangue de Cristo.[8]

[1] Tg 2.10,11
[2] Êx 20.1,2
[3] Hc 1.13; Lv 10.3; 11.44,45
[4] 1Jo 3.4; Rm 7.12
[5] Ef 5.6; Gl 3.10
[6] Lm 3.39; Dt 28.15-68
[7] Mt 25.41
[8] Hb 9.22; 1Pe 1.18,19

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A liberdade cristã

XXVII. Dos ritos, das cerimônias e das coisas indiferentes

1. O povo do Antigo Testamento recebeu no passado alguns rituais, como um modo de refrear os que estavam sob a lei, como se as pessoas estivessem sendo instruídas por um pedagogo ou tutor. Porém, quando veio Cristo, o Libertador, e a lei foi abolida, nós os fiéis, não estamos mais sob a lei (Rm 6.14), e os rituais desapareceram; por isso os apóstolos não quiseram conservá-los nem restaurá-los na igreja de Cristo, a tal ponto que, abertamente declararam não desejar pôr nenhuma carga sobre a igreja (At 15.28). Portanto, pareceria que estaríamos introduzindo e restaurando o Judaísmo, se multiplicássemos as cerimônias e os ritos na igreja de Cristo, segundo o costume da igreja judaica. Por isso, de modo algum aprovamos a opinião daqueles que pensaram que a igreja de Cristo devesse ser regulamentada por diferentes ritos, como uma espécie de sujeição. Pois, se os apóstolos não quiseram impor ao povo cristão cerimônias nem ritos, que foram indicados por Deus, quem, pergunto eu, em perfeito juízo haveria de impor-lhes invenções imaginadas pelo homem? Quanto mais aumenta o número de ritos na igreja, tanto mais ela se despoja da liberdade cristã, de Cristo e de sua fé nele, enquanto o povo busca nos ritos aquilo que deveria buscar somente pela fé no Filho de Deus, Jesus Cristo. Por conseguinte, basta, aos crentes, alguns ritos moderados e simples, que não sejam contrários à Palavra de Deus.

2. Se nas igrejas se encontram ritos diferentes, ninguém deve pensar que por isso estejam as mesmas em desacordo. Diz Sócrates, no seu livro *História da Igreja*: "Seria impossível colocar junto no papel todos os ritos das igrejas, em todas as cidades e todos os países. Nenhuma religião observa os mesmos ritos, ainda que reconheçam a mesma doutrina a respeito deles. Pois, os que pertencem à mesma fé discordam entre si mesmos acerca dos ritos". Isso é o que diz Sócrates. E nós, hoje, tendo em nossas igrejas diferentes ritos na celebração da ceia do Senhor e em algumas outras coisas, contudo não discordamos quanto à doutrina e à fé; nem são, por esse fato, divididas a unidade e a comunidade de nossas igrejas. As igrejas sempre agiram com liberdade quanto a esses ritos, como sendo coisas indiferentes. O mesmo nós fazemos hoje.

3. Porém, ao mesmo tempo as admoestamos a se manterem atentas a fim de não considerarem indife-

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XX. Da liberdade cristã e da liberdade de consciência

1. A liberdade que Cristo, sob o evangelho, adquiriu para os crentes consiste em serem eles libertos do delito do pecado, da ira condenatória de Deus, da maldição da lei moral,[1] e em serem libertos do poder deste mundo, do cativeiro de Satanás, do domínio do pecado,[2] do mal das aflições, do aguilhão da morte, da vitória da sepultura e da condenação eterna;[3] como também em terem acesso a Deus,[4] em lhe prestarem obediência, não movidos por um medo servil, mas por um amor filial e um espírito voluntário.[5] Todos esses privilégios eram comuns também aos crentes sob a lei.[6] Porém, sob o Novo Testamento, a liberdade dos cristãos está mais ampliada, achando-se eles isentos do jugo da lei cerimonial a que estava sujeita a igreja judaica,[7] e tendo maior confiança no acesso ao trono da graça[8] e mais abundantes comunicações do Espírito de Deus, do que os crentes debaixo da lei ordinariamente alcançavam.[9]

[1] Tt 2.14; 1Ts 1.10; Gl 3.13
[2] Gl 1.4; Cl 1.13; At 26.18; Rm 6.14
[3] Rm 8.28; Sl 119.71; 1Co 15.54-57; Rm 8.1
[4] Rm 5.1,2
[5] Rm 8.14,15; 1Jo 4.18
[6] Gl 3.9,14
[7] Gl 4.1-3,6,7; At 15.10,11
[8] Hb 4.14,16; Hb 10.19-22
[9] Jo 7.38,39; 2Co 3.13,17,18

2. Só Deus é Senhor da consciência,[1] e ele a deixou livre das doutrinas e dos mandamentos humanos que, em qualquer coisa, sejam contrários à sua Palavra, ou que, em matéria de fé ou de culto,[2] estejam fora dela. Assim, crer nessas doutrinas ou obedecer a esses mandamentos, por motivo de consciência, é trair a verdadeira liberdade de consciência;[3] e requerer para eles fé implícita e obediência cega e absoluta é destruir a liberdade de consciência e também a razão.[4]

[1] Tg 4.12; Rm 14.4
[2] At 4.19; 5.29; 1Co 7.23; Mt 23.8-10; 2Co 1.24; Mt 15.9
[3] Cl 2.20,22,23; Gl 1.10; 2.4,5; 5.1
[4] Rm 10.17; 14.23; Is 8.20; At 17.11; Jo 4.22; Os 5.11; Ap 13.12,16,17; Jr 8.9

3. Aqueles que, sob o pretexto de liberdade cristã, cometem qualquer pecado ou toleram qualquer concupiscência, destroem, com isso, a finalidade da liberdade cristã, a qual é que, sendo livres das mãos de nossos inimigos, sem medo sirvamos ao

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
		rentes coisas que de fato não o são, como querem alguns em relação à missa e ao uso das imagens em lugares de culto. "Indiferente", escreveu Jerônimo a Agostinho, "é aquilo que não é bom nem mau, de modo que, se você o fizer ou não fizer, não é justo nem injusto". Portanto, quando para dar validade às coisas indiferentes, torcemos a confissão de fé, deixam as mesmas de ser indiferentes. Paulo mostra que está certo o homem comer carne, desde que ele não esteja informado de que ela tenha sido oferecida a ídolos (1Co 10.27,28); de outro modo, ele estaria errado, visto que comendo, pareceria aprovar a idolatria (1Co 8.10).	

A oração e o jejum

P. 116: Por que a oração é necessária aos cristãos?	***XXIII. Das orações da igreja, do cântico e das horas canônicas***
R.: Porque a oração é a parte principal da gratidão que Deus requer de nós;[1] e, também, Deus quer conceder sua graça e seu Espírito Santo somente aos que continua-	1. Certo é que se permite a quem quer que seja orar em particular em qualquer língua que entenda, mas as orações públicas nas reuniões de culto devem ser feitas no vernáculo, ou numa língua conhecida do povo. Que todas as orações dos fiéis sejam dirigidas somente a Deus, pela mediação única de Cristo, procedentes da fé e do amor. O sacerdócio de Cris-

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
Senhor em santidade e justiça, diante dele, todos os dias da nossa vida.[1] [1] Gl 5.13; 1Pe 2.16; 2Pe 2.19; Jo 8.34; Lc 1.74,75		
4. Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou, não foram por Deus designados para destruir, mas para que mutuamente nos apoiemos e preservemos uns aos outros, resistem à ordenança de Deus os que, sob o pretexto de liberdade cristã, se opõem a qualquer poder legítimo, civil ou religioso, ou ao exercício dele.[1] Se eles publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias à luz da natureza ou aos reconhecidos princípios do Cristianismo (concernentes à fé, ao culto ou ao procedimento); se publicarem opiniões, ou mantiverem práticas contrárias ao poder da piedade, ou que, por sua própria natureza ou pelo modo de publicá-las e mantê-las, sejam destrutivas da paz exterior da igreja e da ordem que Cristo estabeleceu nela, eles podem ser chamados a prestar contas disso[2] e visitados com as censuras eclesiásticas, bem como pelo poder das autoridades civis.[3] [1] Mt 12.25; 1Pe 2.13-14,16; Rm 13.1-8; Hb 13.17; [2] Rm 1.32; 1Co 5.1,5,11,13; 2Jo 10,11; 2Ts 3.14; 1Tm 6.3-5; Tt 1.10,11,13; 3.10; Mt 18.15-17; 1Tm 1.19,20; Ap 2.2,14,15,20; Ap 3.9 [3] Dt 13.6-12; Rm 13.3,4; 2Jo 10,11; Ed 7.23,25-28; Ap 17.12,16,17; Ne 13.15,17,21,22,25,30; 2Rs 23.5,6,9,20,21; 2Cr 34.33; 15.12,13,16; Dn 3.29; 1Tm 2.2; Is 49.23; Zc 13.2,3		

XXI. Do culto religioso e do domingo 3. A oração, com ações de graça, sendo uma parte especial do culto religioso,[1] é por Deus exigida de todos os homens;[2] e, para que seja aceita, deve ser feita no nome do Filho,[3] com a ajuda do seu Espírito,[4] segundo a sua vontade,[5] e isso com entendimento, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança,[6] e, se em voz alta, numa língua conhecida.[7]	*P. 98: O que é oração?* R.: Oração é um oferecimento dos nossos desejos a Deus[1] por coisas conformes com a sua vontade,[2] em nome de Cristo,[3] com a confissão dos nossos pecados,[4] bem como um agradecido reconhecimento das suas misericórdias.[5]	*P. 178: O que é oração?* R.: A oração é o oferecimento dos nossos desejos a Deus,[1] no nome de Cristo[2] e com a ajuda do seu Espírito,[3] com a confissão de nossos pecados[4] e um grato reconhecimento das suas misericórdias.[5] [1] Sl 62.8 [2] Jo 16.23 [3] Rm 8.26 [4] Sl 32.5,6; Dn 9.4 [5] Fp 4.6

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

mente lhe pedem e agradecem de todo o coração.[2]

[1] Sl 50.14,15
[2] Mt 7.7; Lc 11.9,13; Mt 13.2; Sl 50.15

P. 117: Quais são os requisitos para a oração que é aceitável e Deus e que ele ouvirá?

R.: Em primeiro lugar, devemos invocar, de todo o coração, o único e verdadeiro Deus que se revelou a nós na sua Palavra,[1] e orar por tudo o que ele nos ordenou pedir dele;[2] em segundo lugar, devemos estar cientes da nossa necessidade e miséria, para nos humilharmos perante a sua divina majestade;[3] e, em terceiro lugar, devemos ter a plena certeza de que, embora sejamos indignos disso,[4] Deus, por causa de Cristo, certamente ouvirá a nossa oração,[5] como ele nos prometeu na sua Palavra.[6]

[1] Jo 4.22,23
[2] Rm 8.26; 1Jo 5.14
[3] Jo 4.23,24; Sl 145.18
[4] 2Cr 20.12
[5] Sl 2.11; Sl 34.18,19; Is 66.2
[6] Rm 10.13; Rm 8.15,16; Tg 1.6; Jo 14.13; Dn 9.17,18; Mt 7.8; Sl 143.1

to, o Senhor, e a verdadeira religião, proíbem a invocação dos santos ou usá-los como intercessores. Devem-se fazer orações pelos magistrados, pelos reis e por todos quantos estão investidos de autoridade, pelos ministros da igreja e por todas as necessidades das igrejas. Em calamidades, especialmente em se tratando da igreja, devemos orar sem cessar, tanto em particular como publicamente.

2. Ademais, a oração deve ser voluntária, sem constrangimento e não buscar recompensa. Não convém mesmo que se limite, supersticiosamente, a oração a um lugar, como se não fosse permitido orar em qualquer lugar, exceto num templo. Nem é necessário que as orações públicas sejam as mesmas quanto à forma e ao tempo, em todas as igrejas. Que cada igreja use de liberdade nesse sentido. Diz Sócrates, em seu livro *História da Igreja*: "Em todas as regiões do mundo não encontrareis duas igrejas que concordem inteiramente quanto à oração". Os autores dessas diferenças, supõem-se foram aqueles que se encontravam à frente das igrejas em certas ocasiões. No entanto, se concordam, recomenda-se com insistência que o exemplo seja imitado por outras.

3. Como em todas as coisas, também nas orações públicas deve haver um padrão, a fim de que não se tornem longas demais e cansativas. A maior parte das reuniões de culto deve, portanto, destinar-se ao ensino evangélico, tomando-se o cuidado para que a congregação não se aborreça com as orações muito longas, de modo que ao chegar a hora de ouvir a pregação do evangelho, os presentes, já exaustos, deixem a reunião ou queiram suprimi-la. Para essas pessoas o sermão parece muito longo, quando de outro modo, seria breve. Convém, pois, que os pregadores saibam manter a medida.

XXIV. Dos dias santos, dos jejuns e da escolha dos alimentos

4. Ora, quanto mais seriamente a igreja de Cristo condena a gula, a embriaguez e toda a espécie de lascívia e intemperança, tanto mais e com insistência, recomenda-nos o jejum cristão. Pois, jejuar nada mais é do que a abstinência e a moderação dos piedosos e uma disciplina, um cuidado e castigo da nossa carne, exercitados segundo a necessidade do momento, pelos quais nos humilhamos diante de Deus, privando a nossa carne do seu alimento, de modo que ela possa de modo mais espontâneo e fácil obedecer ao Espírito. Portanto, aqueles que não dão atenção a essas coisas não jejuam, mas imaginam que o fazem se abarrotam o estômago uma vez por dia e a certa hora ou em horário prescrito abstêm-se de certos alimentos, pensando que, pelo fato de terem praticado essa obra agradam a Deus e estão fazendo algo de bom. O jejum vem a ser um auxílio

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

[1] Fp 4.6
[2] Sl 65.2
[3] Jo 14.13,14; 1Pe 2.5
[4] Rm 8.26
[5] 1Jo 5.14
[6] Sl 47.7; Ec 5.1,2; Hb 12.28; Gn 18.27; Tg 5.16; 1.6,7; Mc 11.24; Mt 6.12,14,15; Cl 4.2; Ef 6.18
[7] 1Co 14.14

4. A oração deve ser feita por coisas lícitas,[1] e por todas as classes de homens que existem atualmente ou que existirão no futuro,[2] mas não pelos mortos,[3] nem por aqueles que se saiba terem cometido o pecado para a morte.[4]

[1] 1Jo 5.14
[2] 1Tm 2.1,2; Jo 17.20; 2Sm 7.29; Rt 4.12
[3] 2Sm 12.21-23; Lc 16.25,26; Ap 14.13
[4] 1Jo 5.16

[1] Sl 62.8
[2] 1Jo 5.14
[3] Jo 16.23
[4] Sl 32.5,6; Dn 9.4
[5] Fp 4.6

P. 179: Devemos orar somente a Deus?

R.: Sendo Deus o único que pode sondar o coração,[1] ouvir os pedidos,[2] perdoar os pecados[3] e cumprir os desejos de todos,[4] é o único em quem se deve crer[5] e a quem se deve prestar culto religioso;[6] a oração, que é uma parte especial do culto,[7] deve ser feita por todos a ele só,[8] e a nenhum outro.[9]

[1] 1Rs 8.39; At 1.24; Rm 8.27
[2] Sl 65.2
[3] Mq 7.18
[4] Sl 145.18,19
[5] Rm 10.14
[6] Mt 4.10
[7] 1Co 1.2
[8] Sl 50.15
[9] Rm 10.14

Catecismo Maior de Westminster (cont.)

P. 180: O que é orar em nome de Cristo?

R.: Orar em nome de Cristo é, em obediência ao seu mandamento e com confiança nas suas promessas, pedir a misericórdia por amor dele,[1] não por mera menção do seu nome,[2] porém derivando o nosso ânimo para orar e a nossa coragem, força e esperança de sermos aceitos, em oração, por Cristo e sua mediação.[3]

[1] Jo 14.13,14; 16.24; Dn 9.17
[2] Mt 7.21
[3] Hb 4.14-16; 1Jo 5.13-15

P. 181: Por que devemos orar em nome de Cristo?

R.: O homem, em razão do seu pecado, ficou tão afastado de Deus que não pode chegar à sua presença sem ter um mediador;[1] e não havendo ninguém, no céu ou na terra, constituído e preparado para essa gloriosa obra, senão Cristo só,[2] o nome dele é o único em que nós devemos orar.[3]

[1] Jo 14.6; Is 59.2; Ef 3.12
[2] Jo 6.27; Hb 7.25-27; 1Tm 2.5
[3] Cl 3.17; Hb 13.15

P. 182: Como o Espírito nos ajuda a orar?

R.: Não sabendo nós o que havemos de pedir, como convém, o Espírito ajuda a nossa fraqueza, habilitando-nos a saber por que pessoas, por que coisas e de que modo se deve orar; ele também opera no nosso coração e desperta (embora não em todas as pessoas, nem em todos os tempos, na mesma medida) aquelas apreensões, afetos e graças que são necessários para o bom cumprimento desse dever.[1]

[1] Rm 8.26,27; Sl 10.17; Zc 12.10

P. 183: Por quais pessoas devemos orar?

R.: Devemos orar por toda a igreja de Cristo na terra,[1] pelos magistrados[2] e pelos ministros,[3] por nós mesmos,[4] pelos nossos irmãos[5] e até pelos nossos inimigos,[6] e pelos homens de todas as classes, pelos vivos[7] e pelos que ainda hão de nascer;[8] porém, não devemos orar pelos mortos[9] e nem por aqueles que sabemos que cometeram pecado para a morte.[10]

[1] Ef 6.18; Sl 28.9
[2] 1Tm 2.1,2
[3] Cl 4.3
[4] Gn 32.11
[5] Tg 5.16
[6] Mt 5.44
[7] 1Tm 2.1,2
[8] Jo 17.20; 2Sm 7.29
[9] 2Sm 12.21-23
[10] 1Jo 5.16

P. 184: Pelo que devemos orar?

R.: Devemos pedir tudo o que tende para a glória de Deus[1] e o bem-estar da igreja,[2] o nosso bem[3] ou o dos outros;[4] nada, porém, que seja ilícito.[5]

[1] Mt 6.9
[2] Sl 51.18; 122.6
[3] Mt 7.11
[4] Sl 125.4
[5] 1Jo 5.14

P. 185: Como devemos orar?

R.: Devemos orar com solene apreensão da majestade de Deus[1] e profunda convicção da nossa própria indignidade,[2] necessidade[3] e dos nossos pecados;[4] com o coração penitente,[5] grato[6] e franco;[7] com entendimento,[8] fé,[9] sinceridade,[10] fervor,[11] amor[12] e perseverança,[13] esperando nele[14] com humilde submissão à sua vontade.[15]

[1] Ec 5.1
[2] Gn 18.27; 32.10
[3] Lc 15.17-19
[4] Lc 18.13,14
[5] Sl 51.17
[6] Fp 4.6
[7] 1Sm 1.15; 2.1
[8] 1Co 14.15
[9] Mc 11.24; Tg 1.6
[10] Sl 145.18; 17.1
[11] Tg 5.16
[12] 1Tm 2.8
[13] Ef 6.18
[14] Mq 7.7
[15] Mt 26.39

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Segunda Confissão Helvética (cont.)

para as orações dos santos e para todas as virtudes. Porém, como se vê nos livros dos profetas, o jejum dos judeus, que se abstinham de alimento, não porém da iniqüidade, não agradava a Deus.

5. Há jejum público e pessoal. Nos tempos antigos celebravam-se jejuns públicos, em tempos de calamidade ou em situações difíceis da igreja. Com a total abstinência de alimento até o anoitecer, todo o tempo era dedicado às santas orações, ao culto a Deus e ao arrependimento. Eles diferiam pouco do luto, havendo freqüente menção do mesmo nos profetas, especialmente no segundo capítulo de Joel. Esse tipo de jejum deve ser observado ainda hoje, sempre que a igreja se encontre em situação difícil. Os jejuns particulares podem ser praticados por qualquer um de nós, quando se sente afastado do Espírito. Pois, dessa maneira, priva-se a carne do que a alimenta e fortifica.

6. Todo jejum deve partir de um espírito livre, espontâneo e realmente humilde, e não simulado, só para conquistar o aplauso ou favor dos homens, e muito menos para que por meio dele pretenda o homem ser merecedor de justiça. Porém, que cada um jejue para esse fim, que ele prive a carne do que a alimentaria, para que possa servir a Deus de modo mais fervoroso.

7. O jejum da Quaresma tem o testemunho dos antigos, mas não dos escritos apostólicos, pelo que não deve e não pode ser imposto aos fiéis. É certo que no princípio havia várias formas ou costumes de jejum. Por isso, diz Irineu, escritor muito antigo: "Uns pensam que se deve observar o jejum somente um dia, outros, dois dias, outros mais dias, e alguns, quarenta dias. Essa diversidade na observância do jejum não começou nos nossos tempos, porém, muito antes de nós por aqueles que não se apegavam simplesmente ao que lhes havia sido entregue desde o princípio, mas passaram a outro costume por negligência ou ignorância". Além disso, Sócrates, o historiador, diz: "Visto que não se encontra nenhum texto antigo acerca deste assunto, penso que os apóstolos o deixaram à opinião de cada pessoa, de modo que cada qual pudesse fazer o que é bom, sem temor ou constrangimento".

8. Quanto à escolha dos alimentos, julgamos que no jejum se deve negar à carne tudo o que possa torná-la mais arrogante e deleitá-la mais, aguçando-lhe o desejo de peixe, ou carne, ou condimentos, ou de guloseimas e bons vinhos. Além do mais, sabemos que todas as criaturas de Deus foram feitas para o uso e serviço dos homens. Tudo o que Deus fez é bom, devendo ser usado no temor de Deus e com moderação (Gn 1.31). Diz o apóstolo: "Todas as coisas são puras para os puros" (Tt 1.15), e mais: "Comei de tudo o que se vende no mercado, sem nada perguntardes por motivo de consciência" (1Co 10.25). O mesmo apóstolo chama a doutrina daqueles que ensinam abstenção de carnes "doutrina de demônios"; pois "... Deus criou para serem recebidos, com ações de graças, pelos fiéis, e por quantos conhecem plenamente a verdade; pois, tudo o que Deus criou é bom e, recebido com ações de graça, nada é recusável" (1Tm 4.1,3,4). O mesmo apóstolo, na epístola aos colossenses, reprova aqueles que, por causa de uma abstinência excessiva, obterão para si uma reputação de santidade (Cl 2.20-23). Portanto, condenamos inteiramente os tacianos e os encratitas, bem como todos os discípulos de Eustátio (de Sebaste), contra quem foi convocado o Sínodo Gangrense.

A oração dominical

P. 118: O que Deus ordenou que pedíssemos a ele?

R.: Tudo o que é necessário à nossa alma e ao nosso corpo,[1] que Cristo, nosso Senhor, resumiu na oração que ele mesmo nos ensinou.[2]

[1] Tg 1.17; Mt 6.33
[2] Mt 6.9,10, etc.; Lc 11.2 etc.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

P. 99: Que regra Deus nos deu para nos orientar na oração?

R.: Toda a Palavra de Deus é útil para nos orientar na oração,[1] mas a regra especial de orientação é aquela forma de oração que Cristo ensinou aos seus discípulos, comumente chamada de *Oração Dominical.*[2]

[1] 1Jo 5.14
[2] Mt 6.9-13; Lc 11.2-4

P. 186: Qual é a regra que Deus nos deu para nos orientar na oração?

R.: Toda a Palavra de Deus é útil para nos orientar na oração,[1] mas a regra especial é aquela forma de oração que nosso Salvador Jesus Cristo ensinou aos seus discípulos, geralmente chamada "Oração Dominical".[2]

[1] 1Jo 5.14
[2] Mt 6.9-13; Lc 11.2-4

P. 187: Como a Oração Dominical pode ser usada?

R.: A Oração Dominical não é somente para orientação, como um modelo segundo o qual devemos orar, mas ela também pode ser usada como uma

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
	P. 119: O que diz essa oração? R.: "Pai nosso, que estás nos céus, santificado seja o teu nome; venha o teu reino; faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu; o pão nosso de cada dia dá-nos hoje; e perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores; e não nos deixes cair em tentação; mas livra-nos do mal [pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém]!"[1] [1] Mt 6.9-13 *P. 120: Por que Cristo ordenou que nos dirigíssemos a Deus como "**Pai nosso**"?* R.: Para que, imediatamente no início da nossa oração, ele pudesse despertar em nós uma reverência e uma confiança, como uma criança tem para com seu pai, para com Deus, que é a base da nossa oração, ou seja, que Deus tornou-se nosso Pai em Cristo,[1] e assim como nossos pais não nos recusam bens materiais, ele não nos recusará o que lhe pedirmos com verdadeira fé.[2] [1] Mt 6.9 [2] Mt 7.9-11; Lc 11.11; Is 49.15 *P. 121: Por que foi acrescentado "**que estás nos céus**"?* R.: Para que não formemos nenhuma idéia terrena sobre a majestade celestial de Deus,[1] e nós esperemos da sua onipotência tudo o que é necessário à nossa alma e ao nosso corpo.[2] [1] Jr 23.24 [2] At 17.24; Rm 10.12		

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
	P. 100: O que o prefácio da Oração Dominical nos ensina? R.: O prefácio da Oração Dominical (que é: "Pai nosso, que estás nos céus"[1]), ensina-nos que devemos nos aproximar de Deus com toda a santa reverência e confiança, como filhos a um pai capaz e pronto para nos ajudar,[2] e também nos ensina a orar com os outros e por eles.[3] [1] Mt 6.9 [2] Rm 8.15; Lc 11.13 [3] At 12.5; 1Tm 2.1,2 *P. 101: Pelo que oramos na primeira petição?* R.: Na primeira petição (que é: "Santificado seja o teu nome"[1]), pedimos que Deus nos habilite, a nós e aos outros, a glorificá-lo em tudo em que ele se dá a conhecer;[2] e que ele disponha tudo para a sua própria glória.[3] [1] Mt 6.9 [2] Sl 67.2,3 [3] Sl 83 *P. 102: Pelo que oramos na segunda petição?* R.: Na segunda petição (que é: "Venha o teu reino"[1]), pedimos que o reino de Satanás seja destruído[2] e que o reino da graça seja adiantado;[3] que nós e os outros sejamos levados a ele e nele guardados,[4] e que o reino da glória seja apressado.[5] [1] Mt 6.10 [2] Sl 68.1,18 [3] Ap 12.10,11 [4] 2Ts 3.1; Rm 10.1; Jo 17.9,20 [5] Ap 22.20 *P. 103: Pelo que oramos na terceira petição?* R.: Na terceira petição (que é: "Faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu"[1]), pedimos que Deus, pela sua graça, nos torne capazes e desejosos de conhecer a sua vontade, de	oração, contanto que se ore com entendimento, fé, reverência e outras graças necessárias para o bom cumprimento do dever da oração.[1] [1] Mt 6.9 comparado com Lc 11.2 *P. 188: De quantas partes consiste a Oração Dominical?* R.: A Oração Dominical consiste de três partes: o prefácio, as petições e a conclusão. *P 189: O que nos ensina o prefácio da Oração Dominical?* R.: O prefácio da Oração Dominical, que é: "Pai nosso, que estás nos céus",[1] nos ensina, quando orarmos, a nos aproximarmos de Deus com confiança na sua bondade paternal e no nosso interesse nele;[2] com reverência e todas as outras disposições de filhos,[3] sentimentos celestiais[4] e a devida apreensão do seu soberano poder, majestade e graciosa condescendência;[5] assim como a orar com outras pessoas e por elas.[6] [1] Mt 6.9 [2] Lc 11.13; Rm 8.15 [3] Is 64.9 [4] Sl 123.1; Lm 3.41 [5] Is 65.15,16; Ne 1.4-6 [6] At 12.5 *P. 190: O que pedimos na primeira petição?* R.: Na primeira petição (que é: "Santificado seja o teu nome"[1]), reconhecendo a inteira incapacidade e indisposição que há em nós e em todos os homens de honrar a Deus como é devido,[2] pedimos que ele, pela sua graça, nos habilite e nos incline, a nós e a todos, a conhecer, confessar e altamente estimar a ele,[3] aos seus títulos,[4] atributos,[5] ordenanças, palavras,[6] obras e tudo aquilo por que ele se dá a conhecer,[7] e a glorificá-lo em pensamentos, palavras[8] e obras;[9] que ele impeça e elimine o ateísmo,[10] a ignorância,[11] a idolatria,[12] a profanação[13] e tudo quanto o desonra;[14] e que, pela sua soberana providência poderosa, oriente e disponha todas as coisas para a sua própria glória.[15] [1] Mt 6.9 [2] 2Co 3.5; Sl 51.15 [3] Sl 67.2,3 [4] Sl 83.18 [5] Sl 86.10-13,15 [6] 2Ts 3.1; Sl 147.19,20; 138.1-3; 2Co 2.14,15 [7] Sl 145.8 [8] Sl 103.1; 19.14 [9] Fp 1.9,11 [10] Sl 67.1-4 [11] Ef 1.17,18 [12] Sl 97.7 [13] Sl 74.18,22,23 [14] 2Rs 19.15,16 [15] 2Cr 20.6,10-12; Sl 83; 140.4,8

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

P. 122: Qual é a primeira petição?

R.: "Santificado seja o teu nome",[1] ou seja, que, em primeiro lugar, o conheçamos em verdade[2] e o santifiquemos, honremos e glorifiquemos em todas as suas obras, nas quais o poder, a sabedoria, a bondade, a justiça, a misericórdia e a verdade estão claramente demonstrados;[3] e também que possamos ordenar e orientar a nossa vida, todos os nossos pensamentos, palavras e obras de tal modo que o seu nome não seja blasfemado por nossa causa, mas honrado e glorificado.[4]

[1] Mt 6.9
[2] Jo 17.3; Jr 9.23,24; Mt 16.17; Tg 1.5
[3] Sl 119.137,138; Lc 1.46; Sl 145.8,9
[4] Sl 115.1; Sl 71.8

P. 123: Qual é a segunda petição?

R.: "Venha o teu reino",[1] ou seja, oriente-nos por sua Palavra e por seu Espírito de tal maneira que, cada vez mais, nos submetamos ao Senhor;[2] preserve e aumente a sua igreja;[3] destrua as obras do diabo,[4] e todo poder que se levanta contra o Senhor; e, também, todos os maus planos que são inventados contra a sua santa Palavra, até que venha a plenitude do seu reino,[5] no qual o Senhor será tudo em todos.[6]

[1] Mt 6.10
[2] Sl 119.5
[3] Sl 51.18
[4] 1Jo 3.8; Rm 16.20
[5] Ap 22.17,20
[6] 1Co 15.15,28

P. 124: Qual é a terceira petição?

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
	obedecer e submeter-nos a ela em tudo,[2] como fazem os anjos no Céu.[3] [1] Mt 6.10 [2] Sl 67; 119.36; Mt 26.39; 2Sm 15.25; Jó 1.21 [3] Sl 103.20,21 *P. 104: Pelo que oramos na quarta petição?* R.: Na quarta petição (que é: "O pão nosso de cada dia dá-nos hoje"[1]), pedimos que da livre dádiva de Deus recebamos uma porção suficiente das coisas boas desta vida, e gozemos com elas das suas bênçãos.[2] [1] Mt 6.11 [2] Pv 30.8,9; Gn 28.20; 1Tm 4.4,5 *P. 105: Pelo que oramos na quinta petição?* R.: Na quinta petição (que é: "E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores"[1]), pedimos que Deus, por amor de Cristo, nos perdoe gratuitamente os nossos pecados,[2] o que somos animados a pedir porque, pela sua graça, somos habilitados a perdoar de coração ao nosso próximo.[3] [1] Mt 6.12 [2] Sl 51.1,2,7,9; Dn 9.17-19 [3] Lc 11.4; Mt 18.35 *P. 106: Pelo que oramos na sexta petição?* R.: Na sexta petição (que é: "E não nos deixes cair em tentação; mas livra-nos do mal"[1]), pedimos que Deus nos guarde de sermos tentados a pecar,[1] ou nos preserve e livre, quando formos tentados.[3] [1] Mt 6.13 [2] Mt 26.41 [3] 1Co 12.7,8	*P. 191: O que pedimos na segunda petição?* R.: Na segunda petição (que é "Venha o teu reino"[1]), reconhecendo que nós e todos os homens estamos, por natureza, sob o domínio do pecado e de Satanás,[2] pedimos que esse reino seja destruído,[3] que o evangelho seja propagado por todo o mundo,[4] os judeus chamados,[5] e que a plenitude dos gentios seja trazida à igreja;[6] que esta seja provida de todos os oficiais e ordenanças do evangelho,[7] purificada da corrupção,[8] aprovada e mantida pelo magistrado civil;[9] que as ordenanças de Cristo sejam administradas puramente, feitas eficazes para a conversão daqueles que estão ainda nos seus pecados, e para a confirmação, conforto e edificação dos que estão já convertidos;[10] que Cristo reine no nosso coração, aqui,[11] e apresse o tempo da sua Segunda Vinda e de reinarmos nós com ele para sempre;[12] que lhe apraza exercer o reino do seu poder em todo o mundo, do modo que melhor contribua para esses fins.[13] [1] Mt 6.10 [2] Ef 2.2,3 [3] Sl 67.1,18; Ap 12.10,11 [4] 2Ts 3.1 [5] Rm 10.1 [6] Jo 17.9,20; Rm 11.25,26; Sl 67 [7] Mt 9.38; 2Ts 3.1 [8] Ml 1.11; Zc 3.9 [9] 1Tm 2.1,2 [10] At 4.29,30; Ef 6.18-20; Rm 15.29,30,32; 2Ts 1.11; 2.16,17 [11] Ef 3.14-20 [12] Ap 22.20 [13] Is 64.1,2; Ap 4.8-11 *P. 192: O que pedimos na terceira petição?* R.: Na terceira petição (que é: "Faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu"[1]), reconhecendo que, por natureza, nós e todos os seres humanos somos, não só totalmente incapazes e relutantes quanto a conhecer e fazer a vontade de Deus,[2] mas propensos a rebelar-nos contra sua Palavra,[3] a desanimar-nos, a murmurar contra a sua providência,[4] e inteiramente inclinados a fazer a vontade da carne e do diabo,[5] pedimos que Deus, pelo seu Espírito, tire de nós e dos outros toda cegueira,[6] fraqueza,[7] indisposição[8] e perversidade do coração,[9] e pela sua graça nos torne capazes e prontos para conhecer e fazer a sua vontade em tudo, bem como submeter-nos à ela,[10] com humildade,[11] alegria, [12] fidelidade,[13] diligência,[14] zelo,[15] sinceridade[16] e constância,[17] como os anjos no céu.[18] [1] Mt 6.10 [2] Rm 7.18; Jó 21.14; 1Co 2.14 [3] Rm 8.7 [4] Êx 17.7; Nm 14.2 [5] Ef 2.2 [6] Ef 1.17,18 [7] Ef 3.16 [8] Mt 26.40,41 [9] Jr 31.18,19

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

R.: "Faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu",[1] ou seja, conceda que nós, e todos os homens, possamos renunciar à nossa própria vontade,[2] e que obedeçamos, sem protestos, à sua vontade,[3] a única que é boa, para que cada um, assim, atenda às obrigações de sua posição e do seu chamado e as cumpra[4] de modo tão pronto e fiel como os anjos no céu.[5]

[1] Mt 6.10
[2] Mt 16.24; Tt 2.12
[3] Lc 22.42
[4] 1Co 7.24; Ef 4.1
[5] Sl 103.20

P. 125: Qual é a quarta petição?

R.: "O pão nosso de cada dia dá-nos hoje",[1] ou seja, deleite-se em nos prover com tudo o que for necessário ao nosso corpo,[2] para que, desse modo, possamos reconhecer que o Senhor é a única fonte de todo o bem,[3] e que, sem a tua bênção, o nosso cuidado e o nosso trabalho não podem nos ser úteis,[4] e que, portanto, devemos retirar a nossa confiança de todas as criaturas e colocá-la somente no Senhor.[5]

[1] Mt 6.11
[2] Sl 145.15; Mt 6.25, etc.
[3] At 17.25; At 14.17
[4] 1Co 15.58; Dt 8.3; Sl 127.1,2
[5] Sl 62.11; Sl 55.22

P. 126: Qual é a quinta petição?

R.: "E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores",[1] ou seja, que o Senhor se agrade, por causa do sangue de Cristo, em não imputar a nós, miseráveis pecadores que somos, nossas transgres-

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

P. 107: O que nos ensina a conclusão da Oração Dominical?

R.: A conclusão da Oração Dominical (que é: "Pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém"[1]), nos ensina que na oração devemos confiar somente em Deus,[2] e louvá-lo em nossas orações, atribuindo-lhe o reino, o poder e a glória.[3] E em testemunho do nosso desejo e certeza de sermos ouvidos, dizemos: Amém.[4]

[1] Mt 6.13
[2] Dn 9.4,7-9,16-19
[3] 1Cr 29.10-13
[4] 1Co 14.16; Ap 22.20,21

[10] Sl 119.1,8,35,36; At 21.14
[11] Mq 6.8
[12] Sl 100.2; Jó 1.21; 2Sm 15.25,26
[13] Is 38.3
[14] Sl 119.4,5
[15] Rm 12.11
[16] Sl 119.80
[17] Sl 119.112
[18] Is 6.2,3; Sl 103.20,21; Mt 18.10

P. 193: O que pedimos na quarta petição?

R.: Na quarta petição (que é: "O pão nosso de cada dia nos dá hoje"[1]), reconhecendo que, em Adão e pelo nosso pecado, perdemos o nosso direito a todas as bênçãos desta vida, e que merecemos ser totalmente privados delas, sendo elas tornadas em maldição para nós, no seu uso;[2] que nem elas podem de si mesmas nos sustentar,[3] nem nós podemos merecê-las,[4] nem pela nossa diligência conseguí-las,[5] mas que somos propensos a desejar,[6] obter[7] e usar delas ilicitamente,[8] pedimos, por nós mesmos e pelos outros, que tanto eles como nós, dependendo da providência de Deus, de dia em dia, no uso de meios lícitos possamos, do seu livre dom

Catecismo Maior de Westminster (cont.)

e conforme parecer bem à sua sabedoria paternal, gozar de uma porção suficiente desses favores,[9] e tê-los de modo contínuo e abençoado para nós no nosso santo e confortável uso[10] e contentamento;[11] e que sejamos guardados de tudo quanto é contrário ao nosso sustento e conforto temporais.[12]

[1] Mt 6.11
[2] Gn 2.17; 3.17; Rm 8.20-22; Jr 5.25; Dt 28.15-68
[3] Dt 8.3
[4] Gn 32.10
[5] Dt 8.17,18
[6] Jr 6.13; Mc 7.21,22
[7] Os 12.7
[8] Tg 4.3
[9] Gn 43.12-14; Gn 28.20; Ef 4.28; 2Ts 3.11,12; Fp 4.6
[10] 1Tm 4.3-5
[11] 1Tm 6.6-8
[12] Pv 30.8,9

P. 194: O que pedimos na quinta petição?

R.: Na quinta petição (que é: "Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores"[1]), confessando que nós e todos os outros somos culpados do pecado original e atual, e, por isso, devedores à justiça de Deus, que nem nós nem outra criatura alguma pode fazer a mínima satisfação por essa dívida,[2] pedimos, por nós mesmos e por outros, que Deus, da sua livre graça e pela obediência e satisfação adquiridas e aplicadas pela fé, nos absolva da culpa e da punição do pecado,[3] que nos aceite no seu Amado,[4] que continue a derramar o seu favor e sua graça sobre nós,[5] perdoe as nossas faltas diárias[6] e nos encha de paz e gozo, dando-nos diariamente mais e mais certeza do perdão,[7] o que temos mais coragem de pedir e somos mais animados a esperar, quando temos este testemunho em nós que, de coração, já perdoamos aos outros as suas ofensas.[8]

[1] Mt 6.12
[2] Rm 3.9-22; Mt 18.24,25; Sl 130.3,4
[3] Rm 3.24-26; Hb 9.22
[4] Ef 1.6,7
[5] 2Pe 1.2
[6] Os 14.2; Jr 14.7
[7] Rm 15.13; Sl 51.7-10,12
[8] Lc 11.4; Mt 6.14,15; Mt 18.35

P. 195: O que pedimos na sexta petição?

R.: Na sexta petição (que é: "Não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal"[1]), reconhecendo que o mui sábio, justo e gracioso Deus, por diversos fins, santos e justos, pode dispor as coisas de modo que sejamos assaltados, frustrados e feitos por algum tempo cativos pelas tentações;[2] que Satanás,[3] o mundo[4] e a carne estão poderosamente prontos para nos desviar e enlaçar;[5] que nós, depois do perdão dos nossos pecados, devido à nossa corrupção,[6] fraqueza e falta de vigilância,[7] estamos, não somente sujeitos a ser tentados e dispostos a nos expor às tentações,[8] mas também, de nós mesmos, incapazes e indispostos para lhes resistir, a nos recuperar ou tirar proveito delas,[9] e que somos dignos de ser deixados sob o seu poder,[10] pedimos que Deus de tal modo reja o mundo e tudo o que nele há,[11] subjugue a carne,[12] restrinja a Satanás,[13] disponha tudo,[14] conceda e abençoe todos os meios de graça[15] e nos desperte à vigilância no seu uso; que nós e todo o seu povo sejamos guardados, pela sua providência, de sermos tentados ao pecado;[16] ou que, quando tentados, sejamos poderosamente sustentados pelo seu Espírito, e habilitados a ficar firmes na hora da tentação;[17] ou, quando cairmos, sejamos levantados novamente, recuperados da queda,[18] e que tiremos dela uso e proveito santos;[19] que a nossa santificação e salvação sejam aperfeiçoadas,[20] Satanás calcado aos nossos pés,[21] e nós inteiramente libertados do pecado, da tentação e de todo o mal, para sempre.[22]

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Catecismo de Heidelberg (cont.)

sões nem o mal que ainda há em nós,[2] assim como a sua graça em nós faz com que tenhamos o firme propósito de perdoar o nosso próximo de todo o coração.[3]

[1] Mt 6.12
[2] Sl 51.1; 1Jo 2.1,2
[3] Mt 6.14,15

P. 127: Qual é a sexta petição?

R.: "E não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal",[1] ou seja, somos tão fracos que, por nós mesmos, não podemos subsistir por um só momento;[2] e, além disso, os nossos inimigos mortais, o diabo,[3] o mundo[4] e nossa própria carne,[5] nos tentam continuamente. Por isso, pedimos que o senhor nos sustente e nos fortaleça pelo poder do seu Espírito Santo, a fim de que neste combate espiritual não sejamos derrotados, mas possamos fortemente resistir aos nossos inimigos,[6] até que finalmente alcancemos a vitória total.[7]

[1] Mt 6.13
[2] Rm 8.26; Sl 103.14
[3] 1Pe 5.8
[4] Ef 6.12; Jo 15.19
[5] Rm 7.23; Gl 5.17
[6] Mt 26.41; Mc 13.3
[7] 1Ts 3.13; 1Ts 5.23

P. 128: Como você termina a sua oração?

R.: "Pois teu é o reino, o poder e a glória, para sempre",[1] ou seja, tudo isso nós pedimos, porque o Senhor, sendo o nosso rei e Todo-poderoso, quer e pode dar-nos todo o bem;[2] e que em tudo o que pedirmos, que não nós, mas que o seu santo Nome possa ser glorificado para sempre.[3]

[1] Mt 6.13
[2] Rm 10.12; 2Pe 2.9
[3] Jo 14.13; Sl 115.1; Fp 4.20

P. 129: O que significa a palavra "amém"?

R.: "Amém" significa é verdadeiro e com certeza acontecerá, pois Deus atende à minha oração com muito mais certeza do que o desejo que eu sinto no coração de ser ouvido por ele.[1]

[1] 2Co 1.20; 2Tm 2.13

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Catecismo Maior de Westminster (cont.)

[1] Mt 6.13
[2] 2Cr 32.31
[3] 1Cr 21.1
[4] Lc 21.34; Mc 4.19
[5] Tg 1.14
[6] Gl 5.17
[7] Mt 26.41
[8] Mt 26.69-72; Gl 1.11-14; 2Cr 18.3; 19.2
[9] Rm 7.23,24; 1Cr 21.1-4; 2Cr 16.7-10
[10] Sl 81.11,12
[11] Jo 17.15
[12] Sl 51.10; 119.133
[13] 2Co 12.7,8
[14] 1Co 10.12,13
[15] Hb 13,20,21
[16] Mt 26.41; Sl 19.13
[17] Ef 3.14-17; 1Ts 3.13; Jd 24
[18] Sl 51.12
[19] 1Pe 5.8-10
[20] 2Co 13.7,9
[21] Rm 16.20; Zc 3.2; Lc 22.31,32
[22] Jo 17.15; 1Ts 5.23

P. 196: O que nos ensina a conclusão da Oração Dominical?

R.: A conclusão da Oração Dominical (que é: "Pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém"[1]), nos ensina a reforçar as nossas petições com argumentos[2] que devem ser derivados, não de qualquer mérito que haja em nós ou em qualquer outra criatura, mas de Deus;[3] e a ajuntar louvores às nossas orações,[4] atribuindo a Deus, só, a soberania eterna, onipotência e gloriosa excelência;[5] em virtude do que, assim como ele pode e quer socorrer-nos,[6] assim nós, pela fé, estamos animados a instar com ele que atenda aos nossos pedidos,[7] e a confiar tranqüilamente que assim ele fará.[8] E, para testemunhar os nossos desejos e certeza de sermos ouvidos, dizemos: Amém.[9]

[1] Mt 6.13
[2] Rm 15.30
[3] Dn 9.4,7-9,16-19
[4] Fp 4.6
[5] 1Cr 29.10-13
[6] Ef 3.20,21; Lc 11.13
[7] 2Cr 20.6,11
[8] 2Cr 14.11
[9] 1Co 14.16; Ap 22.20,21

Eclesiologia:
A doutrina da igreja

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A doutrina da igreja

Artigo 27

A igreja católica cristã

Cremos e confessamos uma só igreja católica ou universal,[1] que é uma santa congregação dos verdadeiros crentes em Cristo, que esperam toda a sua salvação de Jesus Cristo, tendo sido lavados pelo seu sangue, santificados e selados pelo Espírito Santo.

Essa igreja existe desde o princípio do mundo e existirá até o fim,[2] o que é evidente do fato de que Cristo é um rei eterno, o que, sem súditos ele não o pode ser.[3] Essa santa igreja é preservada e mantida por Deus contra o furor do mundo inteiro,[4] mesmo que ela, às vezes, (por algum tempo), aparente ser muito pequena e, na opinião dos homens, reduzida a nada,[5] como durante o perigoso reinado de Acabe, quando, no entanto, Deus guardou para si sete mil homens que não tinham dobrado os joelhos a Baal.[6]

Além do mais, essa santa igreja também não está confinada, presa ou limitada a um certo lugar ou a certas pessoas, mas ela está espalhada e dispersa pelo mundo inteiro; contudo, ela está integrada e unida com o coração e a vontade, [7] pelo poder da fé, no mesmo Espírito.[8]

[1] Is 2.2; Sl 46.5; 102.14; Jr 31.36
[2] Mt 38.20; 2Sm 7.16

P. 54: O que você crê a respeito da "santa igreja católica" de Cristo?

R.: Creio que o Filho de Deus,[1] desde o início e até o fim do mundo,[2] reúne,[3] defende e preserva para si mesmo,[4] pelo seu Espírito e por sua Palavra,[5] dentre toda a raça humana,[6] uma igreja escolhida para vida eterna,[7] composta de pessoas que concordam quanto à verdadeira fé; e que eu sou, e serei para sempre, um membro vivo dessa igreja.[8]

[1] Jo 10.11
[2] Gn 26.4
[3] Rm 9.24; Ef 1.10
[4] Jo 10.16
[5] Is 59.21
[6] Dt 10.14,15
[7] At 13.48
[8] 1Co 1.8,9; Rm 8.35, etc.

XVII. Da santa igreja católica e do único cabeça da igreja.

1. Visto que Deus, desde o princípio, desejou salvar os homens e levá-los ao conhecimento da verdade (1Tm 2.4), é preciso que a igreja sempre tenha existido, exista nos nossos dias, e continue a existir até o fim do mundo. A igreja é a assembléia dos fiéis convocada e reunida no mundo: é a comunhão de todos santos, ou seja, daqueles que verdadeiramente conhecem, adoram corretamente e servem ao verdadeiro Deus, em Jesus Cristo, o Salvador, pela palavra do Espírito Santo; e que, pela fé, compartilham de todos as misericórdias oferecidas gratuitamente por intermédio de Cristo. Todos são cidadãos de uma só cidade, vivendo sob o mesmo Senhor, sob as mesmas leis, e na mesma comunhão de todos os benefícios. Por isso, o apóstolo os chamou de "concidadãos dos santos, e ... da família de Deus" (Ef 2.19), denominando "santos" os fiéis da terra (1Co 1.2), que são santificados pelo sangue do Filho de Deus. Assim deve ser, inteiramente, entendido o trecho do nosso Credo que diz: "Creio na santa igreja católica, na comunhão dos santos".

2. E, visto que há sempre "um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem" (1Tm 2.5), e, também, um só Pastor de todo o rebanho, uma só cabeça deste corpo, enfim, um só Espírito, uma só salvação, uma só fé e um só testamento ou aliança segue-se, necessariamente, que há uma só igreja, a qual, por conseguinte, nós denominamos *católica*, porque é universal, e se espalha por todas as partes do mundo, estendendo-se por todos os tempos e não sendo limitada por tempo ou espaço. Aqui, portanto, nós devemos condenar os donatistas, que confinavam a igreja dentro das fronteiras da África, e desaprovar o clero romano, que se enaltece, afirmando que só a igreja de Roma é, de certo modo, católica.

3. A igreja é dividida por alguns em diversas partes ou tipos, não porque esteja cindida ou dividida em si mesma, mas, ao contrário, porque é distinguida no que se refere à diversidade dos membros que a compõe. Uma parte dela é denominada de igreja militante, e a outra, de igreja triunfante. A primeira milita ainda na terra e luta contra a carne, o mundo e o diabo, que é o príncipe deste mundo, e contra o pecado e a morte. A outra, já foi libertada e, nos céus, triunfa depois de ter vencido essas coisas, e, continuamente, exulta diante do Senhor. Ainda assim, essas duas igrejas têm comunhão e união uma com a outra.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XXV. Da igreja

1. A igreja católica ou universal, que é invisível, consiste do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos num só corpo, sob Cristo, seu cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todas as coisas.[1]

[1] Ef 1.10,22,23; 5.23; Cl 1.18

2. A igreja visível, que também é católica ou universal, sob o evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes sob a lei), consiste de todos aqueles que, pelo mundo inteiro, professam a verdadeira religião,[1] juntamente com os seus filhos;[2] é o reino do Senhor Jesus,[3] a casa e a família de Deus,[4] fora da qual não há possibilidade efetiva de salvação.[5]

[1] 1Co 1.2; 12.12,13; Sl 2.8; Ap 7.9; Rm 15.9-12
[2] 1Co 7.14; At 2.39; Ez 16.20,21; Rm 11.16; Gn 3.15; 17.7
[3] Mt 13.47; Is 9.7
[4] Ef 2.19; 3.15
[5] At 2.47

3. A essa igreja católica visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para a congregação e o aperfeiçoamento dos santos, nesta vida, até ao fim do mundo, e pela sua própria presença e pelo seu Espírito os torna eficazes para esse fim, segundo a sua promessa.[1]

[1] 1Co 12.28; Ef 4.11-13; Mt 28.19,20; Is 59.21

4. Essa igreja católica tem sido ora mais, ora menos visível.[1] As igrejas particulares, que são membros dela, são mais ou menos puras conforme nelas é, com mais ou menos pureza, ensinado e aceito o evangelho e administradas as ordenanças e celebrado o culto público.[2]

[1] Rm 11.3,4; Ap 12.6,15
[2] Ap 2; 3; 1Co 5.6,7

5. As igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro;[1] algumas se têm degenerado a ponto de não mais serem igrejas de Cristo, mas sinagogas de Satanás.[2] No entanto, haverá sempre sobre a terra uma igreja para adorar a Deus segundo a vontade dele mesmo.[3]

[1] 1Co 13.12; Ap 2; 3; Mt 13.24-30,47
[2] Ap 18.2; Rm 11.18-22
[3] Mt 16.18; Sl 72.17; 102.28; Mt 28.19,20

P. 61: Todos os que ouvem o evangelho e pertencem à igreja serão salvos?

R.: Nem todos os que ouvem o evangelho e pertencem à igreja visível serão salvos, mas unicamente aqueles que são membros verdadeiros da igreja invisível.[1]

[1] Jo 12.38-40; Rm 9.6; Mt 22.14; 7.21; Rm 11.7

P. 62: O que é a igreja visível?

R.: A igreja visível é uma sociedade composta de todos quantos, em todos os tempos e lugares no mundo, professam a verdadeira religião,[1] juntamente com os seus filhos.[2]

[1] 1Co 1.2; 12.13; Rm 15.9-12; Ap 7.9; Sl 2.8; 22.27-31; 45.17; Mt 28.19,20; Is 59.21
[2] 1Co 7.14; At 2.39; Rm 11.16; Gn 17.7

P. 63: Quais são os privilégios da igreja visível?

R.: A igreja visível tem o privilégio de estar sob o cuidado e governo especiais de Deus;[1] de ser protegida e preservada em todos os tempos, não obstante a oposição de todos os inimigos;[2] e de gozar da comunhão dos santos, dos meios regulares de salvação[3] e das ofertas da graça feitas por Cristo a todos os membros dela, no ministério do evangelho, testificando que todo o que crer nele será salvo,[4] não excluindo ninguém que queira ir a ele.[5]

[1] Is 4.5,6; 1Tm 4.10
[2] Sl 115.1,2; Is 31.4,5; Zc 12.2-4,8,9
[3] At 2.39,42
[4] Sl 147.19,20; Rm 9.4; Ef 4.11,12; Mc 16.15,16
[5] Jo 6.37

P. 64: O que é a igreja invisível?

R.: A igreja invisível é o número total dos eleitos que têm sido e que hão de ser reunidos num corpo sob Cristo, o cabeça.[1]

[1] Ef 1.10,22,23; Jo 10.16; 11.52

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

[3] Lc 1.32,33; Sl 89.37,38; 110.2-4
[4] Mt 16.18; Jo 16.33; Gn 22.17; 2Tm 2.19
[5] Lc 12.32; Is 1.9; Ap 12.6,14; Lc 17.21; Mt 16.18
[6] Rm 12.4; 11.2,4; 1Rs 19.18; Is 1.9; Rm 9.29
[7] At 4.32
[8] Ef 4.3,4

Artigo 28

Todos devem se juntar à igreja

Cremos, desde que essa santa congregação é uma assembléia daqueles que são salvos, e que fora dela não há salvação,[1] que ninguém, qualquer que seja a sua posição ou condição, deve viver afastado dela e contentar-se com sua própria pessoa,[2] mas que todos os homens devem se juntar e se reunir nela, mantendo a unidade da igreja,[3] submetendo-se à sua instrução e disciplina, curvando-se diante do jugo de Jesus Cristo[4] e, como membros mútuos do mesmo corpo,[5] servindo para a edificação dos irmãos, conforme os dons que Deus concedeu a eles.

E para que isso possa ser mais bem observado, é dever de todos os fiéis, de acordo com a Palavra de Deus, separar-se daqueles que não pertencem à igreja,[6] e juntar-se a essa congregação, onde quer que seja que Deus a tenha estabelecido,[7] mesmo que os governos e as leis das autoridades o contrariem, e mesmo que a morte ou a pena corporal seja a conseqüência disso.[8] Portanto, todos os que se separam dessa igreja ou não se juntam a ela, agem de modo contrário à ordem de Deus.

Segunda Confissão Helvética (cont.)

4. Ademais, a igreja militante na terra teve, continuamente, muitas igrejas específicas; contudo, todas elas devem ser reportadas à unidade da igreja católica. Essa igreja militante foi estabelecida e regida de um modo antes da Lei, entre os patriarcas, de outro modo sob o comando de Moisés, pela lei; e de modo diferente por Cristo, por meio do evangelho. Em geral, são mencionados dois tipos de pessoas: ou seja, os israelitas e os gentios, ou aqueles que, dentre os judeus e os gentios, foram congregados para formar a igreja. Há, também, dois Testamentos, o Antigo e o Novo. No entanto, ambos os povos formaram e ainda formam uma só comunidade, têm uma só salvação num só e no mesmo messias, em quem, como membros de um só corpo, sob um só cabeça, estão todos unidos na mesma fé, participando também do mesmo alimento e da mesma bebida espiritual. Aqui, porém, reconhecemos uma diversidade de tempos e uma diversidade nos pleitos e nos sinais do messias prometidos e manifestados; agora, abolidos os rituais, a luz brilha sobre nós mais claramente, nossos dons e bênçãos são mais abundantes, e nossa liberdade é mais completa e ampla.

5. Esta santa igreja de Deus é chamada "o santuário do Deus vivente" (2Co 6.16), construída de "pedras que vivem, ... casa espiritual" (1Pe 2.5) e edificada sobre uma rocha (Mt 16.18) "inabalável" (Hb 12.28), na qual não pode ser lançado outro fundamento (1Co 3.11). Em decorrência disso, ela é chamada "coluna e baluarte da verdade" (1Tm 3.15), que não erra enquanto se apóia sobre a rocha, Cristo, e sobre o fundamento dos profetas e apóstolos. E não é de espantar se ela errar toda vez que abandonar aquele que é, por si só, a verdade. Essa igreja é também chamada de "a virgem" (2Co 11.2), a "a noiva" de Cristo (Ct 4.8) e sua "amada" (Ct 5.16), pois, o apóstolo diz: "Vos tenho preparado para vos apresentar como virgem pura a um esposo" (2Co 11.2). A igreja é chamada rebanho sob um só pastor, Cristo (Ez 34.22,23, Jo 10.16). É chamada também de corpo de Cristo (Cl 1.24), porque os fiéis são os membros vivos de Cristo, que têm a ele como o seu cabeça.

6. É a cabeça que tem a primazia sob o corpo, e é dela que o corpo todo recebe vida; pelo seu espírito o corpo é em tudo governado; dela, ainda, o corpo recebe acréscimo e pode se desenvolver. Ainda, há uma só cabeça para o corpo, com a qual ele se ajusta, e, por isso, a igreja não pode ter nenhum outro cabeça além de Cristo. Assim, como a igreja é um corpo espiritual, é preciso que ela tenha também uma cabeça espiritual em harmonia consigo mesma. Ela não pode ser governada por nenhum outro espírito que não seja o Espírito de Cristo. Por essas razões, Paulo diz: "Ele é a cabeça do corpo, da igreja. Ele é o princípio, o primogênito de entre os mortos, para em todas as coisas ter a primazia" (Cl 1.18). E em outro lugar: "Cristo", diz ele, "é o cabeça da igreja, sendo este mesmo salvador do corpo" (Ef 5.23). E, mais uma vez: "para ser o cabeça sobre todas as coisas, o deu à igreja, a qual é o seu corpo, a plenitude daquele que a tudo enche em todas as coisas" (Ef 1.22,23). Ainda: "Cresçamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo, de quem todo o corpo, bem ajustado e consolidado... efetua o seu próprio aumento" (Ef 4.15,16). E, por esses motivos, não aprovamos a doutrina dos prelados romanos, que fazem do papa o pastor universal, o cabeça supremo da igreja militante aqui na terra, o próprio vigário de Jesus Cristo, que tem, como eles dizem, toda a plenitude de poder e soberana autoridade na igreja. Isso porque nós cremos e ensinamos que Cristo, nosso Senhor, é e continua a ser o único pastor universal e sumo pontífice diante de Deus seu Pai, e que na igreja ele mesmo realiza todas as funções de um pontífice ou pastor, até o fim dos tempos; e, conseqüentemente, não há necessidade de ninguém para ocupar o seu lugar. Porque só aqueles que estão ausentes é que necessitam de substituto. Cristo está presente na sua igreja e é sua cabeça vivificadora. Ele proibiu, estritamente, aos seus apóstolos e sucessores qualquer superioridade ou domínio na igreja. Portanto, aqueles que, contradizendo-se, opõem-se a essa verdade manifesta e introduzem outro governo na igreja de Cristo não devem, porventura,

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
6. Não há outro cabeça da igreja senão o Senhor Jesus Cristo.[1] Em sentido algum pode ser o papa de Roma o cabeça dela, mas ele é aquele anticristo, aquele homem do pecado e filho da perdição que se exalta na igreja contra Cristo e contra tudo o que se chama Deus.[2]		

[1] Cl 1.18; Ef 1.22
[2] Mt 23.8-10; 2Ts 2.3,4,8,9; Ap 13.6

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

[1] 1Pe 3.20; Jl 2.32
[2] At 2.40; Is 52.11
[3] Sl 22.23; Ef 4.3,12; Hb 2.12
[4] Sl 2.10-12; Mt 11.29
[5] Ef 4.12,16; 1Co 12.12, etc
[6] At 2.40; Is 52.11; 2Co 6.17; Ap 18.4
[7] Mt 12.30; 24.28; Is 49.22; Ap 17.14
[8] Dn 3.17,18; 6.8-10; Ap 14.14; At 4.17,19; 17.7; 18.13

Artigo 29

As marcas da verdadeira igreja e em que ela difere da falsa igreja

Cremos que se deve discernir diligentemente e com muito cuidado, pela Palavra de Deus, qual é a verdadeira igreja, visto que todas as seitas que atualmente existem no mundo se chamam igreja, mas sem razão. Não falamos aqui dos hipócritas que na igreja se encontram entre os fiéis sinceros e que, no entanto, não pertencem à igreja, embora sejam membros dela,[1] mas queremos dizer que se deve distinguir o corpo e a comunhão da verdadeira igreja de todas as seitas que se dizem igreja.

Os sinais pelos quais a verdadeira igreja é reconhecida são estes: se a pura doutrina do evangelho é pregada;[2] se ela mantém a pura administração dos sacramentos como Cristo os instituiu;[3] se ela exerce o exercício da disciplina eclesiástica para punir os pecados.[4] Em resumo, se em todas as coisas ela se orienta pela pura Palavra de Deus, rejeitando tudo o que for contrário a ela[5] e reconhecendo Jesus Cristo como o único cabeça da igreja.[6] Assim, com certeza, pode-se conhecer a verdadeira igreja; e a ninguém convém separar-se dela.

Segunda Confissão Helvética (cont.)

ser considerados como aqueles a respeito de quem profetizam os apóstolos de Cristo, em Pedro (2Pe 2.1) e Paulo (At 20.29; 2Co 11.13; 2Ts 2.8,9), assim como em muitas outras passagens?

7. No entanto, ao repudiar o cabeça romano, nós não trazemos para a igreja nenhuma confusão nem perturbação, pois ensinamos que o governo da igreja, estabelecido pelos apóstolos, é suficiente para manter a igreja na devida ordem. No princípio, quando a igreja não tinha o chefe romano, que, atualmente, aparenta conservá-la em ordem, não estava em confusão ou desordenada. O chefe romano preserva, na verdade, a tirania e a corrupção, que foram introduzidas na igreja, e, ao mesmo tempo, ele impede a correta e legal reforma da igreja, resiste a isso e, usando de todo o seu poder, a arruína.

8. Contra nós, argumentam que tem havido grandes contendas e dissensões nas nossas igrejas desde que elas se separaram da Igreja Romana, e que, por isso, elas não podem ser igrejas verdadeiras. Como se nunca tivesse havido, na própria Igreja Romana, seitas, nem dissensões e disputas a respeito de religião, presentes não tanto nas escolas, mas também nos púlpitos, e até mesmo no meio do povo. Sabemos que o apóstolo disse: "Deus não é de confusão; e, sim, de paz" (1Co 14.33); e: "porquanto, havendo entre vós ciúmes e contendas, não é assim que sois carnais?" (1Co 3.3). No entanto, não podemos negar que Deus estava presente na igreja estabelecida pelos apóstolos e que a igreja apostólica era a igreja verdadeira, não obstante a existência de contendas e dissensões nela. O apóstolo Paulo repreendeu o apóstolo Pedro (Gl 2.11), e Barnabé divergiu de Paulo (At 15.39). Grandes conflitos surgiram na Igreja de Antioquia, entre eles que pregavam o único e mesmo Cristo, como registrado por Lucas nos Atos dos Apóstolos (At 15.2). E, em todas as épocas, ocorreram grandes contendas na igreja, e os seus mais eminentes doutores divergiram acerca de assuntos relevantes, sem que, por isso, a igreja tenha deixado de ser a igreja. Assim, Deus se agrada quando a igreja usa as dissensões que surgem no seu meio para a glória do nome dele, para a elucidação da verdade e, enfim, para que os que não são aprovados sejam conhecidos em seu meio (1Co 11.19).

9. Ademais, uma vez que não reconhecemos nenhum outro cabeça da igreja, a não ser Cristo, também não reconhecemos como a verdadeira igreja qualquer igreja que se vanglorie de sê-la; porém, ensinamos que a verdadeira igreja é aquela na qual são encontradas as marcas ou os sinais da verdadeira igreja, dos quais em primeiro lugar e principalmente, a legítima e sincera pregação da Palavra de Deus, como nos foi deixada nos escritos dos profetas e dos apóstolos. Esses escritos nos levam a Cristo, que no evangelho disse: "As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna... De modo nenhum seguirão o estranho; antes fugirão dele, porque não conhecem a voz dos estranhos" (Jo 10.5,27,28).

10. E aqueles que são assim na igreja de Deus têm uma única fé e um único espírito; e por isso adoram o único Deus e só a ele cultuam em espírito e verdade, amando-o de todo o coração e com todas as suas forças e orando a ele por meio de Jesus Cristo, o único mediador e intercessor. E não buscam nenhuma outra vida ou justiça fora de Cristo e de sua fé nele, pois reconhecem a Cristo como o único cabeça e fundamento de sua igreja, pelo que, apoiando-se nele, renovam-se diariamente pelo arrependimento e, com paciência, carregam a cruz lançada sobre eles. Além disso, unidos a todos os membros de Cristo por um amor sincero, revelam que são discípulos de Cristo, perseverando no vínculo da paz e da santa unidade. Ademais, participam dos sacramentos instituídos por Cristo e a nós entregues pelos seus apóstolos, não os usando de nenhuma outra maneira, a não ser como os receberam do próprio Senhor. Estas palavras do apóstolo Paulo são conhecidas de todos: "Porque eu recebi do Senhor o que também vos entreguei" (1Co 11.23). Por essa razão, nós condenamos todas essas como estranhas à

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Confissão Gelga (cont.)

Com respeito àqueles que são membros da igreja, eles podem ser conhecidos pelas marcas dos cristãos, ou seja, pela fé;[7] e que, tendo eles recebido Jesus Cristo como o único Salvador,[8] evitam o pecado e seguem a justiça,[9] amam a Deus e ao seu próximo, não se desviam para a direita nem para a esquerda e crucificam a carne juntamente com as obras dela.[10] Isso não quer dizer, porém, que eles não tenham ainda grande fraqueza, mas pelo Espírito a combatem em todos os dias de sua vida,[11] continuamente se refugiando no sangue, na morte, no sofrimento e na obediência do Senhor Jesus, *em quem eles têm a remissão dos pecados por meio da fé.*[12]

Quanto à falsa igreja, ela atribui mais poder e autoridade a si mesma e a seus regulamentos do que à Palavra de Deus,[13] e não se submete ao jugo de Cristo.[14] Ela não administra os sacramentos como Cristo ordenou na sua Palavra, mas acrescenta ou elimina o que lhe convém; ela se baseia mais nos homens que em Cristo, e persegue aqueles que vivem de maneira santa, conforme a Palavra de Deus,[15] e que a repreendem pelos pecados, pela avareza e pela idolatria.[16] É fácil conhecer essas duas igrejas e distingui-las uma da outra.

[1] Mt 13.22; 2Tm 2.18-20; Rm 9.6
[2] Jo 10.27; Ef 2.20; At 17.11,12; Cl 1.23; Jo 8.47
[3] Mt 28.19; Lc 22.19; 1Co11.23
[4] Mt 18.15-18; 2Ts 3.14,15
[5] Mt 28.2; Gl 1.6-8
[6] Ef 1.22,23; Jo 10.4,5,14
[7] Ef 1.13; Jo 17.20
[8] 1Jo 4.2
[9] 1Jo 3.8-10
[10] Rm 6.2; Gl 5.24
[11] Rm 7.6,17; Gl 5.17
[12] Cl 1.14
[13] Cl 2.18,19
[14] Sl 2.3
[15] Ap 12.4; Jo 16.2
[16] Ap 17.3,4,6

Segunda Confissão Helvética (cont.)

verdadeira igreja de Cristo, que não são como ouvimos que elas deveriam ser, apesar do muito que se gabam da sucessão de bispos, de unidade e de antiguidade. Além do mais, fomos advertidos pelos apóstolos de Cristo, a fugir da idolatria (1Co 10.14; 1Jo 5.21) e a deixar a Babilônia e qualquer parte que tenhamos com ela, a não ser que queiramos ser participantes das pragas de Deus rogadas sobre ela (Ap 18.4; 2Co 6.17).

11. Estimamos tanto a comunhão com a verdadeira igreja de Cristo, que afirmamos que ninguém pode viver diante de Deus se não estiver em comunhão com a verdadeira igreja de Deus, mas dela separado, pois, assim como não havia salvação fora da arca de Noé, quando o mundo perecia por causa do dilúvio, cremos que, fora de Cristo, que se oferece na igreja para o bem dos eleitos, também não há salvação certa e segura; e, por isso, ensinamos que aqueles que querem ser salvos não devem, em hipótese alguma, se separar da verdadeira igreja de Cristo.

12. Entretanto, não somos tão severos a ponto de restringir a igreja à manifestação dos sinais acima mencionados, tampouco excluímos da igreja todos aqueles que ou não participam dos sacramentos (não os que o fazem voluntariamente ou por desídia, mas sim, aqueles que, forçados pela necessidade, involuntariamente se abstêm deles ou deles são privados), ou aqueles cuja fé algumas vezes falha, embora não se extinga ou cesse por completo, ou em quem se pode identificar imperfeições e erros decorrentes de fraqueza. Porque sabemos que Deus teve alguns amigos no mundo fora da comunidade de Israel. Sabemos o que sucedeu ao povo de Deus no cativeiro da Babilônia, onde foram privados dos seus sacrifícios por setenta anos. Sabemos o que aconteceu a Pedro, que negou o mestre, e o que costuma a ocorrer, diariamente, aos eleitos de Deus e aos fiéis que se desviam e têm muitas fraquezas. E mais, sabemos que tipo de igreja eram as igrejas na Galácia e em Corinto, à época dos apóstolos; igrejas nas quais São Paulo encontrou muitos e abomináveis crimes e, a despeito disso, ele as chama santas igrejas de Cristo (1Co 1.2; Gl 1.2).

13. Sim, algumas vezes acontece que Deus, no seu justo juízo, tolera que a verdade da sua Palavra, a fé católica e o culto verdadeiro a Deus sejam de tal maneira obscurecidos e deformados, que a igreja pareça quase destruída, sem que sequer sobreviva uma faceta da mesma, como aconteceu nos dias de Elias (1Rs 19.10,14), e em outras épocas. Não obstante, Deus tem, neste mundo, até mesmo nestas trevas, os seus verdadeiros adoradores, que não são poucos, chegando mesmo a sete mil e mais (1Rs 19.18; Ap 7.4,9), pois o apóstolo exclama: "O firme fundamento de Deus permanece, tendo este selo: O Senhor conhece os que lhe pertencem", etc. (2Tm 2.19). Em conseqüência disso, a igreja de Deus pode ser denominada invisível; não que os homens dos quais ela é formada sejam invisíveis, mas porque, estando oculta dos nossos olhos e sendo conhecida só de Deus, ela não pode ser distinguida pelo julgamento humano.

14. Ainda, nem todos os que são contados nos números da igreja são santos ou membros vivos e verdadeiros da igreja, pois há muitos hipócritas que aparentam ouvir a Palavra de Deus e publicamente recebem os sacramentos e parecem invocar a Deus somente por meio de Cristo, confessar que Cristo é a sua única justiça e adorar a Deus e exercitar os deveres de caridade aos irmãos e, por algum tempo, perseverar com paciência nas tribulações e problemas. E, não obstante, no seu interior, estão totalmente destituídos da verdadeira iluminação do Espírito de Deus, de fé e de sinceridade de coração, e de perseverança até o fim. E, ao final, o caráter desses homens, na sua maior parte, será manifestado, pois o após-

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Segunda Confissão Helvética (cont.)

tolo João diz: "Eles saíram de nosso meio; entretanto não eram dos nossos; porque, se tivessem sido dos nossos, teriam permanecido conosco" (1Jo 2.19). Contudo, esses homens, conquanto finjam ser religiosos, são computados como integrantes da igreja. Pois, até mesmo os traidores numa comunidade são incluídos na contagem dos bons cidadãos, antes de serem descobertos; e, o joio e a palha se misturam ao trigo, e inchaços e tumores se acham no corpo sadio, quando, ao contrário, são doenças e deformidades e não verdadeiros membros do corpo. E, por isso, a igreja de Deus é muito adequadamente comparada a uma rede que traz peixes de todas as espécies, e a um campo onde se pode achar joio e trigo (Mt 13.26,47). Conseqüentemente, devemos ser muito cuidadosos para não julgar precipitadamente, nem excluir, rejeitar nem afastar aqueles aos quais o Senhor não quer excluir nem rejeitar, e nem aqueles que não podemos afastar, sem causar prejuízo para a igreja. Por outro lado, devemos estar vigilantes para evitar que, cochilando os justos, os ímpios não cresçam e conduzam mal a igreja.

15. Além disso, ensinamos que, especialmente, aquilo em que consiste a verdade e a unidade da igreja deve ser cuidadosamente realçado, para que não provoquemos ou alimentemos, irrefletidamente, dissidências na igreja. A unidade não consiste em cerimônias e ritos externos, mas antes na verdade e na unidade da fé católica. A fé católica não nos é ensinada pelas leis humanas, mas pelas Santas Escrituras, das quais o Credo Apostólico é um breve resumo. E, assim, lemos nos escritores antigos que embora houvesse grande diversidade de rituais, estes eram livres e ninguém jamais pensava que a unidade da igreja era, por essa razão, rompida ou dissolvida. Por isso, ensinamos que a verdadeira unidade da igreja consiste na harmonia entre os vários pontos das doutrinas, na pregação uniforme e verdadeira do evangelho de Cristo, e nos ritos que foram expressamente instituídos pelo Senhor. E aqui insistimos nas sérias palavras do apóstolo: "Todos, pois, que somos perfeitos, tenhamos este sentimento; e, se porventura pensais doutro modo, também isto Deus vos esclarecerá. Todavia, andemos de acordo com o que já alcançamos" (Fp 3.15,16).

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A união com Cristo e a comunhão dos santos

P. 32: Por que você é chamado de cristão?

R.: Porque pela fé eu sou membro de Cristo[1] e, portanto, participante da sua unção,[2] de modo que posso confessar o seu nome,[3] e apresentar a mim mesmo como um sacrifício vivo de gratidão a ele;[4] e, também, com a consciência livre e sincera posso lutar contra o pecado e Satanás nesta vida[5] e, mais tarde, reinar com Cristo eternamente, sobre todas as criaturas.[6]

[1] 1Co 6.15
[2] 1Jo 2.27; Jl 2.28
[3] Mt 10.32
[4] Rm 12.1
[5] Ef 6.11,12; 1Tm 1.18,19
[6] 2Tm 2.12

P. 52: Que consolo traz a você a volta de Cristo "para julgar os vivos e os mortos"?

R.: Que, em todas as minhas tristezas e perseguições, com a cabeça erguida eu espero pela mesma pessoa que, antes, ofereceu-se em meu lugar ao tribunal de Deus, e removeu toda a maldição de sobre mim, que vem como um juiz do céu,[1] que lançará todos os seus e os meus inimigos na condenação eterna,[2] mas me levará para si mesmo, com todos os seus eleitos, para a alegria e glória celestiais.[3]

[1] Lc 21.28; Rm 8.23,24; 1Ts 4.16
[2] 2Ts 1.6-9; Mt 25.41
[3] Mt 25.34

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XXVI. Da comunhão dos santos

1. Todos os santos que, pelo Espírito de Deus e pela fé, estão unidos a Jesus Cristo, seu cabeça, têm com ele comunhão nas suas graças, nos seus sofrimentos, na sua morte, na sua ressurreição e na sua glória,[1] e, estando unidos uns aos outros no amor, participam dos mesmos dons e graças,[2] e estão obrigados ao cumprimento dos deveres públicos e particulares que contribuem para o seu mútuo proveito, tanto no homem interior como no exterior.[3]

[1] 1Jo 1.3; Ef 3.16-19; Jo 1.16; Ef 2.5,6; Fp 3.10; Rm 6.5,6; 2Tm 2.12
[2] Ef 4.15,16; 1Co 12.7; 3.21-23; Cl 2.19
[3] 1Ts 5.11,14; Rm 1.11,12,14; 1Jo 3.16-18; Gl 6.10

2. Os santos são, pela sua profissão de fé, obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto de Deus e na realização de outros serviços espirituais que tendam à sua mútua edificação,[1] bem como a socorrer uns aos outros nas coisas materiais, de acordo com as suas respectivas necessidades e meios; essa comunhão, conforme Deus oferecer ocasião, deve estender-se a todos aqueles que, em qualquer lugar, invocam o nome do Senhor Jesus.[2]

[1] Hb 10.24,25; At 2.42,46; Is 2.3; 1Co 11.20
[2] At 2.44,45; 2Co 8; 9; 1Jo 3.17; At 11.29,30

3. Essa comunhão que os santos têm com Cristo de modo algum os torna participantes da substância da sua divindade, nem iguais a Cristo em qualquer respeito; afirmar uma ou outra coisa é ímpio e blasfemo.[1] A comunhão dos crentes entre si não destrói, nem de modo algum enfraquece o título ou domínio que cada homem tem sobre os seus bens e suas possessões.[2]

[1] Cl 1.18,19; 1Co 8.6; Is 42.8; 1Tm 6.15,16; Sl 45.7; Hb 1.8,9
[2] Êx 20.15; Ef 4.28; At 5.4

P. 37: Quais são os benefícios que os crentes recebem de Cristo na hora da morte?

R.: A alma dos fiéis, na hora da morte, é aperfeiçoada em santidade[1] e imediatamente entra na glória;[2] e o corpo, que continua unido a Cristo,[3] descansa na sepultura[4] até a ressurreição.[5]

[1] Hb 12.23
[2] 2Co 5.1,6,8; Fp 1.23; Lc 23.43
[3] 1Ts 4.14
[4] Is 57.2
[5] Jó 19.26,27

P. 38: Quais são os benefícios que os crentes recebem de Cristo na ressurreição?

R.: Na ressurreição, os fiéis, sendo ressuscitados em glória,[1] serão publicamente reconhecidos e absolvidos no dia do juízo[2] e tornados perfeitamente felizes no pleno gozo de Deus[3] por toda a eternidade.[4]

[1] 1Co 15.43
[2] Mt 25.23; 10.32
[3] 1Jo 3.2; 1Co 13.12
[4] 1Ts 4.17,18

P. 65: Quais são os benefícios especiais de que gozam, por meio de Cristo, os membros da igreja invisível?

R.: Os membros da igreja invisível gozam, por meio de Cristo, da união e comunhão com ele em graça e glória.[1]

[1] Jo 17.21; Ef 2.5,6; Jo 17.24

P. 66: Qual é a união que os eleitos têm com Cristo?

R.: A união que os eleitos têm com Cristo é a obra da graça de Deus,[1] pela qual eles são espiritual e misticamente, ainda que real e inseparavelmente, unidos a Cristo, seu cabeça e esposo,[2] o que é efetuado na sua vocação eficaz.[3]

[1] Ef 1.22; 2.6-8
[2] 1Co 6.17; Jo 10.28; Ef 5.23,30
[3] 1Pe 5.10; 1Co 1.9

P. 82: O que é a comunhão em glória que os membros da igreja invisível têm com Cristo?

R.: A comunhão em glória, que os membros da igreja invisível têm com Cristo, realiza-se nesta vida[1] e imediatamente depois da morte,[2] e é, finalmente, aperfeiçoada na ressurreição e no dia do juízo.[3]

[1] 2Co 3.18
[2] Lc 23.43
[3] 1Ts 4.17

P. 83: O que é a comunhão em glória com Cristo de que os membros da igreja invisível gozam nesta vida?

R.: Aos membros da igreja invisível são comunicadas, nesta vida, as primícias da glória com Cristo, visto serem membros dele, a cabeça, e, estando nele, têm parte naquela glória que, na sua plenitude, lhe pertence;[1] e, como penhor dela, sentem o amor de Deus,[2] a paz de consciência, o gozo do Espírito Santo e a esperança da glória;[3] assim como, ao contrário, o sentimento da ira vingadora de Deus, o terror da consciência e uma terrível perspectiva do juízo, são, para os ímpios, o princípio dos tormentos, que eles hão de sofrer depois da morte.[4]

[1] Ef 2.5,6
[2] Rm 5.5; 2Co 1.22
[3] Rm 5.1,2; 14.17
[4] Gn 4.13; Mt 27.4; Hb 10.27; Rm 2.9; Mc 9.44

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Catecismo de Heidelberg (cont.)

P. 55: O que você entende por "a comunhão dos santos"?

R.: Primeiro, que todos os crentes, como membros de Cristo são, em comum, participantes dele e de todas as suas riquezas e dons;[1] e, em segundo lugar, que todos devem saber que é obrigação de cada um, de modo pronto e com alegria, empregar esses dons para o progresso e a salvação dos outros membros.[2]

[1] Jo 1.3,4; Rm 8.32; 1Co 12.13
[2] 1Co 13.5; Fp 2.4-6

P. 57: Que consolo traz a você "a ressurreição do corpo"?

R.: Que, depois desta vida, não só a minha alma será imediatamente levada para Cristo, seu cabeça,[1] mas também, que o meu corpo, ao ser ressuscitado pelo poder de Cristo, deverá ser unido novamente à minha alma, e se tornará semelhante ao corpo glorioso de Cristo.[2]

[1] Lc 23.43; Fp 1.23
[2] 1Co 15.53; Jó 19.25,26

P. 58: Que consolo traz a você o artigo sobre a "vida eterna"?

R.: Meu consolo é que, desde que já sinto no meu coração o início da alegria eterna,[1] depois desta vida herdarei a salvação perfeita,[2] que "nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano",[3] e isso, para a glória de Deus eternamente.

[1] 2Co 5.2,3,6; Rm 14.17
[2] Sl 10.11
[3] 1Co 2.9

O governo e os oficiais da igreja

Artigo 30

O governo e os ofícios da igreja

Cremos que essa verdadeira igreja deve ser governada conforme a ordem espiritual que nosso Senhor nos ensinou na sua Palavra, ou seja, que deve haver ministros ou pastores para pregarem a Palavra de Deus e administrarem os sacramentos;[1] deve haver também presbíteros e diáconos, para, juntos com os pastores, formarem o conselho da igreja,[2] para que por esses meios a verdadeira religião seja preservada e a verdadeira doutrina seja propagada; que também os transgressores sejam punidos e contidos por meios espirituais,[3] e que os pobres e os

P. 82: Aqueles que, por sua confissão e vida se mostram incrédulos e ímpios, podem participar dessa ceia?

R.: Não, porque assim a aliança de Deus seria profanada e provocaria sua ira sobre toda a congregação;[1] portanto, a Igreja Cristã tem a obrigação, de acordo com o mandamento de Cristo e de seus apóstolos, de excluir tais pessoas[2] pelas chaves do reino dos céus até que elas demonstrem correção de vida.

[1] 1Co 10.21; 1Co 11.30,31; Is 1.11,13; Jr 7.21; Sl 50.16,22
[2] Mt 18.17,18

XIV. Do arrependimento e da conversão do homem

5. No que diz respeito às chaves do reino dos céus, que o Senhor confiou aos apóstolos, os papistas disseram inúmeras coisas estranhas e, dessas chaves eles conseguiram espadas, lanças, cetros e coroas, e pleno poder sobre os maiores reinos, e, afinal, sobre a alma e o corpo dos homens. Porém, nós, julgando honestamente, segundo a Palavra do Senhor, afirmamos que todos os ministros legitimamente chamados possuem e exercitam o poder das chaves, ou o uso delas, quando anunciam o evangelho, ou seja, quando ensinam, exortam, repreendem e disciplinam as pessoas confiadas aos seus cuidados. Porque, assim, abrem o reino dos céus aos obedientes e o fecham aos desobedientes. O Senhor prometeu essas chaves aos apóstolos em Mateus 16.19, e as entregou em João 20.23, Marcos 16.15,16 e Lucas 24.47, quando enviou os seus discípulos e ordenou que pregassem o evangelho por todo mundo, e perdoassem pecados. Na carta aos Coríntios, o apóstolo diz que o Senhor nos deu o "ministério da reconciliação" (2Co 5.18). E o que é isso ele explicita logo em seguida, dizendo que é a "palavra de reconciliação" (v.19). E, de modo ainda mais claro, acrescenta que os ministros de Cristo são embaixadores que atuam em

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Catecismo Maior de Westminster (cont.)

P. 86: O que é a comunhão em glória com Cristo, de que os membros da igreja invisível gozam imediatamente depois da morte?

R.: A comunhão em glória, com Cristo, de que os membros da igreja invisível gozam imediatamente depois da morte, consiste em que a alma deles é aperfeiçoada em santidade[1] e recebida nos mais altos céus,[2] onde ela vê a face de Deus em luz e glória,[3] esperando a plena redenção do corpo,[4] o qual, até na morte, continua unido a Cristo,[5] e descansa na sepultura, como no leito,[6] até que, no último dia, seja unido novamente à sua alma.[7] Quanto à alma dos ímpios, ela é, imediatamente depois de sua morte, lançada no inferno, onde permanece em tormentos e total escuridão; e o corpo deles fica guardado na sepultura, como num cárcere, até a ressurreição e o juízo do grande dia.[8]

[1] Hb 12.23
[2] 2Co 5.1,6,8; Fp 1.23; At 3.21; Ef 4.10
[3] 1Jo 3.2; 1Co 13.12
[4] Rm 8.23; Sl 16.9
[5] 1Ts 4.14
[6] Is 57.2
[7] Jó 19.26,27
[8] Lc 16.23,24; At 1.25; Jd 6,7

P. 90: O que acontecerá aos justos no dia do juízo?

R.: No dia do juízo, os justos, sendo arrebatados para encontrar-se com Cristo nas nuvens,[1] serão postos à sua destra, e ali, abertamente reconhecidos e justificados,[2] se unirão com ele para julgar os réprobos, anjos e homens,[3] e serão recebidos no céu,[4] onde serão plenamente e para sempre libertados de todo pecado e miséria,[5] cheios de gozos inefáveis,[6] feitos perfeitamente santos e felizes, no corpo e na alma, na companhia de inumeráveis santos e anjos,[7] mas especialmente na imediata visão e fruição de Deus o Pai, do nosso Senhor Jesus Cristo e do Espírito Santo, por toda a eternidade.[8] É esta a perfeita e plena comunhão de que os membros da igreja invisível gozarão com Cristo em glória, na ressurreição e no dia do juízo.

[1] 1Ts 4.17
[2] Mt 25.33; 10.32
[3] 1Co 6.2,3
[4] Mt 25.34,46
[5] Ef 5.27; Ap 14.13
[6] Sl 16.11
[7] Hb 12.22,23
[8] 1Jo 3.2; 1Co 13.12; 1Ts 4.17,18

I.Das Santas Escrituras

6. Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a sua própria glória e para a salvação, a fé e a vida do homem, ou está expressamente declarado nas Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido delas, às quais nada pode ser acrescentado em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens.[1] No entanto, reconhecemos ser necessária a iluminação interior do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das coisas reveladas na Palavra,[2] e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da igreja, comuns às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras da Palavra, que sempre devem ser observadas.[3]

[1] 2Tm 3.15-17; Gl 1.8,9; 2Ts 2.2
[2] Jo 6.45; 1Co 2.9-12
[3] 1Co 11.13,14; 14.26,40

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

aflitos recebam ajuda e consolação de acordo com a necessidade deles. Desse modo, tudo procederá na igreja em boa ordem quando forem eleitas pessoas fiéis, de acordo com as regras estabelecidas pelo apóstolo Paulo na sua Epístola a Timóteo.[4]

[1] Ef 4.11; 1Co 4.1,2; 2Co 5.20; Jo 20.23 At 26.17,18; Lc 10.16
[2] At 6.3; 14.23
[3] Mt 18.17; 1Co 5.4,5
[4] 1Tm 3.1; Tt 1.5

Artigo 31

Os ministros, os presbíteros e os diáconos

Cremos que os ministros da Palavra de Deus,[1] e os presbíteros e os diáconos[2] devem ser escolhidos para seus respectivos ofícios mediante eleição legítima pela igreja, sob invocação do nome de Deus e em boa ordem, conforme a sua Palavra nos ensina. Portanto, cada membro deve cuidar para não se apoderar do ofício por meios ilícitos, mas deve esperar a hora em que Deus se agrade em chamá-lo,[3] a fim de ter assim a certeza de que sua vocação vem do Senhor. Quanto aos ministros da Palavra, eles têm, onde quer que estejam, igual poder e autoridade, porque são todos ministros de Cristo,[4] o único bispo universal e o único cabeça da igreja.[5] Além disso, a santa ordem de Deus não pode ser violada ou desprezada. Dizemos, portanto, que cada um deve ter respeito especial pelos ministros da Palavra e pelos presbíteros da igreja em razão do trabalho que

P. 83: O que são as chaves do reino dos céus?[1]

R.: A pregação do santo evangelho e a disciplina cristã,[2] ou excomunhão da Igreja Cristã;[3] por esses dois meios, o reino de céu é aberto aos crentes e fechado aos incrédulos.

[1] Mt 16.19
[2] Jo 20.23
[3] Mt 18.15-18

P. 84: Como o reino dos céus é aberto e fechado pela pregação do santo evangelho?

R.: Do seguinte modo: quando, de acordo com o mandamento de Cristo,[1] é publicamente proclamado e testificado aos crentes, a todos juntos e a cada um deles que, sempre que aceitam a promessa do evangelho com uma verdadeira fé,[2] todos os seus pecados realmente lhes são perdoados por Deus, pelos méritos de Cristo; e, ao contrário, quando é proclamado e testificado a todos os incrédulos e àqueles que não se arrependem com sinceridade, que eles estão expostos à ira de Deus e à condenação eterna[3] enquanto não se converterem;[4] de acordo com esse testemunho do evangelho, Deus julgará a todos, tanto nesta vida como na futura.

[1] Mt 28.19
[2] Jo 3.18,36; Mc 16.16
[3] 2Ts 1.7-9
[4] Jo 20.21-23; Mt 16.19; Rm 2.2,13-17

P. 85: Como o reino dos céus é fechado e aberto pela disciplina cristã?

R.: Quando, de acordo com o mandamento de Cristo,[1] aqueles que, com

nome de Cristo, como se o próprio Deus, por intermédio deles, exortasse o povo a se reconciliar com ele (v.20), sem dúvida nenhuma, pela fiel obediência. Assim, exercitam o poder das chaves quando persuadem os homens à fé e ao arrependimento. Desse modo, reconciliam os homens com Deus. Do mesmo modo, perdoam pecados. Abrem, ainda, o reino dos céus e a ele conduzem os crentes: muito diferente daqueles de quem o Senhor fala no evangelho: "Ai de vós, intérpretes da lei! Porque tomastes a chave da ciência; contudo, vós mesmos não entrastes e impedistes os que estavam entrando" (Lc 11.52).

6. Portanto, os ministros absolvem de maneira correta e eficaz quando pregam o evangelho de Cristo e nele a remissão de pecados, que é prometida a todo aquele que crê, assim como a cada um que é batizado, e quando testificam que ela pertence a cada um particularmente. E não imaginamos que esta absolvição se torne mais eficaz por ser proferida por algum pregador ou, individualmente, sobre a cabeça de alguém. No entanto, consideramos, que a remissão de pecados pelo sangue de Cristo deve ser diligentemente ensinada, e que todos devem ser advertidos de que o perdão de pecados lhes pertence.

XVIII. Dos ministros da igreja, sua instituição e ofícios

1. Deus sempre usou os seus ministros para reunir ou edificar para si uma igreja, e para governar e preservar a mesma; ele ainda os usa e sempre o fará, enquanto a igreja permanecer na terra. Portanto, a origem, a instituição e o ofício dos ministros é uma ordenação muito antiga do próprio Deus, e não uma nova invenção dos homens. É verdade que Deus poderia, pelo seu poder, sem o uso de qualquer instrumento, congregar para si mesmo uma igreja dentre os homens; porém, ele preferiu lidar com os homens por meio do ministério de homens. Por isso, os ministros devem ser considerados não como simples ministros, mas como ministros de Deus, por intermédio dos quais Deus efetiva a salvação da humanidade. Por essa razão, recomendamos que se tenha cuidado para não atribuir todas as coisas que se relacionam à nossa conversão e instrução ao poder secreto do Espírito Santo, esvaziando, desse modo, o ministério eclesiástico, pois convém ter sempre em mente as palavras do apóstolo: "Como, porém, invocarão aquele em que não creram? E como crerão naquele de quem nada ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue? ... E assim, a fé vem pela pregação e a pregação pela palavra de Cristo" (Rm 10.14,17)

E também o que o Senhor disse no evangelho: "Em verdade, em verdade vos digo: quem recebe aquele

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XXX. Das Censuras Eclesiásticas

1. O Senhor Jesus, como rei e cabeça da sua igreja, nela instituiu um governo nas mãos dos oficiais dela, o qual é distinto da magistratura civil.[1]

[1] Is 9.6,7; 1Tm 5.17; 1Ts 5.12; At 20.17,28; Hb 13.7,17,24; 1Co 12.28; Mt 26.18-20

2. A esses oficiais foram confiadas as chaves do reino dos céus. Em virtude disso, eles têm, respectivamente, o poder de reter ou perdoar pecados; de fechar esse reino a impenitentes, tanto pela Palavra quanto pelas censuras; de abri-lo aos pecadores penitentes, pelo ministério do evangelho e pela absolvição das censuras, quando as circunstâncias o exigirem.[1]

[1] Mt 16.19; 18.17,18; Jo 20.21-23; 2Co 2.6-8

3. As censuras eclesiásticas são necessárias para chamar de volta e conquistar os irmãos ofensores, para impedir que outros pratiquem ofensas semelhantes, para purgar o fermento que poderia corromper toda a massa, para defender a honra de Cristo e a santa profissão do evangelho, e para evitar a ira de Deus, a qual, com justiça, poderia cair sobre a igreja, se ela permitisse que o pacto divino e os seus selos fossem profanados por ofensores notórios e obstinados.[1]

[1] 1Co 5; 1Tm 5.20; Mt 7.6; 1Tm 1.20; 1Co 11.27-34; Jd 23

4. Para chegar a esses fins do modo mais proveitoso, os oficiais da igreja devem ir da admoestação à suspensão do sacramento da Ceia do Senhor por um certo tempo, e até à expulsão da igreja, dependendo da natureza do crime e da falta da pessoa.[1]

[1] 1Ts 5.12; 2Ts 3.6,14,15; 1Co 5.4,5,13; Mt 18.17; Tt 3.10

XXXI. Dos sínodos e concílios

1. Para melhor governo e maior edificação da igreja, deverá haver as assembléias comumente chamadas de sínodos ou concílios.[1]

[1] At 15.2,4,6

2. Assim como os magistrados podem legalmente convocar um sínodo de ministros e outras pessoas competentes para consultarem e se informarem sobre questões de religião,[1] do mesmo modo, se os magistrados forem inimigos declarados da igreja, os ministros de Cristo, por si mesmos, pela virtude de seu ofício, juntamente com outras pessoas competentes enviadas por suas igrejas, podem participar dessas assembléias.[2]

[1] Is 49.23; 1Tm 2.1,2; 2Cr 19.8-11; 29.1-36; 30.1-27; Ml 2.4,5; Pv 11.14
[2] At 15.2,4,22,23,25

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

realizam, e deve viver em paz com eles tanto quanto possível, sem murmuração, contenda ou discórdia.[6]

[1] 1Tm 5.22
[2] At 6.3
[3] Jr 23.21; Hb 5.4; At 1.23; 13.2
[4] 1Co 4.1; 3.9; 2Co 5.20; At 26.16,17
[5] 1Pe 2.25; 5.4; Is 61.1; Ef 1.22; Cl 1.18
[6] 1Ts 5.12,13; 1Tm 5.17; Hb 13.17

Artigo 32

A ordem e a disciplina da igreja

Entretanto, cremos que é benéfico e útil que os que governam a igreja instituam e estabeleçam certas regras entre eles mesmos para a manutenção do corpo da igreja; no entanto, eles devem cuidar para, nessas coisas, não se desviarem do que Cristo, nosso único mestre, instituiu.[1] E, portanto, rejeitamos todas as invenções humanas e todas as leis que se queiram introduzir para servir a Deus, mas que venham, de qualquer maneira, comprometer e constranger a consciência.[2]

Portanto, admitimos somente o que serve para promover e preservar a concórdia e a unidade, e para manter todos os homens na obediência a Deus. Para isso, a excomunhão ou a disciplina eclesiástica é indispensável, bem como todas as circunstâncias pertencentes a ela, de acordo com a Palavra de Deus.[3]

[1] Cl 2.6,7
[2] 1Co 7.23; Mt 15.9; Is 29.13; Gl 5.1; Rm 16.17, 18
[3] Mt 18.17; 1Co 5.5; 1Tm 1.20

o nome de cristãos, mantêm doutrinas ou práticas inconsistentes com o Cristianismo,[2] e que, depois de serem fraternalmente advertidos repetidas vezes, não querem abandonar os seus erros ou sua vida ímpia, são denunciados à igreja ou àqueles[3] que foram ordenados para esse fim pela igreja;[4] e se eles desprezarem a admoestação deles, são, então, proibidos de participarem dos sacramentos,[5] e, assim, excluídos da Igreja Cristã e pelo próprio Deus do reino de Cristo; e, quando eles prometerem se arrepender, e mostrarem verdadeira correção, são novamente recebidos como membros de Cristo e de sua igreja.[6]

[1] Mt 18.15
[2] 1Co 5.12
[3] Mt 18.15-18
[4] Rm 12.7-9; 1Co 12.28; 1Tm 5.17; 2Ts 3.14
[5] Mt 18.17; 1Co 5.3-5
[6] 2Co 2.6-8,10,11; Lc 15.18

que eu enviar, a mim me recebe; e quem me recebe recebe aquele que me enviou" (Jo 13.20). De igual modo, um homem da Macedônia, que apareceu numa visão a Paulo, enquanto este se encontrava na Ásia, disse a ele: "Passa à Macedônia, e ajuda-nos" (At 16.9). E em outra passagem o mesmo apóstolo diz: "Porque de Deus somos cooperadores; lavoura de Deus, edifício de Deus sois vós" (1Co 3.9).

2. Por outro lado, devemos nos precaver para não atribuir coisas demais aos ministros e ao ministério, também relembrando as palavras de nosso Senhor no evangelho: "Ninguém pode vir a mim se o Pai, que me enviou, não o trouxer" (Jo 6.44), e as palavras do apóstolo: "Quem é Apolo? E quem é Paulo? Servos por meio de que crestes, e isto conforme o Senhor concedeu a cada um... De modo que nem o que planta é alguma coisa, nem o que rega, mas Deus, que dá o crescimento" (1Co 3.5,7). Portanto, creiamos que Deus nos ensina por meio de sua palavra, externalizada por meio dos seus ministros, e, no interior, move e persuade o coração dos seus eleitos à fé, pelo seu Espírito Santo; e que, por isso, devemos render a Deus toda a glória por esse benefício. Porém, já tratamos deste assunto no primeiro capítulo desta Confissão.

3. Desde o princípio do mundo, Deus usou como ministros os melhores e mais eminentes homens no mundo inteiro (ainda que muitos deles possuíssem pouca sabedoria ou filosofia terrena, eram excelentes no verdadeiro conhecimento divino), como os patriarcas, com os quais ele falou freqüentemente por intermédio dos seus anjos. Pois os patriarcas foram os profetas e mestres dos seus dias, os quais, por esse motivo, quis Deus que vivessem por muitos anos, para que fossem, por assim dizer, pais e luzes do mundo. Eles foram seguidos por Moisés e pelos profetas conhecidos em todo o mundo.

4. Depois de todos estes, o Pai celestial enviou o seu Filho unigênito, o mais perfeito mestre do mundo, em quem reside a sabedoria de Deus, e de quem nós recebemos a mais santa, perfeita e pura de todas as doutrinas do evangelho. Ele escolheu, para si, discípulos, aos quais fez apóstolos. Estes saíram por todo o mundo e em toda parte congregaram igrejas por meio da pregação do evangelho. E que, depois disso, ordenaram pastores e professores em todas as igrejas do mundo, segundo o mandamento de Cristo; o qual, por intermédio de seus sucessores, tem ensinado e governado a igreja até os dias de hoje. Portanto, assim como Deus deu ao seu povo antigo os patriarcas, juntamente com Moisés e os profetas, também enviou ao povo da nova aliança o seu Filho unigênito e, com ele, os apóstolos e mestres da igreja.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
3. Aos sínodos e concílios compete decidir, ministerialmente, controvérsias quanto à fé e aos casos de consciência; determinar regras e disposições para a melhor direção do culto público de Deus e do governo da sua igreja; receber queixas em caso de má administração e decidi-las com autoridade. Os seus decretos e decisões, desde que consoantes com a Palavra de Deus, devem ser recebidos com reverência e submissão, não só pelo fato de concordarem com a Palavra, mas também pela autoridade pela qual são feitos, visto que essa autoridade é uma ordenação de Deus, designada para isso na sua Palavra.[1] [1] At 15.15,19,24,27-31; 16.4; Mt 18.17-20		
4. Todos os sínodos e concílios, desde os tempos dos apóstolos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado. Portanto, eles não devem constituir regra de fé e prática, mas podem ser usados como auxílio em uma e outra coisa.[1] [1] Ef 2.20; At 17.11; 1Co 2.5; 2Co 1.24		
5. Os sínodos e concílios não devem discutir nem determinar coisa alguma que não seja eclesiástica; e não devem imiscuir-se nos negócios civis do Estado, a não ser por humilde petição em casos extraordinários, ou por conselhos, para a satisfação da consciência, se forem convidados pelo magistrado civil a fazê-lo.[1] [1] Lc 12.13,14; Jo 18.36		

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
		5. Além disso, os ministros da nova aliança são conhecidos por diversos nomes, pois são chamados apóstolos, profetas, evangelistas, bispos, presbíteros, pastores e mestres (1Co 12.28; Ef 6.11). Os apóstolos não permaneciam num lugar determinado, mas, sim, congregados em diversas igrejas espalhadas pelo mundo. Uma vez que as igrejas foram estabelecidas, os apóstolos deixavam de existir, e, no lugar deles, apareceriam pastores, escolhidos em	

Segunda Confissão Helvética (cont.)

cada igreja. Os profetas, nos tempos antigos, profetizavam, conheciam o futuro e, além disso, interpretavam as Escrituras. E ainda hoje esses homens são encontrados entre nós. Os escritores da história do evangelho, que também anunciavam o evangelho de Cristo, eram chamados de evangelistas, como o apóstolo Paulo ordena a Timóteo: "Faze o trabalho de evangelista" (2Tm 4.5). Bispos são os administradores e guardiões da igreja, que cuidam do alimento e de outras necessidades da igreja. Os presbíteros são os anciãos e governam a igreja por intermédio de um conselho íntegro, como se fossem senadores e pais da igreja. Os pastores não só cuidam do rebanho do Senhor como também providenciam o que for necessário a ele. Os mestres instruem e ensinam a verdadeira fé e santidade. Por conseguinte, os ministros que existem na igreja, agora, podem ser chamados bispos, presbíteros, pastores e mestres.

6. Todavia, com o passar do tempo, muitas outras designações de ministros foram trazidas para a igreja. Alguns foram ordenados patriarcas, outros arcebispos, outros bispos, arquidiáconos, diáconos, subdiáconos, acólitos, exorcistas, coristas, porteiros, e não sei quantos outros, como cardeais, superintendentes e priores, abades maiores e menores, em ordens mais elevadas e inferiores. Porém, ao tratarmos dessas denominações, pouco nos preocupa o que foram no passado nem o que são agora, pois, no que concerne aos ministros, nos é suficiente a doutrina dos apóstolos.

7. Portanto, como sabemos, com certeza, que os monges e as ordens, ou seitas de monges, não são instituídos nem por Cristo, nem pelos seus apóstolos, ensinamos que eles estão longe de ser proveitosos para a igreja de Deus; antes são perniciosos e prejudiciais para a mesma. Pois, muito embora pudessem ser tolerados no passado – quando viviam solitários, ganhavam a vida com as próprias mãos, não eram um fardo para ninguém e, como os leigos, eram por toda parte obedientes aos pastores das igrejas – agora, o mundo todo vê e percebe a quem eles se assemelham. Eles dizem ter feito determinados votos, mas levam uma vida totalmente contrária a esses votos, de modo que os melhores deles podem ser incluídos entre aqueles de quem o apóstolo fala: "Estamos informados de que, entre vós, há pessoas que andam desordenadamente, não trabalhando; antes, se intrometem na vida alheia" (2Ts 3.11). Por essa razão, nós não os temos em nossas igrejas, e, além disso, ensinamos que não se deve permitir que eles prevaleçam nas igrejas de Cristo.

8. Ademais, ninguém deve usurpar a honra do ministério eclesiástico, ou seja, apoderar-se dele, gananciosamente, mediante suborno, ou quaisquer artifícios malignos, ou por sua própria escolha. Antes, permitam que os ministros da igreja sejam chamados e eleitos por eleição legítima e eclesiástica e pela vocação, ou seja, que sejam eleitos zelosamente pela igreja, na devida ordem, sem qualquer tumulto, divisões nem rivalidade. Todavia, é preciso estar atentos para que não se eleja qualquer um, mas homens idôneos, que possuam o conhecimento necessário, especialmente das Escrituras; possuam também piedosa eloqüência, sábia simplicidade, e, por fim, que sejam exemplos pela moderação e reputação honrada, segundo a regra apostólica trazida por Paulo na Primeira Epístola a Timóteo, no capítulo 3.2-7, e a Tito, no capítulo 1.7-9. E aqueles que foram eleitos devem ser ordenados pelos anciãos com orações públicas e imposição de mãos. Nisso, portanto, condenamos todos quantos concorrem por conta própria, não sendo nem escolhidos, nem enviados, tampouco ordenados. Do mesmo modo, reprovamos os ministros ineptos, assim como aqueles que não possuem os dons necessários para o pastoreio.

9. Ao mesmo tempo, reconhecemos que a simplicidade inocente de certos pastores na Igreja Primitiva, por vezes, se mostrou mais proveitosa à igreja do que a erudição multiforme, requintada e elegante daqueles que eram demasiadamente arrogantes e orgulhosos. E por causa disso não rejeitamos, nem mesmo hoje, a simplicidade honesta de alguns homens, que não são, de modo algum, destituídos de conhecimento e sabedoria.

10. Os apóstolos de Cristo denominam todos os que crêem em Cristo de "sacerdotes", não por causa de seus ministérios, mas porque, por Cristo, todos os fiéis foram feitos reis e sacerdotes e podem oferecer sacrifícios espirituais a Deus (Êx 19.6; 1Pe 2.5,9; Ap 1.6). O ministério e o sacerdócio são bem diferentes um do outro. O sacerdócio, como acabamos de dizer, é comum a todos os cristãos, diferentemente do ministério. E não abolimos o ministério da igreja pelo simples fato de termos desacreditado o sacerdócio papal na igreja de Cristo, pois, sem dúvida, na nova aliança de Cristo não existe mais a forma de sacerdócio semelhante a da igreja antiga dos judeus, que incluía a unção exterior, as vestes sagradas e inúmeras cerimônias que eram figuras e tipos de Cristo, o qual, pela sua vinda, os cumpriu e aboliu (Hb 9.10,11). Porém, ele mesmo permanece o único sacerdote para sempre, e por isso, não chamamos sacerdote a nenhum dos ministros, para que não subtraiamos de Cristo coisa alguma. Porque o próprio Deus não nomeou, na igreja do Novo Testamento, nenhum sacerdote, que, tendo recebido autoridade pelo voto, possa oferecer sacrifício diariamente, ou seja, a própria carne e o sangue de nosso Salvador pelos

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Segunda Confissão Helvética (cont.)

vivos e mortos, mas, sim, ministros que ensinem e administrem os sacramentos. Paulo expõe de maneira simples e concisa o que devemos pensar dos ministros do Novo Testamento ou da igreja de Cristo, e o que devemos atribuir a eles: "Assim, pois, importa que os homens nos considerem como ministros de Cristo, e despenseiros dos mistérios de Deus" (1Co 4.1). Por isso, o apóstolo quer que estimemos os ministros como ministros. Então, o apóstolo os chama como se eles fossem "remadores", cujos olhos estão fixos unicamente no piloto, isto é, homens que não vivem para si mesmos ou segundo a sua própria vontade, mas para os outros – ou seja, para os seus senhores, sob o comando dos quais devem permanecer. Pois o ministro da igreja é, em todos os seus ofícios, comandado e recebe ordens, não para satisfazer a sua vontade, mas para executar apenas o que está nos mandamentos recebidos do seu Senhor. E neste ponto é, expressamente, declarado quem é o nosso Senhor, isto é, Cristo, a quem os ministros estão sujeitos em todas as atribuições do ministério. Ainda, o apóstolo acrescenta que os ministros da igreja são "despenseiros dos mistérios de Deus" (1Co 4.1). Em muitas passagens, especialmente em Efésios 3.4, os mistérios de Deus são chamados por Paulo de os "mistérios de Cristo". Os escritores antigos também chamaram de "mistérios" os sacramentos de Cristo. Assim, é com o seguinte propósito que os ministros da igreja são chamados um a um – para pregar o evangelho de Cristo aos fiéis e administrar os sacramentos. Lemos, também, em outra passagem do evangelho, a respeito do "mordomo fiel e prudente a quem o senhor confiará os seus conservos para dar-lhes o sustento a seu tempo" (Lc 12.42). Ainda, em outro trecho do evangelho, um homem parte para um país estrangeiro e, deixando a sua casa, confia os seus bens e a sua autoridade sobre a sua casa a seus servos, atribuindo a cada um deles uma tarefa (Mt 25.14).

11. Este é o momento oportuno para falarmos do poder e dos ofícios dos ministros da igreja. E, no que tange a esse poder, a questão tem sido freqüentemente debatida por alguns que, a esse mesmo poder, tem sujeitado tudo o que há de maior valor na terra e têm agido contrariamente aos mandamentos do Senhor, que proibiu a seus discípulos o domínio e recomendou insistentemente a humildade (Lc 22.26, Mt 18.3). Na verdade, há um tipo de poder que é simples e absoluto, chamado o poder do direito. Segundo esse poder, todas as coisas do mundo inteiro estão sujeitas a Cristo, o Senhor de todos, assim como ele mesmo testemunhou, dizendo: "Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra" (Mt 28.18). E ainda: "Eu sou o primeiro e o último, e aquele que vive; estive morto, mas eis que estou vivo pelos séculos dos séculos, e tenho as chaves da morte e do inferno" (Ap 1.17,18). Igualmente: "... aquele que tem a chave de Davi, que abre, e ninguém fechará, e que fecha, e ninguém abrirá" (Ap 3.7).

12. Esse poder o Senhor reserva para si, e não o transfere a nenhum outro, e assim descansa, enquanto assiste a seus ministros trabalhando. Isaías diz: "Porei sobre o seu ombro a chave da casa de Davi" (Is 22.22). E novamente: "O governo está sobre os seus ombros" (Is 9.6). Ele não lança o governo sobre os ombros de outros homens, mas, ao contrário, ainda conserva e usa o seu próprio poder, governando todas as coisas. Além disso, há outro poder, o do ofício, ou poder ministerial, limitado por ele que tem pleno poder e autoridade. E este mais se assemelha ao serviço do que ao domínio, pois nós vimos que um senhor confere ao seu mordomo poder e autoridade sobre sua casa e, para isso, dá-lhe as chaves que ele deverá usar para permitir a entrada ou a saída, contanto que o faça do mesmo modo que as utilizaria o seu senhor. Em virtude desse poder, o ministro, por meio do seu ofício, faz aquilo que o Senhor ordenou que fizesse, e o Senhor ratifica e confirma aquilo que ele faz e, ainda, faz com que as suas ações sejam reconhecidas e estimadas como se fossem ações do próprio Deus. É a isso que se referem estas afirmações, feitas no evangelho: "Dar-te-ei as chaves do reino dos céus; o que ligares na terra, terá sido ligado nos céus; e o que desligares na terra, terá sido desligado nos céus" (Mt 16.19). Ainda: "Se de alguns perdoardes os pecados, são-lhes perdoados; se lhos retiverdes, são retidos" (Jo 20.23). Porém, se o ministro não agir em todas as coisas como o Senhor lhe ordenou e transpassar os limites e as fronteiras da fé, o Senhor certamente invalidará as suas ações. Essa é a razão pela qual o poder eclesiástico dos ministros da igreja pode ser traduzido como a função pela qual eles não só governam a igreja de Deus, mas, mais do que isso, pela qual fazem todas as coisas na igreja, conforme o que o Senhor lhes ordenou em sua Palavra. Uma vez que essas coisas são feitas, os fiéis consideram-nas como feitas pelo próprio Senhor. Porém, no que concerne às chaves, já tratamos do tema anteriormente.

13. Ora, o poder, ou a função, que é concedido aos ministros da igreja é o mesmo e semelhante em todos. Certamente, no princípio, os bispos ou presbíteros governavam a igreja, de comum acordo e com trabalho; nenhum homem se elevava acima de qualquer outro, ninguém usurpava maior poder ou autoridade de seus companheiros. Pois eles se lembravam das palavras do Senhor: "O maior entre vós seja como o menor; e aquele que dirige seja como o que serve" (Lc 22.26). E, por isso, conservavam-se em humildade, ajudando-se uns aos outros na direção e preservação da igreja. No entanto, para a preservação da ordem, um dos ministros convocava reunião da assembléia, e perante ela propunha assuntos a serem consultados, reunia as opiniões dos demais e, enfim, e no que dependia dele, providenciava para que não surgisse confusão.

14. Assim procedeu Pedro, como lemos no livro de Atos dos Apóstolos (11.4-18); contudo, ele não era, por essa razão, superior aos demais, nem revestido de maior autoridade que os outros. Portanto, a citação de Cipriano, o Mártir, no seu livro *De Simplicitate Clericorum* é bem adequada: "Certamente, os outros apóstolos eram como Pedro, tinham um relacionamento fraterno de honra e poder, mas dotados de semelhante associação de honra e poder; porém, isso era proveniente da unidade, para que a igreja fosse manifesta como sendo uma". São Jerônimo também, no seu Comentário à Epístola de Paulo a Tito, diz algo não muito diferente disso: "Antes que houvesse, pela instigação do diabo, a divisão da igreja em partidos, as igrejas eram governadas pelo conselho comum dos anciãos; porém, depois que cada um passou a pensar que aqueles que ele havia batizado eram seus e não de Cristo, decretou-se que um dos anciãos fosse escolhido e colocado sobre os demais, em quem recairia o cuidado de toda a igreja, e que se re-

Segunda Confissão Helvética (cont.)

movessem todas as sementes de cismas". Contudo, Jerônimo não afirma esse decreto como divino, pois ele logo acrescenta: "Assim como os anciãos sabem pelo costume da igreja que se acham sujeitos ao que foi posto sobre eles, assim saibam os bispos, que se acham sobre os anciãos mais pelo costume do que pela verdade de uma disposição do Senhor, e que devem governar a igreja em comum com eles". Até aqui São Jerônimo. Por conseguinte, ninguém tem o direito de proibir o retorno à antiga constituição da igreja de Deus, e de preferência que se receba isso em vez de costumes planejados pelos homens.

15. São vários os deveres dos ministros; no entanto, em geral eles se restringem a dois, nos quais todos os outros estão incluídos: o ensino evangélico de Cristo e a legítima administração dos sacramentos. É dever dos ministros reunir a assembléia sagrada e nela expor a Palavra de Deus, e aplicar toda a doutrina à razão e ao uso da igreja, de modo que o que for ensinado seja útil aos ouvintes e edifique os fiéis. É dever dos ministros, afirmo, ensinar os ignorantes e exortar; e estimular os indecisos ou ainda os que caminham lentamente a avançar no caminho do Senhor, consolar e confirmar os pusilânimes, e armá-los contra as multiformes tentações de Satanás, corrigir os que pecam, reconduzir ao caminho os transviados, levantar os caídos; convencer os contradizentes, expulsar do rebanho do Senhor os lobos, repreender de modo prudente e severo os crimes e os criminosos, não ser coniventes nem se calarem perante o crime. Porém, além de tudo isso, é seu dever administrar os sacramentos, recomendar o uso justo deles e, pela sã doutrina, preparar a todos para recebê-los, conservar também os fiéis numa santa unidade, e impedir os cismas; enfim, catequizar os ignorantes, recomendar à igreja as necessidades dos pobres, visitar, instruir e conservar no caminho da vida os enfermos e os afligidos por várias tentações. Além disso, devem cuidar das orações públicas ou das súplicas em ocasiões de necessidade, juntamente com o jejum, ou seja, procurar uma santa abstinência, e cuidar o mais diligentemente possível de tudo o que diz respeito à tranqüilidade, à paz e à salvação das igrejas.

16. E para que o ministro possa realizar todas essas coisas da melhor maneira e mais facilmente, requer-se especialmente dele que tema a Deus, seja constante na oração, entregue-se à leitura sagrada e, em todas as coisas e em todas as ocasiões, seja vigilante, e pela pureza de vida deixe a sua luz brilhar diante de todos os homens.

17. E, visto que a disciplina é absolutamente necessária na igreja, e que a excomunhão foi outrora usada, entre os antigos, e havia, entre o povo de Deus julgamentos eclesiásticos, nos quais essa disciplina era exercida por homens sábios e piedosos, será também dever dos ministros regular essa disciplina para edificação, de acordo com as circunstâncias dos tempos, do estado público e com a necessidade. Deve sempre ser observada a regra de que "tudo, porém, seja feito com decência e ordem" (1Co 14.40), sem qualquer tirania nem tumulto. Pois o apóstolo atesta que lhe foi outorgada pelo Senhor autoridade na igreja "para edificação, e não para destruição" (2Co 10.8). E o próprio Senhor proibiu arrancar o joio no campo do Senhor, porque haveria o perigo de ser arrancado o trigo juntamente com ele (Mt 13.29).

18. Quanto ao erro dos donatistas, ou seja, o de considerar a doutrina e a administração dos sacramentos eficazes ou ineficazes, segundo a vida boa ou má dos ministros, nós o abominamos energicamente. Porquanto sabemos que a voz de Cristo deve ser ouvida, mesmo dos lábios de maus ministros; porque o Senhor mesmo disse: "Fazei e guardai, pois, tudo quanto eles vos disserem, porém, não os imiteis nas suas obras" (Mt 23.3). Sabemos que os sacramentos são santificados pela instituição e pela palavra de Cristo, e que são válidos para o fiel, embora administrados por ministros indignos. Sobre este assunto, Santo Agostinho, o consagrado servo de Deus, argumentou contra os donatistas, com base nas Escrituras. Apesar disso, deve haver disciplina entre os ministros. Nos Sínodos, a doutrina e a vida dos ministros devem ser cuidadosamente examinadas. Os que pecam devem ser repreendidos pelos anciãos e reconduzidos ao caminho certo, se forem curáveis; e, se forem incuráveis, devem ser depostos, e, como lobos, expulsos do rebanho do Senhor pelos verdadeiros pastores. Se eles são falsos mestres, não podem ser de modo algum tolerados. Nem desaprovamos os concílios ecumênicos, se convocados segundo o exemplo dos apóstolos, para a salvação da igreja e não para sua destruição.

19. Todos os ministros fiéis, como bons obreiros, são também dignos do seu salário e não pecam quando recebem salário e todas as coisas necessárias a eles mesmos e suas famílias. O apóstolo mostra em 1 Coríntios 9.14, e em 1 Timóteo 5.17,18, bem como em outras passagens, que essas coisas são, de direito, dadas pela igreja e recebidas pelos ministros.

20. Os anabatistas, que condenam e difamam os ministros que vivem do seu ministério, são também refutados pelo ensino apostólico.

XXII. Do culto e das reuniões na igreja

1. Embora seja permitido a todos os homens ler as Escrituras particularmente em casa e, pela instrução, edificarem-se mutuamente na verdadeira religião, no entanto, para que a Palavra de Deus seja anunciada convenientemente ao povo, e se façam publicamente orações e súplicas, bem como sejam os sacramentos administrados de modo próprio, e se levantem ofertas para os pobres e para o pagamento de todas as ofertas para os pobres e para o pagamento de todas as despesas da igreja, e para a conservação das relações sociais, é muito necessário que se mantenham as reuniões de culto ou da igreja. Pois, é certo que na igreja apostólica e primitiva, havia essas assembléias, freqüentadas por todos os piedosos. Todos os que negligenciam as reuniões de culto, ausentando-se delas, desprezam a verdadeira religião, devendo ser exortados pelos pastores e magistrados piedosos a não continuarem ausentes dos cultos. As reuniões da igreja não devem ser ocultas ou às escondidas, mas públicas e franqueadas a todos, a não ser que a perseguição movida pelos inimigos de Cristo e da igreja não permita que sejam públicas, pois sabemos que, sob a tirania dos imperadores romanos, as reuniões da Igreja Primitiva eram realizadas em lugares secretos. Os lugares onde os fiéis se congregam devem ser decentes, e em tudo adequados à igreja de Deus. Portanto, devem ser escolhidos prédios com bastante espaço, ou templos, de modo que

Segunda Confissão Helvética (cont.)

eles sejam expurgados de tudo o que não seja próprio a uma igreja. E tudo deve concorrer para o decoro, a necessidade e a piedosa decência, a fim de que nada fique faltando, nada que seja indispensável ao culto e às obras necessárias da igreja.

2. E como cremos que Deus não habita em templos feitos por mãos, também sabemos que, por causa da Palavra de Deus e do uso sagrado, os lugares dedicados a Deus e ao seu culto não são profanos, mas sagrados, e os que neles estão presentes devem conduzir-se com reverência e modéstia, reconhecendo que se encontram em lugar sagrado, na presença de Deus e de seus santos anjos. Portanto, todo aparato, orgulho e tudo o que seja impróprio à humildade, à disciplina e à modéstia cristãs, deve ser banido dos santuários e lugares de oração dos cristãos, pois a verdadeira ornamentação das igrejas não consiste em marfim, ouro e pedras preciosas, mas na sobriedade, na piedade e nas virtudes daqueles que estão na igreja. "Tudo, porém, seja feito com decência e ordem" na igreja (1Co 14.40). Para concluir, que "seja tudo feito para edificação" (1Co 14.26). Calem-se, pois, todas as línguas estranhas nas reuniões de culto, e sejam todas as coisas expressas na língua do povo, compreendida por todas as pessoas presentes.

XXIII. Das orações da igreja, do cântico e das horas canônicas

1. É certo que se permite a quem quer que seja orar em particular em qualquer língua que entender, mas as orações públicas nas reuniões de culto devem ser feitas no vernáculo, ou numa língua conhecida do povo. Que todas as orações dos fiéis sejam dirigidas somente a Deus, pela mediação única de Cristo, procedentes da fé e do amor. O sacerdócio de Cristo, o Senhor, e a verdadeira religião proíbem invocar os santos no céu, ou usá-los como intercessores. Devem ser feitas orações pelos magistrados, pelos reis e por todos quantos estão investidos de autoridade, pelos ministros da igreja e por todas as necessidades das igrejas. Em calamidades, especialmente em se tratando da igreja, deve-se orar sem cessar, tanto em particular como publicamente.

2. Além disso, a oração deve ser voluntária, sem constrangimento e não buscar recompensa. Não convém mesmo que se limite, supersticiosamente a oração a um lugar, como se não fosse permitido orar em qualquer lugar, exceto num templo. Nem é necessário que as orações públicas sejam as mesmas quanto à forma e ao tempo, em todas as igrejas. Que cada igreja use de liberdade nesse sentido. Sócrates, em seu livro *História da Igreja*, declara: "Em todas as regiões do mundo não encontrareis duas igrejas que concordem inteiramente a respeito da oração". Supõe-se que os autores dessas diferenças tenham sido aqueles que se encontravam à frente das igrejas em certas ocasiões. Porém, recomenda-se firmemente que o exemplo seja imitado por outras.

3. Como em todas as coisas, também nas orações públicas deve haver um padrão, a fim de que não se tornem longas demais e cansativas. A maior parte das reuniões de culto deve, portanto, destinar-se ao ensino evangélico, tomando-se o cuidado para que a congregação não se aborreça com as orações muito longas, de modo que ao chegar a hora de ouvir a pregação do evangelho, os presentes, já exaustos, deixem a reunião ou queiram suprimi-la. Para essas pessoas, o sermão parece muito longo, quando de outro modo, seria breve. Convém pois, que os pregadores saibam manter uma medida.

4. De igual modo, o cântico deve ser utilizado com moderação no culto. O cântico chamado gregoriano possui alguns aspectos vulgares, por isso é rejeitado com justa razão por muitas de nossas igrejas. Não devemos condenar as igrejas, que embora tendo bom sermão não têm um bom cântico. Nem todas podem contar com a vantagem de ter boa música. Sabemos pelo testemunho da antiguidade que se o hábito de cantar é muito antigo nas igrejas orientais, só tardiamente ele foi aceito no Ocidente.

5. Nos tempos antigos não existiam as horas canônicas, ou seja, as orações preparadas para certas horas do dia, cantadas ou recitadas pelos papistas, o que se comprova pelos seus breviários e por outras fontes. Além do mais, há nelas muitos absurdos (que não serão abordados agora) que foram, com razão, omitidos pelas nossas igrejas, que colocaram no seu lugar coisas benéficas para a igreja universal de Deus.

XXIV. Dos dias santos, dos jejuns e da escolha dos alimentos

1. Embora a religião não esteja ligada ao tempo, contudo ela não pode ser cultivada e praticada sem uma divisão e um arranjo próprio do tempo. Toda igreja, portanto, escolhe determinado horário para as orações públicas, a pregação do evangelho e a celebração dos sacramentos, não sendo permitido a ninguém transtornar esse horário da igreja a seu bel-prazer. Pois, a não ser que algum tempo livre seja reservado ao exercício da religião, não há dúvida de os homens, absorvidos pelos seus negócios, se afastariam dela.

2. Por isso, vemos que nas igrejas antigas não havia apenas certas horas da semana destinadas às reuniões, mas que também o domingo, desde o tempo dos apóstolos, fora separado para as mesmas, e para o santo repouso, prática essa acertadamente preservada pelas nossas igrejas para fins de culto e caridade. Entretanto, não cedemos às observâncias dos judeus e às superstições, pois não cremos que um dia seja mais santo do que outro, nem pensamos que apenas o repouso seja aceitável a Deus. Além disso, guardamos o domingo, e não o sábado judaico, como livre observância.

3. Além disso, se, na liberdade cristã, as igrejas celebram de modo religioso a lembrança do nascimento do Senhor, a circuncisão, a paixão, a ressurreição e sua ascensão ao céu, bem como o envio do Espírito Santo sobre os discípulos, damos-lhes plena aprovação. Não aprovamos, contudo, as festas instituídas em honra de homens ou de santos. Os dias santificados têm a ver com a primeira tábua da lei e só a Deus pertencem. Finalmente, os dias santificados, instituídos em honra dos santos, os quais abolimos, têm muito de absurdo e inútil, e não devem ser tolerados. Entretanto, confessamos que a lembrança dos santos, em hora e lugar apropriados, pode ser recomendada de modo aproveitável ao povo em sermões, e os seus santos exemplos apresentados como dignos de serem imitados por todos.

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Segunda Confissão Helvética (cont.)

XXV. Da catequese, do conforto e das visitas aos doentes

1. O Senhor ordenou ao seu povo antigo que tivesse o maior cuidado no sentido de que a mocidade, desde a infância, fosse devidamente instruída, e mais do que isso, expressamente ordenou na sua lei que a ensinasse e lhe interpretasse os mistérios dos sacramentos. Sabe-se pelos escritos dos evangelistas, bem como dos apóstolos, que não é menor o interesse de Deus hoje pela juventude do povo da nova aliança, pois claramente nos dá testemunho disso, dizendo: "Deixai vir a mim os pequeninos, não os embaraceis, porque dos tais é o reino de Deus" (Mc 10.14). Por isso, os pastores das igrejas agem de maneira a mais sábia quando, desde cedo e com cuidado, catequizam a juventude, transmitindo-lhe os primeiros fundamentos da fé, fielmente ensinando-lhe os rudimentos da nossa religião, com a explicação dos Dez Mandamentos, do Credo Apostólico, da Oração Dominicial e da doutrina dos sacramentos, com outros princípios semelhantes e tópicos principais da nossa religião. Que a igreja mostre a sua fé e diligência ao catequizar as crianças, desejosa e feliz de ter os seus filhos bem instruídos.

2. Como os homens estão mais expostos às mais penosas tentações quando enfraquecidos por enfermidades do espírito ou do corpo, sendo afligidos por elas, não há dúvida de que nada é mais próprio aos pastores das igrejas do que zelar com o maior cuidado pelo bem-estar do rebanho, nos períodos de doenças ou fraquezas. Portanto, que eles visitem os enfermos, prontamente, e que sejam chamados em tempo pelos doentes, se as circunstâncias assim o exigirem. Que os confortem e os confirmem na verdadeira fé, ajudando-os a lutar contra as perniciosas sugestões de Satanás. Eles devem também orar pelos doentes no lar, e se necessário, orar por eles também no culto público, e cuidar para que se sintam felizes ao partir desta vida. Dissemos, anteriormente, que não aprovamos a visitação papista ao doente com a extrema-unção, por ser absurda, não tendo a aprovação das Escrituras canônicas.

Os meios de graça: a Palavra e o sacramento

Artigo 33

Os sacramentos

Cremos que o nosso bom Deus, atento à nossa ignorância e à nossa fraqueza, instituiu os sacramentos a fim de selar em nós as suas promessas,[1] e nos conceder penhores de sua benevolência e graça para conosco, e também alimentar e sustentar a nossa fé, que ele acrescentou à Palavra do evangelho, para melhor apresentar aos nossos sentidos, tanto o que ele nos declara por meio da sua Palavra, como o que ele opera em nosso coração, desse modo assegurando e confirmando a salvação

P. 65: Visto que, somente a fé nos torna participantes de Cristo e de todos os seus benefícios, de onde vem essa fé?

R.: Ela vem do Espírito Santo, que produz fé[1] no nosso coração por meio da pregação do evangelho, e a confirma pelo uso dos sacramentos.[2]

[1] Ef 2.8; Ef 6.23; Fp 1.29
[2] Mt 28.19; Rm 4.11

P. 66: Que são sacramentos?

R.: Os sacramentos são sinais e selos visíveis e santos, instituídos por Deus para que ele possa declarar de modo mais

XIII. Do evangelho de Jesus Cristo, das promessas, do espírito e da letra

3. Embora nossos pais tivessem o evangelho pelos escritos dos profetas, pelos quais alcançaram a salvação em Cristo pela fé, a palavra evangelho significa propriamente "boas novas", notícias alegres e felizes, por meio das quais, primeiro por João Batista, e depois por Cristo, o próprio Senhor, e, posteriormente, pelos apóstolos e seus sucessores, foi anunciado aos homens que Deus já havia realizado o que prometera, desde o princípio do mundo. E que havia nos enviado, ou melhor, nos dado o seu único Filho, e nele a reconciliação com o Pai, a remissão dos pecados, toda a plenitude e a vida eterna. Portanto, a história narrada pelos quatro evangelistas que explica como tudo isso foi realizado ou cumprido por Cristo, o que ele ensinou e praticou, e que aqueles que crêem nele têm toda a plenitude – isso é o que pode ser chamado verdadeiramente de "evangelho". A pregação e os escritos apostólicos, nos quais os apóstolos expõem como o Filho nos foi dado pelo Pai, e nele tudo aquilo que diz respeito à

Capítulos III e IV

Artigo 17

A todo-poderosa operação de Deus, pela qual ele prolonga e sustenta a nossa vida natural, não exclui, mas requer o uso de meios, pelos quais ele quis exercer o seu poder, de acordo com a sua infinita misericórdia e bondade, de modo que a mencionada operação sobrenatural de Deus, pela qual ele nos regenera, de modo nenhum exclui ou anula o uso do evangelho, que o mui sábio Deus ordenou para ser a semente da regeneração e o alimento da alma. Por essa razão os apóstolos e os mestres

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Segunda Confissão Helvética (cont.)

XXVIII. Dos bens da igreja e do direito de uso dos mesmos

1. A igreja de Cristo conta com recursos provindos da generosidade de príncipes e da liberalidade dos fiéis que doaram seus bens à igreja. A igreja precisa desses recursos, e desde os tempos antigos eles são necessários para a sua manutenção. Ora, o verdadeiro uso dos bens da igreja era outrora, e ainda o é, o de manter o ensino nas escolas e nas reuniões religiosas, bem como o culto, os ritos e os edifícios sagrados; manter mestres, discípulos e ministros, juntamente com outras coisas necessárias, e especialmente ajudar a alimentar os pobres. Além disso, homens sábios e tementes a Deus, que sabem administrar a própria família, devem ser escolhidos para administrar legitimamente os bens da igreja.

2. Porém, se por uma calamidade ou por causa da ousadia, ignorância ou avareza de alguns, os bens da igreja forem usados indevidamente, eles devem ser restaurados para o uso sagrado por homens fiéis e sábios, pois não se pode ser conivente com esse tipo de abuso. Portanto, ensinamos que as escolas e as instituições, que se tenham corrompido na doutrina, no culto e na moral, devem ser reformadas, e que o serviço aos pobres deve ser organizado de modo responsável, prudente e de boa fé.

XXVII. Da Palavra e dos sacramentos

1. Os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça,[1] imediatamente instituídos por Deus[2] para representar Cristo e os seus benefícios, e confirmar o nosso interesse nele,[3] bem como para fazer uma diferença visível entre os que pertencem à igreja e o restante do mundo,[4] e solenemente obrigá-los ao serviço de Deus em Cristo, segundo a sua Palavra.[5]

[1] Rm 4.11; Gn 17.7-10
[2] Mt 28.19; 1Co 11.23
[3] 1Co 10.16; 11.25,26; Gl 3.27
[4] Rm 15.8; Êx 12.48; Gn 34.14
[5] Rm 6.3,4; 1Co 10.16,21

2. Em todo sacramento há uma relação espiritual ou união sacramental entre o sinal e a coisa significada; por isso, os nomes e os efeitos de um são atribuídos ao outro.[1]

[1] Gn 17.10; Mt 26.27,28; Tt 3.5

3. A graça significada pelos sacramentos, ou por meio deles quando devidamente usados, não é

P. 85: O que Deus exige de nós para que possamos escapar da sua ira e maldição, que merecemos por causa do pecado?

R.: Para escaparmos da ira e da maldição de Deus, que merecemos por causa do pecado, Deus exige de nós fé em Jesus Cristo e arrependimento para a vida,[1] com o uso diligente de todos os meios exteriores pelos quais Cristo nos comunica os benefícios da redenção.[2]

[1] At 20.21
[2] Pv 2.1-5; 8.33-36; Is 55.3

P. 88: Quais são os meios exteriores e ordinários pelos quais Cristo nos comunica as bênçãos da redenção?

P. 153: O que Deus exige de nós para que possamos escapar da sua ira e maldição, nas quais incorremos pela transgressão da lei?

R.: Para escaparmos da ira e da maldição de Deus, nas quais incorremos pela transgressão da lei, ele exige de nós o arrependimento para com Deus, a fé no nosso Senhor Jesus Cristo[1] e o uso diligente de todos os meios exteriores pelos quais Cristo nos comunica os benefícios de sua mediação.[2]

[1] At 20.21; Mt 3.7,8; Lc 13.3,5; At 16.30,31; Jo 3.16,18
[2] Pv 2.1-5; 8.33-36

P. 154: Quais são os meios exteriores pelos quais Cristo nos comunica os benefícios da sua mediação?

R.: Os meios exteriores e comuns, pelos quais Cristo comunica à sua igreja os benefícios de sua mediação, são todas as suas ordenanças, especialmente a Palavra, os sacramentos e a oração, todas as quais se tornam eficazes aos eleitos para a salvação.[1]

[1] Mt 28.19,20; At 2.42,46,47

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

de que nos faz participar. Porque os sacramentos são sinais e selos visíveis de uma realidade interior e invisível, pelos quais Deus opera em nós pelo poder do Espírito Santo. Portanto, os sinais não são vazios ou insignificantes, de modo a nos enganar. Porque Jesus Cristo é o verdadeiro objeto apresentado por meio deles e, sem ele, eles nada seriam.[2]

Além do mais, nós nos contentamos com o número dos sacramentos instituídos por Cristo, nosso mestre, e que são apenas dois: o sacramento do batismo e o da ceia de nosso Senhor Jesus Cristo.[3]

[1] Rm 4.11; Gn 9.13; 17.11
[2] Cl 2.11,17; 1Co 5.7
[3] Mt 26.36; 28.19

claro, bem como selar em nós, a promessa do evangelho, ou seja, que ele nos garante livremente a remissão do pecado e a vida eterna por causa do único sacrifício que Cristo fez na cruz.[1]

[1] Gn 17.11; Rm 4.11; Lv 6.25; At 22.16; At 2.38; Mt 26.28

P. 67: Então, tanto a Palavra como os sacramentos foram instituídos para que possam direcionar a nossa fé para o sacrifício feito por Jesus na cruz como o único fundamento para a nossa salvação?

R.: Sim, de fato, pois o Espírito Santo ensina no evangelho, e confirma pelos sacramentos, que toda a nossa salvação está baseada no único sacrifício que Cristo ofereceu por nós na cruz.[1]

[1] Rm 6.3; Gl 3.27

P. 68: Quantos sacramentos Cristo instituiu na nova aliança, ou no novo testamento?

R.: Dois, ou seja, o santo batismo e a Ceia do Senhor.[1]

[1] 1Co 10.2-4

vida e à salvação, são o que se chama, em verdade, "doutrina evangélica", de modo que ainda hoje, mantém essa valiosa denominação, se for sinceramente pregada.

4. A mesma pregação do evangelho é também chamada pelo apóstolo de "o espírito" e "o ministério do Espírito" (2Co 3.8), porque é pela iluminação do Espírito Santo que a pregação pela fé se torna viva e eficaz nos ouvidos, ou melhor, no coração dos crentes. A letra, que se opõe ao Espírito, significa tudo o que é externo, mas, em especial, a doutrina da lei, a qual, sem o Espírito e a fé, produz ira e desperta o pecado na mente daqueles que não crêem verdadeiramente. Por esse motivo, o apóstolo a chama de "o ministério da morte" (2Co 3.7) e a ela se refere à palavra do apóstolo: "A letra mata, mas o Espírito vivifica" (v.6). Falsos apóstolos pregavam um evangelho corrompido, pois nele inseriam a lei, como se, sem a lei, Cristo não pudesse salvar. De semelhante modo, agiam os ebionitas, descendentes do herege Ébion, e os nazaritas, que anteriormente eram chamados mineus. A todos estes nós condenamos, pregando sinceramente a Palavra e ensinando que os crentes são justificados somente pelo Espírito (ou Cristo), e não pela lei. Porém, a respeito deste assunto, faremos uma exposição mais detalhada sob o título de justificação.

5. Embora o ensino do evangelho, comparado com o dos fariseus sobre a lei, tenha parecido (quando pregado por Cristo pela primeira vez), ser uma nova doutrina (o que também Jeremias profetizou a respeito do Novo Testamento), contudo, ela, na realidade, não só era, como ainda é, uma doutrina antiga (embora os papistas a chamem de nova, quando falam da doutrina papista, que foi recebida há muito tempo), mas na verdade é a mais antiga de todas no mundo. Deus predestinou desde a eternidade salvar o mundo por intermédio de Cristo, e manifestou ao mundo, por meio do evangelho, essa sua predestinação e seu conselho eterno (2Tm 1.9,10). Disso é evidente que a religião e a doutrina evangélica, entre quantas já existiram, existem e virão a existir, é a mais antiga de todas. Por isso, afirmamos que todos eles (os papistas) que dizem que a religião e a doutrina evangélica são uma fé surgida recentemente, e que não tem mais que trinta anos de existência, erram vergonhosamente e falam coisas indignas do conselho eterno de Deus. A eles se aplica a palavra de Isaías, o profeta: "Ai dos que ao mal chamam bem e ao bem, mal; que fazem da escuridade luz e da luz, escuridade; põem o amargo por doce, e o doce, por amargo!" (Is 5.20).

XIX. Dos sacramentos da igreja de Cristo

Deus, desde o princípio, acrescentou à pregação da Palavra na sua igreja os sacramentos ou sinais sacra-

que os sucederam, piedosamente instruíram o povo acerca da graça de Deus, para sua glória e para humilhação de toda soberba do homem e, ao mesmo tempo, no entanto, eles não descuidaram de manter o povo, pelas santas admoestações do evangelho, sob a ministração da Palavra, dos sacramentos e da disciplina. Por isso, aqueles que hoje ensinam ou aprendem na igreja não devem ousar tentar a Deus, separando aquilo que ele no seu bom propósito quis preservar inteiramente unido, pois a graça é conferida por meio de admoestações, e quanto mais prontamente desempenharmos o nosso dever, tanto mais esse benefício de Deus, que opera em nós, se manifesta gloriosamente e sua obra progride. A Deus somente seja dada toda glória eternamente, tanto pelos meios quanto pelo fruto e eficácia da salvação. Amém.

Capítulo V

Artigo 14

Assim como aprouve a Deus iniciar a sua obra da graça em nós pela pregação do evangelho, assim ele a mantém, preserva e aperfeiçoa pelo ouvir o evangelho e pela leitura dele, pela meditação nele, pelas suas exortações, ameaças e promessas e pelo uso dos sacramentos.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

conferida por qualquer poder neles existente; nem a eficácia deles depende da piedade ou intenção de quem os administra,[1] mas da obra do Espírito[2] e da palavra da instituição, a qual, juntamente com o preceito que autoriza o uso deles, contém uma promessa de benefício aos que dignamente os recebem.[3]

[1] Rm 2.28,29; 1Pe 3.21
[2] Mt 3.11; 1Co 12.13
[3] Mt 26.27,28; 28.19,20

4. No evangelho, há só dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor: O batismo e a Ceia do Senhor. Nenhum desses sacramentos deve ser administrado senão pelos ministros legalmente ordenados da Palavra.[1]

[1] Mt 28.19; 1Co 11.20,23; 4.1; Hb 5.4

5. Os sacramentos do Antigo Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significadas e representadas, eram, em substância, os mesmos que os do Novo Testamento.[1]

[1] 1Co 10.1-4

R.: Os meios exteriores e ordinários pelos quais Cristo nos comunica as bênçãos da redenção são as suas ordenanças, especialmente a Palavra, os sacramentos e a oração, todos os quais se tornam eficazes aos eleitos para a salvação.[1]

[1] Mt 28.19,20; At 2.42,46,47

P. 89: Como a Palavra se torna eficaz para a salvação?

R.: O Espírito de Deus torna a leitura e, especialmente, a pregação da Palavra, meios eficazes para convencer e converter os pecadores, bem como para os edificar em santidade e consolo, por meio da fé para salvação.[1]

[1] Ne 8.8; 1Co 14.24,25; At 26.18; Sl 19.8; At 20.32; Rm 15.4; 2Tm 3.15-17; Rm 10.13-17; 1.16

P. 90: Como se deve ler e ouvir a Palavra para que ela se torne eficaz para a salvação?

R.: Para que a Palavra se torne eficaz para a salvação, devemos ouvi-la com diligência,[1] preparação[2] e oração[3]; recebê-la com fé e amor,[4] guardá-la no nosso coração[5] e praticá-la na nossa vida.[6]

[1] Pv 8.34
[2] 1Pe 2.1,2
[3] Sl 119.18
[4] Hb 4.2; 2Ts 2.10
[5] Sl 119.11
[6] Lc 8.15; Tg 1.25

P. 91: Como os sacramentos se tornam meios eficazes para a salvação?

R.: Os sacramentos tornam-se meios eficazes para a salvação não por alguma virtude que eles ou aqueles que os ministram tenham, mas somente pela bênção de Cristo[1] e pela obra do seu Espírito naqueles que os recebem pela fé.[2]

[1] 1Pe 3.21; Mt 3.11; 1Co 3.6,7
[2] 1Co 12.13

P. 155: Como a Palavra se torna eficaz para a salvação?

R.: O Espírito de Deus torna a leitura, e especialmente a pregação da Palavra, um meio eficaz para iluminar,[1] convencer e humilhar os pecadores;[2] para lhes tirar toda a confiança em si mesmos e os atrair a Cristo;[3] para os conformar à sua imagem[4] e os sujeitar à sua vontade;[5] para os fortalecer contra as tentações e corrupções;[6] para os edificar na graça[7] e estabelecer o coração deles em santidade e conforto mediante a fé para a salvação.[8]

[1] Ne 8.8; At 26.18; Sl 19.8
[2] 1Co 14.24,25; 2Cr 34.18,19,26-28
[3] At 2.37,41; 8.27-39
[4] 2Co 3.18
[5] 2Co 10.4-6; Rm 6.17
[6] Mt 4.4,7,10; Ef 6.16,17; Sl 19.11; 1Co 10.11
[7] At 20.32; 2Tm 3.15-17
[8] Rm 16.25; 1Ts 3.2,10,11,13; Rm 15.4; 10.13-17; 1.16

P. 156: A Palavra de Deus deve ser lida por todos?

R.: Embora não seja permitido a todos lerem a Palavra publicamente à congregação,[1] contudo, os homens de todas as condições têm a obrigação de lê-la em particular para si mesmos[2] e para a própria família,[3] e, para esse fim, as Santas Escrituras devem ser traduzidas das línguas originais para as línguas vulgares.[4]

[1] Dt 31.9.11-13; Ne 8.2,3; 9.3-5
[2] Dt 17.19; Ap 1.3; Jo 5.39; Is 34.16
[3] Dt 6.6-9; Gn 18.17,19; Sl 78.5-7
[4] 1Co 14.6,9,11,12,15,16,24,27,28

P. 157: Como a Palavra de Deus deve ser lida?

R.: As Santas Escrituras devem ser lidas com alto e reverente respeito;[1] com a firme persuasão de serem elas a própria Palavra de Deus[2] e de que somente ele pode habilitar-nos a entendê-las;[3] com o desejo de conhecer a vontade de Deus nelas revelada, crer nela e obedecer a ela;[4] com diligência[5] e atenção ao seu conteúdo e propósito;[6] com meditação,[7] aplicação,[8] abnegação[9] e oração.[10]

[1] Sl 19.10; Ne 8.3-10; Êx 24.7; 2Cr 34.27; Is 66.2
[2] 2Pe 1.19-21
[3] Lc 24.25; 2Co 3.13-16
[4] Dt 17.10,20
[5] At 17.11
[6] At 8.30,34; Lc 10.26-28
[7] Sl 1.2; Sl 119.97
[8] 2Cr 34.21
[9] Pv 3.5; Dt 33.3
[10] Pv 2.1-6; Sl 119.18;. Ne 7.6,8

P. 158: Por quem deve ser pregada a Palavra de Deus?

R.: A Palavra de Deus deve ser pregada somente por aqueles que são suficientemente dotados,[1] como também devidamente aprovados e chamados a esse ministério.[2]

Segunda Confissão Helvética (cont.)

mentais. É o que a Sagrada Escritura claramente testifica a respeito. Sacramentos são símbolos místicos, ou ritos santos, ou atos sagrados instituídos pelo próprio Deus, consistindo da sua Palavra, de sinais externos e de coisas significadas, por meio das quais ele conserva a memória, na igreja, dos grandes benefícios por ele concedidos ao homem por meio dos quais, também, ele sela as suas promessas e, externamente as representa e, como que nos põe diante dos olhos aquelas coisas que interiormente ele nos concede, e assim fortalece e aumenta a nossa fé pela operação do Espírito de Deus no nosso coração. Finalmente, por meio deles, ele nos separa de todos os outros povos e religiões, e nos consagra e nos liga a si só, e nos dá o entendimento do que ele requer de nós.

2. Esses sacramentos são tanto da Antiga Igreja como da Nova Igreja. Os sacramentos da Antiga Igreja eram a circuncisão e o Cordeiro Pascal, que era imolado, por cujo nome é feita referência aos sacrifícios celebrados desde o princípio do mundo. Os sacramentos da Nova Igreja são o batismo e a Ceia do Senhor.

3. Alguns reconhecem sete sacramentos na Nova Igreja. Destes, reconhecemos que o arrependimento, o matrimônio e a ordenação de ministros – não a ordenação papista, mas a apostólica – são instituições úteis de Deus, porém não são sacramentos. A confirmação e a extrema-unção são simples invenções dos homens, que a igreja pode dispensar sem nenhum prejuízo. Na verdade, não as temos nas nossas igrejas, pois elas contêm certos conceitos que de modo nenhum podemos aprovar.[1] Abominamos totalmente o comércio que os prelados romanos exercem na dispensação dos sacramentos.

4. O autor e executor de todos os sacramentos não é nenhum homem, mas Deus somente. Os homens não podem instituir sacramentos, pois estes fazem parte do culto de Deus. Também não é da competência do homem estabelecer e prescrever o culto de Deus, mas receber e preservar o que lhe é ensinado por ele. Além disso, os sinais sacramentais carregam em si as promessas de Deus, que necessariamente exigem fé. E a fé se apóia exclusivamente na Palavra de Deus; e a Palavra de Deus assemelha-se a escritos ou cartas, e os sacramentos a selos, que somente Deus coloca nas suas cartas. E sendo Deus o autor dos sacramentos, assim ele continuamente opera na igreja, onde os sacramentos são devidamente celebrados; de modo que os fiéis, quando recebem dos ministros os sacramentos, reconhecem que Deus opera na sua própria instituição e, portanto, recebem os sacramentos como da mão do próprio Deus; e os defeitos do ministro (ainda que sejam muito grandes) não podem prejudicá-lo, se eles reconhecem que a integridade dos sacramentos depende da instituição do Senhor. Por conseguinte, na administração dos sacramentos podemos distinguir, também claramente, entre o próprio Senhor e o ministro do Senhor, que confessam que a substância dos sacramentos lhes é dada pelo próprio Senhor e os símbolos pelos ministros do Senhor.

4. Porém, a coisa principal que é oferecida por Deus em todos os sacramentos, e para a qual todos os piedosos de todos os tempos voltam a atenção (alguns chamam substância e matéria dos sacramentos) é Cristo o Salvador, o sacrifício único (Hb 10.12), o Cordeiro de Deus morto desde a fundação do mundo (Ap 13.8), a rocha, também, da qual todos os nossos pais beberam (1Co 10.4), por quem todos os eleitos são circuncidados não por mãos, mas pelo Espírito Santo (Cl 2.11,12), e são lavados de todos os seus pecados (Ap 1.5) e alimentados com o próprio corpo e sangue de Cristo para a vida eterna (Jo 6.54).

5. Com respeito ao que é o principal e a própria matéria e substância dos sacramentos, os sacramentos das duas alianças são iguais, pois Cristo, o único Salvador e mediador dos fiéis, é o principal elemento e a própria substância dos sacramentos em ambos; porquanto o mesmo Deus é o autor dos dois sacramentos. Eles foram dados às duas igrejas como sinais e selos da graça e das promessas de Deus, para que tragam à mente e renovem a lembrança dos grandíssimos benefícios de Deus e para que distinguissem os fiéis de todas as outras religiões do mundo; finalmente, para que fossem recebidos espiritualmente pela fé e ligassem à igreja os participantes, e os admoestassem em relação a seus deveres. Nesses, e em outros pontos semelhantes, digo que os sacramentos de ambos os povos não são diferentes, a não ser nos sinais externos.

6. E na verdade, vemos uma grande diferença entre ambos. Os nossos são mais firmes e mais duradouros, como os que nunca serão mudados até o fim do mundo. Mais ainda, os nossos testificam que tanto a substância, como a promessa, foram cumpridas ou consumadas em Cristo; os anteriores significavam o que estava para ser cumprido. Os nossos são, também, mais simples e menos complicados, menos pomposos e menos envolvidos com cerimônias. E ainda mais, pertencem a um povo mais numeroso, disperso por toda a face da terra. E, porque eles são mais excelentes e, pelo Espírito Santo, despertam maior fé, resultam, ainda, em maior abundância do Espírito.

7. Mas agora, uma vez que Cristo, o verdadeiro messias, nos é apresentado e a abundância da graça é derramada sobre o povo do Novo Testamento, os sacramentos da antiga lei foram abolidos e cessaram, e em seu lugar foram colocados os símbolos do Novo Testamento – o batismo, em lugar da circuncisão, a Ceia do Senhor, em lugar do cordeiro pascal e dos sacrifícios.

8. E como outrora os sacramentos consistiam da Palavra, do sinal e da coisa significada, assim também agora eles se compõem, por assim dizer, dessas mesmas partes, pois a Palavra de Deus os torna sacramentos, o que antes não eram. Eles são consagrados pela Palavra e declarados santificados por aquele que os instituiu. Santificar ou consagrar uma coisa a Deus é dedicá-la a uso sagrado, ou seja, retirá-la do uso comum ou profano e destiná-la a uso sagrado, pois os sinais nos sacramentos derivam do uso comum, de coisas externas e visíveis. No batismo, o sinal externo é o elemento da água e a ablução visível, que é feita pelo ministro; a coisa significada é a regeneração e a purificação de pecados. Na Ceia do Senhor, o sinal externo é o pão e o vinho, tomados do uso comum do comer e do beber; a coisa significada é o corpo do Senhor que foi entregue, e seu sangue vertido por nós, ou a comunhão do corpo e do sangue do Senhor. Por isso, a água, o pão e o vinho, segundo a natureza de cada um, e à parte da instituição divina e do uso sagrado, são somente aquilo que são chamados, e que sentimos. Porém, quando a Palavra do Senhor lhes é acrescentada, com a invocação do nome divino e a renovação de sua primeira instituição e santificação, então esses sinais são consagrados e se mostram santificados por Cristo. A primeira instituição e consagração

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
	P. 92: O que é um sacramento? R.: Um sacramento é uma santa ordenança, instituída por Cristo, na qual, por sinais sensíveis, Cristo e as bênçãos do novo pacto são representados, selados e aplicados aos crentes.[1] [1] Gn 17.7,10; Êx 12; 1Co 11.23,26 *P. 93: Quais são os sacramentos do Novo Testamento?* R.: Os sacramentos do Novo Testamento são o Batismo[1] e a Ceia do Senhor.[2] [1] Mt 28.19 [2] Mt 26.26-28	[1] 1Tm 3.2,6; Ef 4.8-11; Os 4.6; Ml 2.7; 2Co 3.6 [2] Jr 14.15; Rm 10.15; Hb 5.4; 1Co 12.28,29; 1Tm 3.10; 4.14; 5.22 *P. 159: Como deve ser pregada a Palavra de Deus por aqueles que para isso são chamados?* R.: Aqueles que são chamados a trabalhar no ministério da Palavra devem pregar a sã doutrina,[1] diligentemente,[2] em tempo e fora do tempo,[3] claramente,[4] não em palavras persuasivas de humana sabedoria, mas em demonstração do Espírito e de poder;[5] com fidelidade,[6] tornando conhecido todo conselho de Deus;[7] com sabedoria,[8] adaptando-se às necessidades e às capacidades dos ouvintes;[9] com zelo,[10] com amor fervoroso para com Deus[11] e para com as almas do seu povo;[12] com sinceridade,[13] tendo por alvo a glória de Deus,[14] e procurando converter,[15] edificar[16] e salvar as almas.[17] [1] Tt 2.1,8 [2] At 18.25

Catecismo Maior de Westminster (cont.)

[3] 2Tm 4.2
[4] 1Co 14.9
[5] 1Co 2.4
[6] Jr 23.28; 1Co 4.1,2
[7] At 20.27
[8] Cl 1.28; 2Tm 2.15
[9] 1Co 3.2; Hb 5.12-14; Lc 12.42
[10] At 18.25
[11] 2Co 5.13,14; Fp 1.15-17
[12] Cl 4.12; 2Co 12.15
[13] 2Co 2.17; 4.2
[14] 1Ts 2.4-6; Jo 7.18
[15] 1Co 9.19-22
[16] 2Co 12.19; Ef 4.12
[17] 1Tm 4.16; At 26.16-18

P. 160. O que é exigido dos que ouvem a Palavra pregada?

R.: É exigido dos que ouvem a Palavra pregada que atendam a ela com diligência,[1] preparação[2] e oração;[3] que comparem com as Escrituras aquilo que ouvem;[4] que recebam a verdade com fé,[5] amor,[6] mansidão[7] e prontidão de espírito,[8] como a Palavra de Deus;[9] que meditem nela[10] e conversem a seu respeito uns com os outros;[11] que a escondam no coração[12] e produzam na própria vida os frutos dela.[13]

[1] Pv 8.34
[2] 1Pe 2.1,2; Lc 8.18
[3] Sl 119.18; Ef 6.18,19
[4] At 17.11
[5] Hb 4.2
[6] 2Ts 2.10
[7] Tg 1.21
[8] At 17.11
[9] 1Ts 2.13
[10] Lc 9.44; Hb 2.1
[11] Lc 24.14; Dt 6.6,7
[12] Pv 2.1; Sl 119.11
[13] Lc 8.15; Tg 1.25

P. 161: Como os sacramentos se tornam meios eficazes para a salvação?

R.: Os sacramentos tornam-se meios eficazes para a salvação, não porque tenham poder algum em si, nem por virtude alguma derivada da piedade ou da intenção de quem os administra, mas, unicamente, pela operação do Espírito Santo e pela bênção de Cristo, que os instituiu.[1]

[1] 1Pe 3.21; At 8.13,23; 1Co 3.6,7; 12.13

P. 162: O que é um sacramento?

R.: Um sacramento é uma santa ordenança instituída por Cristo na sua igreja,[1] para significar, selar e mostrar[2] àqueles que estão no pacto da graça[3] os benefícios da mediação de Cristo;[4] para fortalecer e aumentar a fé deles e todas as demais graças,[5] e os obrigar à obediência;[6] para testemunhar e nutrir o amor e comunhão entre eles,[7] e para distingui-los dos que estão de fora.[8]

[1] Gn 17.7,10; Êx 12; Mt 28.19; 26.26-28
[2] Rm 4.11; 1Co 11.24,25
[3] Rm 15.8; Êx 12.48
[4] At 2.38; 1Co 10.16
[5] Rm 4.11; Gl 3.27
[6] Rm 6.3,4; 1Co 10.21
[7] Ef 4.2-5; 1Co 12.13
[8] Ef 2.11,12; Gn 34.14

P. 163: Quais são as partes de um sacramento?

R.: As partes de um sacramento são duas: uma, o sinal exterior sensível usado segundo a própria instituição de Cristo; a outra, uma graça interior e espiritual representada pelo sinal.[1]

[1] Mt 3.11; 1Pe 3.21; Rm 2.28,29

P. 164: Quantos sacramentos Cristo instituiu sob o Novo Testamento?

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Segunda Confissão Helvética (cont.)

de Cristo dos sacramentos permanece sempre eficaz na igreja de Deus, de tal modo que aqueles que celebram os sacramentos, não de modo diferente daquele que o Senhor mesmo estabeleceu desde o princípio, ainda hoje desfrutam daquela primeira e sobremodo excelente consagração. E por isso, na celebração dos sacramentos, são repetidas as próprias palavras de Cristo.

9. E como aprendemos da Palavra de Deus que esses sinais foram instituídos para outro fim, diferente do uso comum, ensinamos que eles agora, no seu santo uso, assumem em si os nomes das coisas significadas e não são mais chamados apenas água, pão ou vinho; mas que a água é chamada de "lavar regenerador" (Tt 3.5), e o pão e o vinho são chamados "corpo de Cristo" (1Co 10.16), ou símbolos e sacramentos do corpo e do sangue do Senhor. Não que os símbolos se transformem nas coisas significadas ou cessem de ser o que são por sua natureza (pois então eles não poderiam ser sacramentos, que consistiriam apenas da coisa significada, e não teriam sinais); portanto, os sinais adquirem os nomes das coisas, porque são símbolos místicos de coisas sagradas, e porque os sinais e as coisas significadas estão sacramentalmente ligados; ligam-se, ou se unem por uma significação mística e pela vontade e pelo conselho daquele que instituiu os sacramentos. A água, o pão e o vinho não são sinais comuns, mas sagrados. E aquele que instituiu a água no batismo não a instituiu com a vontade e intenção de que os fiéis apenas fossem aspergidos pela água do batismo; e aquele que mandou comer o pão e beber o vinho na ceia não queria que os fiéis recebessem apenas pão e vinho sem qualquer mistério, da maneira como comem pão em suas casas, mas que participassem espiritualmente das coisas significadas, sendo pela fé verdadeiramente lavados de seus pecados, tornando-se assim participantes de Cristo também.

10. Portanto, não podemos absolutamente aprovar os que atribuem a santificação dos sacramentos a não sei que propriedades e fórmulas ou ao poder de palavras pronunciadas por alguém que é consagrado[2] e o que tem a intenção de consagrar, ou por outros acidentes quaisquer, que nem Cristo nem os apóstolos nos entregaram por palavras ou exemplo. Nem aprovamos tampouco a doutrina daqueles que falam dos sacramentos apenas como sinais comuns, não santificados nem eficazes. Condenamos também os que desprezam o aspecto visível dos sacramentos por causa do invisível, e assim crêem que os sinais são supérfluos porque pensam que já desfrutam das próprias coisas significadas, como afirmavam os messalianos, como está registrado. Não aprovamos a doutrina daqueles que ensinam que a graça e as coisas significadas estão de tal modo ligadas aos sinais e neles incluídas que todos aqueles que participarem externamente dos sinais, não importando que espécie de pessoas sejam, são também interiormente participantes da graça e das coisas significadas.

11. No entanto, como não julgamos o valor dos sacramentos pela dignidade ou indignidade dos ministros, assim também não os avaliamos pela condição daqueles que os recebem. Pois sabemos que o valor dos sacramentos depende da fé e da veracidade e exclusiva bondade de Deus. Assim como a Palavra de Deus permanece a verdadeira Palavra de Deus que, ao ser pregada, não são meras palavras repetidas, mas ao mesmo tempo, as coisas significadas ou anunciadas em palavras são oferecidas de Deus, embora os ímpios e incrédulos ouçam e compreendam, contudo não aproveitam as coisas significadas, porque não as recebem pela verdadeira fé, assim os sacramentos, que pela Palavra consistem de sinais e de coisas significadas, continuam sendo sacramentos verdadeiros e invioláveis, significando não somente coisas sagradas, mas, pelo oferecimento de Deus, as próprias coisas significadas, embora os incrédulos não percebam as coisas oferecidas. Nesse caso, a culpa não é de Deus que as dá e as oferece, mas dos homens que as recebem sem fé e de modo ilegítimo, mas cuja incredulidade, no entanto, não invalida a fidelidade de Deus (Rm 3.3).

12. Desde que, no início, quando foram mostrados quais são os sacramentos, fizemos também uma exposição sobre a finalidade para a qual eles foram instituídos, não há a necessidade de nos incomodar com a repetição do que já foi dito. Conseqüentemente, falaremos agora, separadamente, dos sacramentos da Igreja Cristã.

[1] A confirmação, com instrução catequética preparatória, foi introduzida posteriormente em muitas igrejas reformadas na Europa para suplementar o batismo infantil.

[2] De acordo com a leitura, a *consecrato*. Porém, outras edições utilizam a *consecratore*, por aquele que consagra.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Catecismo Maior de Westminster (cont.)

R.: Sob o Novo Testamento, Cristo instituiu na sua igreja somente dois sacramentos: o batismo e a Ceia do Senhor.[1]

[1] Mt 28.19; 1Co 11.20,23; Mt 26.26-28

P. 176: Em que concordam os sacramentos do batismo e da Ceia do Senhor?

R.: Os sacramentos do batismo e da Ceia do Senhor concordam em ser Deus o autor de ambos;[1] em ser Cristo e os seus benefícios a parte espiritual de ambos;[2] em ambos serem selos do mesmo pacto,[3] em não deverem ser administrados senão pelos ministros do evangelho,[4] e em que eles devem permanecer na igreja de Cristo até a sua segunda vinda.[5]

[1] Mt 28.19; 1Co 11.23
[2] Rm 6.3,4; 1Co 10.16
[3] Rm 4.11; Cl 2.12; Mt 26.27,28
[4] Jo 1.33; Mt 28.19; 1Co 11.23; 4.1; Hb 5.4
[5] Mt 18.19,20; 1Co 11.26

P. 177: Em que diferem os sacramentos do batismo e da Ceia do Senhor?

R.: Os sacramentos do batismo e da Ceia do Senhor diferem em que o batismo deve ser administrado uma vez só com água, para ser sinal e selo da nossa regeneração e união com Cristo,[1] e administrado também às crianças,[2] ao passo que a Ceia do Senhor deve ser celebrada freqüentemente, com os elementos de pão e vinho, para representar e exibir Cristo como o alimento espiritual para a alma,[3] e para confirmar a nossa permanência e o nosso crescimento nele[4] e isso somente àqueles que têm a idade e aptidão para examinarem a si mesmos.[5]

[1] Mt 3.11; Tt 3.5; Gl 3.27
[2] Gn 17.7,9; At 2.38,39; 1Co 7.14
[3] 1Co 11.23-26
[4] 1Co 10.16
[5] 1Co 11.28,29

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

O santo batismo

Artigo 34

O santo batismo

Cremos e confessamos que Jesus Cristo, que é o fim da lei,[1] ao derramar o seu sangue, acabou com qualquer outro derramamento de sangue que se possa ou queira realizar para propiciação e satisfação dos pecados, e que ele, tendo abolido a circuncisão, que se praticava com sangue, instituiu em lugar dela o sacramento do batismo,[2] pelo qual somos recebidos na igreja de Deus e separados de todos os outros povos e outras religiões para pertencermos totalmente a ele, tendo sua marca e estandarte, e que serve para testemunhar que ele será eternamente nosso Deus e misericordioso Pai.

Portanto, Cristo mandou batizar todos os seus "em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo",[3] somente com água. Desse modo, ele nos dá a entender que assim como a água tira a impureza do corpo, quando derramada sobre nós, e também assim como a água é vista no corpo de quem recebe o batismo, assim o sangue de Cristo, pelo poder do Espírito Santo, lava a alma interiormente, purificando-a dos pecados, e faz com que nós, filhos da ira, nasçamos de novo para sermos filhos de Deus.[4] Não que isso seja efetuado pela água exter-

P. 69: Como você é admoestado e assegurado pelo santo batismo de que o único sacrifício de Cristo na cruz é para o seu bem?

R.: Do seguinte modo: que Cristo instituiu essa lavagem com água,[1] e acrescentou a promessa[2] de que sou lavado pelo seu sangue e pelo Espírito de toda a impureza da minha alma, isto é, de todos os meus pecados,[3] enquanto sou lavado externamente com água, pela qual a sujeira do corpo é geralmente tirada.

[1] Mt 28.19; At 2.38
[2] Mc 16.16; Mt 3.11; Rm 6.3
[3] Mc 1.4; Lc 3.3

P. 70: O que significa ser lavado com o sangue e o Espírito de Cristo?

R.: Significa receber perdão dos pecados, pela graça de Deus, por causa do sangue que Cristo derramou por nós, no seu sacrifício na cruz;[1] e também ser renovado pelo Espírito Santo e santificado para ser membro de Cristo, de modo que morremos mais e mais para o pecado e levamos uma vida santa e irrepreensível.[2]

[1] Hb 12.24; 1Pe 1.2
[2] Jo 1.33; Rm 6.4; Cl 2.11

P. 71: Onde Cristo prometeu lavar-nos com seu sangue e seu Espírito, tão certo como somos lavados com a água do batismo?

XX. Do santo batismo

1. O batismo foi instituído e consagrado por Deus. O primeiro a batizar foi João, que imergiu Cristo nas águas do Jordão. Depois vieram os apóstolos, que também batizavam com água. O Senhor Jesus lhes ordenou expressamente que pregassem o evangelho e batizassem "em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (Mt 28.19). E em Atos Pedro disse aos judeus que perguntaram o que deviam fazer: "... e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo" (At 2.38). Em conseqüência disso, o batismo é chamado, por alguns, de sinal de iniciação para o povo de Deus, visto que por ele os eleitos de Deus são consagrados a Deus.

2. Há um só batismo na igreja de Deus; e é suficiente ser uma só vez batizado ou consagrado a Deus. Pois o batismo, uma vez recebido, continua por toda a vida, e é o selo perpétuo da nossa adoção. Ser batizado em nome de Cristo é ser arrolado, incluído e recebido na aliança e na família, e assim na herança dos filhos de Deus, e nesta vida ser chamado segundo o nome de Deus, ou seja, ser chamado filho de Deus, ser purificado também da impureza dos pecados, e receber a multiforme graça de Deus para uma vida nova e pura. O batismo, portanto, retém na memória e renova o grande benefício que Deus dispensou à humanidade. Pois todos nascemos na impureza do pecado e somos filhos da ira. Mas Deus, que é rico em misericórdia, nos purifica gratuitamente dos nossos pecados pelo sangue do seu Filho, e, nele nos adota como seus filhos, e por uma santa aliança nos une a si mesmo e nos enriquece com inúmeros dons, para podermos viver uma nova vida. Todas essas coisas são seladas em nós pelo batismo. Interiormente, somos regenerados, purificados e renovados por Deus mediante o Espírito Santo; e exteriormente recebemos o selo dos maiores dons pela água, pela qual são também representados os maiores benefícios, e como que colocados diante dos nossos olhos para serem observados. Por isso, somos batizados, isto é, lavados ou aspergidos com a água visível. Pois a água lava as impurezas, revigora e acalma os corpos fracos e cansados. E a graça de Deus opera de modo semelhante na alma, e o faz de modo invisível e espiritual.

3. Além disso, pelo sacramento do batismo Deus também nos separa de todas as religiões e povos

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XXVIII. Do batismo

1. O Batismo é um sacramento do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo,[1] não só para solenemente admitir na igreja[2] a pessoa batizada, mas também para servir-lhe de sinal e selo do pacto da graça,[3] de sua união com Cristo,[4] da regeneração,[5] da remissão dos pecados[6] e também da sua consagração a Deus, por meio de Jesus Cristo, a fim de andar em novidade de vida.[7] Este sacramento, segundo a ordenação de Cristo, deve permanecer na sua igreja até o fim do mundo.[8]

[1] Mt 28.19
[2] 1Co 12.13
[3] Rm 4.11; Cl 2.11,12
[4] Gl 3.27; Rm 6.5
[5] Tt 3.5
[6] Mc 1.4
[7] Rm 8.3,4
[8] Mt 28.19,20

2. O elemento exterior usado nesse sacramento, é a água, com a qual um ministro do evangelho, legalmente ordenado, deve batizar o candidato em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo.[1]

[1] Mt 3.11; Jo 1.33; Mt 28.19,20

3. Não é necessário imergir na água o candidato, mas o batismo é corretamente administrado quando a água é despejada ou borrifada sobre a pessoa.[1]

[1] Hb 9.10,19-22; At 2.41; 16.33; Mc 7.4

4. Não só os que professam a sua fé em Cristo e obediência a ele,[1] mas também os filhos de pais crentes (ainda que só um deles o seja) devem ser batizados.[2]

[1] Mc 16.15,16; At 8.37,38
[2] Gn 17.7,9; Gl 3.9,14; Cl 2.11,12; At 2.38,39; Rm 4.11,12; 1Co 7.14; Mt 28.19; Mc 10.13-16; Lc 18.15

5. Ainda que seja grande pecado desprezar ou negligenciar essa ordenança,[1] contudo a graça e a salvação não se acham tão inseparavelmente ligadas a ela que sem ela ninguém possa ser regenerado e salvo,[2] ou que sejam indubitavelmente regenerados todos os que são batizados.[3]

[1] Lc 7.30; Êx 4.24-26
[2] Rm 4.11; At 10.2,4,22,31,45,47
[3] At 8.13,23

6. A eficácia do batismo não se limita ao momento em que é administrado;[1] contudo, pelo devido uso

P. 94: O que é batismo?

R.: O batismo é um sacramento no qual a lavagem com água em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo[1] significa e sela a nossa união com Cristo, a participação nas bênçãos do pacto da graça e a promessa de pertencermos ao Senhor.[2]

[1] Mt 28.19
[2] Rm 6.4; Gl 3.27

P. 95: A quem o batismo deve ser ministrado?

R.: O batismo não deve ser ministrado àqueles que estão fora da igreja visível enquanto eles não professarem sua fé em Cristo e obediência a ele,[1] mas os filhos daqueles que são membros da igreja visível devem ser batizados.[2]

[1] At 8.36,37; 2.38
[2] At 2.38,39; Gn 17.10; Cl 2.11,12; 1Co 7.14

P. 165: O que é o batismo?

R.: O batismo é o sacramento do Novo Testamento no qual Cristo ordenou a lavagem com água em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo,[1] para ser um sinal e um selo da nossa união com ele,[2] da remissão de pecados pelo seu sangue[3] e da regeneração pelo seu Espírito;[4] da adoção[5] e da ressurreição para a vida eterna;[6] e por ele os batizandos são solenemente admitidos à igreja visível[7] e entram num pacto público, professando pertencer inteira e unicamente ao Senhor.[8]

[1] Mt 28.19
[2] Gl 3.27
[3] Mc 1.4; Ap 1.5
[4] Tt 3.5; Ef 5.26
[5] Gl 3.26,27
[6] 1Co 15.29; Rm 6.5
[7] 1Co 12.13
[8] Rm 6.4

P. 166: A quem o batismo deve ser administrado?

R.: O batismo não deve ser administrado aos que estão fora da igreja visível, e assim estranhos aos pactos da promessa, enquanto não professarem a sua fé em Cristo e obediência a ele;[1] porém, as crianças, cujos pais, ou um só deles, professarem fé em Cristo e obediência a ele, estão, quanto a isso, dentro do pacto e devem ser batizadas.[2]

[1] At 8.36-38
[2] Gn 17.7,9; Gl 3.9,14; Cl 2.11,12; At 2.38,39; Rm 4.11,12; 1Co 7.14; Mt 28.19; Lc 18.15,16; Rm 11.16

P. 167: Como devemos aperfeiçoar o nosso batismo?

R.: O dever necessário, mas muito negligenciado, de aperfeiçoar o nosso batismo, deve ser cumprido por nós ao longo de toda a nossa vida, especialmente no tempo da tentação e quando assistimos à administração desse sacramento a outros,[1] por meio de séria e grata consideração da sua natureza e dos fins para os quais Cristo o instituiu, dos privilégios e benefícios conferidos e selados por ele e do voto solene que nele fizemos;[2] por meio de humilhação devida à nossa corrupção pecaminosa, às nossas faltas, e ao andarmos contrários à graça do batismo e aos nossos votos;[3] pela crescente certeza do perdão de pecados e de todas as demais bênçãos a nós seladas por esse sacramento;[4] por fortalecer-nos pela morte e ressurreição de Cristo, em cujo nome fomos batizados para mortificação do pecado e vivificação da graça[5] e por esforçar-nos a viver pela

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

na, mas pela aspersão com o precioso sangue do Filho de Deus,[5] que é o nosso Mar Vermelho, pelo qual devemos passar para escapar da tirania de Faraó, ou seja, o diabo, e para entrar na terra espiritual de Canaã.

Os ministros, por sua parte, nos administram somente o sacramento que é visível,[6] mas nosso Senhor nos concede o que o sacramento significa, ou seja, os dons invisíveis da graça. O Senhor lava a nossa alma, purificando-a e limpando-a de todas as impurezas e iniqüidades,[7] renovando o nosso coração, enchendo-o de toda a consolação, e nos dá a verdadeira certeza de sua bondade paternal. Ele nos reveste do novo homem, despindo-nos do velho homem com todas as suas obras.[8]

Portanto, cremos que todo homem que deseja ansiosamente obter a vida eterna, deve ser batizado só uma vez, com esse único batismo, sem jamais repeti-lo,[9] uma vez que não podemos nascer duas vezes. E porque esse batismo tem utilidade não somente no momento em que o recebemos, mas durante a vida inteira.[10]

Portanto, rejeitamos o erro dos anabatistas, que não se contentam com o batismo que uma vez receberam e que, além disso, condenam o batismo dos filhos pequenos dos crentes. Nós cremos, porém, que eles devem ser batizados e selados com o sinal da aliança,[11] assim como as crianças em Israel antigamente eram circuncidadas[12] com base nas mesmas promes-

R.: Na instituição do batismo, quando ele diz: "Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo",[1] e: "Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado".[2] Essa promessa se repete também onde a Escritura chama o batismo de "o lavar regenerador"[3] e de purificação dos pecados.[4]

[1] Mt 28.19
[2] Mc 16.16
[3] Tt 3.5
[4] At 22.16

P. 72: Então, é o batismo externo com água que faz a purificação dos pecados?

R.: Absolutamente, pois só o sangue de Jesus Cristo[1] e o Espírito Santo nos purificam de todos os pecados.[2]

[1] Mt 3.11; 1Pe 3.21
[2] 1Jo 1.7; 1Co 6.11

P. 73: Por que, então, o Espírito Santo chama o batismo "o lavar regenerador" e purificação dos pecados?

R.: É por motivo muito sério que Deus fala assim; ele nos quer ensinar que os nossos pecados são tirados pelo sangue e pelo Espírito de Cristo, assim como a sujeira do corpo é tirada pela água,[1] mas especialmente que, por meio desse divino sinal e penhor, ele nos assegura que somos lavados espiritualmente dos nossos pecados, tão certamente como o nosso corpo fica limpo com a água.[2]

[1] Ap 1.5; 1Co 6.11
[2] Mc 16.16; Gl 3.27

estranhos e nos consagra povo de sua propriedade exclusiva. Confessamos, portanto, a nossa fé quando somos batizados e sujeitamo-nos a Deus pela obediência, mortificação da carne e novidade de vida, e com isso nos alistamos na santa milícia de Cristo para lutar durante toda a nossa vida contra o mundo, Satanás e nossa própria carne. Ademais, somos batizados no corpo da igreja para, com todos os seus membros, poder de modo distinto, participar de uma só e da mesma religião e dos deveres mútuos.

4. Cremos que a mais perfeita forma de batismo é aquela pela qual Cristo foi batizado e pela qual os apóstolos batizaram. Tudo o que, portanto, pelo expediente do homem foi acrescentado posteriormente, e usado na igreja, não consideramos necessário à perfeição do batismo. Assim temos o exorcismo, o uso de velas acesas, o óleo, o sal, a saliva e outras coisas semelhantes como a idéia de que o batismo deve ser administrado duas vezes por ano com um grande número de cerimônias. Cremos que um só batismo da igreja foi santificado na primeira instituição realizada por Deus, e que ele é consagrado pela palavra, e também é eficaz ainda hoje, em virtude da primeira bênção de Deus.

5. Ensinamos que o batismo não deve ser administrado na igreja por mulheres nem por parteiras. Paulo afastou a mulher dos ofícios eclesiásticos; e o batismo pertence aos ofícios eclesiásticos.

6. Condenamos os anabatistas, que negam que as criancinhas recém-nascidas dos fiéis devam ser batizadas. Porém, segundo o ensino do evangelho, "dos tais é o reino de Deus" (Lc 18.16), e as mesmas se encontram na aliança de Deus (At 3.25). Por que, então, não deve o sinal da aliança de Deus ser conferido a elas? Por que não devem aqueles que são propriedade de Deus e estão na sua igreja ser consagrados pelo santo batismo? Condenamos os anabatistas em outras das suas doutrinas peculiares que sustentam em oposição à Palavra de Deus. Não somos, portanto, anabatistas e nada temos em comum com eles.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

dessa ordenança, a graça prometida é não somente oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo àqueles a quem ela pertence, adultos ou crianças, segundo o conselho da vontade de Deus, no seu tempo apropriado.[2]

[1] Jo 3.5,8
[2] Gl 3.27; Tt 3.5; Ef 5.25,26; At 2.38,41

7. O sacramento do batismo deve ser administrado uma só vez a uma mesma pessoa.[1]

[1] Tt 3.5

fé,[6] a ter a nossa conversação em santidade e retidão,[7] como convém àqueles que se renderam a Cristo,[8] e a andar em amor fraternal, como batizados pelo mesmo Espírito num só corpo.[9]

[1] Cl 2.11,12; Rm 6.4,6,11
[2] Rm 6.3-5
[3] 1Co 1.11-13; Rm 6.2,3
[4] Rm 4.11,12; 1Pe 3.21
[5] Rm 6.3-5
[6] Gl 3.26,27
[7] Rm 6.22
[8] At 2.38
[9] 1Co 12.13,25-27

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

sas que foram feitas a nossos filhos. E, na verdade, Cristo derramou o seu sangue para lavar igualmente os filhos dos fiéis e os adultos.[13] Portanto, elas devem receber o sinal e o sacramento da obra que Cristo fez para elas, como o Senhor, outrora, determinava na lei que as crianças participassem, pouco depois do seu nascimento, do sacramento, do sofrimento e da morte de Cristo, pela oferta de um cordeiro, que era um sacramento de Jesus Cristo.[14] Além disso, o batismo tem, para os nossos filhos, o mesmo efeito que a circuncisão tinha para o povo judeu. É por essa razão que o apóstolo Paulo chama ao batismo de "a circuncisão de Cristo".[15]

[1] Rm 10.4
[2] Cl 2.11; 1Pe 3.21; 1Co 10.2
[3] Mt 28.19
[4] 1Co 6.11; Tt 3.5; Hb 9.14; 1Jo 1.7; Ap 1.6
[5] Jo 19.34
[6] Mt 3.11; 1Co 3.5,7; Rm 6.3
[7] Ef 5.26; At 22.16; 1Pe 3.21
[8] Gl 3.27; 1Co 12.13; Ef 4.22-24
[9] Mc 16.16; Mt 28.19; Ef 4.5; Hb 6.2
[10] At 2.38; 8.16
[11] Mt 19.14; 1Co 7.14
[12] Gn 17.11,12
[13] Cl 2.11,12
[14] Jo 1.29; Ap 12.6
[15] Cl 2.11

P. 74: As crianças pequenas também devem ser batizadas?

R.: Sim, elas devem, porque as crianças, assim como os adultos, estão incluídas na aliança[1] e na igreja de Deus;[2] e, desde que a redenção do pecado[3] pelo sangue de Cristo e pelo Espírito Santo, o autor da fé, são prometidos a elas[4] não menos quanto aos adultos, elas devem, portanto, ser batizadas, também ser admitidas na Igreja Cristã e ser distinguidas dos filhos dos incrédulos,[5] como era feito no Antigo Testamento pela circuncisão,[6] em lugar da qual o batismo foi instituído na nova aliança.[7]

[1] 1Co 17.7; At 2.39
[2] 1Co 7.14; Jl 2.16
[3] Mt 19.14
[4] Lc 1.14,15; Sl 22.10; At 2.39
[5] At 10.47; 1Co 12.13; 1Co 7.14
[6] Gn 17.14
[7] Cl 2.11-13

A santa Ceia do Senhor

Artigo 35

A santa ceia de nosso Senhor Jesus Cristo

Cremos e confessamos que nosso Salvador Jesus Cristo ordenou e instituiu o sacramento da Ceia do Senhor,[1] a fim de alimentar e sustentar aqueles

P. 75: Como você é admoestado e assegurado, na Ceia do Senhor, de que você é um participante do único sacrifício de Cristo na cruz e de todos os seus benefícios?

R.: Do seguinte modo: Cristo me ordenou, assim

XXI. Da Ceia do Senhor

1. A Ceia do Senhor (também chamada mesa do Senhor e Eucaristia, ou seja, ação de graças) é em geral chamada de ceia porque foi instituída por Cristo em sua última ceia, e ainda a representa, e porque nela os fiéis são espiritualmente alimentados e nutridos. O autor da Ceia do Senhor não é nenhum anjo ou homem, mas o próprio Filho de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, que primeiro a consagrou para

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XXIX: Da Ceia do Senhor

1. Na noite em que foi traído, nosso Senhor Jesus instituiu o sacramento do seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor, para ser observado na sua igreja até o fim do mundo, como uma lembrança perpétua do sacrifício que na sua morte ele fez de si mesmo; para selar, aos verdadeiros crentes, todos os benefícios provenientes desse sacrifício para o seu nutrimento espiritual e cres-

P. 96: O que é a Ceia do Senhor?

R.: A Ceia do Senhor é um sacramento no qual, ao dar e receber o pão e o vinho, conforme a instituição de Cristo, é anunciada a sua morte; e aqueles que participam dignamente tornam-se,

P. 168: O que é a Ceia do Senhor?

R.: A Ceia do Senhor é o sacramento do Novo Testamento[1] no qual, ao dar e receber o pão e o vinho, de acordo com a instituição de Cristo, é anunciada a sua morte; e os que dignamente participam dela, alimentam-se do corpo e do sangue de Cristo para sua nutrição espiritual e crescimento na graça;[2] têm a sua união e comunhão com ele confirmadas;[3] testemunham e renovam a sua gratidão[4] e consagra-

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

que ele já regenerou e incorporou à sua família, que é a sua igreja.

Agora, aqueles que foram regenerados têm duas vidas;[2] uma é corporal e temporária, que eles trouxeram do seu primeiro nascimento, e é comum a todos os homens; a outra é espiritual e celestial, a qual lhes é dada no segundo nascimento,[3] que se realiza pela Palavra do evangelho,[4] na comunhão com o corpo de Cristo, e essa vida não é comum, mas peculiar aos eleitos de Deus.[5] Do mesmo modo, Deus nos deu, para a manutenção da vida corporal e terrestre o pão comum, terrestre, que todos recebem como recebem a própria vida. Porém, a fim de manter a vida espiritual e celestial que os crentes possuem, ele lhes enviou um "pão vivo que desceu do céu", isto é, Jesus Cristo,[6] que alimenta e mantém a vida espiritual dos crentes quando é comido, ou seja, aceito espiritualmente e recebido pela fé.[7]

Para que pudesse representar para nós esse pão espiritual e celestial, Cristo instituiu um pão terrestre e visível como sacramento do seu corpo e o vinho como sacramento do seu sangue,[8] para com eles nos assegurar de que, tão certo como recebemos o sacramento e o temos nas nossas mãos, e o comemos e bebemos com a nossa boca, para manter a nossa vida, também certamente recebemos na nossa alma pela fé (que é a mão e a boca da nossa alma) o verdadeiro corpo e o verdadeiro sangue de Cristo, nosso único Salvador, em nossa alma, para a manutenção da vida espiritual, que é a vida da alma.

como a todos os fiéis, comer do pão partido e beber do cálice, em sua memória, acrescentando estas promessas:[1] primeiro, que o seu corpo foi sacrificado e partido na cruz por mim, e o seu sangue derramado por mim, tão certamente quando eu vejo com os meus olhos que o pão do Senhor é partido para mim e o cálice me é dado; e mais, que ele alimenta a minha alma para a vida eterna com o seu corpo crucificado e o seu sangue derramado, de modo tão real quanto eu recebo das mãos do ministro e como com a minha boca o pão e bebo do cálice do Senhor, como sinais seguros do corpo e do sangue de Cristo.

[1] Mt 26.26-28; Mc 14.22-24; Lc 22.19,20; 1Co 10.16,17; 1Co 11.23-25

P. 76: O que significa comer o corpo crucificado de Cristo e beber seu sangue derramado?

R.: Significa não só aceitar com um coração crente todos os sofrimentos e a morte de Cristo, e assim receber o perdão pecados e a vida eterna,[1] mas também, além disso, tornar-se mais e mais unido ao seu corpo sagrado, por meio do Espírito Santo, que habita tanto em Cristo quanto em nós,[2] de modo que nós, embora Cristo esteja no céu[3] e nós na terra, somos, apesar disso, carne de sua carne, e osso de seu osso,[4] e que nós vivemos e somos governados para sempre pelo mesmo espírito, como os membros do corpo o são pela alma.[5]

a sua igreja. Essa consagração ou bênção ainda permanece entre todos quantos celebram não outra ceia, mas aquela mesma, que o Senhor instituiu e na qual recitam as palavras da Ceia do Senhor, e em tudo voltam o olhar com verdadeira fé para o único Cristo, e recebem, como de suas mãos, aquilo que recebem pelo ministério dos ministros da igreja.

2. Por este rito sagrado o Senhor deseja manter em viva lembrança a maior bênção que concedeu aos mortais, a saber, que pelo dom do seu corpo e pelo derramamento do seu sangue ele perdoou todos os nossos pecados e nos redimiu da morte eterna e do poder do diabo, e agora nos alimenta com a sua carne e nos dá a beber do seu sangue, os quais, recebidos espiritualmente com verdadeira fé, nos alimentam para a vida eterna. E essa bênção tão grande se renova tantas vezes quantas é celebrada a Ceia do Senhor. Eis o que disse o Senhor: "Fazei isto em memória de mim" (Lc 22.19).

3. Esta santa ceia sela, também, para nós, que o próprio corpo de Cristo foi verdadeiramente entregue por nós, e seu sangue vertido para remissão dos nossos pecados, a fim de que em nada a nossa fé venha a vacilar. E este sacramento é visivelmente representado para nós pelo ministrante e, exposto aos olhos para ser contemplado, aquilo que pelo Espírito Santo é concedido interiormente na alma de maneira invisível. O pão é exteriormente oferecido pelo ministro, e ouvem-se as palavras do Senhor: "Tomai, comei; este é o meu corpo"; e "Recebei e reparti entre vós. Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue" (Mt 26.26-28; Lc 22.17-20). Portanto, os fiéis recebem o que é dado pelo ministro do Senhor, e comem o pão do Senhor e bebem do cálice do Senhor. Ao mesmo tempo, pela obra de Cristo por meio do Espírito Santo, interiormente recebem também a carne e o sangue do Senhor e deles se alimentam para a vida eterna. Pois a carne e o sangue de Cristo são o verdadeiro alimento e a verdadeira bebida para a vida eterna; e o próprio Cristo, desde que foi entregue por nós e é nosso Salvador, é o principal elemento na ceia, e não permitimos que nenhuma outra coisa seja colocada no seu lugar.

4. Porém, para que se compreenda melhor e com clareza como a carne e o sangue de Cristo são o alimento e a bebida dos fiéis, e são recebidos pelos fiéis para a vida eterna, acrescentaríamos ainda:

5. Há mais de uma espécie de comer. (1) Há o comer *corporal*, pelo qual o alimento é posto pelo homem na boca, mastigado com os dentes e engolido e digerido. No passado, os cafarnauenses achavam que a carne do Senhor devia ser comida desse modo, mas as suas idéias são refutados pelo próprio Senhor Jesus (Jo 6.30-63). Desde que a carne de Cristo não pode ser comida corporalmente, sem

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

cimento nele, e seu compromisso de cumprir todos os seus deveres para com ele; e ser um vínculo e penhor de sua comunhão com ele e uns com os outros, como membros do seu corpo místico.[1]

[1] 1Co 11.23-26; 10.16,17,21; 12.13

2. Nesse sacramento, Cristo não é oferecido a seu Pai, nem de modo algum é feito um sacrifício para remissão dos pecados dos vivos ou dos mortos,[1] mas é feita uma comemoração daquele único sacrifício que ele fez de si mesmo na cruz, de uma vez por todas, e, por meio dele, uma oferta de todo o louvor a Deus;[3] assim, o chamado sacrifício papal da missa é sobremodo ofensivo ao único sacrifício de Cristo, o qual é a única propiciação por todos os pecados dos eleitos.[3]

[1] Hb 9.22,25,26,28
[2] 1Co 11.24-26; Mt 26.26,27
[3] Hb 7.23,24,27; 10.11,12,14,18

3. Nessa ordenança, o Senhor Jesus constituiu os seus ministros para declarar ao povo a sua palavra de instituição, orar, abençoar os elementos, o pão e o vinho, e assim separá-los do uso comum para um uso sagrado; para tomar e partir o pão, tomar o cálice (dele participando também) e dar ambos os elementos aos comungantes,[1] e tão-somente aos que se acharem presentes na congregação.[2]

[1] Mt 26.26-28; Mc 14.22-24; Lc 22.19,20; 1Co 11.23-26
[2] At 20.7; 1Co 11.20

4. A missa privada, ou a recepção desse sacramento por um só sacerdote ou por uma só pessoa,[1] bem como a negação do cálice ao povo,[2] a adoração dos elementos, a elevação ou procissão deles para serem adorados, e a sua conservação para qualquer uso religioso, são coisas contrárias à natureza desse sacramento e à instituição de Cristo.[3]

[1] 1Co 10.6
[2] Mc 14.23; 1Co 11.25-29
[3] Mt 15.9

5. Os elementos exteriores desse sacramento, devidamente consagrados aos usos ordenados por Cristo, têm tal relação com Cristo crucificado, que, em verdade, mas só sacramentalmente, são às vezes chamados pelos nomes das coisas que representam, ou seja, o corpo e o sangue de Cristo;[1] porém, em substância e natureza, conservam-se verdadeira e somente pão e vinho, como eram antes.[2]

[1] Mt 26.26-28
[2] 1Co 11.26-28; Mt 26.29

6. A doutrina que declara que ocorre uma transformação da substância no pão e no vinho para a

não de uma maneira corporal e carnal, mas pela fé, participantes do seu corpo e do seu sangue, com todas as suas bênçãos para o seu alimento espiritual e crescimento em graça.[1]

[1] 1Co 11.23-26; 1Co 10.16

P. 97: Qual é a exigência para participar dignamente da Ceia do Senhor?

R.: É exigido daqueles que desejam participar dignamente da Ceia do Senhor que se examinem sobre o seu conhecimento em discernir o corpo do Senhor,[1] sobre a sua fé para se alimentarem dele,[2] sobre o seu arrependimento,[3] amor[4] e nova obediência,[5] para não acontecer que, participando indignamente, comam e bebam para si a condenação.[6]

[1] 1Co 11.28,29
[2] 2Co 13.5
[3] 1Co 11.31
[4] 1Co 10.16,17
[5] 1Co 5.7,8
[6] 1Co 11.28,29

ção a Deus[5] e o seu mútuo amor, como membros do mesmo corpo místico.[6]

[1] Lc 22.20
[2] Mt 26.26-28; 1Co 11.23-26
[3] 1Co 10.16
[4] 1Co 11.25
[5] 1Co 10.14-16,21
[6] 1Co 10.17

P. 169: Como Cristo ordenou que o pão e o vinho fossem dados e recebidos no sacramento da Ceia do Senhor?

R.: Cristo ordenou que os ministros da Palavra, na administração desse sacramento, separassem o pão e o vinho do uso comum pela palavra da instituição, ações de graça e oração; que tomassem e partissem o pão e dessem, tanto este como o vinho, aos comungantes, os quais, pela mesma instituição, devem tomar e comer o pão e beber o vinho, em grata recordação de que o corpo de Cristo foi partido e dado, e o seu sangue derramado por eles.[1]

[1] 1Co 11.23,24; Mt 26.26-28; Mc 14.22-24; Lc 22.19,20

P. 170: Como se alimentam do corpo e do sangue de Cristo os que dignamente participam da Ceia do Senhor?

R.: Assim como o corpo e o sangue de Cristo não estão, nem corporal, nem carnalmente, presentes no pão, com o pão, ou debaixo do pão e do vinho na Ceia do Senhor,[1] mas, sim, espiritualmente na fé do comungante, assim também não de maneira menos verdadeira e real do que estão os mesmos elementos aos seus sentidos exteriores,[2] de modo que os que dignamente participam do sacramento da Ceia do Senhor nela se alimentam do corpo e do sangue de Cristo, não de uma maneira corporal e carnal, mas espiritual, contudo de modo verdadeiro e real,[3] visto que, pela fé, recebem e aplicam a si o Cristo crucificado e todos os benefícios da sua morte.[4]

[1] At 3.21
[2] Mt 26.26,28
[3] 1Co 11.24-29
[4] 1Co 10.16

P. 171: Como os que recebem o sacramento da Ceia do Senhor devem preparar-se para recebê-lo?

R.: Os que recebem este sacramento devem preparar-se para recebê-lo examinando-se a si mesmos[1] sobre se estão em Cristo;[2] a respeito dos seus pecados e necessidades;[3] da verdade e da medida do seu conhecimento,[4] fé,[5] arrependimento,[6] amor para com Deus e para com os irmãos;[7] da caridade para com todos os homens,[8] perdoando aos que lhes têm feito mal;[9] dos seus desejos de ter Cristo[10] e da sua nova obediência;[11] e pela renovação e exercício dessas graças[12] pela meditação séria[13] e pela oração fervorosa.[14]

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

dadeiro sangue de Cristo, nosso único Salvador, para manter a nossa vida espiritual.[9]

Ora, é certo e além de qualquer dúvida que Jesus Cristo não nos ordenou os seus sacramentos em vão, de modo que ele realiza em nós tudo o que nos apresenta por esses santos sinais, embora de maneira além da nossa compreensão, como também a ação do Espírito Santo é oculta e incompreensível. Entretanto, não nos enganamos dizendo que o que comemos e bebemos é o próprio corpo natural e o próprio sangue de Cristo.[10] Porém, o modo pelo qual os tomamos não é pela boca, mas espiritualmente, pela fé. Desse modo, então, Jesus Cristo permanece sentado à direita de Deus, seu Pai, no céu[11] e, contudo, ele se comunica conosco pela fé. Nessa ceia festiva e espiritual, Cristo nos faz participar de si mesmo com todas as suas riquezas e dons e nos deixa usufruir tanto de si mesmo como dos méritos do seu sofrimento e da sua morte,[12] alimentando, fortalecendo e consolando a nossa pobre alma desolada quando comemos de seu corpo, e a reanimando e renovando quando bebemos do seu sangue.[13]

E mais, embora os sacramentos estejam unidos com a realidade da qual são um sinal, nem todos recebem ambos; o ímpio recebe, sim, o sacramento para a sua condenação,[14] mas não recebe a verdade do sacramento, assim como Judas e Simão, o mago, ambos

[9] Jo 6.35,40,47,48,50,51,53,54
[10] Jo 6. 55,56
[11] At 3.21; At 1.9-11; 1Co 11.26
[12] Ef 5.29-32; 1Co 6.15,17,19; 1Jo 3.24
[13] Jo 6.56-58; Ef 4.15,16

P. 77: Onde Cristo prometeu alimentar e saciar os fiéis com seu corpo e seu sangue de modo tão real como eles comem do pão partido e bebem do cálice?

R.: Na instituição da ceia, que é expressa do seguinte modo: "...o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão; e, tendo dado graças, o partiu e disse: Isto é o meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de mim.[1] Por semelhante modo, depois de haver ceado, tomou também o cálice, dizendo: Este cálice é a nova aliança no meu sangue;[2] fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim. Porque, todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que ele venha".[3] Essa promessa é repetida pelo apóstolo Paulo, quando ele diz, "Porventura, o cálice da bênção que abençoamos não é comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos não é a comunhão do corpo de Cristo? Porque nós, embora muitos, somos unicamente um pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão".[4]

[1] 1Co 11.23; Mt 26.26; Mc 14.22; Lc 22.19
[2] Êx 24.8; Hb 9.20
[3] Êx 13.9; 1Co 11.26
[4] 1Co 10.16,17

grande iniqüidade e perversidade, assim ela não é alimento para o estômago, como todos os homens confessam. Desaprovamos, portanto, o cânon nos decretos do papa, *Ego Berengariust* (*De Consecrat, Dist.* 2). Nem os piedosos da antiguidade criam, nem nós cremos que o corpo de Cristo possa ser corporalmente e essencialmente comido pela boca.

6. (2) Há também um comer *espiritual* do corpo de Cristo; não que pensemos que, por isso, o próprio alimento se transforme em espírito, mas o corpo e o sangue do Senhor, embora permanecendo em sua própria essência e propriedade, nos são espiritualmente comunicados, certamente não de modo corporal, mas espiritual, pelo Espírito Santo, que aplica em nós e nos confere essas coisas que nos foram preparadas pelo sacrifício do corpo e do sangue do Senhor por nós, a saber, a remissão de pecados, o livramento e a vida eterna; de tal modo que Cristo vive em nós como nós vivemos nele, sendo que ele nos possibilita recebê-lo pela verdadeira fé para que possa tornar-se, para nós, esse alimento e bebida espirituais, isto é, a nossa vida. Assim como o alimento e a bebida corporal não só refazem e fortalecem o nosso corpo, mas também o mantém vivo, também a carne de Cristo, entregue por nós, e o seu sangue, vertido por nós, não só refazem e fortalecem a nossa alma, mas também a conserva viva, não na medida em que sejam corporalmente comidos e bebidos, mas na medida em que nos são comunicados espiritualmente pelo Espírito de Deus, como diz o Senhor: "O pão que eu darei pela vida do mundo, é a minha carne" (Jo 6.51), também é o espírito que dá vida: "a carne" (sem dúvida, corporalmente comida) "para nada aproveita; As palavras que eu vos tenho dito, são espírito e são vida" (Jo 6.63). E como devemos, pelo comer, receber alimento no nosso corpo para que ele atue em nós e prove a sua eficácia em nós (pois que ele de nada nos serve quando retido fora de nós), assim é necessário que recebamos Cristo pela fé, para que ele se torne nosso e viva em nós e nós nele, pois ele diz: "Eu sou o pão da vida; o que vem a mim jamais terá fome; e o que crê em mim, jamais terá sede" (Jo 6.35), e também: "Este é o pão que desce do céu, para que todo o que dele comer não pereça" (Jo 6.50).

7. De tudo isso, fica claro que por alimento espiritual não queremos dizer algum alimento imaginário que não se sabe bem o que seja, mas o próprio corpo do Senhor Jesus dado por nós, que entretanto é recebido pelos fiéis não de modo corpóreo, mas espiritualmente, pela fé. Nesta questão seguimos o ensino do próprio Salvador, Cristo o Senhor, segundo João, capítulo 6. E este comer da carne e beber do sangue do Senhor é tão necessário à salvação, que sem ele, nenhum homem pode ser salvo. Mas

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

substância do corpo e do sangue de Cristo (comumente chamada de transubstanciação), mediante a consagração por um sacerdote ou por qualquer outro meio, é contrária, não só às Escrituras, mas também ao senso comum e à razão; ela destrói a natureza do sacramento, e tem sido a causa de muitas superstições e até de crassa idolatria.[1]

[1] At 3.21; 1Co 11.24-26; Lc 24.6,39

7. Os que comungam dignamente, participando exteriormente dos elementos visíveis desse sacramento,[1] também recebem interiormente, pela fé, o Cristo crucificado e todos os benefícios da sua morte, e dele se alimentam, não carnal ou corporalmente, mas real, verdadeira e espiritualmente; não estando o corpo e o sangue de Cristo, corporal ou carnalmente nos elementos pão e vinho, nem com eles ou sob eles, mas, espiritual e realmente, presentes à fé dos crentes nessa ordenança, como estão os próprios elementos em relação aos seus sentidos corporais.[2]

[1] 1Co 11.28
[2] 1Co 10.16

8. Ainda que os ignorantes e os ímpios recebam os elementos visíveis deste sacramento, não recebem a coisa por eles significada, mas, pela sua indigna participação, tornam-se réus do corpo e do sangue do Senhor, para sua própria condenação. Portanto, eles, como são indignos de gozar da comunhão com o Senhor, são também indignos da sua mesa, e não podem, sem grande pecado contra Cristo, participar desses santos mistérios,[1] nem a eles serem admitidos enquanto permanecerem nesse estado.[2]

[1] 1Co 11.27-29; 2Co 6.14-16
[2] 1Co 5.6,7,13; 2Ts 3.6,14,15; Mt 7.6

[1] 1Co 11.28
[2] 2Co 13.5
[3] 1Co 5.7; Êx 12.15
[4] 1Co 11.29
[5] 1Co 13.5; Mt 26.28
[6] Zc 12.10; 1Co 11.31
[7] 1Co 10.16,17; At 2.46,47
[8] 1Co 5.8; 11.18,20
[9] Mt 5.23,24
[10] Is 55.1; Jo 7.37
[11] 1Co 5.7,8
[12] 1Co 11.25,26,28; Hb 10.21,22,24; Sl 26.6
[13] 1Co 11.24,25
[14] 2Cr 30.18,18; Mt 26.26

P. 172: Uma pessoa que duvida de que esteja em Cristo, ou de que esteja convenientemente preparada, deverá participar da Ceia do Senhor?

R.: Uma pessoa que duvida de que esteja em Cristo, ou de que esteja convenientemente preparada para participar da Ceia do Senhor, pode ter um verdadeiro interesse em Cristo, embora não tenha ainda a certeza disso;[1] porém, aos olhos de Deus o tem, se está devidamente tocada pelo receio da falta desse interesse[2] e sem fingimento deseja ser achada em Cristo[3] e apartar-se da iniqüidade.[4] Nesse caso (desde que as promessas são feitas, e esse sacramento é ordenado para o conforto até dos cristãos fracos e que estão em dúvida),[5] deve lamentar a sua incredulidade[6] e esforçar-se para ter as suas dúvidas dissipadas[7] e, assim fazendo, pode e deve participar da Ceia do Senhor para ficar mais fortalecida.[8]

[1] Is 1.10; 1Jo 5.13; Sl 88; 77.1-12; Jn 2.4,7
[2] Is 54.7-10; Mt 5.3,4; Sl 31.22; 73.13,22,23
[3] Fp 3.8,9; Sl 10.17; 42.1,2,5,11
[4] 2Tm 2.19; Is 50.10; Sl 66.18-20
[5] Is 40.11,29,31; Mt 11.28; 12.20; 26.28
[6] Mc 9.24
[7] At 2.37; 16.30
[8] Rm 4.11; 1Co 11.28

P. 173: Alguém que professa a fé e deseja participar da Ceia do Senhor pode ser excluído dela?

R.: Os que forem achados ignorantes ou cometerem escândalos, não obstante a sua profissão de fé e o desejo de participar da Ceia do Senhor, podem e devem ser excluídos desse sacramento, pelo poder que Cristo deixou à sua igreja,[1] até que recebam instrução ou manifestem correção de procedimento.[2]

[1] 1Co 11.27-31; Mt 7.6; 1Co 5; Jd 23; 1Tm 5.22
[2] 2Co 2.7

P. 174: O que é exigido dos que recebem o sacramento da ceia, na ocasião de em que ela é celebrada?

R.: É exigido, dos que recebem o sacramento da ceia que, durante a sua celebração, esperem em Deus, nessa ordenança, com toda a santa reverência

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

os quais receberam o sacramento, mas não a Cristo que por este é figurado, do qual só os crentes participam.

Finalmente, recebemos esse santo sacramento na congregação do povo de Deus com humildade e reverência,[15] mantendo entre nós uma santa lembrança da morte de Cristo, nosso Salvador, com ações de graças, fazendo a confissão da nossa fé e da religião cristã. Portanto, ninguém tem o direito de participar da mesa sem antes examinar-se da maneira certa para, enquanto comer e beber, não comer e beber juízo para si.[16] Em resumo, somos movidos, pelo uso desse santo sacramento, a um ardente amor para com Deus e nosso próximo.

Por essa razão, rejeitamos, como profanação dos sacramentos, todos os acréscimos e abomináveis invenções que o homem introduziu neles e misturou com eles. E declaramos que devemos nos contentar com a ordenação que Cristo e seus apóstolos nos ensinaram, e falar sobre os sacramentos do mesmo modo que eles falaram.

[1] Mt 26.26; Mc 14.22; Lc 22.19; 1Co 23-25
[2] Jo 3.6
[3] Jo 3.5
[4] Jo 5.23,25
[5] 1Jo 5.12; Jo 10.28
[6] Jo 6.32,33,51
[7] Jo 6.63
[8] Mc 6.26
[9] 1Co 10.16,17; Ef 3.17; Jo 6.35
[10] Jo 6.55,56; 1Co 10.16
[11] At 3,21; Mc 16.19; Mt 26.11
[12] Mt 26.26, etc.; Lc 22.19,20; 1Co 10.2-4
[13] Is 55.2; Rm 8.22,23
[14] 1Co 11.29; 2Co 6.14,15; 1Co 2.14
[15] At 2.42; 20.7
[16] 1Co 11.27,28

P. 78: Então, o pão e o vinho se transformam no próprio corpo e sangue de Cristo

R.: Absolutamente; assim como, no batismo, a água não se transforma no sangue de Cristo nem tira realmente os pecados, sendo apenas o sinal e a confirmação do que foi instituído por Deus,[1] na Ceia do Senhor, o pão não transforma no sangue real de Cristo,[2] embora pela conveniência e por causa das propriedades dos sacramentos,[3] seja chamado de corpo de Cristo.

[1] 1Co 10.1-4; 1Pe 3.21; Jo 6.35,62,63;
[2] 1Co 10.16, etc.; 1Co 11.20, etc.
[3] Gn 17.10,11,14; Êx 12.26,27,43,48; At 7.8; Mt 26.26; Mc 14.24

P. 79: Por que, então, Cristo chama o pão de seu corpo e o cálice de seu sangue ou de a nova aliança em seu sangue, e por que Paulo fala sobre "a comunhão do corpo e do sangue de Cristo"?

R.: É por motivo muito sério que Cristo fala desse modo, ou seja, não só para nos ensinar que assim como o pão e o vinho sustentam essa vida temporal, do mesmo modo o seu corpo crucificado e o seu sangue derramado são o verdadeiro alimento e bebida, pelos quais a nossa alma são alimentadas para a vida eterna;[1] mas, mais especialmente, por esses sinais visíveis ele quer nos assegurar que somos realmente participantes do seu corpo e do seu sangue (pela obra do Espírito Santo), tão certamente como recebemos com a nossa própria boca esses santos sinais em memória dele;[2]

este comer e beber, espiritualmente, ocorrem também à parte da Ceia do Senhor, sempre e onde quer que o homem creia em Cristo. A isso talvez se aplique a frase de Santo Agostinho: "Por que preparas os dentes e o estômago? Crê e terás comido".

8. (3.) Além do comer espiritual anterior, há também o comer *sacramental* do corpo do Senhor, pelo qual o crente participa não só espiritual e interiormente do verdadeiro corpo e sangue do Senhor, mas também, pela aproximação à mesa do Senhor, recebe externamente o sacramento visível do corpo e do sangue do Senhor. Sem dúvida alguma, já antes, quando creu, o crente recebeu o alimento que lhe dá a vida, e ainda o usufrui. Portanto, quando ele agora recebe o sacramento não é que não receba algo. Pois ele progride na comunicação contínua do corpo e do sangue do Senhor, e assim a sua fé se aviva e se desenvolve mais e mais, sendo revigorada pelo alimento espiritual. Enquanto vivemos, a nossa fé aumenta continuamente. Ora, aquele que, externamente, recebe o sacramento com verdadeira fé, não recebe apenas o sinal, mas também, como dissemos, desfruta a própria realidade. Além disso, ele obedece à instituição e ao mandamento do Senhor, e com mente alegre rende graças pela própria redenção e a da humanidade toda, realizando uma fiel comemoração da morte do Senhor, dando testemunho diante da igreja, de cujo corpo é membro. É assegurado também, aos que recebem o sacramento, que o corpo do Senhor Jesus foi dado e seu sangue derramado, não apenas pelos homens em geral, mas, particularmente por todo fiel comungante, para quem ele é alimento e bebida para a vida eterna.

9. Porém, aquele que se aproxima da sagrada mesa do Senhor sem fé, participa somente do sacramento e não recebe a essência do sacramento, da qual provém vida e salvação; e essas pessoas participam indignamente da mesa do Senhor. Ora, os que comem o pão e bebem o cálice do Senhor de modo não digno, tornam-se culpados do corpo e do sangue do Senhor comendo e bebendo para si mesmo condenação (1Co 11.26-29). Pelo fato de não se aproximarem com verdadeira fé, desonram a morte de Cristo e, conseqüentemente, comem e bebem condenação para si mesmos.

10. Nós, pois, não identificamos o corpo do Senhor e o seu sangue com o pão e o vinho a ponto de dizer que o próprio pão é o corpo de Cristo, exceto no sentido sacramental; ou que o corpo de Cristo está oculto corporeamente sob o pão, de modo que deve ser adorado sob a forma de pão; ou ainda que, quem quer que receba o sinal, recebe também a própria realidade. O corpo de Cristo está nos céus, à mão direita do Pai, e, portanto, o nosso coração deve elevar-se para o alto e não se fixar no pão, nem deve o Senhor ser adorado no pão. Contudo, o Senhor não

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Catecismo Maior de Westminster (cont.)

e atenção;[1] que, diligentemente, observem os elementos e os atos sacramentais;[2] que, atentamente, discirnam o corpo do Senhor[3] e, cheios de amor, meditem na sua morte e nos seus sofrimentos,[4] e, assim, sejam despertados a um exercício das suas graças;[5] que julguem a si mesmos[6] e se entristeçam pelo pecado;[7] que sintam fome e sede ardentes de Cristo,[8] e que se alimentem dele pela fé,[9] recebendo da sua plenitude,[10] confiando nos seus méritos,[11] regozijando-se no seu amor,[12] sendo gratos pela sua graça;[13] e que renovem o pacto que fizeram com Deus[14] e o amor a todos os crentes.[15]

[1] Lv 10.3; Hb 12.28; Sl 5.7; 1Co 11.17,26,27
[2] Êx 24.8; Mt 26.28.
[3] 1Co 11.29
[4] Lc 22.19
[5] 1Co 11.26; 10.3-5,11,14
[6] 1Co 11.31
[7] Zc 12.10
[8] Ap 22.17
[9] Jo 6.35
[10] Jo 1.16
[11] Fp 1.16
[12] Sl 63.4,5; 2Cr 30.21
[13] Sl 22.26
[14] Jr 50.5; Sl 50.5
[15] At 2.42

P. 175: Qual é o dever dos crentes depois de receberem o sacramento da Ceia do Senhor?

R.: O dever dos crentes, depois de receberem este sacramento, é de seriamente considerar como se portaram nele, e com que proveito;[1] se foram vivificados e confortados, devem bendizer a Deus por isso,[2] pedir a continuação do mesmo,[3] vigiar contra a reincidência no pecado,[4] cumprir os seus votos[5] e animar-se a assistir freqüentemente a esta ordenança;[6] se não acharem, porém, nenhum benefício, deverão refletir novamente, e com mais cuidado, sobre a sua preparação para esta ordenança[7] e sobre o comportamento que tiveram na ocasião, podendo, em uma e outra coisa, apoiar-se em Deus e na sua consciência, esperando com o tempo o fruto da sua participação;[8] se perceberem, porém, que nessas coisas foram remissos, deverão humilhar-se,[9] e para o futuro assistir a esta ordenança com mais cuidado e diligência.[10]

[1] Sl 28.7; 85.8; 1Co 11.17,30,31
[2] 2Cr 30.21-23,25,26; At 2.42,46,47
[3] Sl 36.10; Ct 3.4; 1Cr 29.18
[4] 1Co 10.3-5,12
[5] Sl 50.14
[6] 1Co 11.25,26; At 2.42,46
[7] Ct 5.1-6; Ec 5.1-6
[8] Sl 123.1,2; 42.5,8; 43.3-5
[9] 2Cr 30.18,19; Is 1.16,18
[10] 2Co 7.11; 1Cr 15.12-14

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

e que todo o seu sofrimento e sua obediência são nossos, tão certo como se nós mesmos tivéssemos sofrido e pago por nossos pecados a Deus.[3]

[1] Jo 6.51,55,56
[2] 1Co 10.16,17; 1Co 11.26-28; Ef 5.30
[3] Rm 5.9,18,19; Rm 8.4

P. 80: Que diferença há entre a Ceia do Senhor e a missa do papa?

R.: A Ceia do Senhor testifica para nós que temos completo perdão de todos os nossos pecados pelo único sacrifício de Jesus Cristo, que ele mesmo, uma única vez, realizou na cruz;[1] e também que, pelo Espírito Santo, somos incorporados a Cristo[2] que, de acordo coma a sua natureza humana não está agora na terra, mas no céu, à direita de Deus, seu Pai,[3] e lá ele deve ser adorado por nós.[4] A missa, porém, ensina que os vivos e os mortos não terão o perdão dos pecados por meio dos sofrimentos de Cristo, a menos que Cristo seja sacrificado diariamente por eles pelos sacerdotes; e também, que Cristo está corporalmente presente sob a forma do pão e do vinho e, por isso, ele deve ser adorado nesses elementos; de modo que a missa, então, no fundo, não é outra coisa senão a negação do único sacrifício e dos sofrimentos de Cristo e uma idolatria abominável.[5]

[1] Hb 7.27; Hb 9.12,26; Mt 26.28; Lc 22.19,20; 2Co 5.21
[2] 1Co 12.13
[3] Hb 1.3; Heb 8.1, etc.
[4] Jo 4.21-23; Cl 3.1; Fp 3.20; Lc 24.52,53; At 7.55
[5] Is 1.11,14; Mt 15.9; Cl 2.22,23; Jr 2.13

está ausente de sua igreja quando esta celebra a ceia. O sol, que está afastado de nós nos céus encontra-se, entretanto, efetivamente presente em nosso meio. Quanto mais o Sol da justiça, Cristo, embora estando ausente de nós nos céus, pelo seu corpo, também estará presente conosco, não de modo corporal, mas espiritualmente, pela sua operação vivificadora, como ele mesmo declarou, por ocasião da última ceia, que haveria de estar presente conosco (Jo 14, 15 e 16). Decorre daí que não temos uma Ceia sem Cristo, mas uma ceia mística e sem sangue, como foi universalmente chamada pela antiguidade.

11. Além do mais, na celebração da Ceia do Senhor, somos admoestados a estar conscientes do corpo do qual nos tornamos membros, e portanto, a ser uma só mente com todos os irmãos, a viver uma vida santa e a não nos corrompermos com a iniqüidade e com religiões estranhas, mas, perseverando na verdadeira fé até o fim da vida, esforçarmo-nos para alcançar a excelência da santidade de vida. Convém, portanto, que tendo de participar da ceia, primeiro examinemo-nos a nós mesmos, conforme o mandamento do apóstolo, especialmente quanto à fé que temos, se cremos que Cristo veio para salvar os pecadores e chamá-los ao arrependimento, e se cremos que pertencemos ao número dos que foram libertados e salvos por Cristo, e se estamos resolvidos a mudar a nossa vida ímpia, a fim de levarmos uma vida santa e, com o auxílio do Senhor, a perseverar na verdadeira religião e na harmonia com os irmãos, e a render graças devidas a Deus pelo seu livramento.

12. Julgamos que o rito, a maneira ou forma da ceia mais simples e excelente seja aquela que mais se aproxime da primeira instituição do Senhor e da doutrina dos apóstolos. Consiste na proclamação da Palavra de Deus, em orações piedosas, conforme o Senhor Jesus fazia, e repetindo como ele, comendo do corpo do Senhor e bebendo de seu sangue, relembrando a morte do Senhor em fiel ação de graças e santa participação na união do corpo da igreja.

13. Desaprovamos, pois, os que têm privado os fiéis de um dos elementos do sacramento, ou seja, do cálice do Senhor. Estes pecam seriamente contra a ordem do Senhor que diz: "Bebei dele todos" (Mt 26.27), o que ele não disse de modo tão direto a respeito do pão.

14. Não estamos discutindo, agora, que espécie de missa existiu outrora entre os antigos, se tolerável ou não. Porém, declaramos abertamente que a missa agora utilizada em toda a Igreja Romana foi abolida das nossas igrejas por muitas e boas razões, as quais, para sermos breve, não enumeramos agora detalhadamente. Não poderíamos aprovar a mudança de uma ação correta para um espetáculo inútil,

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

Catecismo de Heidelberg (cont.)

P. 81: Quem deve vir à santa ceia?

R.: Aqueles que se aborrecem de si mesmos por causa dos seus pecados,[1] mas confiam que estes lhes foram perdoados por amor de Cristo e que, também, as demais fraquezas são cobertas por seu sofrimento e sua morte;[2] e que desejam, cada vez mais, fortalecer a fé e corrigir-se na vida.[3] Mas os pecadores impenitentes e os hipócritas comem e bebem para sua própria condenação.[4]

[1] Mt 5.3,6; Lc 7.37,38; 15.18,19
[2] Sl 103.3
[3] Sl 116.12-14; 1Pe 2.11,12
[4] 1Co 10.20, etc. 1Co 11.28, etc; Tt 1.16; Sl 50.15,16

P. 82: Podem vir a essa ceia também aqueles que, por sua confissão e vida, se mostram incrédulos e ímpios?

R.: Não, porque assim é profanada a aliança de Deus e é provocada sua ira sobre toda a congregação.[1] Por isso, a Igreja Cristã tem a obrigação, conforme o mandamento de Cristo e de seus apóstolos, de excluir tais pessoas[2] pelas chaves do reino dos céus, até que demonstrem arrependimento.

[1] 1Co 10.21; 11.30,31; Is 1.11,13; Jr 7.21; Sl 50.16,22
[2] Mt 18.17,18

visando alcançar mérito, e celebrado por um preço. Nem poderíamos aprovar a afirmação de que na mesma, o sacerdote efetua o próprio corpo do Senhor e realmente o oferece pela remissão dos pecados dos vivos e dos mortos, e ainda para a honra, o culto e a reverência dos santos no céu (e para o alívio das almas no purgatório).

As autoridades civis

Artigo 36

Os magistrados

Cremos que o nosso bom Deus, por causa da perversidade do gênero humano, constituiu reis, príncipes e magistrados,[1] desejando que o mundo fosse governado por certas leis e códigos, para que a indisciplina dos homens seja contida e tudo ocorra entre eles em boa ordem e decência. Para esse fim, ele investiu as autoridades com a espada *para castigar os*

P. 101: Mas não podemos nós, de modo piedoso, fazer juramento em nome de Deus?

R.: Sim, podemos, quando as autoridades o exigirem ou quando for preciso para manter e promover a fidelidade e a verdade, para a glória de Deus e a segurança do próximo,[1] pois esse tipo de juramento está fundamentado na Palavra de Deus,[2] e era praticado, com razão, pelos santos tanto do Antigo quanto do Novo Testamento.[3]

XXX. Da magistratura

1. A magistratura em todas as suas formas foi instituída pelo próprio Deus para a paz e a tranqüilidade do gênero humano, devendo pois, ter o lugar mais importante no mundo. Se o magistrado for inimigo da igreja, ele poderá entravar a sua ação e perturbá-la muito; porém, sendo amigo ou membro da igreja, torna-se o mais útil e excelente dentre os seus membros, podendo ajudá-la muito e dar-lhe assistência melhor do que todos os demais.

2. O principal dever do magistrado é garantir e preservar a paz e a tranqüilidade pública que, sem dúvida, ele nunca realizará com tanto sucesso como quando é de fato temente a Deus e religioso. Quer dizer, quando segundo o exemplo dos mais santos reis e príncipes do povo do Senhor, o magistrado promove a pregação da verdade e a fé sincera, extir-

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XXIII. Do magistrado civil

1. Deus, o Senhor supremo e rei de todo o mundo, para a sua glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis, que lhe são sujeitos, e para esse fim os armou com o poder da espada para defender e incentivar os bons e castigar os malfeitores.[1]

[1] Rm 13.1-4; 1Pe 2.13,14

2. Ao cristão é lícito aceitar e exercer o ofício de magistrado, quando para ele chamado;[1] e na sua administração, como deve especialmente manter a piedade, a justiça e a paz, segundo as leis salutares de cada Estado,[2] ele, sob a dispensação do Novo Testamento, e para conseguir esse fim, pode licitamente fazer guerra quando houver ocasiões justas e necessárias.[3]

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

malfeitores e proteger os que fazem o bem. E o ofício não é apenas cuidar da ordem pública e zelar por ela, mas também proteger o santo ministério da igreja, e assim eliminar e evitar toda idolatria e cultos falsos,[2] para que o reino do anti-Cristo possa ser assim destruído, e o reino de Cristo promovido. Eles devem, portanto, apoiar a pregação da palavra do evangelho em todo lugar, para que Deus seja honrado e servido por todos, como ele ordena na sua Palavra.

Ademais, cada um, em qualquer posição que esteja, tem a obrigação de submeter-se aos magistrados,[3] pagar impostos,[4] render-lhes honra e respeito, obedecer a eles em tudo o que não contrarie a Palavra de Deus,[5] e orar em favor deles para que Deus os oriente em todos os seus caminhos, "para que vivamos vida tranqüila e mansa, com toda piedade e respeito".[6]

Quanto a isso, rejeitamos os anabatistas e outros revolucionários, e em geral todos os que se opõem às autoridades e aos magistrados, e que querem subverter a justiça,[7] introduzir a comunhão de bens e abalar a decência e a boa ordem que Deus estabeleceu entre as pessoas.[8]

[1] Êx 18.20, etc.; Rm 13.1; Pv 8.15; Jr 21.12; 22.2,3; Sl 82.1-6; 101.2; Dt 1.15,16; 16.18; 17.15; Dn 2.21,37; 5.18
[2] Is 49.23,25; 1Rs 15.12; 2Rs 23.2-4
[3] Tt 3.1; Rm 13.1
[4] Mc 12.17; Mt 17.24
[5] At 4.17-19; 5.29; Os 5.11
[6] Jr 29.7; 1Tm 2.1,2
[7] 2Pe 2.10
[8] Jd 8,10

[1] Êx 22.11; Ne 13.25
[2] Dt 6.13; Hb 6.16
[3] Gn 21.24; Js 9.15,19; 1Sm 24.22; 2Co 1.23; Rm 1.9

P. 104: O que Deus exige no quinto mandamento?

R.: Que devo prestar toda honra, amor e fidelidade ao meu pai, à minha mãe e a todos aqueles que têm autoridade sobre mim; que eu devo submeter-me à boa instrução e disciplina deles com a devida obediência;[1] e também pacientemente suportar os seus defeitos e as suas fraquezas,[2] porque Deus se agrada em nos governar pelas mãos deles.[3]

[1] Ef 6.1,2, etc.; Cl 3.18,20; Ef 5.22; Rm 1.31
[2] Pv 23.22
[3] Ef 6.5,6; Cl 3.19,21; Rm 13.1-8; Mt 22.21

P. 105: O que Deus exige no sexto mandamento?

R.: Que eu não devo desonrar, odiar, ferir ou matar o meu próximo, seja eu pessoalmente, ou por meio de outros,[1] mas que devo abandonar todo desejo de vingança;[2] e também que eu não fira a mim mesmo, e nem deliberadamente me exponha a qualquer perigo.[3] Para isso, as autoridades dispõem de armas para evitar homicídios.[4]

[1] Mt 5.21,22; Pv 12.18; Mt 26.52
[2] Ef 4.26; Rm 12.19; Mt 5.39,40
[3] Mt 4.5-7; Cl 2.23
[4] Gn 9.6; Mt 26.52; Rm 13.4

pa as mentiras e toda a superstição, juntamente com toda impiedade e idolatria, e defende a igreja de Deus. Certamente, ensinamos que o cuidado da religião pertence principalmente ao santo magistrado.

3. Assim, quando tomar, pois, nas suas mãos a Palavra de Deus, cuide para que não se ensine nada contrário à mesma. Governe também o povo, que lhe foi confiado por Deus, por meio de boas leis, elaboradas segundo a Palavra de Deus, conservando-o na disciplina, no dever e na obediência. Que ele exerça o seu ofício de magistrado, julgando com justiça. Que ele não faça acepção de pessoas, nem aceite subornos. Que ele proteja as viúvas, os órfãos e os aflitos. Quer use a sua autoridade para punir os criminosos e até bani-los, bem como aos impostores, pois não é sem motivo que ele traz a espada (Rm 13.4). Portanto, que ele desembainhe a espada de Deus contra todos os malfeitores, sediciosos, ladrões, homicidas, opressores, blasfemadores, perjuros e contra todos aqueles a quem Deus lhe ordenou punir e mesmo executar. Que ele reprima os hereges incorrigíveis (verdadeiramente heréticos), que não cessam de blasfemar contra a majestade de Deus, e de perturbar e até mesmo destruir a igreja de Deus.

4. E, se for necessário preservar a segurança do povo com a guerra, que o magistrado o faça em nome de Deus, desde que tenha primeiramente procurado por todos os meios possíveis fazer a paz, não podendo, pois, salvar o seu povo a não ser pela guerra. Quando o magistrado pratica essas coisas pela fé, ele serve a Deus por meio das obras que são verdadeiramente boas, e recebe a bênção do Senhor.

5. Condenamos os anabatistas que, por negarem que o cristão exerça o ofício de magistrado, negam também que o homem possa ser, com justiça, condenado à morte pelo magistrado, ou que este possa declarar guerra, ou que se prestem juramentos ao magistrado, e coisas semelhantes.

6. Assim como Deus efetua a segurança do seu povo por intermédio do magistrado, a quem deu ao mundo para ser como uma espécie de pai, assim ordena a todos os súditos que reconheçam esse benefício de Deus no magistrado. Que os súditos, pois, honrem e respeitem o magistrado como ministro de Deus, que o estimem, colaborem com ele, orem por ele como por um pai e obedeçam às suas decisões justas e legítimas. Finalmente, que paguem fiel e prontamente todos os impostos e taxas e todos os demais direitos. E se a segurança pública do país e a justiça exigirem, e magistrado porventura se sinta obrigado a fazer guerra, dêem até a própria vida e derramem o seu sangue pela segurança pública e pela do magistrado. E o façam em nome de Deus, espontaneamente, com bravura e alegria, pois quem se opõe ao magistrado provoca contra si mesmo a severa ira de Deus.

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

[1] Pv 8.15,16; Rm 13.1-4
[2] Sl 2.10-12; 1Tm 2.2; Sl 82.3,4; 2Sm 23.3; 1Pe 2.13
[3] Lc 3.14; Rm 13.4; Mt 8.9,10; At 10.1,2; Ap 17.14,16

3. Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da Palavra e dos Sacramentos, ou o poder das chaves do reino do céu;[1] contudo, eles têm autoridade, e é obrigação deles observar que a unidade e a paz sejam preservadas na igreja; que a verdade de Deus seja mantida pura e intacta; que todas as blasfêmias e heresias sejam suprimidas; todas as corrupções e abusos no culto e na disciplina evitados ou reformados; e todas as ordenanças de Deus sejam devidamente estabelecidas, administradas e observadas.[2] Para a melhor execução dessas coisas, eles têm o poder de convocar sínodos, de participarem deles e verificar que o que quer que seja decidido neles esteja de acordo com a mente de Deus.[3]

[1] 2 Cr 26.18; Mt 18.17; 16.19; 1Co 12.28,29; Ef 4.11,12; 1Co 4.1,2; Rm 10.15; Hb 5.4
[2] Is 49.23; Sl 122.9; Ed 7.23,25-28; Lv 24.16; Dt 13.5,6,12; 2Rs 18.4; 1Cr 13.1-9; 2Rs 24.1-26; 2Cr 34.33; 15.12,13
[3] 2Cr 19.8-11; 2Cr 29; 30; Mt 2.4,5

4. É dever do povo orar pelos magistrados,[1] honrar a pessoa deles,[2] pagar-lhes tributos e outros impostos,[3] obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se à sua autoridade, e tudo isso por amor da consciência.[4] Infidelidade ou indiferença quanto à religião não anula a justa e legal autoridade do magistrado, nem absolve o povo da obediência que lhe deve,[5] da qual não estão isentos os clérigos.[6] O papa não tem nenhum poder ou jurisdição sobre os magistrados dentro dos domínios deles, ou sobre qualquer pessoa do seu povo; e muito menos tem ele o poder de privá-los dos seus domínios ou vida, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto.[7]

[1] 1Tm 2.1,2
[2] 1Pe 2.17
[3] Rm 13.6,7
[4] Rm 13.5; Tt 3.1
[5] 1Pe 2.13,14,16
[6] Rm 13.1; 1Rs 2.35; At 25.9-11; 2Pe 2.1,10,11; Jd 8-11
[7] 2Ts 2.4; Ap 13.15-17

XXXI: Dos Sínodos e Concílios

2. Como magistrados, podem convocar de acordo com a lei um sínodo de ministros e de outras pessoas capazes para consultar e aconselhar questões referentes à fé,[1] se estes magistrados forem inimigos abertos da igreja; os ministros de Cristo, em função de seu oficio, ou juntamente com outras pessoas capazes designadas por suas igrejas, podem se reunir em tais assembléias.[2]

[1] Is 49.23; 1Tm 2.1,2; 2Cr 19.8-11; 29.1-36; 30.1-27; Ml 2.4,5; Pv 11.14.
[2] At 15.2,4,22,23,25

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
		7. Condenamos, portanto, todos quantos desprezam o magistrado – os rebeldes, os inimigos do Estado, os vilões sediciosos, enfim, todos os que de modo aberto ou secreto se recusam a cumprir qualquer das obrigações que lhes competem. *Conclusão:* Oramos a Deus, nosso mui misericordioso Pai do Céu, para que abençoe os governantes, a nós e a todo o seu povo, mediante Jesus Cristo, nosso único Senhor e Salvador, a quem seja o louvor e a glória, e as ações de graças, para todo o sempre. Amém.	

O celibato, o casamento, o divórcio e a vida familiar

		XXIX. Do celibato, do casamento e da administração dos negócios domésticos 1. Os que receberam dos céus o dom do celibato, de modo que, de coração ou de toda a alma, podem ser puros e continentes e não são levados pelos ardores da luxúria, sirvam ao Senhor nessa vocação, enquanto se sentirem dotados do dom divino. E não se julguem melhores do que os outros, mas sirvam ao Senhor continuamente em simplicidade e humildade. Estes estão mais aptos para lidar com as coisas divinas do que aqueles que se distraem com os interesses particulares de uma família. Porém, no caso de ser-lhes retirado o dom, e sentirem um durável ardor, lembrem-se das palavras do apóstolo: "É melhor casar do que viver abrasado" (1Co 7.9). 2. O casamento (que é o remédio da incontinência e é própria continência) foi instituído pelo próprio Senhor Deus, que o abençoou da maneira mais generosa e desejou que o homem e a mulher se unissem um ao outro inseparavelmente e vivessem juntos em completo amor e concórdia (Gn 2.24; Mt 14.3,4). Sobre isso sabemos o que disse o apóstolo: "Digno de honra entre todos seja o matrimônio, bem como o leito sem mácula" (Hb 13.4). E outra vez: "Se a virgem se casar, por isso não peca" (1Co 7.28). Portanto, condenamos a poligamia e os que	

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
5. Os sínodos e concílios não devem discutir, nem determinar coisa alguma que não seja eclesiástica, não devem se intrometer nos negócios civis do Estado, a não ser por humilde petição em casos extraordinários ou com o objetivo de aconselhar para satisfazer a consciência, se o magistrado civil[1] assim o solicitar. [1] Lc 12.13,14; Jo 18.36		

XXIV: Do casamento e do divórcio

1. O casamento deve ser entre um homem e uma mulher; ao homem não é lícito ter mais de uma mulher, nem à mulher mais de um marido, ao mesmo tempo.[1]

[1] Gn 2.24; Mt 19.5,6; Pv 2.17

2. O casamento foi ordenado para o auxílio mútuo de marido e mulher,[1] para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima, e da igreja por uma semente santa,[2] bem como para evitar-se a impureza.[3]

[1] Gn 2.18
[2] Mt 2.15
[3] 1Co 7.2,9

3. A todos os que são capazes de dar um consentimento ajuizado, é lícito casar.[1] No entanto, é dever dos cristãos casar somente no Senhor.[2] Portanto, os que professam a verdadeira religião reformada não devem casar-se com infiéis, papistas ou outros idólatras; nem devem os piedosos prender-se desigualmente pelo jugo do casamento aos que são notoriamente ímpios em sua vida, ou que mantêm heresias perniciosas.[3]

[1] Hb 13.4; 1Tm 4.3; 1Co 7.36-38; Gn 24.57,58
[2] 1Co 7.39

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
		condenam o segundo casamento. Ensinamos que o casamento deve ser contraído legalmente no temor do Senhor, e não vá de encontro às leis, que proíbem certos graus de consangüinidade, a fim de que o casamento não seja incestuoso. O casamento deve ser feito com o consentimento dos pais, ou dos que estão no lugar dos pais, e acima de tudo para o fim para o qual o Senhor instituiu o casamento. Além disso, devem se conservar santos, com a máxima fidelidade, piedade, amor e pureza dos que se uniram. Portanto, evitem-se as discussões, as dissensões, a lascívia e o adultério. Devem estabelecer-se cortes legais na igreja, tendo juizes santos que possam cuidar dos casamentos, reprimir a impureza e a imprudência, diante dos quais se resolvam os conflitos matrimoniais. 3. Os filhos devem ser criados pelos pais no temor do Senhor, e devem os pais prover o sustento dos seus filhos, lembrando-se do que disse o apóstolo: "Ora, se alguém não tem cuidado dos seus e especialmente dos de sua própria casa, tem negado a fé, e é pior do que o descrente" (1Tm 5.8). Porém, eles devem principalmente ensinar a seus filhos para que tenham uma carreira ou profissão honesta com a qual possam se manter. Devem conservá-los afastados da ociosidade, e em tudo inculcar neles a verdadeira fé em Deus, a fim de que, pela falta de confiança ou demasiada segurança ou pela feia avareza, não venham a se tornar dissolutos e a fracassar na vida. 4. Aliás, é bem certo que as obras praticadas pelos pais com verdadeira fé, mediante os deveres domésticos do casamento e a administração de sua casa, são, aos olhos de Deus, santas e verdadeiramente boas obras. Não são menos agradáveis a Deus do que as orações, os jejuns e as obras de beneficência. Desse modo, o apóstolo ensinou nas suas epístolas, especialmente nas dirigidas a Timóteo e a Tito. E com o mesmo apóstolo, nós consideramos como um dos "ensinos de demônios" (1Tm 4.1) a doutrina dos que proíbem o casamento e abertamente o criticam ou indiretamente o desacreditam, como se não fosse santo e puro. 5. Abominamos também a vida impura dos solteiros, a lascívia secreta ou às claras, e a fornicação dos hipócritas, que simulam continência, sendo os mais incontinentes de todos. A todos estes Deus julgará. Não desaprovamos a riqueza, nem desconsideramos os ricos, quando são piedosos e fazem bom uso delas. Porém, rejeitamos a seita dos apostólicos, etc.	

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

[3] Gn 34.14; Êx 34.16; Dt 7.3,4; 1Rs 11.4; Ne 13.25-27; Ml 2.11,12; 2Co 6.14

4. Não devem casar-se as pessoas entre as quais existam graus de consangüinidade ou afinidade proibidos na Palavra de Deus;[1] e nem poderão esses casamentos incestuosos tornar-se lícitos pelas leis humanas ou pelo consentimento das partes, de modo a poderem coabitar como marido e mulher.[2]

[1] Lv 18; 1Co 5.1; Am 2.7
[2] Mc 6.18; Lv 18.24-28

5. O adultério ou a fornicação, cometidos depois de um contrato, quando descoberto antes do casamento, dá à parte inocente motivo justo para dissolver o contrato.[1] No caso de adultério depois do casamento, à parte inocente é lícito propor divórcio,[2] e, depois de obter o divórcio, casar com outra pessoa, como se a parte infiel estivesse morta.[3]

[1] Mt 1.18-20
[2] Mt 5.31,32
[3] Mt 19.9; Rm 7.2,3

6. Embora a corrupção do homem seja tal que o incline a procurar argumentos a fim de indevidamente separar aqueles que Deus uniu em casamento, contudo, só é causa suficiente para dissolver os laços do casamento o adultério, ou uma deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela igreja nem pelo magistrado civil.[1] Para a dissolução do casamento é necessário haver um processo público e regular, não se devendo deixar ao arbítrio e discrição das partes a decisão do seu próprio caso.[2]

[1] Mt 19.8,9; 1Co 7.15; Mt 19.6
[2] Dt 24.1-4

Escatologia:
A doutrina das últimas coisas

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

A ressurreição dos mortos

Artigo 37

O juízo final

Todos os mortos serão levantados da terra, e a alma deles se juntará ao seu respectivo corpo no qual antes viviam.[1] Quanto àqueles que estarão vivos, eles não morrerão como os outros, mas serão transformados num piscar de olhos, e de corruptíveis passarão a incorruptíveis.[2]

[1] Jo 5.28,29; 6.54; Dn 12.2; Jó 19.26,27
[2] 1Co 15.51-53

P.57: Que consolo traz a você "a ressurreição do corpo"?

R.: Que, depois desta vida, não só a minha alma será imediatamente levada para Cristo, seu cabeça,[1] mas também, que o meu corpo, ao ser ressuscitado pelo poder de Cristo, deverá ser unido novamente à minha alma, e se tornará semelhante ao corpo glorioso de Cristo.[2]

[1] Lc 23.43; Fp 1.23
[2] 1Co 15.53; Jó 19.25,26

XXVI. Do sepultamento dos fiéis e do cuidado que se deve ter com os mortos, do purgatório e da aparição de espíritos

1. Uma vez que o corpo dos crentes é o templo do Espírito Santo, e que cremos que será seguramente ressuscitado no último dia, as Escrituras ordenam que ele seja entregue à terra, honrosamente e sem superstição, e também que se façam referências honrosas aos santos que morreram no Senhor, bem como se cumpram todos os deveres de piedade familiar para com suas viúvas e órfãos. Não ensinamos que se tenha qualquer outro cuidado com os mortos. Portanto, enfatizamos que desaprovamos os cínicos, que negligenciavam os corpos dos mortos e de modo descuidado e desrespeitoso lançavam-nos à terra, sem nunca pronunciar uma boa palavra acerca do falecido, nem se preocupar com os seus que ficaram.

2. Por outro lado, não aprovamos aqueles que se preocupam excessiva e indevidamente com os mortos; que, à semelhança dos pagãos, lamentam os seus mortos (embora não censuremos o luto moderado, que o apóstolo permite [1Ts 4.13], desde que não é natural não se entristecer) e que oferecem sacrifícios pelos mortos, murmuram certas orações, não sem paramento, com o fim de, por meio de tais cerimônias, libertar os entes queridos dos tormentos em que foram imersos pela morte, e pensam ser capazes assim de libertá-los por meio de tais cantigas.

3. Cremos que os fiéis, depois da morte do corpo, vão diretamente para Cristo e, portanto, não há necessidade de sufrágios nem orações dos vivos pelos mortos, nem dos seus ofícios. Igualmente, cremos que os incrédulos são imediatamente lançados no inferno, do qual não há saída possível para os ímpios por quaisquer ofícios dos vivos.

4. O que alguns ensinam a respeito do fogo do purgatório se opõe à fé cristã, a saber, "creio no perdão de pecados e na vida eterna", e à perfeita purificação mediante Cristo, bem como a estas palavras de Cristo, nosso Senhor: "Em verdade, em verdade vos digo: quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou tem a vida eterna, não entra em juízo, mas passou da morte para a vida" (Jo 5.24). E mais adiante: "Quem já se banhou não necessita de lavar senão os pés; quanto ao mais está todo limpo" (Jo 13.10).

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)

XXXII: Do estado do homem depois da morte e da ressurreição dos mortos

1. O corpo dos homens, depois da morte, volta ao pó e vê a corrupção,[1] mas a alma deles (que nem morre nem dorme), por ter uma substância imortal, volta imediatamente para Deus que a deu.[2] A alma dos justos, sendo então aperfeiçoada em santidade, é recebida no mais alto dos céus, onde contempla a face de Deus em luz e glória, enquanto espera a plena redenção do corpo;[3] a alma dos ímpios é lançada no inferno, onde ficará em tormentos e em trevas espessas, reservada para o juízo do grande dia final.[4] Além desses dois lugares destinados às almas separadas dos seus respectivos corpos, as Escrituras não reconhecem nenhum outro.

[1] Gn 3.19; At 13.36
[2] Lc 23.43; Ec 12.7
[3] Hb 12.23; 2Co 5.1,6,8; Fp 1.23; At 3.21; Ef 4.10
[4] Lc 16.23,24; At 1.25; Jd 6,7; 1Pe 3.19

2. No último dia, os que estiverem vivos não morrerão, mas serão transformados;[1] todos os mortos serão ressuscitados com o seu próprio corpo e não outro (embora com qualidades diferentes), e ficarão unidos à sua alma para sempre.[2]

[1] 1Ts 4.17; 1Co 15.51,52
[2] Jó 19.26,27; 1Co 15.42-44

3. O corpo dos injustos será, pelo poder de Cristo, ressuscitado para a desonra; o corpo dos justos será, pelo seu Espírito, ressuscitado para a honra e para ser semelhante ao próprio corpo glorioso dele.[1]

[1] At 24.15; Jo 5.28,29; 1Co 1.43; Fp 3.21

P. 37: Quais são os benefícios que os crentes recebem de Cristo na hora da morte?

R.: A alma dos fiéis, na hora da morte, é aperfeiçoada em santidade[1] e imediatamente entra na glória;[2] e o corpo, que continua unido a Cristo,[3] descansa na sepultura[4] até a ressurreição.[5]

[1] Hb 12.23
[2] 2Co 5.1,6,8; Fp 1.23; Lc 23.43
[3] 1Ts 4.14
[4] Is 57.2
[5] Jó 19.26,27

P. 84: Todos os homens morrerão?

R.: A morte, sendo imposta como o salário do pecado,[1] está decretada a todos para que morram uma vez,[2] pois todos pecaram.[3]

[1] Rm 6.23
[2] Hb 9.27
[3] Rm 5.12

P. 85: A morte sendo o salário do pecado, por que os justos não são livrados dela, visto que todos os seus pecados são perdoados em Cristo?

R.: Os justos, no último dia, serão libertados da própria morte, e, mesmo na morte, estarão isentos do aguilhão e maldição dela,[1] de modo que, embora morram, contudo, vem isso do amor de Deus,[2] para livrá-los perfeitamente do pecado e miséria,[3] e torná-los capazes de maior comunhão com Cristo em glória, na qual eles imediatamente entram.[4]

[1] 1Co 15.26,55-57; Hb 2.15
[2] Is 57.1,2; 2Rs 22.20
[3] Ap 14.13; Ef 5.27
[4] Lc 23.43; Fp 1.23

P. 86: O que é a comunhão em glória com Cristo, de que os membros da igreja invisível gozam imediatamente depois da morte?

R.: A comunhão em glória, com Cristo, de que os membros da igreja invisível gozam imediatamente depois da morte, consiste em que a alma deles é aperfeiçoada em santidade[1] e recebida nos mais altos céus,[2] onde ela vê a face de Deus em luz e glória,[3] esperando a plena redenção do corpo,[4] o qual, até na morte, continua unido a Cristo,[5] e descansa na sepultura, como no leito,[6] até que, no último dia, seja unido novamente à sua alma.[7] Quanto à alma dos ímpios, ela é, imediatamente depois de sua morte, lançada no inferno, onde permanece em tormentos e total escuridão; e o corpo deles fica guardado na sepultura, como num cárcere, até a ressurreição e o juízo do grande dia.[8]

[1] Hb 12.23
[2] 2Co 5.1,6,8; Fp 1.23; At 3.21; Ef 4.10
[3] 1Jo 3.2; 1Co 13.12
[4] Rm 8.23; Sl 16.9
[5] 1Ts 4.14
[6] Is 57.2
[7] Jó 19.26,27
[8] Lc 16.23,24; At 1.25; Jd 6,7

P.87: O que devemos crer acerca da ressurreição?

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)
		5. No tocante aos espíritos, ou às almas dos mortos, que algumas vezes parecem estar vivos e pedem certos trabalhos, pelos quais possam ser libertados, incluímos essas aparições entre os ludíbrios, as artimanhas e os enganos do diabo, que, como pode transformar-se em anjo de luz, assim se esforça para, ou transtornar a verdadeira fé, ou lançar dúvida sobre a mesma. No Antigo Testamento, o Senhor proibiu a busca da verdade com os mortos e toda espécie de contacto com os espíritos (Dt 18.11). Ao glutão, que estava em tormentos, como declara verdadeiramente o evangelho, é negada qualquer faculdade de voltar a seus irmãos na terra. Assim diz o divino oráculo: "Eles têm Moisés e os profetas; ouçam-nos... Se não ouvem a Moisés e aos profetas, tampouco se deixarão persuadir, ainda que ressuscite alguém dentre os mortos" (Lc 16.29,31).	

O julgamento final e a eternidade

Artigo 37 **O juízo final** Finalmente, cremos, conforme a Palavra de Deus, que quando chegar o momento determinado pelo Senhor (o qual todas as criaturas desconhecem)[1] e o número dos eleitos estiver completo, nosso Senhor Jesus Cristo virá do céu, corporal e visivelmente, assim como subiu ao céu,[2] com grande glória e majestade. Ele se manifestará juiz sobre vivos e mortos,[3] enquanto porá em fogo e chamas este velho mundo para purificá-lo.[4] Naquele momento comparecerão perante este grande juiz, pessoalmente, todos os que viveram neste mundo,[5] homens, mulheres e crianças, citados pela voz do arcanjo e pelo som da	*P. 58: Que consolo traz a você o artigo sobre a "vida eterna"?* R.: Meu consolo é que, desde que já sinto no meu coração o início da alegria eterna,[1] depois desta vida herdarei a salvação perfeita,[2] que "nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano",[3] e isso, para a glória de Deus eternamente. [1] 2Co 5.2,3,6; Rm 14.17 [2] Sl 10.11 [3] 1Co 2.9 *P. 123: Qual é a segunda petição?* R.: "Venha o teu reino",[1] ou seja, oriente-nos por sua Palavra e por seu Espírito de tal maneira que, cada vez mais, nos		

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
		R.: Devemos crer que no último dia haverá uma ressurreição geral dos mortos, tanto dos justos como dos injustos;[1] então, os que se acharem vivos serão mudados num momento; e os mesmos corpos dos mortos, que têm jazido na sepultura, depois de serem novamente unidos às suas respectivas almas para sempre, serão ressuscitados pelo poder de Cristo.[2] Os corpos dos justos, pelo Espírito, e em virtude da ressurreição de Cristo, como cabeça deles, serão ressuscitados em poder, espirituais e incorruptíveis, e feitos semelhantes ao corpo glorioso dele;[3] e os corpos dos ímpios serão por ele ressuscitados para vergonha, como por um juiz ofendido.[4] [1] At 24.15 [2] 1Co 15.51-53; 1Ts 4.15-17; Jo 5.28,29 [3] 1Co 15.21-23,42-44; Fp 3.21 [4] Jo 5.27-29; Mt 25.33

XXXIII. Do juízo final

1. Deus já determinou um dia no qual, com justiça, há de julgar o mundo por Jesus Cristo,[1] a quem foi, pelo Pai, entregues o poder e o juízo.[2] Nesse dia não somente serão julgados os anjos apóstatas,[3] mas também todas as pessoas que tiverem vivido sobre a terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de darem conta dos seus pensamentos, palavras e obras, e receberem o galardão de acordo com o bem ou o mal que fizeram, enquanto estavam no corpo.[4]

[1] At 17.31
[2] Jo 5.22,27
[3] 1Co 6.3; Jd 6; 2Pe 2.4
[4] 2Co 5.10; Ec 12.14; Rm 2.16; 14.10,12; Mt 12.36,37

2. A finalidade que Deus tem em vista, ao determinar esse dia, é manifestar a sua glória – a glória da sua misericórdia na salvação dos eleitos, e a glória da sua justiça na condenação dos réprobos, que são injustos e desobedientes. Os justos irão, então, para a vida eterna, e receberão aquela plenitude de gozo e alegria procedentes da presença do Senhor; mas os ímpios, que não conhecem a Deus nem obedecem ao evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos eternos tormentos e punidos com a separação eterna da presença do Senhor e da glória de seu poder.[1]

P. 38: Quais são os benefícios que os crentes recebem de Cristo na ressurreição?

R.: Na ressurreição, os fiéis, sendo ressuscitados em glória,[1] serão publicamente reconhecidos e absolvidos no dia do juízo[2] e tornados perfeitamente felizes no pleno gozo de Deus[3] por toda a eternidade.[4]

[1] 1Co 15.43
[2] Mt 25.23; 10.32
[3] 1Jo 3.2; 1Co 13.12
[4] 1Ts 4.17,18

P. 88: O que acontecerá imediatamente depois da ressurreição?

R.: Imediatamente depois da ressurreição haverá o juízo geral e final dos anjos e dos homens;[1] o dia e a hora do qual homem nenhum sabe, para que todos vigiem, orem e estejam sempre prontos para a vinda do Senhor.[2]

[1] 2Pe 2.4; Jd 6,7; Mt 25.46
[2] Mt 24.36,42,44; Lc 21.35,36

P. 89: O que acontecerá aos ímpios no dia do juízo?

R.: No dia do juízo, os ímpios serão postos à mão esquerda de Cristo,[1] e, sob clara evidência e plena convicção da própria consciência,[2] terão pronunciada contra si a terrível, porém justa, sentença de condenação;[3] então, eles serão excluídos da presença favorável de Deus e da gloriosa comunhão com Cristo e com os seus santos e santos anjos, e lançados no inferno, para serem punidos com tormentos indizíveis do corpo e da alma, com o diabo e os seus anjos para sempre.[4]

[1] Mt 25.33
[2] Rm 2.15,16
[3] Mt 25.41-43
[4] Lc 16.26; 2Ts 1.8,9

Confissão Belga (1561)	Catecismo de Heidelberg (1563)	Segunda Confissão Helvética (1566)	Cânones de Dort (1619)

trombeta divina.[6] Então, se abrirão os livros e os mortos serão julgados, segundo o que tiverem feito neste mundo, seja o bem ou o mal.[7] Não somente isto: de toda palavra frívola que proferirem os homens, dela darão conta, mesmo que o mundo a considere apenas brincadeira e passatempo.[8] Assim, será trazido à luz, diante de todos, o que os homens praticaram às escondidas, inclusive sua hipocrisia.[9]

submetamos ao Senhor;[2] preserve e aumente a sua igreja;[3] destrua as obras do diabo,[4] e todo poder que se levanta contra o Senhor; e, também, todos os maus planos que são inventados contra a sua santa Palavra, até que venha a plenitude do seu reino,[5] no qual o Senhor será tudo em todos.[6]

[1] Mt 6.10
[2] Sl 119.5
[3] Sl 51.18
[4] 1Jo 3.8; Rm 16.20
[5] Ap 22.17,20
[6] 1Co 15.15,28

Confissão Belga (cont.)

Portanto, pensar nesse juízo é realmente horrível e pavoroso para os homens maus e ímpios,[10] mas muito desejável e consolador para os justos e eleitos. A salvação destes será totalmente completada e eles receberão os frutos de seu penoso labor.[11] Sua inocência será reconhecida por todos e eles presenciarão a vingança terrível de Deus contra os ímpios,[12] que os tiranizaram, oprimiram e atormentaram neste mundo;[13] e os ímpios serão levados a reconhecer sua culpa pelo testemunho da própria consciência,[14] e se tornarão imortais, mas somente para serem atormentados no fogo eterno,[15] preparado para o diabo e seus anjos.[16]

Os crentes e eleitos, porém, serão coroados com glória e honra.[17] O Filho de Deus confessará seus nomes diante do Pai e de seus anjos eleitos;[18] e Deus lhes enxugará dos olhos toda lágrima.[19] Assim, ficará manifesto que a causa deles, que agora por muitos juízes e autoridades está sendo condenada como herética e ímpia, é a causa do Filho de Deus;[20] e, como recompensa gratuita, o Senhor os fará possuir a glória que jamais o coração de um homem poderia conceber.[21]

Por isso, esperamos esse grande dia com grande anseio para usufruirmos plenamente das promessas de Deus em Jesus Cristo, nosso Senhor.[22] Amém.

Vem, Senhor Jesus! (Ap 22.20)

[1] Mt 24.36; Mt 25.13; 1Ts 5.1,2; Ap 6.11; At 1.7; 2Pe 3.10
[2] At 1.11
[3] 2Ts 1.7,8; At 17.31; Mt 24.30; 25.31; Jd 15; 1Pe 4.5; 2Tm 4.1
[4] 2Pe 3.7,10; 2Ts 1.8
[5] Ap 20.12,13; At 17.31; Hb 6.2; 9.27; 2Co 5.10; Rm 14.10
[6] 1Co 15.42; Ap 20.12,13; 1Ts 4.16
[7] Ap 20.12,13; 1Co 4.5; Rm 14.11,12; Jó 34.11; Jo 5.24; Dn 12.2; Sl 62.13; Mt 11.22; 23.33; Jo 5.29; Rm 2.5,6; 2Co 5.10; Hb 6.2; 9.27
[8] Rm 2.5; Jd 15; Mt 12.36
[9] 1Co 4.5; Rm 2.1,2,16; Mt 7.1,2
[10] Ap 6.15,16; Hb 10.27
[11] Lc 21.28; 1Jo 3.2; 4.17; Ap 14.7; 2Ts 1.5-7; Lc 14.14
[12] Dn 7.26
[13] Mt 25.46; 2Ts 1.6-8; Ml 4.3
[14] Rm 2.15
[15] Ap 21.8; 2Pe 2.9
[16] Ml 4.1; Mt 25.41
[17] Mt 25.34; 13.43
[18] Mt 10.32
[19] Is 25.8; Ap 21.4
[20] Is 66.5
[21] Is 64.4; 1Co 2.9
[22] Hb 10.36-38

Confissão de Fé de Westminster (1647)	Breve Catecismo de Westminster (1647)	Catecismo Maior de Westminster (1648)
[1] Mt 25.31-46; Rm 2.5,6; Rm 9.22,23; Mt 25.21; At 3.19; 2Ts 1.7-10 3. Assim como Cristo, para afastar os homens do pecado e para maior consolação dos justos nas suas adversidades,[1] quer que estejamos firmemente convencidos de que haverá um dia de juízo,[7] ele também quer que esse dia não seja conhecido dos homens, a fim de que eles sejam despojados de toda confiança carnal, sejam sempre vigilantes, não sabendo a que hora virá o Senhor, e estejam prontos a dizer: "Vem, Senhor Jesus!" Amém.[2] [1] 2Pe 3.11,14; 2Co 5.10-11; 2Ts 1.5-7; Lc 21.7,28; Rm 8.23-25 [2] Mt 24.36,42-44; Mc 13.35-37; Lc 12.35,36; Ap 22.20		*P. 90: O que acontecerá aos justos no dia do juízo?* R.: No dia do juízo, os justos, sendo arrebatados para encontrar-se com Cristo nas nuvens,[1] serão postos à sua destra, e ali, abertamente reconhecidos e justificados,[2] se unirão com ele para julgar os réprobos, anjos e homens,[3] e serão recebidos no céu,[4] onde serão plenamente e para sempre libertados de todo pecado e miséria,[5] cheios de gozos inefáveis,[6] feitos perfeitamente santos e felizes, no corpo e na alma, na companhia de inumeráveis santos e anjos,[7] mas especialmente na imediata visão e fruição de Deus o Pai, do nosso Senhor Jesus Cristo e do Espírito Santo, por toda a eternidade.[8] É esta a perfeita e plena comunhão de que os membros da igreja invisível gozarão com Cristo em glória, na ressurreição e no dia do juízo. [1] 1Ts 4.17 [2] Mt 25.33; 10.32 [3] 1Co 6.2,3 [4] Mt 25.34,46 [5] Ef 5.27; Ap 14.13 [6] Sl 16.11 [7] Hb 12.22,23 [8] 1Jo 3.2; 1Co 13.12; 1Ts 4.17,18

"Este livro é uma ferramenta útil para pastores, seminaristas, líderes de igreja e para todos os que amam a Fé Reformada. Sou grato por sua disponibilização."

R. C. Sproul

Esta obra de referência única terá valor permanente e prático para os que estudam a Tradição Reformada. Pela primeira vez, sete importantes confissões produzidas nos séculos 16 e 17 foram harmonizadas em um único volume:

- Confissão Belga
- Catecismo de Heidelberg
- Cânones de Dort
- Segunda Confissão Helvética
- Confissão de Fé de Westminster
- Catecismo Maior
- Breve Catecismo

Além das Confissões de Fé organizadas em colunas paralelas sob as categorias tradicionais da Teologia Sistemática, o leitor também encontrará uma introdução histórica às Confissões e as respectivas condições sob as quais foram elaboradas.

EDITORA CULTURA CRISTÃ
www.cep.org.br

Doutrina/Confissões